DIÁRIO ELETRÔNICO
Ordem dos Advogados do Brasil

Ano VII N.º 1634 | quinta-feira, 26 de junho de 2025 | Página: 1

Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94): "Art. 69. ... § 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário."

CONSELHO FEDERAL

Distrito Federal, data da disponibilização: 26/06/2025

PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA

ACÓRDÃO

Recurso n. 15.0000.2022.001345-7/SCA-PTU.

Recorrente: J.C.S.F. (Advogados: João Barboza Meira Junior OAB/PB 11.823, Jonas Camelo de Souza Filho OAB/PB 14.682 e outro). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Relatora: Conselheira Federal Natália França Von Sohsten (AL). EMENTA N. 049/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar de cerceamento de defesa. Violação ao devido processo legal. Acolhimento. Decretação da revelia e designação de defensor dativo. Ausência de intimação do defensor dativo para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Nulidade absoluta. Cerceamento de defesa configurado. Recurso provido. Prescrição da pretensão punitiva declarada de ofício, decorrente da anulação dos atos processuais. 1) O entendimento deste Conselho Federal da OAB é no sentido de que, após a decretação da revelia e designação de defensor dativo, torna-se desnecessária a notificação feita diretamente à parte representada, porquanto a defesa passará a ser patrocinada pelo defensor dativo nomeado e na pessoa de quem deverá passar a ser notificada dos atos do processo disciplinar. 2) Em decorrência desse entendimento, *a contrario sensu*, a partir da decretação da revelia e designação de defensor dativo, a sua notificação dos atos do processo disciplinar torna-se obrigatória a partir de sua designação, o que não restou observado no presente caso, já que não notificado o defensor dativo para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina, configurando nítido cerceamento de defesa e violação ao devido processo legal, ensejando a nulidade do processo disciplinar desde referida convocação. 3) Por outro lado, em decorrência da anulação decretada, constata-se a tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 5 anos sem a superveniência de novo marco interruptivo do curso da prescrição quinquenal, vez que, anulados os atos processuais, retorna-se ao último marco interruptivo válido, o qual passa a ser a notificação para a defesa prévia, recebida há mais de 5 anos. 4) Recurso parcialmente provido, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa, por fundamento autônomo, e anular o processo disciplinar desde a convocação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/Paraíba, por ausência de intimação do defensor dativo designado para referido ato processual (fls. 97/98 dos autos digitais), e, em consequência, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa e declarar a nulidade do processo disciplinar desde a convocação para a sessão do Tribunal de Ética e Disciplina, diante da ausência de intimação do defensor dativo designado, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição

da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Impedido de votar o representante do Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Natália França Von Sohsten, Relatora.

Recurso n. 15.0000.2022.001764-9/SCA-PTU.

Recorrente: J.C.S.F. (Advogado: Jonas Camelo de Souza Filho OAB/PB 14.682). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 050/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar de cerceamento de defesa. Violação ao devido processo legal. Acolhimento. Decretação da revelia e designação de defensor dativo. Ausência de intimação do defensor dativo para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Nulidade absoluta. Cerceamento de defesa configurado. Recurso provido. Prescrição da pretensão punitiva declarada de ofício, decorrente da anulação dos atos processuais. 1) O entendimento deste Conselho Federal da OAB é no sentido de que, após a decretação da revelia e designação de defensor dativo, torna-se desnecessária a notificação feita diretamente à parte representada, porquanto a defesa passará a ser patrocinada pelo defensor dativo nomeado e na pessoa de quem deverá passar a ser notificada dos atos do processo disciplinar. 2) Em decorrência desse entendimento, *a contrario sensu*, a partir da decretação da revelia e designação de defensor dativo, a sua notificação dos atos do processo disciplinar torna-se obrigatória a partir de sua designação, o que não restou observado no presente caso, já que não notificado o defensor dativo para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina, configurando nítido cerceamento de defesa e violação ao devido processo legal, ensejando a nulidade do processo disciplinar desde referida convocação. 3) Por outro lado, em decorrência da anulação decretada, constata-se a tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 5 anos sem a superveniência de novo marco interruptivo do curso da prescrição quinquenal, vez que, anulados os atos processuais, retorna-se ao último marco interruptivo válido, o qual passa a ser a notificação para a defesa prévia, recebida há mais de 5 anos. 4) Recurso parcialmente provido, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa, por fundamento autônomo, e anular o processo disciplinar desde a convocação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/Paraíba, por ausência de intimação do defensor dativo designado para referido ato processual (fls. 102 dos autos digitais), e, em consequência, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa e declarar a nulidade do processo disciplinar desde a convocação para a sessão do Tribunal de Ética e Disciplina, diante da ausência de intimação do defensor dativo designado, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante do Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 09.0000.2023.000186-5/SCA-PTU.

Recorrente: R.B.R. (Advogado: Renato Beltrão Rodrigues OAB/GO 30.297). Recorrido: José Rodrigues Ferreira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 051/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Advogado que levanta alvará e procede à compensação dos honorários advocatícios contratualmente previstos. Porém, ilicitamente, procede à retenção indevida de mais 20% dos valores levantados a título de honorários de sucumbência, cobrando indevidamente referida verba de seu próprio

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

cliente, sendo certo que os honorários de sucumbência devem ser pagos pela parte vencida na demanda, configurando a infração disciplinar de locupletamento a retenção desse percentual (art. 34, XX, EAOAB). A seu turno, a inércia do advogado em prestar contas desses valores ao cliente até a presente data, configura conduta equiparada à recusa injustificada à prestação de contas, à medida que o entendimento deste Conselho Federal é que a prestação de contas é obrigação legal imposta ao advogado e somente se aperfeiçoa com a entrega dos valores devidos ao cliente. Recusa injustificada à prestação de contas configurada (art. 34, XXI, EAOAB). Acórdão recorrido devidamente fundamentado. Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Fixação do prazo de suspensão do exercício profissional acima do mínimo legal. Recurso parcialmente provido, por fundamento autônomo, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal, de 30 (trinta) dias. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora.

Recurso n. 16.0000.2023.000209-7/SCA-PTU.

Recorrente: M.F.N.S. (Advogado: Marlon Fabio Naves de Souza OAB/PR 57.063). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 052/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que levanta alvará em processo judicial, o qual fora expedido por equívoco do juízo, não se tratando de honorários, mas sim de depósitos feitos pela cliente do advogado, os quais, em sede de acordo, foram revertidos em favor da instituição financeira, e retém indevidamente para si os valores levantados, mesmo sendo intimado pelo juízo para esclarecer os fatos, somente vindo a ser satisfeita a dívida após 2 anos, mediante penhora na conta bancária do advogado. Acórdão devidamente fundamentado. Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Redução do prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias. Recurso parcialmente provido, por fundamento autônomo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 49.0000.2023.010779-9/SCA-PTU.

Recorrente: N.S.L. (Advogado: Noemar Seydel Lyrio OAB/ES 3.666). Recorrido: Ewald Comércio e Transportes Ltda. Representantes legais: Magno Ewald e outros. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lúcia Paixão (RO). EMENTA N. 053/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar de julgamento *extra petita*. Majoração da condenação disciplinar sem que tenha decorrido de insurgência recursal no recurso interposto pelo representante (art. 76, EAOAB). Acórdão recorrido que incluiu novas tipificações e majorou a sanção de suspensão do exercício profissional em seu grau máximo. Incidência do princípio *tantum devolutum quantum appelatum*. O efeito devolutivo do recurso encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos. Preliminar acolhida. Afastamento da nova tipificação e da majoração da reprimenda.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Preliminar de cerceamento de defesa. Rejeição. Exercício do contradito. Instrução processual devidamente realizada. Advogado notificado e presente em todas as fases processuais. Preliminar rejeitada. Mérito. Infração disciplinar de causar prejuízo a cliente, por culpa grave (art. 34, IV, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que perde prazos em demanda trabalhista, causando prejuízos ao representante. Condenação disciplinar mantida. Inépcia profissional e conduta incompatível com a advocacia (art. 34, XXIV e XXV, EAOAB). Ausência de materialidade. Incidência do princípio da especialidade (ou da consunção; ou da subsunção). Impossibilidade de uma mesma conduta ser tipificada em mais de um tipo infracional. Vedação à dupla capitulação de uma mesma conduta. Afastamento da tipificação dos incisos XXIV e XXV do art. 34 do EAOAB. Dosimetria. Menção genérica à reincidência. Inexistência de fundamentação adequada, informando em qual processo e qual fora a condenação anterior valorada para efeitos de reincidência, bem como se, ao tempo da prática do ato apurado nestes autos, já havia ou não o trânsito em julgado da referida condenação. Nítido prejuízo ao contraditório e à ampla defesa. Afastamento da reincidência. Recurso parcialmente provido, para afastar da condenação a tipificação dos incisos XXIV e XXV do artigo 34 do Estatuto da Advocacia e da OAB e, quando à dosimetria, afastar a reincidência, vez que mencionada de forma genérica, cominando a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do recorrente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para retirar da condenação a tipificação dos incisos XXIV e XXV do art. 34 do Estatuto da Advocacia e da OAB, mantida a infração prevista no art. 34, IX, do referido dispositivo legal, e afastar a reincidência, considerando sua menção de forma genérica, aplicando a sanção de censura, convertida em advertência em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do Recorrente, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante do Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 49.0000.2023.011966-5/SCA-PTU.

Recorrente: C.D.G.D. (Advogada: Cristiane Dias Gaião Dorneles OAB/MG 94.590). Recorrida: Laís Cristina de Lima. (Advogados: Marcondes Pereira Braga Júnior OAB/MG 185.965 e Moisés Celestino Ferreira OAB/MG 181.163). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinícius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 054/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Recurso interposto ao Conselho Seccional da OAB não conhecido em razão de sua intempestividade. Início do prazo recursal. Artigo 69, § 2°, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Feriado. Cômputo somente em dias úteis. Tempestividade recursal verificada. Declaração, de ofício, da tempestividade do recurso interposto ao Conselho Seccional, e determinação de retorno dos autos para julgamento do mérito recursal (art. 76, EAOAB). Mérito recursal prejudicado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em reformar a decisão de origem, de ofício, para declarar a tempestividade do recurso de fls. 330/332 dos autos digitais e determinar a devolução dos autos para análise das razões recursais, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 49.0000.2023.012858-1/SCA-PTU.

Recorrentes: L.S.S. e L.G.P. (Advogados: Maximiliano Vilas Boas Reis OAB/MG 109.031, Yuri Gomes Neme Pedroza OAB/MG 140.832 e outro). Recorrida: Cintia Joyce da Silva Nunes. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e L.R.C. (Defensora dativa: Cristiane Duarte Ramalho OAB/MG 164.877).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Relatora: Conselheira Federal Vera Lúcia Paixão (RO). EMENTA N. 055/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Recurso conhecido. Preliminar de ilegitimidade passiva. Acolhimento. Advogados recorrentes que comprovam não ter se beneficiado do levantamento de alvará, o qual fora repassado ao advogado titular da sociedade de advogados. Atuação dos recorrentes limitada, no caso, à realização de diligências cartoriais, por meio de substabelecimento com reserva de poderes. Preliminar acolhida. Recurso provido, para acolher a preliminar de ilegitimidade passiva, determinando-se o arquivamento dos autos, sem qualquer anotação nos registros dos advogados recorrentes. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso para acolher a preliminar de ilegitimidade passiva e determinar o arquivamento dos autos, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 11.0000.2023.017304-7/SCA-PTU.

Recorrente: D.C.C.J. (Advogado: Pedro Augusto de Araújo Marques Barbosa OAB/MT 12.547/O). Recorrida: M.S. (Advogado assistente: Juliano Banegas Brustolin OAB/MT 30.279/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinícius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 056/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Ausência de provas para a condenação. Divergência entre cliente e advogado que revela mais natureza contratual do que disciplinar. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. 1) A jurisprudência do Conselho Federal da OAB tem evoluído no sentido de afastar o regime disciplinar da OAB nas hipóteses em que a divergência instaurada entre as partes revelar mais natureza contratual do que disciplinar, o que se verifica no presente caso, visto que as partes divergiram a respeito dos critérios e da forma de incidência dos honorários advocatícios na demanda patrocinada pelo advogado em favor do cliente, sendo que nenhuma das partes questionou a validade das cláusulas contratuais. 2) Nesse passo, a ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. 3) A seu turno, conforme entendimento do Órgão Especial deste Conselho Federal, o direito sancionador brasileiro não admite nenhuma forma de presunção de culpa, seja por meio do uso do direito ao silêncio em interrogatório, seja por meio da inversão do ônus da prova, seja através de qualquer outra ficção jurídica. Assim, não havendo prova produzida pela parte representante ou órgão acusador, deve ser afastada a presunção de validade da versão dada aos fatos pela parte representante, por também não haver prova. E, nesse panorama, incide o princípio do *in dubio pro reo*, à medida que, não havendo prova suficiente nos autos para a condenação, não se pode impor uma sanção disciplinar. 4) Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc.*

Recurso n. 25.0000.2023.069512-5/SCA-PTU.

Recorrente: M.J.A.B. (Advogado: Marcos José Andrade Bento OAB/SP 220.939). Recorrido: E.M.S. (Advogado: Crisóstomo Chagas OAB/SP 97.567). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 057/2025/SCA-PTU.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Advogado que levanta valores em demanda na qual patrocina os interesses de cliente e permanece inerte, sem lhe repassar o quanto devido e sem prestar as contas devidas. Condenação mantida, no mérito. Superveniência da satisfação integral da dívida, por meio de acordo celebrado entre as partes, devidamente quitado. Circunstância que não afastar a materialidade das infrações disciplinares já consumadas, mas permite sua valoração para fins de afastamento da prorrogação da suspensão, visto que alcançado o seu termo "*satisfação integral da dívida*" (art. 37, § 2º, EAOAB). Recurso parcialmente provido, por fundamento autônomo, para afastar a prorrogação da suspensão do exercício profissional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para afastar da condenação a prorrogação da suspensão do exercício profissional, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.073519-6/SCA-PTU.

Recorrente: F.C.C. (Advogada: Fernanda Cristine Capato OAB/SP 285.404). Recorrida: Emanuelle Luísa de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Renata Torres da Costa Mangueira (PB). EMENTA N. 058/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminar. Cerceamento de defesa. Pedido de adiamento. Recorrente acometida de Covid-19. Ausência de análise do pedido de adiamento antes do julgamento do recurso pelo Conselho Seccional. Cerceamento de defesa configurado. Advogada em causa própria. Entendimento de que não se revela razoável exigir da parte que participasse de sessão de julgamento e produza sua defesa oral – no caso em causa própria, presumindo-se prejudicada substancialmente a possibilidade do exercício pleno do direito de defesa em razão dos inegáveis impactos decorrentes de um diagnóstico positivo para infecção respiratória aguda que vitimou milhares de brasileiros, bem como das sequelas decorrentes da covid-19, comprovadas nos autos. Nulidade processual. Violação ao artigo 73, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Recurso parcialmente provido, para anular o julgamento realizado pelo Conselho Seccional, e, em consequência, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa e declarar a nulidade do julgamento realizado pelo Conselho Seccional, em 07/10/2021, diante da ausência de apreciação do pedido de adiamento formulado, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.073727-0/SCA-PTU.

Recorrente: A.F.Q.O. (Advogados: Lucas Quirino de Oliveira OAB/SP 414.587 e outros). Recorrido: C.S.O.S/C.Ltda. Representante legal: R.O.C. (Advogados: Euclides Teodoro de Oliveira Neto OAB/SP 175.243 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.H.I.D. (Advogado: Luiz Henrique Ivanov Dorador OAB/SP 325.423). Relatora: Conselheira Federal Rogéria Fagundes Dotti (PR). EMENTA N. 059/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Recebimento de valores em nome de cliente, em demanda judicial, e retenção indevida valores recebidos. Locupletamento configurado,

de forma comissiva (art. 34, XX, EAOAB). Inércia no dever legal de prestar contas ao cliente dos valores recebidos. Inércia equiparada à recusa injustificada. Recusa injustificada à prestação de contas configurada, de forma omissiva (art. 34, XXI, EAOAB). Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Rogéria Fagundes Dotti, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.075199-8/SCA-PTU.

Recorrente: A.M.S. (Advogados: Alexandre Moura dos Santos OAB/PI 3.759 e Joana Melillo OAB/SP 109.575). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 060/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar de prescrição intercorrente. Rejeição. Ausência de paralisação do processo disciplinar por mais de 03 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento. Notificações. Art. 137-D do Regulamento Geral. Notificação por correspondência. Envio ao endereço residencial, incumbindo ao advogado manter sempre atualizado seu cadastro, sob pena de ser considerado notificado. Tentativa frustrada de notificação por correspondência. Notificação por edital, conforme art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral. Ausência de nulidade. Preliminares rejeitadas. Mérito. Patrocínio de mais de 05 (cinco) causas por ano, sem a inscrição suplementar. Violação ao art. 10, § 2º, do EAOAB. O patrocínio de mais de 5 causas por ano, sem promover a inscrição suplementar nos quadros da Seccional em que atua, não configura infração disciplinar *strictu sensu* (art. 34, I, EAOAB), mas sim infração *lato sensu*, nos termos do artigo 36, inciso III, do Estatuto da Advocacia e da OAB. O artigo 36, inciso III, da Lei nº 8.906/94, estabelece que qualquer violação ao Estatuto será passível de censura, se não for cominada sanção disciplinar mais grave. A violação ao artigo 10, § 2º, do Estatuto, consubstanciada no patrocínio de mais de cinco causas por ano, sem a inscrição suplementar, por não se tratar de infração disciplinar tipificada no artigo 34, e por isso não sujeita ao regime de reincidência, sujeita o infrator à sanção de censura. Recurso parcialmente provido, para alterar a tipificação da conduta para o art. 10, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, e cominar a sanção de censura, nos termos do art. 36, inciso III, do Estatuto da Advocacia e da OAB, a qual deixo de converter em advertência em razão de reiteração do mesmo tipo de conduta. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para alterar a tipificação para o art. 10, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, e, não se tratando de infração disciplinar sujeita ao regime da reincidência, cominar a sanção de censura, deixando de converter em advertência em razão de reiteração do mesmo tipo de conduta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 25.0000.2023.075489-8/SCA-PTU.

Recorrente: T.M.S.B. (Advogados: Bernard Dubois Pagh OAB/SP 71.037 e Tito Magno de Serpa Brandão OAB/SC 47.673). Recorrida: S.R.S. (Advogados: Waldir Fantini OAB/SP 292.875 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e G.H.V.J. (Advogado: Gustavo Henrique Vieira Jacinto OAB/SP 240.818). Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 061/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Advogado que recebe valores de acordo trabalhista e retém indevidamente para si a integralidade do valor levantado. Quitação integral dos valores devidos à cliente, antes de qualquer decisão condenatória no processo disciplinar. Pedido de desistência da representação. Quantia retida indevidamente pelo advogado de baixo valor. Aplicação dos princípios da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

proporcionalidade e da razoabilidade. Conduta de quitar os valores devidos, devidamente corrigidos, ainda que tardiamente, que não deve ser equiparada à mesma conduta daquele que, sequer, procede à quitação dos valores devidos. Desclassifica-se, excepcionalmente, a infração de locupletamento (art. 34, XX, EAOAB) para a de causar prejuízo ao interesse confiado a seu patrocínio, por culpa grave (art. 34, IX, EAOAB), cominando a sanção disciplinar de censura, face à quitação integral do débito e o desinteresse do representante em prosseguir com a representação. Recurso parcialmente provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.076070-9/SCA-PTU.

Recorrente: L.A.P.C. (Advogada: Bruna Souza Pinto de Camargo OAB/SP 338.546). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 062/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar de nulidade processual. Ausência de despacho saneador. Violação ao devido processo legal da OAB (art. 73, § 2º, EAOAB c/c art. 59, § 3º, CED). Nulidade absoluta. O despacho saneador é fase obrigatória do processo disciplinar da OAB e deverá ser proferido pelo(a) Relator(a), após a defesa prévia, decisão na qual saneará o processo disciplinar, declarará aberta a instrução ou a dispensará, motivadamente, e especificará as provas a serem produzidas, incluindo a realização ou não de audiência de instrução, também motivando a decisão, ou proporá ao Presidente do Conselho Seccional o indeferimento liminar da representação (art. 73, § 2º, EAOAB). Sua ausência no processo disciplinar, especialmente quando requerida a produção de prova oral em audiência, com o devido arrolamento de testemunhas na defesa prévia, configura violação ao devido processo legal. Audiência de instrução. Fase facultativa. Contudo, não é porque se trata de fase facultativa no processo disciplinar que se presumirá a sua dispensa quando não designada. A norma, ao dispor que será designada audiência de instrução “se for o caso”, na fase do despacho saneador, impõe ao(à) Relator(a) que motive sua decisão sobre a dispensa ou a realização de audiência. Preliminar acolhida. Anulação do processo disciplinar. Mérito recursal prejudicado. Prescrição da pretensão punitiva. Declaração, de ofício, em razão do acolhimento da preliminar e anulação do processo disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa e declarar a nulidade do processo disciplinar desde o parecer preliminar de fls. 459 dos autos digitais, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lucia Paixão, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.076145-4/SCA-PTU.

Recorrente: F.L.M.F. (Advogado: Fábio Luis Mussolino de Freitas OAB/SP 106.090). Recorridos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Marcelo Ferreira da Rocha. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 063/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Ausência de provas para a condenação. Divergência entre cliente e advogado que se revela de natureza contratual e não disciplinar, relativa à forma de incidência dos honorários advocatícios contratados. Matéria devidamente solucionada entre as partes. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. A jurisprudência do Conselho Federal da OAB tem evoluído no sentido de afastar o regime

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

disciplinar da OAB nas hipóteses em que a divergência instaurada entre as partes revelar mais natureza contratual do que disciplinar, o que se verifica no presente caso. A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. O direito sancionador brasileiro não admite nenhuma forma de presunção de culpa, de modo que, não havendo prova produzida pela parte representante ou órgão acusador, deve incidir o princípio do *in dubio pro reo*, à medida que, não havendo prova suficiente nos autos para a condenação, não se pode impor uma sanção disciplinar. Precedentes do Órgão Especial. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 25.0000.2023.076152-9/SCA-PTU.

Recorrente: H.B.O. (Advogado: Henrique Borlina de Oliveira OAB/SP 148.535). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 064/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminar de coisa julgada. Inexistência. Fatos apurados distintos. Acórdão recorrido que já analisou a matéria. Preliminar rejeitada. Preliminar de prescrição. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Ausência de tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre os marcos interruptivos do curso da prescrição, previstos no artigo 43, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Preliminar rejeitada. Preliminar de ilegitimidade ativa da representante. Irrelevância. Inutilidade do provimento buscado. O artigo 72 do Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que o processo disciplinar pode ser iniciado de ofício ou por representação do interessado, o que implica no princípio do interesse público. Assim, ainda que acolhida a preliminar de ilegitimidade ativa da parte representante, tal fato não ensejará a extinção do processo disciplinar, mas apenas e tão somente a alteração da titularidade, passando a tramitar de ofício pela própria OAB. Preliminar rejeitada. Mérito. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que recebe valores em demanda previdenciária, a título de atrasados, e retém para si a integralidade dos valores levantados, a título de honorários advocatícios. Alegação de previsão em cláusula contratual. Inadmissibilidade. Cláusula contratual grafada à caneta, impedindo a aferição de aposta antes ou depois da assinatura do contrato pela cliente. Repasse dos valores à cliente, após comunicação ao Ministério Público. Condenação disciplinar mantida. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar as preliminares arguidas e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 25.0000.2023.076299-8/SCA-PTU.

Recorrente: M.I.G. (Advogada: Maria Izabel Garcia OAB/SP 106.123). Recorrido: Marco Maciel Pereira de Melo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 065/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar. Composição de órgão julgador recursal de Conselho Seccional. Participação de Conselheiros Seccionais Suplentes. Possibilidade. Inexistência de nulidade. Diferentemente deste Conselho Federal da OAB, no âmbito dos Conselhos Seccionais da OAB os Conselheiros Seccionais Suplentes, ao tomarem posse, são detentores dos mandatos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de Conselheiros Seccionais nas mesmas condições que os Conselheiros Seccionais Titulares, podendo compor qualquer órgão da Seccional independentemente de prévia convocação ou necessidade de licença ou afastamento de Conselheiro Seccional Titular. Precedentes. Nulidade inexistente. Preliminar rejeitada. Mérito. Ausência de provas para a condenação. A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. A seu turno, conforme entendimento do Órgão Especial deste Conselho Federal, o direito sancionador brasileiro não admite nenhuma forma de presunção de culpa, seja por meio do uso do direito ao silêncio em interrogatório, seja por meio da inversão do ônus da prova, seja através de qualquer outra ficção jurídica. Assim, não havendo prova produzida pela parte representante ou órgão acusador, deve ser afastada a presunção de validade da versão dada aos fatos pela parte representante, por também não haver prova. E, nesse panorama, incide o princípio do *in dubio pro reo*, à medida que, não havendo prova suficiente nos autos para a condenação, não se pode impor uma sanção disciplinar. Recurso parcialmente provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lucia Paixão, Relatora.

Recurso n. 24.0000.2024.000025-2/SCA-PTU.

Recorrente: A.S.C. (Advogado: Giancarlo Castelan OAB/SC 7.082). Recorrido: Marcos Steiner. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 066/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar. Continuidade delitiva. Admissibilidade, excepcionalmente, no regime disciplinar da OAB. Necessidade demonstração de identidade de condutas, ainda que em processos distintos, mas envolvendo circunstâncias de tempo, lugar e modo de agir que indicam a continuidade (art. 71 CP). Ausência de comprovação nesse sentido. Preliminar rejeitada, face à ausência de elementos suficientes para análise, em decorrência da não observação ao ônus probatório (art. 156 CPP). Mérito. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Ausência de provas para a condenação. Ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. A seu turno, conforme entendimento do Órgão Especial deste Conselho Federal, o direito sancionador brasileiro não admite nenhuma forma de presunção de culpa, seja por meio do uso do direito ao silêncio em interrogatório, seja por meio da inversão do ônus da prova, de modo que, não havendo prova produzida pela parte representante ou pelo órgão acusador, deve ser afastada a presunção de validade da versão dada aos fatos pela parte representante, por também não haver prova. E, nesse panorama, incide o princípio do *in dubio pro reo*, à medida que, não havendo prova suficiente nos autos para a condenação, não se pode impor uma sanção disciplinar. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 25.0000.2024.000671-0/SCA-PTU.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recorrente: F.J.S.P.N.P. (Advogados: Marcos Mauricio Bernardini OAB/SP 216.610 e outros). Recorrido: F.M. (Advogado: Alberto Germano OAB/SP 260.898). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 067/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Recurso interposto pela representante. Infração disciplinar de recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XXI, do EOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que recebe valores de cliente e não presta as contas devidas, permanecendo inerte em seu dever de prestar contas mesmo após notificado pela cliente para fazê-lo, havendo a necessidade de ajuizamento de ação de prestação de contas, na qual apurou-se crédito em favor da recorrente. A prestação de contas é obrigação legal imposta ao advogado, que somente se aperfeiçoa com a efetiva entrega dos valores devidos ao cliente. Para sua configuração, desnecessária qualquer manifestação prévia do cliente, pois decorre de obrigação legal imposta ao profissional, que tem o dever de tomar a iniciativa de prestar as contas. Restabelecimento da condenação disciplinar imposta pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB. Dosimetria. Prorrogação da suspensão até a satisfação integral da dívida. Art. 37, § 2º, EAOAB. Inaplicabilidade da prorrogação nos casos em que há discussão judicial entre as partes envolvendo o objeto da prestação de contas, porquanto a decisão final a respeito da satisfação integral da dívida, inclusive com correção monetária, caberá ao Poder Judiciário. Recurso parcialmente provido, para restabelecer a condenação disciplinar por infração ao art. 34, XXI, do Estatuto da Advocacia e da OAB, sem, contudo, o implemento da prorrogação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para restabelecer a decisão do Tribunal de Ética e Disciplina, afastando, todavia, a prorrogação da suspensão em razão da existência de discussão judicial envolvendo o objeto da prestação de constas, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.002249-1/SCA-PTU.

Recorrente: F.S.P. (Advogado: Fábio Sabino Pompeo OAB/SP 324.281). Recorrido: A.F.S.J. (Advogado: Wagner Rodrigues OAB/SP 283.252). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Natália França Von Sohsten (AL). EMENTA N. 068/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminar. Cerceamento de defesa. Inexistência. Advogado devidamente notificado. Revelia. Designação de defensor dativo. Alegação de impossibilidade de apresentar defesa ao tempo da notificação, em razão de acidente automobilístico. Comprovação de que o acidente ocorreu mais de 01 ano depois da notificação. Matéria analisada pelo acórdão recorrido. Preliminar rejeitada. Mérito. Infração disciplinar de recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XXI, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que levanta quantia em demanda judicial e não presta contas ao cliente dos valores levantados. Condenação disciplinar mantida. Recurso improvido. Dosimetria, redução do prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 dias, prorrogáveis até a satisfação integral da dívida, e afastamento da multa, de ofício. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar a preliminar arguida, negar provimento ao recurso e, de ofício, reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, e afastar a multa cominada, considerando a ausência de antecedentes, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Natália França Von Sohsten, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.004573-9/SCA-PTU.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recorrente: L.P. (Advogado: Donizete Aparecido Bianchi OAB/SP 413.627). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 069/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Matéria de ordem pública. Nulidade absoluta. Ausência de razões finais. Revelia. Ausência de designação de defensor dativo. Nulidade absoluta. A jurisprudência deste Conselho Federal da OAB é pacífica no sentido de que a ausência de apresentação de razões finais pela parte representada constitui-se de nulidade absoluta, que independe de prejuízo à defesa, pois se constituem em fase imprescindível do processo disciplinar, na qual é assegurada à parte a efetiva manifestação sobre as provas produzidas no curso da instrução processual e, no caso da parte representada, a última oportunidade de sustentar eventuais alegações acerca da improcedência da representação e se manifestar sobre os termos da imputação delimitada no parecer preliminar antes de a representação ser levada a julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Processo disciplinar anulado, de ofício. Prescrição da pretensão punitiva também declarada de ofício, decorrência lógica da anulação dos atos processuais. Mérito recursal prejudicado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em declarar, de ofício, a nulidade do processo disciplinar desde o despacho que designou Relator, diante da ausência de razões finais, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, restando prejudicada a análise do mérito recursal, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lucia Paixão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.008095-8/SCA-PTU.

Recorrente: A.M.G.J. (Advogados: Alessandra Martins Gonçalves Jirardi OAB/SP 320.762 e Walter Tadeu Trindade Ferreira Junior OAB/SP 282.407). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). Relatora para o acórdão: Conselheira Federal Christina Cordeiro dos Santos (ES). EMENTA N. 070/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos, proibidos ou impedidos. Ausência de descrição de conduta que pudesse atrair a hipótese do art. 34, I, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Manter conduta incompatível com a advocacia (art. 34, XXV, EAOAB). Inexistência de conduta autônoma, apurada no processo disciplinar, que possa configurar a referida tipificação. Recurso provido para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto divergente da Conselheira Federal Christina Cordeiro dos Santos (ES). Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente e Relatora para o acórdão.

Recurso n. 25.0000.2024.008756-0/SCA-PTU.

Recorrente: J.N.B. (Advogado: Jorge Narciso Brasil OAB/SP 250.143). Recorrida: Valéria Cordazzo Pereira da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 071/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XXI, EAOAB). Ausência de provas para a condenação. Ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. A seu turno, conforme entendimento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

do Órgão Especial deste Conselho Federal, o direito sancionador brasileiro não admite nenhuma forma de presunção de culpa, seja por meio do uso do direito ao silêncio em interrogatório, seja por meio da inversão do ônus da prova, de modo que, não havendo prova produzida pela parte representante ou pelo órgão acusador, deve ser afastada a presunção de validade da versão dada aos fatos pela parte representante, por também não haver prova. E, nesse panorama, incide o princípio do *in dubio pro reo*, à medida que, não havendo prova suficiente nos autos para a condenação, não se pode impor uma sanção disciplinar. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 25.0000.2024.008952-0/SCA-PTU.

Recorrente: A.I.L. (Advogados: Alexandre Inácio Luzia OAB/SP 224.648 e Paulo Roberto Moreira OAB/SP 218.134). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 072/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Tribunal de Ética e Disciplina. Composição. Art. 58, III, EAOAB. O artigo 58, inciso III, do Estatuto da Advocacia e da OAB, ao atribuir competência para os Conselhos Seccionais definirem a composição, funcionamento e a escolha dos membros de seus Tribunais de Ética e Disciplina, não faz qualquer ressalva quanto à obrigatoriedade de escolherem apenas membros que exerçam mandatos eletivos, vale dizer, Conselheiros Seccionais. A seu turno, os Tribunais de Ética e Disciplina têm suas normas gerais dispostas no artigo 114 do Regulamento Geral, ali constando expressamente que os membros dos Tribunais de Ética e Disciplina, inclusive seus Presidentes, são eleitos na primeira sessão ordinária após a posse dos Conselhos Seccionais, dentre os seus integrantes ou advogados de notável reputação ético-profissional, observados os mesmos requisitos para a eleição do Conselho Seccional (art. 114, § 1º, RG), de modo que, pela redação da referida norma, não existe a obrigatoriedade de os membros dos Tribunais de Ética e Disciplina exercerem mandatos de Conselheiros Seccionais. Nulidade inexistente. Rejeição. Recurso improvido. Dosimetria. Análise de ofício. *Bis in idem*. Utilização de reincidência como critério de majoração da sanção disciplinar de censura para a sanção de suspensão, e também para cominar multa. Cominação da sanção de censura, e, face à reincidência, manutenção da multa, mas reduzida para 01 (uma) anuidade, aplicando-se a dosimetria mais favorável, no contexto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso e, de ofício, cominar a sanção de censura e manter a multa de 01 (uma) anuidade, face à reincidência, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lucia Paixão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.010871-6/SCA-PTU.

Recorrente: D.S. (Advogado: Daniel dos Santos OAB/SP 297.741). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 073/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Litispendência reconhecida em processo apenso. Decisão equivocada, que determinou o apensamento do PD n. 13R00000322016 (apenso) a estes autos, embora já estivesse em fase de julgamento. Certidão emitida nestes autos informando que o advogado não possuía outras representações, quando já havia outro processo em andamento. Violação ao devido processo legal. O acolhimento da litispendência dá ensejo à extinção do segundo processo disciplinar, em respeito à impossibilidade de dupla punição disciplinar pelos mesmos fatos. Precedentes. Recurso provido para anular

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

os processos disciplinares, e, consequentemente, declarar extinta a punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, considerando que a última interrupção do curso da prescrição ocorreu há mais de 05 (cinco) anos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para declarar a nulidade dos atos processuais praticados a partir da decisão de fls. 75 dos autos digitais do processo em apenso e da certidão de fls. 103 dos autos digitais do processo principal, em decorrência de violação ao devido processo legal, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lucia Paixão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.026279-7/SCA-PTU.

Recorrente: R.P.N.F. (Advogados: Marcos Antônio Tavares de Souza OAB/SP 215.859, Rosângela de Paula Nogueira Ferreira OAB/SP 117.876 e outro). Recorrido: Clayton dos Santos Souza. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Natália França Von Sohsten (AL). EMENTA N. 074/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Pedido de desistência da representação. Irrelevância. Processo disciplinar que segue o princípio da indisponibilidade do interesse público. Precedentes. Rejeição da pretensão ao arquivamento do processo disciplinar com base no pedido de desistência. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI). Infrações disciplinares configuradas. Advogada que levanta valores em demanda judicial e retém para si a integralidade dos valores recebidos, por mais de 4 anos, sob a alegação de que não conseguiu localizar o cliente para realizar a prestação de contas. Tese não admitida pela jurisprudência do Conselho Federal da OAB. Entendimento no sentido de que o(a) advogado(a) é o(a) profissional que, por excelência, conhece a legislação e, consequentemente, os meios legais para se eximir da mora, não se admitindo que alegue dificuldades de localização do cliente para reter indevidamente valores por mais de um ano. Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Majoração do prazo de suspensão acima do mínimo legal, sem a devida fundamentação. Redução ao mínimo legal de 30 dias. Recurso parcialmente provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Natália França Von Sohsten, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.030456-8/SCA-PTU.

Recorrentes: A.S.C. e W.M.J. (Advogados: Alessandro Santana de Carvalho OAB/SP 242.931, Carlos Eduardo Zatta OAB/SP 272.041 e Iul Briner César dos Santos OAB/SP 116.701). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva (MT). EMENTA N. 075/2025/SCA-PTU. Recursos ao Conselho Federal da OAB. Preliminar de nulidade processual. Cerceamento de defesa. Art. 71, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Ausência de instrução processual. Realização de audiência de instrução por videoconferência. Pedido de suspensão da audiência em razão de problemas técnicos. Deferimento pelo instrutor nomeado pelo Presidente da Turma Disciplinar. Posterior decisão do Presidente da Turma indeferindo o pedido de redesignação da audiência de instrução. Decisões contraditórias entre si. Prevalência da decisão mais favorável às partes. Ausência de notificação dos advogados, de qualquer sorte, da decisão que indeferiu o pedido de redesignação de audiência, embora a decisão tenha determinado a notificação das partes. Cerceamento de defesa configurado. Violação ao artigo 73, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Nulidade decretada. Recurso provido, para anular o processo disciplinar, e, em consequência da anulação dos atos processuais, declarar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento aos recursos, para declarar a nulidade do processo disciplinar desde a designação de Relator e conclusão dos autos para oferecimento de parecer de enquadramento, por violação ao devido processo legal e aos princípios do contraditório da ampla defesa, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2024.061960-1/SCA-PTU.

Recorrente: A.C.S. (Advogados: Danilo Calhado Rodrigues OAB/SP 246.664 e Fabiana Fernandes Fabrício OAB/SP 214.508). Recorrido: Francisco Moacir Moreira de Oliveira. Interessado: ?Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva (MT). EMENTA N. 076/2025/SCA-PTU. CONSELHO FEDERAL DA OAB. RECURSO. ART. 75 DO EAOAB. ACÓRDÃO UNÂNIME. QUÓRUM. ART. 108, § 1º, DO REGULAMENTO GERAL. OBSERVÂNCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 43, § 1º, DO EAOAB. INEXISTÊNCIA. PREJUÍZO CAUSADO A CLIENTE (ART. 34, IX, EAOAB). INFRAÇÃO CONFIGURADA. DOSIMETRIA. PARCIAL PROVIMENTO. 1) O artigo 108, § 1º, do Regulamento Geral dispõe que, para a deliberação das demais matérias de competência do Conselho Seccional, exige-se quórum de instalação e deliberação de metade dos membros de cada órgão deliberativo, o que restou observado no presente caso, visto que instalada a sessão exatamente com metade do quórum da Câmara Recursal. Preliminar de nulidade rejeitada. 2) A prescrição intercorrente tem por fundamento a paralisação absoluta do processo disciplinar por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, desconsiderados os atos processuais meramente ordinatórios, cabendo à parte que alega demonstrar em que momento haveria essa paralisação, o que não restou demonstrado. 3) A jurisprudência do Conselho Federal tem se consolidado no sentido de não admitir a menção genérica à reincidência para majorar a sanção disciplinar, por obstaculizar o exercício do contraditório. 4) Recurso parcialmente provido, para afastar a suspensão e a multa e cominar a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, sem registro nos assentamentos do recorrente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Brasília, 16 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Fernanda Brandão Cançado, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2021.000009-0/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargantes: A.C.S. e. F.F.F. (Advogada: Fabiana Fernandes Fabricio OAB/SP 214.508). Embargado: Ramon Marin Gomez Carreno. Recorrentes: A.C.S. e. F.F.F. (Advogados: Fabiana Fernandes Fabricio OAB/SP 214.508 e Guilherme Vieira Fernandes OAB/DF 214.508). Recorrido: Ramon Marin Gomez Carreno. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 077/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Omissão no julgado quanto à tese de cerceamento de defesa, em razão da ausência de designação de audiência para oitiva de testemunhas. Audiência de instrução. Art. 59, § 3º, CED. Fase não obrigatória no processo disciplinar da OAB, somente sendo designada se, a critério do julgador, se mostrar necessária. Notificação para especificação de provas. Transcurso do prazo *in albis*. Presunção do desinteresse na produção de prova oral em audiência. Precedentes. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão. Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc.*

Recurso n. 16.0000.2021.000236-2/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: F.A.M.F. (Advogado: Fiori Augusto Mincachi Faustino OAB/PR 21.811). Embargadas: Cleoza Rodrigues Ferraz de Medeiros e Vera Lucia Perego Michelan. Recorrente: F.A.M.F. (Advogado: Fiori Augusto Mincachi Faustino OAB/PR 21.811). Recorridas: Cleoza Rodrigues Ferraz de Medeiros e Vera Lucia Perego Michelan. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 078/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pretensão ao reexame do mérito do acórdão embargado, por meio de embargos de declaração. Inadequação da pretensão, face à natureza meramente integrativa do presente recurso. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2022.000263-8/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: C.A.R.S. (Advogado: Carlos Alexandre Rocha dos Santos OAB/SP 205.029). Embargado: J.C.Q. (Advogado: João Carlos de Queiroz OAB/SP 412.508). Recorrente: C.A.R.S. (Advogado: Carlos Alexandre Rocha dos Santos OAB/SP 205.029). Recorrido: J.C.Q. (Advogado: João Carlos de Queiroz OAB/SP 412.508). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 079/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pauta de julgamento. Diário Eletrônico da OAB. Informação a respeito do adiamento automático dos processos que não fossem julgados para a sessão seguinte. Ausência de nulidade. Quórum de instalação de sessões de órgãos julgadores da OAB. Compete à parte solicitar cópias das atas e listas de presenças das sessões de julgamento, perante as secretarias dos órgãos julgadores, para aferir se houve deficiência no quórum, não sendo admissíveis alegações de genéricas. Ausência de nulidade. Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc.*

Recurso n. 25.0000.2022.000840-1/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: R.R.C. (Advogado: Renne Ribeiro Correia OAB/SP 148.000). Embargado: Jair Santana Filho. Recorrente: R.R.C. (Advogado: Renne Ribeiro Correia OAB/SP 148.000). Recorrido: Jair Santana Filho. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EMENTA N. 080/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Decadência. Construção jurisprudencial do CFOAB. Representação formulada dentro do prazo de 05 (cinco anos), tendo como marco inicial a data em que a parte toma ciência dos fatos, e não a data em que eles ocorreram. Prescrição. Inocorrência. Ausência de tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre os marcos interruptivos de seu curso, previstos no artigo 43, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Embargos de declaração acolhidos, para sanar a omissão apontada, sem alteração do julgado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, para sanar a omissão apontada, sem alteração do julgado, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.000056-1/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: F.J.A. (Advogados: Rafael da Costa Andrade OAB/SP 278.996). Embargados: E.C.F. e S.C.F. (Advogada: Andréia Marins Anssoateguy OAB/SP 348.332). Recorrente: F.J.A. (Advogados: Rafael da Costa Andrade OAB/SP 278.996 e outro). Recorridos: E.C.F. e S.C.F. (Advogada: Andréia Marins Anssoateguy OAB/SP 348.332). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 081/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Prescrição. Matéria de ordem pública. Princípio da formalidade relativa do processo administrativo. Art. 115 do Código Penal. Redução dos prazos prescricionais à metade. Não aplicabilidade ao caso, visto que o embargante não ostentava mais de 70 anos ao tempo do julgamento da representação pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Precedentes. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.000076-4/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: M.R.A. (Advogado: Douglas Ribeiro Neves OAB/SP 238.263). Embargada: E.A.O.S. (Advogados: Eloísa Aparecida Oliveira Saldiva OAB/SP 82.410 e João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203.670). Recorrente: E.A.O.S. (Advogados: Eloísa Aparecida Oliveira Saldiva OAB/SP 82.410 e João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203.670). Recorrido: M.R.A. (Advogados: Douglas Ribeiro Neves OAB/SP 238.263 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 082/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Artigo 138 do Regulamento Geral c/c artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal c/c artigo 68 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Irregularidade na publicação de notificação de advogada, que atuava em causa própria. Não observância as disposições do artigo 137-D, §4°, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. Anulação mantida. Pretensão ao reexame do mérito do acórdão embargado, por meio de embargos de declaração. Inadequação da pretensão, face à natureza meramente integrativa do presente recurso. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

opostos, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.000085-3/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: P.S.S. (Advogada: Maria Amélia Freitas Alonso OAB/SP 167.825). Embargado: I.R.G. (Advogados: Marco Aurélio Paula OAB/SP 113.784 e outros). Recorrente: P.S.S. (Advogados: Maria Amélia Freitas Alonso OAB/SP 167.825, Paulo Soares Silva OAB/SP 151.545 e outros). Recorrido: I.R.G. (Advogados: Marco Aurélio Paula OAB/SP 113.784 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 083/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pretensão ao reexame do mérito do acórdão embargado, por meio de embargos de declaração. Inadequação da pretensão, face à natureza meramente integrativa do presente recurso. Prescrição intercorrente. Inexistência. Ausência de paralisação absoluta do processo disciplinar por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, desconsiderados os atos processuais meramente ordinatórios. Ausência de marcos interruptivos fixos, coibindo o legislador que o órgão julgador da OAB negligencie a condução do processo disciplinar. Matéria devidamente analisada pelo acórdão embargado. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.000121-9/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: O.G.D. (Advogado: Oldemar Guimarães Delgado OAB/SP 91.462). Embargado: Tiago Silva dos Santos. Recorrente: O.G.D. (Advogado: Oldemar Guimarães Delgado OAB/SP 91.462). Recorrido: Tiago Silva dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 084/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Alegação de nulidade das decisões de origem, por ausência de fundamentação. Acórdãos devidamente fundamentados. Condenação disciplinar por locupletamento e por causar prejuízo a cliente, por culpa grave. Inexistência de conduta autônoma que justifique a tipificação do inciso IX do art. 34 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Princípio da especialidade. Vedação à dupla capitulação de uma mesma conduta. Embargos de declaração acolhidos, para sanar a omissão apontada, e, em consequência, atribuir-lhes efeitos parcialmente modificativos, afastando da condenação a tipificação do inciso IX do artigo 34 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, com efeitos parcialmente modificativos, para sanar a omissão apontada e, em consequência, afastar da condenação a tipificação do inciso IX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 21.0000.2023.000195-8/SCA-PTU.

Recorrente: A.M.N. (Advogado: João Paulo Nacul OAB/RS 37.527). Recorrido: R.G.F. (Advogado:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Alexandre de Souza Saraiva OAB/RS 75.889). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 085/2025/SCA-PTU. Recurso inominado. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Recurso interposto em face de decisão de presente de órgão julgador da OAB, que acolhe indicação da relatoria e indefere liminarmente o recurso ao Conselho Federal da OAB, por ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75, *caput*, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Decisão fundamentada no sentido da inexistência de demonstração de violação do acórdão do Conselho Seccional às normas de regência, postulando-se apenas o reexame de matéria fática e probatória. Constatada a ausência de dialeticidade do recurso liminarmente indeferido, ao não impugnar os fundamentos do acórdão do Conselho Seccional. Pretensão ao reexame de questões fáticas e probatórias, em sede de recurso ao Conselho Federal da OAB. Impossibilidade, quando o acórdão recorrido é unânime. Precedentes. Recurso inominado não provido. Indeferimento liminar do recurso a este Conselho Federal da OAB mantido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 19.0000.2023.000201-0/SCA-PTU.

Recorrente: André Luis Alves de Sales. Recorrido: M.A.A.M. (Advogado: Marco Antonio Alencar de Mesquita OAB/RJ 159.404). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 086/2025/SCA-PTU. Recurso voluntário. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal da OAB por ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Decisão devidamente fundamentada. Ausência de dialeticidade do recurso liminarmente indeferido, ao não impugnar os fundamentos do acórdão do Conselho Seccional. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Daniel Castro Gomes da Costa, Relator.

Recurso n. 16.0000.2023.000251-8/SCA-PTU.

Recorrente: J.R.C.S. (Advogados: Antônio Carlos Peres Arjona OAB/SP 87.271 e Bruno Antônio Floriano Peres OAB/SP 406.314). Recorrido: Valdenir da Silva Couto. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 087/2025/SCA-PTU. CONSELHO FEDERAL DA OAB. RECURSO. ART. 75 DO EAOAB. ACÓRDÃO UNÂNIME. NOTIFICAÇÃO. ART. 137-D DO REGULAMENTO GERAL. RECEBIMENTO POR TERCEIROS. IRRELEVÂNCIA. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL. LOCUPLETAMENTO E RECUSA INJUSTIFICADA À PRESTAÇÃO DE CONTAS (ART. 34, XX E XXI, EAOAB). INFRAÇÕES CONFIGURADAS. DOSIMETRIA. PRORROGAÇÃO. DISCUSSÃO JUDICIAL. PARCIAL PROVIMENTO. 1) O entendimento pacífico do Conselho Federal da OAB é no sentido de que a notificação pode ser recebida por terceiros, pois o artigo 137-D, § 1º, do Regulamento Geral, disciplina que se presumem recebidas as correspondências enviadas ao endereço do advogado. Preliminar rejeitada. 2) Advogado que recebe valores em reclamação trabalhista e se apropria indevidamente das parcelas recebidas do acordo, e permanece inerte em seu dever legal de prestar contas ao cliente das quantias recebidas, pratica as infrações disciplinares de locupletamento e de recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). 3) A discussão judicial entre as partes, envolvendo o objeto da prestação de contas, impõe o afastamento da prorrogação da suspensão (art. 37, § 2º, EAOAB),

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

vez que a decisão final a respeito do cumprimento da obrigação caberá ao Poder Judiciário. 4) Recurso parcialmente provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para afastar a prorrogação da suspensão, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc.*

Recurso n. 16.0000.2023.000252-6/SCA-PTU.

Recorrente: L.K. (Advogados: Juliana Lopes Cortez Kczam OAB/PR 28.982 e Linco Kczam OAB/PR 20.407). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera Lúcia Paixão (RO). EMENTA N. 088/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que retém indevidamente valores levantados por alvará judicial, procedendo à satisfação da dívida decorridos mais de dois anos. Entendimento pacífico de que a infração disciplinar de locupletamento se consuma no momento da obtenção da posse de quantia pertencente a cliente e ausência de imediato repasse, e que a posterior satisfação da dívida não afasta a materialidade da infração disciplinar já consumada nem resulta na perda de objeto do processo disciplinar. Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Satisfação integral da dívida, devidamente corrigida, e pedido de desistência da representação feito pelo representante. Embora o pedido de desistência não implique no arquivamento do processo disciplinar, deve ser contextualizado, o qual, no caso, considera-se repercutir favoravelmente na dosimetria, aplicando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, enquanto critérios principiológicos de individualização. Recurso parcialmente provido, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 16.0000.2023.000258-3/SCA-PTU.

Recorrente: R.C.H. (Advogados: Marlus Heriberto Arns de Oliveira OAB/PR 19.226 e outros). Recorrido: O.F.O.J. (Advogados: Aline Cristina Cruz OAB/PR 76.382 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 089/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Recurso interposto pela parte representante. Prescrição da pretensão punitiva. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Marco interruptivo. Notificação para esclarecimentos preliminares. Notificação que deve ser considerada para fins de interrupção da prescrição quinquenal (art. 43, § 2º, I, EAOAB). Entendimento deste Conselho Federal da OAB no sentido de que, em que pese alguns Conselhos Seccionais da OAB preverem a figura dos "esclarecimentos preliminares", fase anterior à admissibilidade da representação, tal fase processual não tem previsão legal em nossas normas de regência, visto que o Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que a notificação inicial deve ser feita à parte representada para apresentar defesa prévia (art. 73, § 1º, EAOAB). Assim, ainda que referida fase não prejudique o processo disciplinar – e por vezes até contribua para a elucidação dos fatos –, a consequência jurídica e que a notificação para esclarecimentos preliminares passa a ser considerada como a notificação de que trata o artigo 43, § 2º, inciso I, do Estatuto da Advocacia e da OAB, uma vez que, entender que haveria novamente a interrupção da prescrição quinquenal pela posterior notificação para a defesa prévia, seria

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

admitir um marco interruptivo do curso da prescrição não previsto em lei, e em desfavor da parte submetida ao procedimento acusatório, o que não se pode admitir, em razão à vedação à interpretação *in mallam partem*. Assim, transcorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre a notificação inicial para prestar esclarecimentos e a primeira decisão condenatória recorrível proferida por órgão julgador da OAB, no caso o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, restará prescrita a pretensão punitiva. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.000401-1/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: G.N.B. (Advogado: Gustavo Nascimento Barreto OAB/SP 213.703). Embargado: G.A.A. (Advogado: Cláudio Arriate Teixeira OAB/SP 404.364). Recorrente: G.N.B. (Advogado: Gustavo Nascimento Barreto OAB/SP 213.703). Recorrido: G.A.A. (Advogado: Cláudio Arriate Teixeira OAB/SP 404.364). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Castro Gomes da Costa (MS). EMENTA N. 090/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pretensão ao reexame do mérito do acórdão, por meio de embargos de declaração. Inadequação da pretensão, face à natureza meramente integrativa do presente recurso. Prescrição do direito de ajuizamento de ação de prestação de contas (art. 25-A, EAOAB). Matéria que deve ser objeto de ação judicial. Incompetência dos órgãos julgadores da OAB para declararem prescrita dívida de natureza civil. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.002733-6/SCA-PTU.

Recorrente: A.A.D.S. (Advogado: Antônio Alexandre Dantas de Souza OAB/SP 318.509). Recorrido: Alexandre Calzetta Dias Alves. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 091/2025/SCA-PTU. Recurso voluntário. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral. Indeferimento liminar de recurso ao Conselho Federal da OAB. Intempestividade. Decisão devidamente fundamentada. Ausência de argumentos capazes de comprovar a tempestividade do recurso. Prescrição. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Observância dos marcos interruptivos. Prescrição inexistente. Recurso voluntário improvido. Trânsito em julgado da condenação, face à intempestividade do recurso ao Conselho Federal. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.009117-0/SCA-PTU.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recorrente: J.B.S.J. (Advogados: Érica Carolina Tomaz Santos OAB/SP 446.637 e João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175.292). Recorrida: V.C.R. (Advogado: Ramiro Carlos Neres Paixão OAB/SP 366.613). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 092/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminares. Prescrição da pretensão punitiva. Inocorrência. Alegação genérica. Ausência de tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre os marcos interruptivos de seu curso, previstos no artigo 43, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Preliminar de prescrição rejeitada. Resolução n. 01/2011-TED/OAB-SP. Prazo para conclusão da fase instrutória. Mero apego ao formalismo processual. Ausência de demonstração de prejuízo à defesa. Preliminar rejeitada. Abandono de causa e prejuízo ao cliente (art. 34, XI e IX, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Advogado que, após devidamente intimado pelo juízo, deixa de comunicar à cliente o recolhimento de custas processuais iniciais, acarretando o cancelamento da distribuição da demanda. Condenação mantida. Princípio da especialidade. Afastamento da capitulação dos artigos 12 e 15, do CED. Recurso parcialmente provido, por fundamento autônomo. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, por fundamento autônomo, para afastar da condenação a capitulação dos artigos 12 e 15, do Código de Ética e Disciplina da OAB, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.010432-6/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: C.L.N. (Advogado: Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215.076). Embargada: R.A.A. (Advogado: Marcos Antônio do Nascimento OAB/SP 223.810). Recorrente: C.L.N. (Advogados: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181.384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215.076). Recorrida: R.A.A. (Advogado: Marcos Antônio do Nascimento OAB/SP 223.810). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Vera Lucia Paixão (RO). EMENTA N. 093/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pretensão ao reexame do mérito do acórdão embargado, por meio de embargos de declaração. Inadequação da pretensão, face à natureza meramente integrativa do presente recurso. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora.

Recurso n. 49.0000.2023.011547-5/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: W.J.M. (Advogado: Wladimir José Marques OAB/MG 51.095). Embargado: Márcio Antonio Dineles Carvalho. (Advogadas: Laís Cristina Oliveira Costa OAB/MG 176.757 e Fábia Braga de Melo OAB/MG 180.112). Recorrente: W.J.M. (Advogado: Wladimir José Marques OAB/MG 51.095). Recorrido: Márcio Antonio Dineles Carvalho. (Advogadas: Laís Cristina Oliveira Costa OAB/MG 176.757 e Fábia Braga de Melo OAB/MG 180.112). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 094/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Omissão. Divergência suscitada. Alegação de divergência de decisões em processos idênticos. Ausência de juntada da integra dos autos tido como paradigma. Consultas respondidas pelo Órgão Especial deste Conselho Federal da OAB servem como orientação e devem ser seguidas pelas Seccionais, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pretensão ao reexame do mérito da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade. Embargos de declaração acolhidos, para sanar a omissão apontada, sem alteração do julgado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.017217-2/SCA-PTU-Embargos de Declaração.

Embargante: W.P.C.F. (Advogado: Wagner Paulo da Costa Francisco OAB/SP 161.735). Embargada: D.S. (Advogado: Sebastião Lucas OAB/SP 88.805). Recorrente: W.P.C.F. (Advogados: João de Oliveira OAB/SP 157.430 e Wagner Paulo da Costa Francisco OAB/SP 161.735). Recorrida: D.S. (Advogado: Sebastião Lucas OAB/SP 88.805). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 095/2025/SCA-PTU. Embargos de declaração. Art. 138 do Regulamento Geral c/c art. 619 do Código de Processo Penal. Ausência de publicação do acórdão, na íntegra. Inexistência de nulidade. Observância ao sigilo do processo disciplinar (art. 72, EAOAB). Publicação apenas da parte dispositiva e da ementa. Faculdade da parte interessada requerer vista dos autos ou solicitar cópias do inteiro teor da decisão publicada, inclusive por meio eletrônico. Decadência. Representação formulada dentro do prazo de 05 (cinco anos), tendo como marco inicial a data em que a parte toma ciência dos fatos, e não a data dos fatos em si. Ausência de omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material no acórdão embargado, a justificar sua complementação ou integração. Pretensão ao reexame do mérito da decisão embargada, por meio de embargos de declaração. Impossibilidade. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.065568-9/SCA-PTU.

Recorrente: C.A.A. Representante legal: E.C. (Advogado: João Teixeira Grande OAB/SP 23.357). Recorrido: P.W.J.L. (Advogado: Paulo Woo Jin Lee OAB/SP 208.441). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA N. 096/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Acórdão recorrido que mantém o indeferimento liminar da representação. Ausência de elementos suficientes a comprovar ato desleal ou indevida captação de clientela pelo advogado representado, ora recorrido, pois a relação jurídica entre a cliente e a sociedade representante adveio, exclusivamente, de vínculo anterior da cliente com o advogado, tanto que houve manifestação expressa no sentido de que queria ser assistida tão somente pelo advogado representado, somado ao fato de que não há provas de que tenha havido levantamento dos valores nos autos trabalhistas sem o respectivo repasse da verba honorária à representante. Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recurso n. 25.0000.2023.068179-3/SCA-PTU.

Recorrente: J.C. (Advogado: Jeferson Chinche OAB/SP 76.481). Recorrido: M.K.M. (Advogado: Douglas Lima Goulart OAB/SP 278.737). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 097/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminares. Inépcia da representação. Inexistência. Entendimento do Conselho Federal no sentido de que a alegação de inépcia da representação restará prejudicada após o julgamento do mérito do processo administrativo. Rejeição. Ausência do representante em audiência de instrução. Irrelevância. Nos processos disciplinares regidos pela Lei n. 8.906/94 não se aplica o instituto da perempção previsto no art. 60 do Código de Processo Penal, por inércia da parte representante, ou seu falecimento, sendo que, nos termos do art. 72 do EAOAB, o legislador conferiu à OAB a legitimidade para conduzir, de ofício, os processos disciplinares por ela regulados, considerando o seu inegável interesse público. Preliminar rejeitada. Mérito. Infração ao artigo 22 do Código de Ética e Disciplina. Conflito de interesses motivado por intervenção anterior que se prenda ao patrocínio solicitado. Advogado que, na mesma reclamação trabalhista, iniciou prestando serviços à empresa reclamada e, posteriormente, passou a patrocinar os interesses da parte representante. Infração ética configurada. Condenação mantida. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.074924-1/SCA-PTU.

Recorrente: C.P.C. (Advogados: Fabrício Ryoiti Barros Osaki OAB/SP 196.785 e outra). Recorrido: H.G.A.G. (Advogado: Hélio Gustavo Assaf Guerra OAB/SP 159.494). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 098/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Recurso interposto pela representante. Preliminar. Ausência de notificação do procurador constituído quanto ao acórdão proferido pelo Conselho Seccional. Nulidade processual absoluta. Preliminar acolhida. Anulação do julgamento realizado pelo Conselho Seccional da OAB. Prescrição da pretensão punitiva, por outro lado, reconhecida de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública. Recurso parcialmente provido, para declarar nulo o julgamento realizado pelo Conselho Seccional da OAB/São Paulo, por ausência de notificação do procurador constituído, mas, de ofício, reconhecer a prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB, por se tratar de matéria de ordem pública. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para declarar a nulidade do julgamento realizado pelo Conselho Seccional da OAB/São Paulo, por ausência de notificação do procurador constituído, e, de ofício, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.075195-5/SCA-PTU.

Recorrentes: M.A.G.C. e P.G.C.F. (Advogado: Edmilson Barbosa de Araújo OAB/SP 335.620). Recorridos: A.P., C.F.F.P. e M.M.C.P. (Advogado: Paulo Henrique Ramos Borghi OAB/SP 94.458). Interessado:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinícius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 099/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminares. Prescrição intercorrente. Inexistência. Art. 43, § 1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB e Súmula n. 01/2011-COP/CFOAB. Ausência de paralisação do processo disciplinar por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento. Efetiva movimentação processual. Audiência de instrução. Indeferimento de pergunta impertinente. Ausência de nulidade. Preliminar rejeitada. Ilegitimidade passiva da recorrente M.A.G.C. Ausência de demonstração de participação nos fatos que deram ensejo à condenação disciplinar. Preliminar acolhida. Mérito. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Cobrança de valores de cliente para remuneração de parecerista. Ausência de elaboração do parecer. Apropriação indevida dos valores recebidos. Locupletamento configurado, de forma comissiva (art. 34, XX, EAOAB). Inércia do recorrente no dever legal de prestar contas ao cliente dos valores recebidos. Inércia equiparada à recusa injustificada. Recusa injustificada à prestação de contas configurada, de forma omissiva (art. 34, XXI, EAOAB). Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Majoração do prazo de suspensão acima do mínimo legal e cominação de multa sem a devida fundamentação. Recurso parcialmente provido, para acolher a preliminar de ilegitimidade da recorrente M.A.G.C., e para reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 dias e afastar a multa cominada em relação ao recorrente P.G.C.F. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para acolher a preliminar de ilegitimidade da Recorrente M.A.G.C., determinando o arquivamento dos autos em relação a ela, e, com relação ao Recorrente P.G.C.F., reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 (trinta) dias e afastar a multa cominada, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 25.0000.2023.075538-1/SCA-PTU.

Recorrente: D.M.M.A. (Advogada: Diana Maria Mello de Almeida OAB/SP 198.405). Recorrida: Naiara Marques Sales. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 100/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional. Preliminar de prescrição. Art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Ausência de tramitação do processo disciplinar por lapso temporal superior a 05 (cinco) anos entre os marcos interruptivos do curso da prescrição, previstos no artigo 43, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Preliminar rejeitada. Preliminar de ilegitimidade ativa da representante. Irrelevância. Inutilidade do provimento buscado. O artigo 72 do Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece que o processo disciplinar pode ser iniciado de ofício ou por representação do interessado, o que implica no princípio do interesse público. Assim, ainda que acolhida a preliminar de ilegitimidade ativa da parte representante, tal fato não ensejará a extinção do processo disciplinar, mas apenas e tão somente a alteração da titularidade, passando a tramitar de ofício pela própria OAB. Preliminar rejeitada. Mérito. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Advogada que recebe valores de cliente, a título de honorários advocatícios e valores de depósitos de parcelas atrasadas, e retém indevidamente para si os valores recebidos e não presta os serviços profissionais contratados, pratica a infração disciplinar de locupletamento (art. 34, XX, EAOAB), de forma comissiva. A seu turno, a conduta de permanecer inerte em seu dever legal de prestar contas e restituir à cliente os valores recebidos por serviços não prestados, configura a infração disciplinar de recusa injustificada à prestação de contas, de forma omissiva (art. 34, XXI, EAOAB). Recurso improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar as preliminares arguidas e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2023.076004-4/SCA-PTU.

Recorrente: L.A.S.L. (Advogado: Leandro Alves de Souza Lima OAB/SP 325.418). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Fernanda Brandão Cançado (MT). EMENTA N. 101/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Captação de clientela (EAOAB, art. 34, IV). Ausência de provas inequívocas da prática da conduta imputada ao advogado. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, por gravitar em torno do acusado a presunção de inocência. Recurso provido, para julgar improcedente a representação, por ausência de provas suficientes para a condenação (art. 386, VII, CPP c/c art. 68, EAOAB). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 16.0000.2024.000009-5/SCA-PTU.

Recorrente: L.K. (Advogado: Linco Kczam OAB/PR 20.407). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 102/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Acórdão unânime de Conselho Seccional da OAB. Preliminar. Decadência. Inexistência. Construção jurisprudencial deste Conselho Federal, com base na Consulta n.º 2010.27.02480-01, na qual se decidiu inclusão de dispositivo prevendo prazo de cinco (5) anos, contados da data da constatação do fato pela parte interessada, para decadência do direito de representação perante a OAB visando à instauração de processo para apuração de faltas previstas no Estatuto ou no Código de Ética. Ausência, no presente caso, de comprovação de que o representante tinha ciência dos fatos na data de 23.08.2010. Preliminar de decadência rejeitada. Mérito. Locupletamento (art. 34, XX, EAOAB). Infração disciplinar configurada. Advogado que retém indevidamente valores levantados por alvará judicial, procedendo à satisfação da dívida decorridos mais de dois anos. Entendimento pacífico de que a infração disciplinar de locupletamento se consuma no momento da obtenção da posse de quantia pertencente a cliente e ausência de imediato repasse, e que a posterior satisfação da dívida não afasta a materialidade da infração disciplinar já consumada nem resulta na perda de objeto do processo disciplinar. Condenação disciplinar mantida. Dosimetria. Fixação do prazo de suspensão no mínimo legal de 30 dias. Dosimetria que se revela razoável e proporcional. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc*.

Recurso n. 24.0000.2024.000167-2/SCA-PTU.

Recorrente: F.O.C. (Advogados: Felipe Serafim de Moura OAB/SC 33.953). Recorrido: C.B.J. (Advogado: Ivan Osnildo da Luz OAB/SC 67.073). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Carlos Vinicius Lopes Lamas (AC). EMENTA N. 103/2025/SCA-PTU. Recurso ao

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Conselho Federal da OAB. Acórdão não unânime de Conselho Seccional da OAB. Violação ao artigo 2º, parágrafo único, incisos I e II, do Código de Ética e Disciplina da OAB anterior, vigente ao tempo dos fatos. Violação às normas éticas de honra e nobreza, dignidade da profissão, e atuação com honestidade, decoro e lealdade. Ausência de provas. Alegação, pelo advogado representante, ora recorrente, que ambos advogados firmaram contrato de parceria profissional pelo qual repartiriam os honorários advocatícios pela metade. Ausência de prova nesse sentido. Prova, por outro lado, de que a cliente emitiu recibo exclusivamente ao advogado recorrido, dando quitação dos honorários advocatícios relativos à prestação de serviços por ele realizada. Dúvida probatória que deve prevalecer em favor daquele que é submetido ao procedimento acusatório. A ausência de provas inequívocas de autoria de infração disciplinar indica a aplicação do postulado *in dubio pro reo*, uma vez que os indícios constantes dos autos não são o bastante para fundamentar a aplicação de sanção disciplinar, gravitando em torno do acusado a presunção de inocência. Recurso improvido, para manter a decisão de improcedência da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Ana Caroliny Silva Afonso Cabral, Relatora *ad hoc.*

Recurso n. 49.0000.2024.005948-1/SCA-PTU.

Recorrente: W.C.L.F.A. (Advogados: Wanessa Cristina Lopes Ferreira Assunção OAB/MG 58.840, Ygor Lopes Ferreira Assunção OAB/MG 202.953 e OAB/SP 505.021 e outro). Recorrida: M.G.P.F. (Advogado: Alexssander Ferreira de Souza Mendes OAB/MG 169.525). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Natália França Von Sohsten (AL). EMENTA N. 104/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Processo disciplinar. Comunicação dos atos processuais. Notificações. Regramento previsto no art. 69 do Estatuto da Advocacia e da OAB e no art. 137-D do Regulamento Geral. A notificação inicial para a apresentação de defesa prévia ou manifestação em processo administrativo perante a OAB deverá ser feita através de correspondência, com aviso de recebimento, enviada para o endereço profissional ou residencial constante do cadastro do Conselho Seccional. E, frustrada a entrega da notificação por correspondência, será a mesma realizada através de edital, a ser publicado no Diário Eletrônico da OAB, o que não restou observado, visto que, frustrada a tentativa de notificação por correspondência, foi decretada a revelia e designada defensora dativa. Preliminar de nulidade acolhida. Recurso parcialmente provido, para acolher a preliminar de nulidade e declarar nulo o processo disciplinar desde a decretação da revelia e designação de defensora dativa, por inobservância ao art. 137-D, § 2º, do Regulamento Geral. Extinção da punibilidade pela prescrição quinquenal, em decorrência da anulação do processo disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para declarar a nulidade do processo disciplinar desde a designação de defensoria dativa, diante da inobservância da notificação válida da advogada para apresentação de razões finais, e, em consequência, reconhecer a extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Natália França Von Sohsten, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.008748-9/SCA-PTU.

Recorrente: H.V.N. (Advogado: João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203.670). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 105/2025/SCA-PTU. CONSELHO FEDERAL DA OAB. RECURSO. ART. 75 DO EAOAB. ACÓRDÃO UNÂNIME. NOTIFICAÇÃO. ART. 137-D DO REGULAMENTO GERAL.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVELIA. DEFENSOR DATIVO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PARA O JULGAMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1) O processo disciplinar da OAB admite que, em seu curso, as notificações sejam feitas pelo Diário Eletrônico da OAB (art. 137-D, § 4º, RG). 2) Após a decretação da revelia, torna-se obrigatória a notificação do defensor dativo de todos os atos do processo. A ausência de sua notificação para a sessão de julgamento configura nulidade absoluta. 3) Recurso parcialmente provido, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa, anulando-se o processo disciplinar desde a convocação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina. 4) Declaração da extinção da punibilidade pela prescrição quinquenal, em decorrência da anulação decretada. 5) Mérito recursal prejudicado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, para acolher a preliminar de cerceamento de defesa e, por fundamento autônomo, anular o processo disciplinar desde a convocação para a sessão de julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/São Paulo, declarando prescrita a pretensão punitiva, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.010862-9/SCA-PTU.

Recorrente: O.F.F. (Advogado: Osmar Ferreira Fontes OAB/SP 143.078). Recorrido: Laercio Lourenço Marques Costa dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão (CE). EMENTA N. 106/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Inexistência de infração disciplinar de locupletamento e/ou recusa injustificada à prestação de contas (EAOAB, art. 34, XX e XXI), visto que efetivamente devidos os valores a título de honorários. Previsão contratual. Ausência de documentação mínima nos autos, capaz de demonstrar a prática de infração ético-disciplinar. Garantia constitucional da presunção de inocência e seus desdobramentos. Ausência de provas inequívocas de materialidade da infração disciplinar. Incidência do postulado *in dubio pro reo*. Recurso provido, para julgar improcedente a representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão, Relatora.

Recurso n. 25.0000.2024.033302-0/SCA-PTU.

Recorrente: F.M.A.T. (Advogado: Joaquim Henrique Aparecido da Costa Fernandes OAB/SP 142.187). Recorrido: N.L.B. (Advogado: Luiz Henrique Pereira de Oliveira OAB/SP 185.302). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva (MT). EMENTA N. 107/2025/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal da OAB. Locupletamento e recusa injustificada à prestação de contas (art. 34, XX e XXI, EAOAB). Infrações disciplinares configuradas. Configura locupletamento a conduta de o advogado se apropriar indevidamente de quantias recebidas em processo judicial, em nome de seu cliente. A seu turno, a prestação de contas se trata de uma obrigação legal imposta ao(à) advogado(a), a qual somente se aperfeiçoa com a efetiva entrega dos valores devidos ao cliente, não sendo suficiente a mera apresentação de cálculos. Precedentes. Dosimetria. Majoração do prazo de suspensão sem a devida fundamentação. Readequação. Ausência de condenação disciplinar com trânsito em julgado à época dos fatos. Homologação de acordo judicial entre as partes. Repercussão apenas no tocante ao afastamento da prorrogação da suspensão. Recurso parcialmente provido, para reduzir o prazo de suspensão ao mínimo legal de 30 dias, bem como para afastar a prorrogação da suspensão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o *quorum* exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso para reduzir o prazo de suspensão do exercício profissional ao mínimo legal de 30 (trinta) dias e afastar a prorrogação da suspensão, nos termos do voto da Relatora. Goiânia, 27 de maio de 2025. Christina Cordeiro dos Santos, Presidente. Vera Lúcia Paixão, Relatora *ad hoc.*

CONSELHO SECCIONAL - ACRE

Acre, data da disponibilização: 26/06/2025

CONSELHO PLENO

NOTIFICAÇÃO

AUTOS DO PROCESSO N. 01.0000.2019.000655-2/ CONSELHO PLENO

ORIGEM: Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/AC

REPRESENTANTES: Dr. Alexandre José Ferreira Neves – OAB/AC 4135 e Dra. Mariane Gomes Henriques – OAB/AC 4133.

RECORRENTE: W. R. N. de B – Weslen Rodrigo Negreiros de Barros - OAB/AC 4839

ADVOGADOS (AS): Maximiliano Agostini – OAB/MG 91.087 e OAB/SP 505.152 e Pâmela Cristina Padilha dos Santos – OAB/MG 104.379

ASSUNTO: Recurso Ordinário

RELALORA: Conselheira Seccional Dra. Larissa Bezerra Chaves

CONSELHO PLENO DA OAB/ACRE

MANDADO DE CITAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

DESTINATÁRIO: Dr. Weslen Rodrigo Negreiros de Barros, brasileiro, advogado, representado por seus procuradores Dr. Maximiliano Agostini – OAB/MG 91.087 e OAB/SP 505.152, e Dra.Pâmela Cristina Padilha dos Santos – OAB/MG 104.379, ambos com escritório profissional na Rua Rio Grande do Norte, n.º 1436, salas 1005/1006, Savassi, em Minas Gerais-MG.

FINALIDADE: CITAR, nos termos do art. 73, § 1º da Lei nº 8.906/1994 e na forma do art. 137-D §4º do Regulamento Geral, o(a) destinatário(a) acima qualificado(a) para que querendo, comparecer à Sessão Ordinária do Conselho Pleno da OAB/AC, a ser realizada no dia 03 de julho de 2025, às 17 horas, na sala do Conselho Pleno (1º andar), localizada na Alameda Ministro Miguel Ferrante, n.º 450, Bairro Portal da Amazônia, em Rio Branco – AC ou através do link a ser enviado pela Coordenadoria do Conselho Pleno.

1.Será facultado ao Interessado ou seus advogados (as) a Sustentação Oral, pelo tempo de até 15 (quinze) minutos, conforme prazo regimental (art. 94, inciso II do Regulamento Geral do EAOAB). Rio Branco- AC, 25 de junho de 2025. Coordenadoria do Conselho Pleno da OAB/AC.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PAUTA DE JULGAMENTOS

ATO CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTOS

O CONSELHO PLENO DA CONSELHO SECCIONAL - ACRE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia três de julho dois mil e vinte e cinco (03/07/2025), a partir das dezessete horas (17h00), na forma híbrida, quando serão julgados os processos abaixo especificados, ficando as partes e os interessados a seguir notificados, sendo facultado as partes a **Sustentação Oral**, pelo tempo de até **15 (quinze) minutos**. **ORDEM DO DIA**: **1) Autos do Processo n. 01.0000.2019.000655-2/CP. ORIGEM:** Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/AC. **ASSUNTO:** Recurso Ordinário. **REPRESENTANTE(S):** Alexandre José Ferreira Neves – OAB/AC 4135 e Mariane Gomes Henriques – OAB/AC 4133. **RECORRENTE:** W. R. N. de B (Weslen Rodrigo Negreiros de Barros- OAB/AC 4839). **PROCURADORES:** Maximiliano Agostini – OAB/MG 91.087 e OAB/SP 505.152 e Pâmela Cristina Padilha dos Santos – OAB/MG 104.379. **RELATORA:** Conselheira Dra. Larissa Bezerra Chaves; **2) Autos do Processo n. 01.0000.2025.002744-9/CP**. **ORIGEM:** Conselho Pleno. **RECORRENTE:** E. de A. M. J. (Evandro de Araújo Melo Júnior – OAB/AC 4789). **PROCURADORA:** Beatriz Silvestrin Castro – OAB/AC 6028. **ASSUNTO:** Pedido de Revisão Disciplinar do Processo Ético-Disciplinar com efeito suspensivo, dos autos n.º 01.0000.2022.003562-7. **RELATOR:** Conselheiro Dr. Lúcio de Almeida Braga Júnior; **3) Autos do Processo n. 01.0000.2025.002834-8/CP**. **ORIGEM:** Conselho Pleno. **REQUERENTE**: Caixa de Assistência dos Advogado do Estado do Acre – CAAAC. **ASSUNTO:** Eleição de novos membros suplentes para Diretoria da CAAAC. **RELATOR(A):** Conselheira Dra. Nelize dos Anjos Fernandes; **4) Autos do Processo n.º 01.0000.2025.001985-0/CP**. **ORIGEM:** Conselho Pleno. **INTERESSADO**: Contabilidade da OAB/AC. **ASSUNTO:** Prestação de Contas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre- OAB/AC, referente ao exercício de 2024. **RELATOR:** Dr. Thiago Pereira Figueiredo e 5**) Autos do Processo n. 01.0000.2025.001819-9/CP. ORIGEM:** Presidente da CAAAC. **ASSUNTO:** Prestação de contas da Caixa de Assistência dos Advogados – CAAAC, referente ao exercício de 2024. **RELATOR:** Dr. Thiago Pereira Figueiredo. Rio Branco/AC. Rodrigo Aiache Cordeiro- Presidente da OAB/AC e Thais Silva de Moura Barros – Vice-Presidente.

PRESIDÊNCIA

DESPACHO

DESPACHO

Vistos, examinados e devidamente analisados os termos do requerimento formalmente protocolado em 25 de junho de 2025 pela advogada BÁRBARA MAUÉS FREIRE, inscrita nos quadros desta honrosa Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil sob o número 5.014 e, atualmente, ocupante da posição de Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina desta Seccional.

A Doutora Barbara Maués Freire solicita, por meio do supracitado documento, o seu afastamento de todas as funções institucionais que desempenha junto ao Tribunal de Ética e Disciplina. O período requerido para este afastamento é de cento e oitenta (180) dias.

A justificativa apresentada para tal solicitação, conforme explicitado no requerimento anexo, decorre de motivos de ordem psicológica, resultantes de um trauma pessoal de grande impacto.

Especificamente, a requerente menciona a dolorosa e traumática perda de sua melhor amiga, Juliana Chaar Marçal, ocorrida em 21 de junho de 2025, situação que a impede temporariamente de exercer suas funções com a plenitude e dedicação que o cargo exige. Em adição, a Dra. Barbara Maués Freire informa que já

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

havia comunicado seu afastamento informalmente às funcionárias do Tribunal na segunda-feira, 26 de junho, evidenciando a premente necessidade da medida e a antecipação de sua ausência.

CONSIDERANDO a sensibilidade e a relevância da justificativa apresentada pela Dra. Barbara Maués Freire, que se refere a um momento de profunda dificuldade pessoal e necessidade de amparo psicológico;

RECONHECENDO a importância da dedicação integral e do bem-estar dos membros que ocupam cargos de tamanha responsabilidade institucional, especialmente em um órgão tão vital como o Tribunal de Ética e Disciplina, pilar da conduta moral e profissional da advocacia;

LEVANDO EM CONTA a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços e das atividades essenciais desempenhadas pelo Tribunal de Ética e Disciplina, garantindo que as demandas e os processos em curso não sofram prejuízos ou descontinuidade em razão do afastamento;

OBSERVANDO as prerrogativas e os deveres da Presidência da OAB/AC no que tange à gestão dos quadros e à manutenção da ordem e do funcionamento das instâncias deliberativas e disciplinares da Seccional;

FUNDAMENTANDO-ME, no artigo. 52, XXI do Regimento Interno da OAB/AC, e artigo 19 do Regimento interno do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/AC, que regulamentam a substituição e a sucessão em cargos diretivos em situações de afastamento temporário para garantir a eficiência e a estabilidade institucional;

DECIDO:

1.DEFERIR integralmente o pedido de afastamento temporário das funções de Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre formulado pela Dra. Barbara Maués Freire, OAB/AC nº 5.014. O afastamento será concedido pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início oficial a partir de 26 de junho de 2025, em virtude dos motivos de saúde psicológica e trauma pessoal devidamente justificados e comprovados no requerimento apresentado.

2.Para que não haja solução de continuidade nas importantes atividades do Tribunal de Ética e Disciplina durante o período de afastamento da Dra. Barbara Maués Freire, e com o intuito de preservar a eficiência e a agilidade na condução dos trabalhos, em estrita conformidade com as diretrizes do Regimento Interno desta Seccional e as normas que regulam a Ordem dos Advogados do Brasil quanto à substituição em casos de afastamento de titulares de cargos;

DESIGNAR e, por conseguinte, NOMEAR para assumir interinamente a Presidência do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, pelo mesmo período de 180 (cento e oitenta) dias, o VICE-PRESIDENTE do referido Tribunal, Thiago Pereira Figueiredo.

O Vice-Presidente ora designado deverá, a partir da data de início do afastamento da titular, assumir todas as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo de Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, zelando pela sua plena e contínua operacionalidade.

3.Determinar à Secretaria Geral da Ordem que adote, com a máxima urgência e diligência, as providências administrativas e protocolares cabíveis. Isso inclui a devida publicação deste Termo de Despacho nos meios oficiais de comunicação da OAB/AC, a fim de conferir-lhe a publicidade necessária, e a imediata notificação da Dra. Barbara Maués Freire e do Vice- Presidente ora designado, para ciência inequívoca e cumprimento imediato desta decisão.

Cumpra-se com urgência e total rigor.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Rio Branco – Acre, 25 de junho de 2025

(assinado eletronicamente)

RODRIGO AIACHE CORDEIRO

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ACRE

Acre, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

DESPACHO

DESPACHO

Processo: 01.0000.2025.003104-2

Defiro o pedido de afastamento solicitado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

RIO BRANCO, 25 de junho de 2025.

RUTH SOUZA ARAUJO BARROS

Presidente

CONSELHO SECCIONAL - AMAPÁ

Amapá, data da disponibilização: 26/06/2025

SECRETARIA GERAL

INSCRIÇÃO

EDITAL

Em obediência à Lei 8.906/94 - Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, torno público que qualquer interessado capaz no prazo previsto de cinco dias úteis da publicação deste, poderá impugnar por inobservância das condições legais, os pedidos de inscrições abaixo relacionados: PRINCIPAL: Amanda Dos Santos Ferreira. Seção do Amapá, em 26 de junho de 2025.

ANA DIANDRA FONTOURA MOREIRA

Secretária-Geral da OAB/AP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSELHO SECCIONAL - AMAZONAS

Amazonas, data da disponibilização: 26/06/2025

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição **DEFINITIVA** na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Bacharel (a) **ALLAN DOS SANTOS PESSOA.** Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 25 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição **DEFINITIVA** na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Bacharel (a) **ERICA QUEIROZ DA COSTA.** Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 25 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição **DEFINITIVA** na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Bacharel (a) **MARA ANDRÉIA SOARES FADUL.** Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 25 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição **DEFINITIVA** na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o

(a) Bacharel (a) CECILIA DE SOUZA CARVALHO. Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 25 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição de SUPLEMENTAR na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Advogado (a): RENAN HENRIQUE DA SILVA REIS. Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 24 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição de SUPLEMENTAR na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Advogado (a): GIESECHELLY MENDES PASSOS. Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 24 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Faço público para efeito do parágrafo 6º do art. 45 da Lei 8.906/94 c/c artigo 106, § 1º do Regimento da OAB/AM, que requer inscrição DEFINITIVA na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Amazonas, o (a) Bacharel (a) ANDRESSA SANTOS PEREIRA. Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil. Seção do Amazonas, em 25 de junho de 2025.

OMARA OLIVEIRA DE GUSMÃO

Secretária-Geral

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

ACÓRDÃO

ACÓRDÃO 001/2025 - 4ª TURMA - T.E.D

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo: **04.0000.2022.006390-0**

Representante(s): OFÍCIO Nº2719-2019 2º V.E.C.U.T.E

Representado(a/s): O. D. P. F. - OAB/AM 9559 e F. D. S. G. - OAB/AM 8422

Relator: REBECA AGUIAR LARRAT

EMENTA: 001/2025 – 4ª TURMA - T.E.D: **ABANDONO DE CAUSA. CONDUTA REPROVÁVEL DO ADVOGADO CARACTERIZADA COMO INFRAÇÃO DISCIPLINAR.** Procedência da representação, ensejando a aplicação da sanção disciplinar de censura. (art. 34, incs. XI c/c. o art. 36, inciso I e Parágrafo único, da Lei nº 8.906/94). **Vistos, relatados e examinados estes autos, acordam os membros da 4ª Turma, por maioria, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação, para aplicar aos Representados a penalidade de censura.** Publique-se, registrem-se. Sala das sessões da 4ª Turma Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina, Seção do Amazonas, em Manaus, 23 de junho de 2025.

ANDRÉ DE MEDEIROS CARIA

PRESIDENTE DA 4ª TURMA.

REBECA AGUIAR LARRAT

RELATORA DA 4ª TURMA.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.011644-0

Representante: **GILBERTO PAULO DE OLIVEIRA**. Representado (a/s): **R. F. C. - OAB/AM 12991**. Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 09:00h**, através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional - Amazonas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015441-2

Representante: **MARINÊS PEREIRA DA CRUZ CUNHA**. Representado (a/s): **S. M. F. P. - OAB/AM 19075.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 09:30h**, através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional - Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.002122-2

Representante: **GILMAR SENA NOGUEIRA.** Representado (a/s): **I. L. D. L. J. - OAB/AM 8475.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 10:00h**, através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional - Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015112-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Representante: OLIVEIRA ENERGIA S.A. Representado (a/s): R. A. G. - OAB/AM A1767. Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de REPRESENTADO (A/S) no processo em epigrafe, para AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA (virtual/presencial), dia 30/07/2025 às 10:30h, através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015578-2

Representante: ALEXANDRE AUGUSTO LIMA DE SOUSA. Representado (a/s): W. P. D. P. S. - OAB/AM 12736. Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de REPRESENTADO (A/S) no processo em epigrafe, para AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA (virtual/presencial), dia 30/07/2025 às 11:00h, através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015580-6

Representante: LIDIA DA SILVA CAXIAS. Representado (a/s): D. E. D. S. M. - OAB/AM A1129. Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de REPRESENTADO (A/S) no processo em epigrafe, para AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA

(virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 11:30h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini - Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015254-3

Representante: **ESPÓLIO DE GUILHERME ALVES DE VASCONCELOS**. Representante Legal: **DOMINGO LEAL DE VASCONCELOS; RAPHAELY LEAL VASCONCELOS; JECIMAR MEDEIROS DE VASCONCELOS.** Representado (a/s): **M. F. J. - OAB/AM 11338.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para A**UDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 14:00h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.012504-0

Representante: **ANDERSON NASCIMENTO DE SOUZA**. Patrono (a/s): **BRUNA MIRANDA COSTA OAB/AM 19471, FABIO LEITE DA SILVA OAB/AM 19794**. Representado (a/s): **M. F. J. - OAB/AM 11338.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **PATRONO (A/S)** e **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 14:30h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015414-7

Representante: **LENIVALDO FERREIRA - OAB/AM 13438.** Representado (a/s): **J. G. D. S. L. - OAB/AM 1891; L. P. F. - OAB/AM 3956.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **REPRESENTANTE e REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 15:00h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015440-4

Representante: **MARCELO MORENO LOBO.** Patrono (a/s): **SIDNÉIA CUSTÓDIO LANZINI VILLELA OAB/PR 106077**. Representado (a/s): **J. R. D. S. - OAB/AM 15863**. Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade de **PATRONO (A/S) e REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 15:30h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.015372-4

Representante: **GRACIMAR DE MELO RIBEIRO.** Representado (a/s): **M. M. F. J. - OAB/AM 9958.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 16:00h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini -Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

Processos nº: 04.0000.2024.009354-1

Representante: **BANCO BMG S/A.** Patrono (a/s): **DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB/AM A1183** Representado (a/s): **A. F. - OAB/AM A1748.** Pelo presente Edital, notificamos o (a/s) Advogado (a/s) já referido (a/s), na qualidade **PATRONO (A/S)** e **REPRESENTADO (A/S)** no processo em epigrafe, para **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA HÍBRIDA** (virtual/presencial), **dia 30/07/2025 às 16:30h** através da plataforma Zoom/ em formato presencial (no Mini - Auditório, na Sede do Ordem dos Advogados do Amazonas). Caso opte pela forma remota, as partes deverão informar com antecedência, até 24h (vinte e quatro horas) via e-mail (ted@oabam.org.br), dessa forma o link de acesso será disponibilizado por e-mail 15 (quinze minutos) antes do início da sessão através do endereço de e-mail: ted@oabam.org.br.

CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Conciliação Prévia do

Tribunal de Ética e Disciplina

Conselho Seccional – Amazonas

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA

PORTARIA OAB/AM-GP 279/2025.

DISPÕE sobre a criação e composição da **COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO DA ADVOCACIA FEMININA DA OAB/AM**, triênio 2025/2027.

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que determina o art. 55, inciso XII do Regimento Interno da OAB/AM;

RESOLVE:

CRIAR a COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO DA ADVOCACIA FEMININA DA OAB/AM para o triênio 2025/2027.

NOMEAR as advogadas abaixo mencionadas para compor a **COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO DA ADVOCACIA FEMININA DA OAB/AM** de acordo com o cargo correspondente, para o triênio de 2025/2027, a saber:

PRESIDENTE: EDMÁRIE DE JESUS CAVALCANTE – OAB/AM 3351;

VICE-PRESIDENTE: MARCIA CRISTINA DOS SANTOS DA ROCHA – OAB/AM 15961;

SECRETÁRIA-GERAL: ALFRANIA BALBINO DE OLIVEIRA – OAB/AM 9319.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, em Manaus – AM, 25 de Junho de 2025.

JEAN CLEUTER SIMOES MENDONÇA

Presidente da OAB/AM

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA OAB/AM-GP 281/2025.

DISPÕE sobre a composição da **COMISSÃO DE DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA OAB/AM**, triênio 2025/2027.

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO AMAZONAS,

no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que determina o art. 55, inciso XII do Regimento Interno da OAB/AM;

RESOLVE:

NOMEAR os advogados abaixo mencionados para compor a **COMISSÃO DE DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA OAB/AM**, de acordo com o cargo correspondente, para o triênio de 2025/2027, a saber:

MEMBRO: ALESSANDRO LÚCIO CRISTO DE MELO – OAB/AM 19736;

MEMBRO CONSULTIVO: LELAND BARROSO DE SOUZA– CPF: 070.XXX.282-15.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, em Manaus – AM, 25 de junho de 2025.

JEAN CLEUTER SIMOES MENDONÇA

Presidente da OAB/AM

PORTARIA OAB/AM-GP 282/2025.

DISPÕE sobre a composição da **COMISSÃO OAB JOVEM DA OAB/AM**, triênio 2025/2027.

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO AMAZONAS,

no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que determina o art. 55, inciso XII do Regimento Interno da OAB/AM;

RESOLVE: Nomear os (as) membros (as) abaixo mencionados para compor a **COMISSÃO OAB JOVENS DA OAB/AM, de acordo com o cargo correspondente, para o triênio de 2025/2027,** a saber:

OUVIDORA-GERAL: THAIS COHEN CHALUB – OAB/AM 14501;

SUB OUVIDORA: DUANE RAISSA LOPES CAVALCANTE – OAB 18475.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, em Manaus – AM, 25 de junho de 2025.

JEAN CLEUTER SIMOES MENDONÇA

Presidente da OAB/AM

PORTARIA OAB/AM-GP 277/2025.

DISPÕE sobre a Composição da **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO AMAZONAS DA OAB/AM**, triênio 2025/2027.

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO AMAZONAS,

no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que determina o art. 55, inciso XII do Regimento Interno da OAB/AM;

RESOLVE:

NOMEAR os (as) advogados (as) abaixo mencionado para compor a **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO AMAZONAS DA OAB/AM**, de acordo com o cargo correspondente, para o triênio de 2025/2027, a saber:

MEMBRO: KAMILA SILVA DE VASCONCELOS – OAB/AM A1670;

MEMBRO: RODRIGO DEMETRIO ANUNCIAÇÃO MARQUES – OAB/AM 17.791;

MEMBRO: ELIANDRA DA SILVA CAVALCANTE – OAB/AM 18.333;

MEMBRO: SYLVIA RODRIGUES CORDOVILLE DIONISO – OAB/AM 18.699.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, em Manaus – AM, 25 de junho de 2025.

JEAN CLEUTER SIMOES MENDONÇA

Presidente da OAB/AM

PORTARIA OAB/AM-GP 238/2025.

DISPÕE sobre a composição da **Comissão da Mulher Advogada da OAB/AM**, triênio 2025/2027.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que determina o art. 55, inciso XII do Regimento Interno da OAB/AM;

RESOLVE:

NOMEAR os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a Comissão da Mulher Advogada da OAB/AM, de acordo com o cargo correspondente, para o triênio de 2025/2027, a saber:

MEMBRO: DARLENE FABIANA PEREIRA CARVALHO CALDEIRA – OAB/AM 19.228;

MEMBRO: DANIELLE MACEDO NASCIMENTO – OAB/AM 16.925;

MEMBRO: SARAH GEORGIA DE FIGUEIREDO – OAB/AM 10361;

MEMBRO: MANOELA MEDEIROS ROLA – OAB/AM 17189;

MEMBRO: KAMILA SILVA DE VASCONCELOS – OAB/AM A1670

MEMBRO CONSULTIVO: JAQUELINE PIMENTA ALVES CPF: 916.XXX.772-34

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL DO AMAZONAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, em Manaus – AM, 24 de Junho de 2025.

JEAN CLEUTER SIMOES MENDONÇA

Presidente da OAB/AM

SOCIEDADES

ACÓRDÃO

REGISTRO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CONSELHO SECCIONAL - AMAZONAS

SECRETARIA

Processo nº 209-K/2025

Feito: REGISTRO DE SOCIEDADE

Interessados: RAMON CESAR DE JESUS, WALLESKA MACIEL LOPES - **"MACIEL & JESUS - ADVOGADOS ASSOCIADOS".**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ACÓRDÃO

EMENTA: SOCIEDADE DE ADVOGADOS – EXIGÊNCIAS LEGAIS ATENDIDAS PELO DEFERIMENTO DA ABERTURA DA SOCIEDADE.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que os Advogados supra requerem o Registro de Sociedade de advogados denominada **"MACIEL & JESUS - ADVOGADOS ASSOCIADOS".** Acordam os conselheiros da Câmara Especial, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas, à unanimidade, nos termos do voto do(a) Relator(a) em deferir o pleito, posto que foram cumpridas as exigências legais.

Manaus, 11 de junho de 2025.

ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO

Presidente

KON TSIH WANG

Secretário(a)

ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA

Relator(a)

REGISTRO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL

CONSELHO SECCIONAL - AMAZONAS

SECRETARIA

Processo nº 217-I/2025

Feito: REGISTRO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL

Interessado(a): THYARA DA SILVA ALMEIDA, - **"THYARA ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA".**

ACÓRDÃO

EMENTA: SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – EXIGÊNCIAS LEGAIS ATENDIDAS PELO DEFERIMENTO DA ABERTURA DA SOCIEDADE INDIVIDUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o(a) advogado(a) supra requer o Registro de Sociedade Individual de Advocacia **"THYARA ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA".** Acordam os Conselheiros da Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas, à unanimidade, nos termos do voto do(a) Relator(a) em deferir o pleito, posto que foram cumpridas as exigências legais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Manaus, 18 de junho de 2025.

ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO

Presidente

CRISTIAN MENDES DA SILVA

Secretário(a)

AMANDA GUIMARÃES PRAIA

Relator(a)

REGISTRO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL

CONSELHO SECCIONAL - AMAZONAS

SECRETARIA

Processo nº 203-I/2025

Feito: REGISTRO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL

Interessado(a): JIMMY DA SILVA ARAÚJO, - **"JIMMY ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA".**

ACÓRDÃO

EMENTA: SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – EXIGÊNCIAS LEGAIS ATENDIDAS PELO DEFERIMENTO DA ABERTURA DA SOCIEDADE INDIVIDUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o(a) advogado(a) supra requer o Registro de Sociedade Individual de Advocacia **"JIMMY ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA".** Acordam os Conselheiros da Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas, à unanimidade, nos termos do voto do(a) Relator(a) em deferir o pleito, posto que foram cumpridas as exigências legais.

Manaus, 16 de junho de 2025.

ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO

Presidente

KON TSIH WANG

Secretário(a)

NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO RIBEIRO PERRONE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Relator(a)

CONSELHO SECCIONAL - BAHIA

Bahia, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

PORTARIA N. 0504/2025 – GP

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção da Bahia, no uso de suas atribuições, e na forma do quanto dispõe o art. 65, inciso XX, do Regimento Interno da Seccional, resolve nomear como Ouvidora Adjunta Especial da Mulher Advogada a advogada Jéssica Batista Marques Cavalcante Berenguer, OAB/BA n. 52.542.

Publique-se e cumpra-se.

Salvador-BA, 25 de junho de 2025.

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente da OAB/BA

PORTARIA N. 0505/2025 – GP

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, no uso de suas atribuições, e na forma do quanto dispõe o art. 65, inciso XX, do Regimento Interno da Seccional, resolve criar, ad referendum do Conselho Pleno, a COMISSÃO ESPECIAL DE ADVOCACIA CORPORATIVA, e nomear como Presidente a advogada VIVIANE LESSA VIEIRA DE SÁ MENEZES, OAB/BA 31944, e, como membros, os advogados TAÍS CARVALHO SANTOS, OAB/BA 26371; CAROLINA ALVES MENDES, OAB/BA 17461; JULIANA DOMINGUES OLIVEIRA MELLO, OAB/BA 18395; JOSÉ LAURIA, OAB/BA 17496; KALIANY CONCEIÇÃO PINHEIRO SOUZA, OAB/BA 32185; JADE BATISTA SOARES, OAB/BA 62609; RAQUEL CARNEIRO SANTOS PEDREIRA FRANCO, OAB/BA 17480; RODRIGO CUNHA DE AMORIM LIMA, OAB/BA 61701; RÔMULO AUGUSTO CARVALHO DE OLIVEIRA SOARES, OAB/BA 54375.

Publique-se e cumpra-se.

Salvador-BA, 25 de junho de 2025.

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente da OAB/BA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA N. 0506/2025 – GP

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, no uso de suas atribuições, e na forma do quanto dispõe o art. 65, inciso XX, do Regimento Interno da Seccional, resolve criar, ad referendum do Conselho Pleno, a COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO, e nomear como Presidente a advogada CYNTIA MARIA DE POSSIDIO OLIVEIRA LIMA, OAB/BA 15654. Publique-se e cumpra-se.

Salvador-BA, 25 de junho de 2025.

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente da OAB/BA

PORTARIA N. 0508/2025 – GP

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, no uso de suas atribuições, e na forma do quanto dispõe o art. 65, inciso XX, do Regimento Interno da Seccional, resolve nomear como membro da COMISSÃO DE DIREITOS SOCIAIS E RELAÇÕES DO TRABALHO a advogada MILENA DE OLIVEIRA COÊLHO, OAB/BA 52936. Publique-se e cumpra-se.

Salvador-BA, 25 de junho de 2025.

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente da OAB/BA

PORTARIA N. 0507/2025 – GP

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, no uso de suas atribuições, e na forma do quanto dispõe o art. 65, inciso XX, do Regimento Interno da Seccional, resolve nomear como Presidente a advogada RITA DE CÁSSIA DA SILVA ALVES, OAB/BA nº 12111; como Vice-Presidente a advogada DIVA MARIA SOUZA SANTOS, OAB/BA nº 4162; como Primeira Secretária a advogada MARIA DAS GRAÇAS BALDINI BENEVIDES FONSECA, OAB/BA nº 12738; como Segunda Secretária a advogada; MARIA DE FÁTIMA VINHAS DE ALMEIDA, OAB/BA nº 13041; e como membros os advogados ALINE SANTANA BRASIL ANDRADE, OAB/BA nº 79643; ANTONIO AMADEU GESTEIRA DE SOUZA, OAB/BA nº 13921; ANTONIO FERNANDO RODRIGUES LOPES, OAB/BA nº 9589; ANTÔNIO SOUSA BRITO, OAB/BA nº 13064; MARIA BERNADETH GONCALVES DA CUNHA CORDEIRO, OAB/BA nº 2441; IDEVITA MONTEIRO CUNHA GONÇALVES, OAB/BA nº 25644; RENATO SOUZA SANTANA, OAB/BA nº 14432; SUELI VELOSO SILVA, OAB/BA nº 12678; ANTONIO JOSE SANTOS DA SILVA, OAB/BA nº 67979; NILDES EMBIRUÇU MAGALHÃES, OAB/BA nº 13154; da COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA. Publique-se e cumpra-se.

Salvador-BA, 25 de junho de 2025.

Daniela Lima de Andrade Borges

Presidente da OAB/BA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SECRETARIA DE PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES

ARQUIVAMENTO

Edital n° 00746/2025 – SUPED

PROCESSO Nº 00522/2025

Representante: IRAMAR MONTENEGRO SANTOS

Fica notificado(a) o(a) representante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00560/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - PROJUDI

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00561/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - PROJUDI

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00679/2025

Representante: Dra. THAÍS LIMA ANDRADE MENEZES - OAB/BA: (61727)

Fica notificado(a) o(a) representante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se.

Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00786/2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Fica notificado(a) o(a) representante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00787/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00788/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Fica notificado(a) o(a) representante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00789/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00791/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

PROCESSO Nº 00792/2025

Comunicante: 6ª VSJE DO CONSUMIDOR (VESPERTINO) - IMBUÍ

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Fica notificado(a) o(a) autoridade comunicante acima nominado(a) para tomar conhecimento da decisão que determinou o arquivamento do processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto nos **§§ 3º e 4º do art. 58**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte e/ou pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA. Publique-se. Salvador, 25 de Junho de 2025.

RAZÕES FINAIS

Edital n° 00748/2025 – SUPED

Ficam notificados a empresa representante, e seu procurador, para se manifestarem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto no **§ 2 e 8º do art. 59**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pelo advogado/defensor cadastrado no CNA.

1.UNIVERSAL SISTEMAS LTDA – ME, e seu procurador Sr. João Simão Ferreira de Oliveira – Processo 671/2020.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

Edital n° 00749/2025 – SUPED

Ficam notificados, respectivamente, os advogados na qualidade de representantes, para tomarem conhecimento do parecer preliminar exarado no processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto no **§ 8º do art. 59**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pelo advogado/defensor cadastrado no CNA.

1.Dr. Edmilson Jatahy Fonseca Neto(OAB/BA 32649) e Dr. José Pedro Paulino Souto(OAB/BA 55561) – Processo 00750/2020.

2.Dra. Camila Muriel Rodrigues Barbosa(OAB/BA 47470) – Processo 01659/2024.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

Edital n° 00750/2025 – SUPED

Ficam notificados os representantes, abaixo nominados, para tomarem conhecimento do parecer preliminar exarado no processo, manifestando-se, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, em atendimento ao quanto disposto no **§ 8º do art. 59**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pela parte.

1.Sr. Antonio Dorimarck Azevedo Neri – Processo 00294/2022.

2.Sra. Regiane Vilimas Souza – Processo 00052/2021.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

3.Sra. Irani dos Santos – Processo 01594/2024.

4.Sr. Emerson Santos Ribeiro – Processo 00938/2024.

5.Sra. Zita Diaz Criten – Processo 245/2020.

6.Sr. José Raimundo dos Santos – Processo 02495/2024.

7.Sra. Roseane Santos de Lima – Processo 01344/2024.

8.Sra. Sandra Cristina Santos de Santana – Processo 00028/2024.

9.Sr. Gilson dos Santos Santiago – Processo 00030/2024.

10.Sra. Maria da Conceição de Lima Melo – Processo 00598/2023.

11.Sr. Maximiano Oliveira – Processo 01511/2023.

12.Sra. Rosimeire dos Reis de Jesus – Processo 00172/2022.

13.Sra. Maria de Fátima Ferreira Sales – Processo 00608/2022.

14.Sr. Henrique Menezes Santos – Processo 00279/2022.

15.Sra. Caroline do Carmo Santos – Processo 00556/2022.

16.Sr. Marcos Antonio Cunha dos Santos – Processo 00576/2022.

17.Sra. Sankia Luíza de Sales – Processo 01205/2023.

18.Sr. Ramon Alves dos Santos – Processo 01498/2023.

19.Sr. Elson do Padro Ribeiro – Processo 02864/2024.

20.Sr. Washington Luiz Andrade Sales – Processo 01622/2024.

21.Sra. Ana Paula Santos Ribeiro – Processo 00328/2025.

22.Sr. João Bispo dos Santos – Processo 01011/2023.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

Edital n° 00751/2025 – SUPED

Ficam notificados os advogados abaixo nominados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no quanto disposto no **§ 8º do art. 59**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

1.N.D.J.B.J., Advogado(a) Nirvan Dantas Jacobina Brito Júnior(OAB/BA 20855) – Processo 01909/2024.

2.D.C.V.S.D., Advogado(a) Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB/ MG 81049) e M.R.D., Advogado(a) Marcos Roberto Dias(OAB/MG 80188) – Processo 02450/2024.

3.T.L.R., Advogado(a) Tainá Lima Ribeiro(OAB/BA 70138) – Processo 00512/2024.

4.P.G.C., Advogado(a) Patrícia Gonçalves da Costa(OAB/BA 18282) – Processo 02564/2024.

5.A.L.S., Advogado(a) Anderson Luciano dos Santos(OAB/BA 62745) – Processo 00002/2024.

6.J.M.S.N., Advogado(a) Josias Maia Souza Neto(OAB/BA 74418) – Processo 01528/2024.

7.R.N.S., Advogado(a) Rafaela Nascimento dos Santos(OAB/BA 75803) – Processo 00363/2024.

8.A.V.P.N., Advogado(a) Alfredo Vilella Pimenta Neto(OAB/BA 56279) e V.A.L., Advogado(a) Valguinei Araujo Lemos(OAB/BA 53919) – Processo 01795/2024.

9.A.A., Advogado(a) Alexsandro Alves(OAB/BA 60897) – Processo 421/2020.

10.D.P.S., Advogado(a) Delfin Paixão dos Santos(OAB/BA 34088) – Processo 00200/2024.

11.R.C.S.J., Advogado(a) Reinaldo da Cruz de Santana Junior(OAB/BA 30895) – Processo 00867/2024.

12.J.S.J., Advogado(a) Jorge Silva de Jesus(OAB/BA 38164) e N.M.M.J., Advogado(a) Nivea Maria Moura de Jesus(OAB//BA 63648) – Processo 00132/2021.

13.C.S.S. Advogado(a) Cléfia Santos da Silva(OAB/BA 46771) – Processo 01669/2024.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

Edital n° 00752/2025 – SUPED

Ficam notificados os advogados abaixo nominados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no quanto disposto no **§ 8º do art. 59**, do Código de Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pelo(a) advogado/defensor cadastrado no CNA.

1.F.B.C.S., e seu patrono Dr. Anibal José Leite da Silva Moteiro(OAB/SE 5165) – Processo 01178/2024.

2.S.C.S., e seu patrono Dr. Christian Barbosa Freitas(OAB/BA 73369) – Processo 00642/2025.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

Edital n° 00753/2025 – SUPED

Ficam notificados para o exercício do múnus de Defensor Dativo, os advogados abaixo nominados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no quanto disposto no **§ 2º e 8º do art. 59**, do Código de

Ética e Disciplina. A disponibilização do link para consulta ao processo se dará pelo correio eletrônico (e-mail) informado pelo advogado/defensor cadastrado no CNA.

1.Dr. Diogeano Marcelo de Lima(OAB/BA 61581) – Processo 02150/2024.

2.Dr. Ronaldo Batista da Cruz Silva(OAB/BA 81666) – Processo 00574/2022.

3.Dr. Renato José Borges Nascimento(OAB/BA 27587) – Processo 00189/2023.

Publique-se. Salvador, 25 de junho de 2025.

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

DECISÃO

EDITAL DECISÃO n° 133/2025

QUARTA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 01611/2023

Interessado(a)(s): Marlene Souza da Silva; D.S.F.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 9832, Dr, Dermeval de Souza Filho) – RELATORA: MARIA FERNANDA VASCONCELLOS ÁVILA **EMENTA N. 112/2025-4a.** Acórdão dos Membros da Quarta Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS. DISCIPLINARES INFRAÇÕES NÃO CONFIGURADAS. AUSÊNCIA DE PROVA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 09/06/2025, acordam os Membros da Quarta Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. A simples alegação de não devolução de documentos, desacompanhada de provas, não é suficiente para ensejar sanção disciplinar. Inexistência de demonstração objetiva de que o advogado reteve indevidamente documentos da cliente ou que tenha agido com dolo ou culpa grave. Comprovação, pelo Representado, de atuação em ações previdenciárias em favor da Representante. Ausentes elementos probatórios mínimos que confirmem a ocorrência das infrações tipificadas nos artigos 12 do Código de Ética e 33 e 36, II do Estatuto da OAB. Aplicação do princípio da presunção de inocência. Improcedência da representação e arquivamento dos autos. Maria Fernanda Vasconcellos Ávila, Relatora do Acórdão. ANA BEATRIZ LISBOA PEREIRA - Presidente da Quarta Turma. 25/6/2025.

Processo nº 896/2018-ED

Interessado(a)(s): Embargante: W.S.C.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 29.740, Dr. Wladimir Silva Cardoso) – RELATORA: MARIA FERNANDA VASCONCELLOS ÁVILA **EMENTA N. 113/2025-4a.** Acórdão dos Membros da Quarta Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INFRAÇÃO DISCIPLINAR – RETENÇÃO INDEVIDA DE AUTOS – ART. 34, XXII, DO EAOAB – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO – INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO – FUNDAMENTAÇÃO COERENTE E CLARA NO VOTO CONDENATÓRIO – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 09/06/2025, acordam os Membros da Quarta Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Embargos de declaração opostos com base na suposta existência de contradição em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

decisão colegiada que aplicou pena de suspensão ao representado. Alegação de que a decisão teria reconhecido inexistência de dolo, o que inviabilizaria a condenação. Inocorrência. Voto condutor assentou expressamente que a conduta de reter autos por mais de seis meses e mesmo após ordens judiciais de devolução, com devolução apenas após imposição de multa pelo Juízo, caracteriza infração disciplinar. Embargos declaratórios não se prestam à revisão do mérito da decisão colegiada. Ausência de omissão, obscuridade ou contradição. Embargos rejeitados. Maria Fernanda Vasconcellos Ávila, Relatora do Acórdão. ANA BEATRIZ LISBOA PEREIRA - Presidente da Quarta Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 134/2025

SEGUNDA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 780/2018

Interessado(a)(s): Júlio Cézar Fernandes de Almeida; O.L.F.: Patrono(a)(s): OAB-SP 231.536, Dra. Ana Carolina Moreira Santos e Dr. Yuri Carneiro Coelho. OAB-BA 15.649 – RELATORA: NEUZA MARIA COSTA DE ALMEIDA **EMENTA N. 114/2025-2a.** Acórdão dos Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "LOCUPLETAMENTO DE VALORES – PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO – COBRANÇA ABUSIVA DE HONORÁRIOS - PERCENTUAIS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO – REPASSE A MENOR PARA O CLIENTE – VIOLAÇÃO DO ART. 34, XX e XXI, DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 03/06/2025, acordam os Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA.A Representada não apresentou o termo aditivo ao contrato prevendo o acréscimo dos percentuais indicados, em especial da petição de recurso e penhora, o que verifico totalmente arbitrário e abusivo tais cobranças. Quanto as despesas, a Representada não junta cópia dos gastos efetivos e sua efetiva comunicação ao Representante. Neste caso, é dever da Representada apresentar documentos que comprovem as despesas realizadas no curso do processo, a exemplo de recibos, notas fiscais, guias de arrecadação, etc. Assim, voto pela procedência da representação, com sua suspensão por 06 (seis) meses, com a incidência §2º do Art. 37 do EOAB, que prevê que a suspensão perdura até que satisfaça integralmente a dívida, inclusive com correção monetária, tendo em vista que as provas anexadas aos autos comprovam que a Representada, é recorrente contumaz pelas mesmas infrações praticadas nos processos que responde, encontram previsão no artigo 34, XX e XXI do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Neuza Maria Costa de Almeida, Relatora do Acórdão. JOÃO AMARAL - Presidente da Segunda Turma. 25/6/2025.

Processo nº 00885/2023

Interessado(a)(s): Elizabeth Braz da Silva; R.F.O.S.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 48.769, Dra. Roberta Francis de Oliveira Santos) – RELATORA: LARISSA SANTOS VIEIRA **EMENTA N. 115/2025-2a.** Acórdão dos Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR – REPRESENTAÇÃO – ALEGAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES E VIOLAÇÃO DE SIGILO PROFISSIONAL – AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS – PROVAS DEFENSIVAS VEROSSÍMEIS – PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO – IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. **I.** Representação formulada contra advogada, imputando infração disciplinar consistente em atuação contra interesses de ex-cliente e utilização indevida de informações obtidas em mandato. **II.** Verificação da suficiência das provas acusatórias e da pertinência das provas defensivas para caracterizar a infração disciplinar. **III.** Ausência de provas robustas das alegações da representante; verossimilhança das provas apresentadas pela defesa, demonstrando atuação profissional regular; incidência do princípio do in dubio pro reo; respeito ao contraditório e à ampla defesa. **IV.** Improcedência da representação. Legislação citada: Arts. 34, VII e XIX, 37, § 2º e 73, § 2º do EAOAB; arts. 25, 26, 59, § 7º e 66 do CED; art. 68, § 1º do RITED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

OAB/BA.” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 03/06/2025, acordam os Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Por fim, invoco o princípio do i*n dubio pro reo*, consagrado na doutrina e reiteradamente aplicado na prática dos Tribunais de Ética e Disciplina. Esse princípio determina que, na existência de dúvida razoável quanto à ocorrência da infração disciplinar, a decisão deve ser favorável ao Representado, assegurando o respeito aos direitos fundamentais da parte e preservando a confiança na atuação do TED. Diante do exposto, em desacordo com o parecer preliminar (fls. 55/56), voto pela improcedência da representação disciplinar, com fundamento na ausência de provas robustas das infrações imputadas e na verossimilhança das alegações defensivas apresentadas pela representada, aplicando o princípio do *in dubio pro reo* e o devido processo legal. Este é o voto. Larissa Santos Vieira, Relatora do Acórdão. JOÃO AMARAL - Presidente da Segunda Turma. 25/6/2025.

Processo nº 01170/2024

Interessado(a)(s): Josiene Batista de Santana; N.B.C.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 62.610, Dr. Neilson Barbosa da Cunha) – RELATORA: LARISSA SANTOS VIEIRA **EMENTA N. 116/2025-2a.** Acórdão dos Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: “PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PERTENCENTES À CLIENTE, REFERENTES A PAGAMENTO RETROATIVO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DEFESA ALEGANDO EMPRÉSTIMO NÃO COMPROVADO E INADIMPLEMENTO RECONHECIDO. PRELIMINARES REJEITADAS. INFRAÇÃO AO ART. 34, XXI, DO EAOAB. RECIDIVA CONFIGURADA. APLICAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, QUE PERDURA ATÉ A QUITAÇÃO INTEGRAL DO DÉBITO COM A PARTE REPRESENTADA, COM CORREÇÃO MONETÁRIA (ART. 37, § 2º, EAOAB). PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 03/06/2025, acordam os Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. O Representado alega, em sua defesa prévia, suscitou as preliminares de inexistência de infração ética tipificada e atipicidade da conduta; fragilidade das provas e ausência de prejuízo e princípio da insignificância, que embora pertinentes ao mérito, não constituem preliminares processuais aptas a obstar o regular andamento do feito. O Regimento Interno do TED (art. 68 e seguintes) e o EAOAB (Lei 8.906/94) exigem que nulidades ou vícios formais sejam comprovados e suscitados oportunamente, o que não ocorreu. Diante do exposto, e acolhendo o parecer preliminar, pugno pela procedência da representação, reconhecendo a prática de infração ética pelo representado, tipificada no artigo 34, inciso XXI, do Estatuto da Advocacia e da OAB (EAOAB), aplicando ainda a pena de suspensão do exercício profissional, nos termos do artigo 37, § 2º, do EAOAB, com a duração da suspensão de 30 (trinta) dias, vinculada à quitação integral da obrigação de repasse à cliente, acrescida de correção monetária. É como voto. Larissa Santos Vieira, Relatora do Acórdão. JOÃO AMARAL - Presidente da Segunda Turma. 25/6/2025.

Processo nº 803/2018-ED

Interessado(a)(s): Embargante: D.W.E.: Defensora Dativa: OAB-BA 30.252, Dra. Juliana Novaes Franco; Embargada: Alessandra Maria de Souza – RELATORA: LARISSA SANTOS VIEIRA **EMENTA N. 117/2025-2a.** Acórdão dos Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ART. 43 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB (LEI 8.906/94). RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO ORDINÁRIA EM 09/07/2024, DATA ANTERIOR AO JULGAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 03/06/2025, acordam os Membros da Segunda Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Assim, o prazo quinquenal recomeçou a fluir integralmente a partir de 09/07/2019 e se consumou em 09/07/2024. Considerando que o julgamento do processo ocorreu em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

05/11/2024, após o decurso do prazo prescricional, é de rigor o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. Os embargos foram tempestivos e preenchidos os requisitos legais (art. 69 do EOAB e art. 139 do RGOAB), sendo cabível o seu conhecimento. Diante do exposto, VOTO por conhecer dos embargos de declaração, por preenchidos os requisitos legais e por sua tempestividade, bem como julgar os embargos procedentes, declarando a prescrição da pretensão punitiva do representado em 09/07/2024, data anterior ao julgamento do processo, extinguindo o processo ético disciplinar n.º 803/2018, com fundamento no artigo 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB. É como voto. Larissa Santos Vieira, Relatora do Acórdão. JOÃO AMARAL - Presidente da Segunda Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 135/2025

TERCEIRA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 00699/2022

Interessado(a)(s): Márcio Jesus dos Santos; J.A.S.;M.S.F.;M.F.S.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 10.324, Dr. Jânio de Almeida Silveira); (OAB-BA 40.130, Dr. Márcio Sudsilowsky Ferreira) e (OAB-BA 57.046, Dr. Matheus Freitas Silveira) – RELATOR: ISMAEL RIBEIRO FARIAS. **EMENTA N. 118/2025-3a.** Acórdão dos Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DE INFRAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR. RENÚNCIA AO MANDATO. EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO. BOA-FÉ DOS ADVOGADOS REPRESENTADOS. ÔNUS DA PROVA DO REPRESENTANTE. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 06/06/2025, acordam os Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Ademais, conforme se extrai dos autos da reclamação trabalhista mencionada, foi a ausência do próprio representante à audiência designada que resultou na aplicação da pena de confissão ficta e, por consequência, no julgamento de improcedência da demanda. Não há qualquer elemento que indique que a conduta dos representados tenha concorrido para o desfecho processual desfavorável, uma vez que estes não mantinham mais relação com o processo. Destaca-se, por fim, que não se evidenciou qualquer comportamento omissivo, negligente ou doloso por parte dos representados, tampouco afronta ao EAOAB, ao CED ou qualquer outra legislação disciplinar aplicável, motivo pelo qual voto pela improcedência da representação. É como voto. Ismael Ribeiro Farias, Relator do Acórdão. ALEXANDRE DA SILVA MEDEIROS SANTOS - Presidente da Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 429/2019

Interessado(a)(s): Genice Dias Soares; S.S.P.A.: Defensora Dativa: OAB-BA 69.037, Dra. Andréa Barros de Oliveira Sousa – RELATOR: ISMAEL RIBEIRO FARIAS. **EMENTA N. 118/2025-3a.** Acórdão dos Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA DA INFRAÇÃO ÉTICA. CONTATO MANTIDO COM O REPRESENTANTE ANTES DO PROTOCOLO DA REPRESENTAÇÃO. RESSARCIMENTO VOLUNTÁRIO DOS VALORES ANTES DA REGULAR NOTIFICAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 06/06/2025, acordam os Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Não havendo nos autos prova inequívoca da infração, tampouco evidência de má-fé ou de retenção indevida com dolo, a representação não encontra respaldo suficiente para imposição de sanção disciplinar. Pedindo vênia, discordo do douto relator que emitiu parecer preliminar e considerando a prática evidenciada nos autos, voto pela improcedência da representação. É como voto. Ismael Ribeiro Farias, Relator do Acórdão. ALEXANDRE DA SILVA MEDEIROS SANTOS -

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 00689/2023

Interessado(a)(s): Ilza Viana Ramos; A.P.S.A.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 42.490, Dra. Adriana do Prado Santos Andrade) – RELATOR: MICHEL MENDONÇA RIBEIRO. **EMENTA N. 119/2025-3a.** Acórdão dos Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. ABANDONO PROCESSUAL. ALEGAÇÃO DE LOCUPLETAMENTO E AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VALORES. CONTRATO DE HONORÁRIOS DEVIDAMENTE CUMPRIDO. SERVIÇOS PRESTADOS E COMPROVADOS COM CONTAS PRESTADAS. JULGAMENTO IMPROCEDENTE." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 06/06/2025, acordam os Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Não houve inércia excessiva equiparável a recusa presumida, a profissional afirmou ter buscado contatos oportunos com a cliente, que inclusive foi recebida por mais de uma vez no escritório da representada, antes e após o saque da RPV, tendo sido realizada a transferência da quantia cabível. Evidentemente, inexistiu locupletamento e recusa ao fornecimento de informações que sejam quanto ao trâmite processual e aos créditos percebidos. Portanto, diante da ausência de comprovação capaz de configurar a infração apontada, a hipótese vislumbrada e´ de improcedência da representação, por ausência de prova dos atos infracionais e inocorrência de prejuízos à cliente. Michel Mendonça Ribeiro, Relator do Acórdão. ALEXANDRE DA SILVA MEDEIROS SANTOS - Presidente da Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 343/2019

Interessado(a)(s): Jurandir Almeida Vilas Boas; Patrono: Dr. Augusto Cesar Hygino, OAB-BA 50.612; J.S.C.: Defensora Dativa: Dra. Livia Maria Costa Santana, OAB-BA 56.501 – RELATOR: MICHEL MENDONÇA RIBEIRO. **EMENTA N. 120/2025-3a.** Acórdão dos Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. RECEBIMENTO DE VALORES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INCISO XXI DO ART. 34 DA LEI Nº 8.906/94. CONFIGURAÇÃO DE INFRAÇÃO ÉTICA COM PREJUÍZO A CLIENTE. SUSPENSÃO. JULGAMENTO PROCEDÊNCIA. RELATÓRIO PELA." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 06/06/2025, acordam os Membros da Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Nota-se que a representação se pautou na ocorrência de dano financeiro e prejuízo processual ao representante, que transferiu valores em dinheiro para a advogada representada, que, por sua vez, induziu o cliente a crer que, desse modo, resolveria a situação jurídica com acordo e transação apta a extinguir a demanda e pôr fim à reclamação trabalhista. Em defesa técnica, a representada restringiu-se à simples alegação de que não houve propósito de causar dano e não há elementos probatórios suficientes para configurar o ato infracional. Paralelamente, o Estatuto da Advocacia e da OAB estabelece no art. 34, inciso XXI, que constitui infração disciplinar "recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas ou de terceiros por conta dele". Portanto, diante da configuração da transgressão apontada, a hipótese vislumbrada e´ de procedência da representação, aplicando em face da representada a pena de suspensão pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 37, inciso I e §1º, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Michel Mendonça Ribeiro, Relator do Acórdão. ALEXANDRE DA SILVA MEDEIROS SANTOS - Presidente da Terceira Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 136/2025

DÉCIMA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 01124/2023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Interessado(a)(s): Defensoria Pública do Estado da Bahia; F.R.A.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 67.466, Dra. Fernanda Rosa Araújo) – RELATOR: GILFREDO MACÁRIO GUERRA LIMA **EMENTA N. 121/2025-10a.** Acórdão dos Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PROCESSO DISCIPLINAR N° 01124/2023- EMENTA: "AUSÊNCIA DE PROVAS". DENÚNCIA APRESENTADA SEM PROVAS DA AUTORIA DE INFRAÇÕES TIPIFICADAS NOS INCISOS XX E XXI, DO ART. 34, DA LEI Nº8.906/94. ARGUMENTOS TRAZIDOS PELA REPRESENTANTE QUE NÃO COMPROVAM INFRAÇÕES ÉTICAS. NÃO SE VISLUMBRA DESVIO DE CONDUTA DA REPRESENTADA. IMPROCEDÊNCIA QUE SE IMPÕE." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 04/06/2025, acordam os Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. No caso dos autos, entendo que a hipótese é de improcedência da representação, pois ao que se depreende dos autos a Sra. Edith ficou satisfeita com os esclarecimentos. prestados na defesa prévia a ponto de manifestar à autoridade Representante o seu desinteresse no prosseguimento do feito, o que afasta o reconhecimento da ocorrência das infrações disciplinares tipificadas nos incisos XX e XXI, do art. 34, da Lei nº8.906/94. Por essa razão, concordo com o parecer preliminar e julgo improcedente a representação, com o seu arquivamento. Gilfredo Macário Guerra Lima, Relator do Acórdão. CRISTIANA NEVES ANDARI - Presidente da Décima Turma. 25/6/2025.

Processo nº 01648/2024

Interessado(a)(s): Judite Oliveira Rodrigues; A.G.N.C.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 47.604, Dra. Adriana Gomes do Nascimento Coelho) – RELATOR: RODOLFO DE ALMEIDA MATOS. **EMENTA N. 124/2025-10a.** Acórdão dos Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "ÉTICA PROFISSIONAL. INTERESSE DA OAB EM REGULAR O COMPORTAMENTO PROFISSIONAL DE SEUS INSCRITOS. ALEGAÇÃO DE RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES. AUSÊNCIA DE PROVAS. COMPROVAÇÃO DE REPASSE POSTERIOR. NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES. INEXISTÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ. IMPROCEDÊNCIA DA ARQUIVAMENTO. " **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 04/06/2025, acordam os Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. A simples devolução tardia de valores, em contexto de tentativa anterior de prestação de contas e ausência de instrução probatória mínima, não permite afirmar com segurança a existência de conduta antiética. Ademais, a solução consensual posterior entre as partes, mediante acordo, reforça a ausência de intenção lesiva por parte da representada. Assim, não restaram configurados os elementos essenciais da infração disciplinar tipificada no art. 34, XXI, do EOAB. Diante da ausência de provas que comprovem o dolo ou má-fé da representada, da tentativa de prestação de contas documentada, e da posterior composição entre as partes com efetivo repasse dos valores, voto pela IMPROCEDÊNCIA da representação, com o consequente arquivamento do feito, nos termos do art. 73 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Rodolfo de Almeida Matos, Relator do Acórdão. CRISTIANA NEVES ANDARI - Presidente da Décima Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 137/2025

SÉTIMA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 369/2020

Interessado(a)(s): Juízo de Direito da Vara Única de Anagé-BA; L.C.S.: Defensora Dativa: Dra. Ludmila dos Prazeres Costa, OAB-BA 72.377 – RELATOR: MARCOS ANTONIO SILVA DIAS. **EMENTA N. 122/2025-7a.** Acórdão dos Membros da Sétima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "ADVOGADO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PERDA DE PRAZO PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO CLIENTE. INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. ” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 04/06/2025, acordam os Membros da Sétima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Com efeito, também vislumbro que a ausência de alegações finais não configurou abandono da causa, tampouco trouxe prejuízo concreto ao Representante, nem mesmo há provas em sentido contrário), não restando demonstradas, assim, as infrações previstas no artigo 34, incisos IX e XI, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Portanto, seguindo o Parecer Preliminar de fls. 64/65, voto pela improcedência da representação e o arquivamento da mesma. Marcos Antônio Silva Dias, Relator do Acórdão. ANGELA MASCARENHAS SANTOS - Presidente da Sétima Turma. 25/6/2025.

Processo nº 01067/2023

Interessado(a)(s): Vara de Família, Órfãos, Sucessões e Interditos da Comarca de Paulo Afonso-BA; F.B.C.S.: Patrono: Dr. Eliel Cerqueira Marins, OAB-BA 44.683 – RELATORA: MARIANNA APARECIDA SANTOS DA SILVA. **EMENTA N. 123/2025-7a.** Acórdão dos Membros da Sétima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: “IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO- ALEGAÇÃO DE FRAUDE NA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL- AUSÊNCIA DE PROVA- NÃO INCIDÊNCIA DO ART. 34, VI, DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB- AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. COMPETÊNCIA PARA REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS EM CASO DE NÃO RECONHECIMENTO DA PREVENÇÃO SERIA DO PRÓPRIO JUÍZO. ” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 04/06/2025, acordam os Membros da Sétima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Em sua defesa prévia, o advogado representado alegou, a inocorrência de infração ética, negando a fraude na distribuição de processo, dado que foi declarada a nulidade de todos atos processuais por parte do Magistrado Representante. Prosseguiu demonstrando a sua discordância quanto à interpretação do Direito, pugnando ao final pela improcedência da representação. Além disso, penso que, a competência para redistribuição dos autos em caso de não reconhecimento da prevenção seria do próprio Juízo. Sendo que, no presente caso, houve perda do objeto diante da ausência de trânsito em julgado da ação originária da representação. Da análise detida dos autos, verifica-se que a hipótese é de improcedência da representação, pela infração do art. 34, VI do Estatuto da advocacia e da OAB, devido à carência de provas ou de comprovação das alegações, por meio de documentos ou qualquer outro meio comprobatório, de que o representado agiu com dolo ou má-fé em sua conduta. Marianna Aparecida Santos, Relatora do Acórdão. ANGELA MASCARENHAS SANTOS - Presidente da Sétima Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 138/2025

DÉCIMA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 01648/2024

Interessado(a)(s): Judite Oliveira Rodrigues; A.G.N.C.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 47.604, Dra. Adriana Gomes do Nascimento Coelho) – RELATOR: RODOLFO DE ALMEIDA MATOS. **EMENTA N. 125/2025-10a.** Acórdão dos Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: “ÉTICA PROFISSIONAL. INTERESSE DA OAB EM REGULAR O COMPORTAMENTO PROFISSIONAL DE SEUS INSCRITOS. ALEGAÇÃO DE RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES. AUSÊNCIA DE PROVAS. COMPROVAÇÃO DE REPASSE POSTERIOR. NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES. INEXISTÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ. IMPROCEDÊNCIA DA ARQUIVAMENTO. REPRESENTAÇÃO.” **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 05/05/2025, acordam os Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Diante da ausência de provas que comprovem o dolo ou má-fé da representada, da tentativa de prestação de contas documentada, e da posterior composição entre as partes com efetivo repasse dos valores, voto pela IMPROCEDÊNCIA da representação, com o consequente arquivamento do feito, nos termos do art. 73 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Rodolfo de Almeida Matos, Relator do Acórdão. CRISTIANA NEVES ANDARI - Presidente da Décima Turma. 25/6/2025.

Processo nº 01124/2023

Interessado(a)(s): Defensoria Pública do Estado da Bahia; F.R.A.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 67.466, Dra. Fernanda Rosa Araújo) – RELATOR: GILFREDO MACÁRIO GUERRA LIMA. **EMENTA N. 126/2025-10a.** Acórdão dos Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "AUSÊNCIA DE PROVAS". DENÚNCIA APRESENTADA SEM PROVAS DA AUTORIA DE INFRAÇÕES TIPIFICADAS NOS INCISOS XX E XXI, DO ART. 34, DA LEI Nº8.906/94. ARGUMENTOS TRAZIDOS PELA REPRESENTANTE QUE NÃO COMPROVAM INFRAÇÕES ÉTICAS. NÃO SE VISLUMBRA DESVIO DE CONDUTA DA REPRESENTADA. IMPROCEDÊNCIA QUE SE IMPÕE." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 04/06/2025, acordam os Membros da Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Ressalta-se mais ainda que este procedimento não foi movido diretamente pela Sra. Edith, que seria a interessada no feito e que deveria figurar como Representante, na forma do art. 55, caput, do CED, mas pela Defensória Pública do Estado da Bahia, que ao encaminhar ofício com pedido de desistência certamente se filia ao reconhecimento de incoerência das infrações previstas nos incisos XX e XXI do art. 34, da Lei nº8.906/94, por não vislumbrar recusa injustificada à prestação de contas ou locupletamento, pela Representada. Por essa razão, concordo com o parecer preliminar e julgo improcedente a representação, com o seu arquivamento. Gilfredo Macário Guerra Lima, Relator do Acórdão. CRISTIANA NEVES ANDARI - Presidente da Décima Turma. 25/6/2025.

EDITAL DECISÃO n° 139/2025

DÉCIMA TERCEIRA TURMA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Processo nº 580/2017

Interessado(a)(s): Luis Gustavo Cardoso Barboza; P.A.B.F.: Defensor Dativo: Dr. Luciano Oliveira Santos, OAB-BA 66.498 – RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 127/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "TRATA-SE DE CONDUTA VIOLADORA DO ART. 34, IX, DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, UMA VEZ QUE O REPRESENTANTE FICOU PREJUDICADO PELA DEMORA DO RECEBIMENTO DE SEUS VALORES." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 07/06/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Ante todo o acima exposto, bem assim por considerar o que mais dos autos consta, VOTO pela PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO, por entender ter existido, apenas, violação ao art. 34, IX, do Estatuto da Advocacia e da OAB, uma vez que o representante ficou prejudicado pela demora do recebimento de seus valores, não desconsiderando condutas também inadequadas com o advogado que o patrocinou. Em razão disto, passo a opinar pela aplicação da CENSURA, nos termos do parágrafo único do art. 36, da Lei 8.906/94, tão somente pela ADVERTÊNCIA, em oficio reservado, conforme o dispositivo retro invocado. Esse é o voto Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 00013/2017

Interessado(a)(s): Dalvit Ribeiro Martinho; A.S.M.: Defensora Dativa: Dra. Livia Maria Costa Santana, OAB-BA 56.501 – RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 127/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PRESCRIÇÃO QUINQUENAL EM PROCESSO DISCIPLINAR - DECURSO DE TEMPO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CINCO ANOS DE INÉRCIA, CONTADOS DA DATA DA CONSTATAÇÃO OFICIAL DO FATO PELA OAB, OU DATA DAS DECLARAÇÕES DOS INTERESSADOS TOMADAS POR TERMOS SEM O SEU JULGAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO À PUNIBILIDADE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 01/2021 DO ÓRGÃO CONSULTIVO DO TED/OAB-BA." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 07/06/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Em suma, o termo inicial para contagem do prazo prescricional, na hipótese de processo disciplinar decorrente de representação, a que refere o caput do art. 43 do EAOAB, é a data da constatação oficial do fato pela OAB, considerada a data do protocolo da representação ou a data das declarações do interessado tomadas por termo perante órgão da OAB, a partir de quando começa a fluir o prazo de cinco anos, hipótese que se observa no presente processo. f Em conclusão, entende-se pela pronúncia da prescrição quinquenal, no caso em teia. Esse é o voto. Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 00214/2015

Interessado(a)(s): Dernival Santana Silva; Patrona: Dra. Thais Suzart Ramos de Santana, OAB-BA 42.856; E.C.L.S.J.; I.A.P.; J.B.S.: Defensora Dativa: Dra. Ione Carine Cavalcante Sá, OAB-BA 59..605– RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 128/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PRESCRIÇÃO QUINQUENAL EM PROCESSO DISCIPLINAR - DECURSO DE TEMPO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CINCO ANOS DE INÉRCIA, CONTADOS DA DATA DA CONSTATAÇÃO OFICIAL DO FATO PELA OAB, OU DATA DAS DECLARAÇÕES DOS INTERESSADOS TOMADAS^ POR TERMOS SEM O SEU JULGAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO À PUNIBILIDADE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 01/2021 DO ÓRGÃO CONSULTIVO DO TED/OAB-BA." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 07/06/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Em suma, o termo inicial para contagem do prazo prescricional, na hipótese de processo disciplinar decorrente de representação, a que refere o caput do art. 43 do EAOAB, é a data da constatação oficial do fato pela OAB, considerada a data do protocolo da representação ou a data das declarações do interessado tomadas por termo perante órgão da OAB, a partir de quando começa a fluir o prazo de cinco anos, hipótese que se observa no presente processo. Em conclusão, entende-se pela pronúncia da prescrição quinquenal, no caso em tela. Esse é o voto. Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 239/2019

Interessado(a)(s): 1.a VSJE de Causas Comuns (Matutino) - PROJUDI; M.S.S.: Advogado(a)(s): OAB-BA 36.943, Dr. Maicon dos Santos Silva) - RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 129/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "FALTA DE PROVAS QUE DEMONSTRE A VIOLAÇÃO DO ART.34, INC. IX, PREJUDICAR, POR CULPA GRAVE, INTERESSE CONFIADO AO SEU PATROCÍNIO." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 03/05/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Vislumbra-se, portanto, no que tange a intimação ao advogado, aqui representado, quedou-se inerte, implicando na ineficácia dos atos praticados no processo em que figurava como patrono, entretanto, sem prejuízo ao autor, visto que não é de conhecimento na representação qualquer reclamação por parte do autor contra o representado, que causa- se algum prejuízo, visto que a ação foi extinta sem julgamento do mérito. Por todo 0 acima exposto, bem assim por considerar o que mais dos autos consta, voto pela IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO, por intender pela inexistência a violação do Estatuto da Advocacia e da OAB, Esse é o voto. Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 1174/2015

Interessado(a)(s): Neide Barreto Drummon; R.C.G.S.S..: Defensor Dativo: OAB-BA 55.314, Dr. Aderbal de Almeida Neto - RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 130/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PRESCRIÇÃO QUINQUENAL EM PROCESSO DISCIPLINAR - DECURSO DE TEMPO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CINCO ANOS DE INÉRCIA, CONTADOS DA DATA DA CONSTATAÇÃO OFICIAL DO FATO PELA OAB, OU DATA DAS DECLARAÇÕES DOS INTERESSADOS TOMADAS POR TERMOS SEM O SEU JULGAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO A PUNIBILIDADE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA SUMULA 01/2021 DO ÓRGÃO CONSULTIVO DO TED/OAB-BA." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 07/06/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Em suma, o termo inicial para contagem do prazo prescricional, na hipótese de processo disciplinar decorrente de representação, a que refere o caput do art. 43 do EAOAB, é a data da constatação oficiai do fato pela OAB, considerada a data do protocolo da representação ou a data das declarações do interessado tomadas por termo perante órgão da OAB, a partir de quando começa a fluir o prazo de cinco anos, hipótese que se observa no presente processo. Em conclusão, entende-se pela pronúncia da prescrição quinquenal, no caso em tela. Esse é o voto. Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

Processo nº 952/2015

Interessado(a)(s): Antônio Marcos de Jesus Pereira, Maria Lucia de Jesus Lima, Maurino Pinheiro Pedro Gonçalves e Souza, Renildo de Araújo Souza Terezinha Silva dos Santos Valdira Alves dos Santos Zelito Gonçalves de Souza; G.O..: Advogado(a)(s): (OAB-BA 9458, Dr. Geraldo Oliveira) - RELATOR: MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 131/2025-13a.** Acórdão dos Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina: "PRESCRIÇÃO QUINQUENAL EM PROCESSO DISCIPLINAR - DECURSO DE TEMPO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CINCO ANOS DE INÉRCIA, CONTADOS DA DATA DA CONSTATAÇÃO OFICIAL DO FATO PELA OAB, OU DATA DAS DECLARAÇÕES DOS INTERESSADOS TOMADAS POR TERMOS SEM O SEU JULGAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO À PUNIBILIDADE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 01/2021 DO ÓRGÃO CONSULTIVO DO TED/OAB-BA." **ACORDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, observado o quorum exigido no Art. 31, Parágrafo Único do Regimento Interno TED, em Sessão Ordinária realizada em 07/06/2022, acordam os Membros da Décima Terceira Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Em suma, o termo inicial para contagem do prazo prescricional, na hipótese de processo disciplinar decorrente de representação, a que refere o caput do art. 43 do EAOAB, é a data da constatação oficiai do fato pela OAB, considerada a data do protocolo da representação ou a data das declarações do interessado tomadas por termo perante órgão da OAB, a partir de quando começa a fluir o prazo de cinco anos, hipótese que se observa no presente processo. Em conclusão, entende-se pela pronúncia da prescrição quinquenal, no caso em tela. Esse é o voto. Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. MAINE MITIKO GOMES

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOGUCHI - Presidente da Décima Terceira Turma. 25/6/2025.

DESPACHO

EDITAL N° 050/2025

Processo Disciplinar n° 00576/2025

Interessado(a)(s): Representado(a): J.F.A.N.:(Advogado(a)(s): (OAB-BA 37.674, Dr. João Evaldo dos Santos Lourido Júnior)

DESPACHO

Vistos, etc.

Vieram-me os autos conclusos, em razão do decurso do prazo certificado à fl. 171.

Consta do caderno processual que o patrono constituído pelo Representado foi regularmente notificado via Diário Eletrônico da OAB (fl. 165), tendo-lhe sido encaminhada cópia integral do despacho proferido às fls. 159-164 por correio eletrônico (fl. 165). Não obstante as providências adotadas, o advogado permaneceu silente, configurando ausência de manifestação tempestiva.

Assim, considerando que o pedido formulado pelo Representado se encontra desacompanhado do documento exigido pela Resolução CFM nº 2.381/2024, resta inviável sua apreciação favorável, razão pela qual indefiro os pleitos de remarcação e de anulação da sessão já realizada.

Proceda-se à notificação das partes, observando-se o cumprimento imediato das providências cabíveis.

Notifique-se. Cumpra-se.

Salvador/BA, 25 de junho de 2025. Publique-se Mural Eletrônico. EMÍLIA ROTERS RIBEIRO – Presidente do TED-OAB/BA.

EDITAL N° 051/2025

Processo Disciplinar n° 02810/2024

Interessado(a)(s): Representado(a): J.V.C.:(Advogado(a)(s): (OAB-BA 9.757, Dr. Jaziel Vieira Conceição)

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de Procedimento de Suspensão Preventiva em face do advogado JAZIEL VIEIRA CONCEIÇÃO, OAB/BA 9.757 instaurado em 11/12/2024, por meio da Portaria n. 19/2024.

Após a notificação frustrada à fls. 24/25, a Defensora Dativa foi designada a apresentar defesa prévia, ato este ocorrido às fls. 29/31.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Em sessão realizada em 30/04/2025, à fl. 32, a Defensora Dativa fez uso da palavra e, em seguida, observado o quorum regimental, por unanimidade, a Turma julgou procedente a representação e aplicou ao Representado a pena de suspensão preventiva pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do voto do Relator, às fls. 33/41.

A respectiva penalidade foi aplicada em 05/05/2025, conforme edital publicado no Diário Oficial OAB edição n. 1597, às fls. 43 e 45.

Às fls. 47/49, em 08/05/2025 e 14/05/2025, o Representado solicita acesso ao referido processo por e-mail, sendo fornecidos o link e a chave de acesso.

Em 13/05/2025, o Representado apresenta petição às fls. 52/54, na qual alega cerceamento de defesa por ter tentado o acesso ao processo em diversas oportunidades e que seu e-mail teria sido comprometido.

Às fls. 61/121, o Representado interpõe recurso.

Nova manifestação do Representado às fls. 126/189.

Defesa prévia apresentada pelo Representado em 26/05/2025, às fls. 191/240.

É o que cabia relatar.

Conforme dispõe o § 3º do art. 90 do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/BA, "*o processo de suspensão preventiva, instaurado de ofício ou a requerimento, será objeto de deliberação em sessão especial determinada pelo Presidente do Tribunal, quando cabível, sendo facultadas ao representado ou ao seu defensor a apresentação de defesa, a produção de prova e a sustentação oral*".

No presente caso, a defesa foi apresentada por Defensora Dativa regularmente designada, que também exerceu a prerrogativa da sustentação oral durante a sessão de julgamento, em fiel cumprimento ao rito estabelecido.

Noutro giro, a alegação de que o e-mail do Representado teria sido comprometido não afasta o dever legal de manter atualizado seu cadastro junto ao Conselho Seccional. Trata-se de responsabilidade de todo inscrito, consoante interpretação consolidada pelo Conselho Federal da OAB, conforme julgado no Recurso n. 49.0000.2021.008029-5/SCA-PTU (EMENTA N. 066/2023/SCA-PTU - DEOAB, a. 5, n. 1115, 02.06.2023, p. 8) e à luz do art. 137-D, § 1º, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB que dispõe que incumbe ao advogado manter sempre atualizado o seu endereço residencial e profissional no cadastro do Conselho Seccional.

De mais a mais, para além da publicação da pauta com a indicação do nome e OAB do Representado, cumpre salientar que, de acordo com o aviso de recebimento acostado aos autos, houve rejeição do mesmo pela secretária do escritório do Representado, razão pela qual a notificação restou infrutífera.

Além disso, a defesa prévia foi, como dito, oportunamente ofertada pela Defensora Dativa e o Representado ainda exerceu ampla manifestação posterior nos autos, inclusive por meio da interposição de recurso tempestivo.

Assim, não se vislumbra nulidade ou cerceamento de defesa e ao contraditório.

Diante do exposto, afasto a alegação de nulidade e determino o regular prosseguimento do feito, com

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

remessa dos autos para apreciação do recurso interposto.

Salvador/BA, 25 de junho de 2025. Publique-se Mural Eletrônico. EMÍLIA ROTERS RIBEIRO – Presidente do TED-OAB/BA.

EDITAIS

EDITAL N° 049/2025

O TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, torna público, para conhecimento das autoridades judiciárias e de terceiros, que os advogados EDSON FRANCISCO DOS SANTOS (OAB-BA 11.828), JOSE IVAM DAMASCENO FLORES (OAB-BA 20.841) e MARCO PAULO SOUZA COSTA (OAB-BA 19.866) encontram-se aptos ao pleno exercício da advocacia. Cumpra-se. Publique-se. Salvador, 25/06/2025 - Emilia Roters - Presidente TED OAB-BA

RETIFICAÇÃO

EDITAL N° 049/2025 CONVOCAÇÃO E NOTIFICAÇÃO SESSÃO JULGAMENTO 5a TURMA – HÍBRIDA

O CONSELHEIRO PRESIDENTE da Quinta Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno do TED/BA, c/c art. 1° da Resolução n° 001/2020-TED/OAB-BA, CONVOCA os seus Membros titulares e suplentes e conforme dispõe o Art. 70 do mesmo diploma legal, NOTIFICA as partes interessadas e os seus respectivos advogados e advogadas para 1a Sessão Extraordinária de Julgamento a realizar-se no **DIA 18 DE JULHO DE 2025 (quinta-feira), a partir das 09h**, de forma híbrida, Praça D. Pedro II, s/n, 1° andar, sala 103 Fórum Ruy Barbosa, Campo da Pólvora-Nazaré - Salvador-BA e através da plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado para o e-mail informado pelo Requerente nos cadastros desta Seccional e/ou do CNA, para aqueles que requererem através do e-mail atendimento.suped@oab-ba.org.br, até 15min (quinze minutos) antes do início da sessão. Ficam as partes advertidas de que os processos não julgados nesta Sessão, serão automaticamente incluídos na pauta da Sessão subsequente, nos termos do Súmula 09/2017/OEP, do Conselho Federal da OAB. **PAUTA**: **01. Processo n° 455/2020** - Interessado(a)(s): Floriza de Souza dos Santos, Alexandre de Souza dos Santos; M.L.A.S:P.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 26.510, Dra. Meire Luce Andrade dos Santos Pamplona) – VISTA: Dr. MARCELO LINHARES; **02. Processo de Revisão n° 00507/2025** – Interessado(a)(s): Requerente: K.J.P.V.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 24.199, Dr. Kledson José Pereira do Vale) - RELATOR: Dr. JARBAS RIBEIRO ARAGÃO SEGUNDO; **03. Processo n° 01443/2023** - Interessado(a)(s): Carine Dias Ribeiro de Morais; E.R.M.:Patrono(a)(s): Dr. Pedro leal e Almeida Filho, OAB-BA 33.824 e Dr. Fabiano dos Anjos Soares, OAB-BA 26.706 - RELATOR: Dr. ADRIANO BALBINO SANTOS JÚNIOR; **04. Processo n° 00043/2024** – Interessado(a)(s): Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié-BA; J.P.A: Patrono: Dr. João Carlos Navarro de Almeida Prado, OAB-SP 203.670D; D.H.S.: Patrono(a)(s): Dra. débora Noboa Pimental, OAB-SP 172.529, Dra. Verônica Carvalho Rahal Brown, OAB-SP 316.334 e Dr. Victor Ferreira Archiello, OAB-SP 390.955 – RELATORA: Dra. ÂNGELA SOUZA DA FONSECA; **05. Processo n° 00417/2024** – Interessado(a)(s): F.C.M.P.:Advogado(a)(s) (OAB-BA 23.605, Dr. Filipe Costa Monteiro Pontes); A.T.V.N.; N.R.S.T.: Patrono(a)(s): Dr. Antônio Tavares Vieira Netto, OAB-BA84.123 - RELATORA: Dra. ÂNGELA SOUZA DA FONSECA; **06. Processo n° 1129/2019 –** Interessado(a)(s): Maria Luciene Guimarães Santana; D.F.O.: Defensora Dativa: OAB-BA 49.634, Dra. Célia Regina Manzoni Santos - RELATORA: Dra. ÂNGELA SOUZA DA FONSECA; **07. Processo n° 0176/2024** – Interessado(a)(s): 1.a Vara Criminal da Coarca de Simões Filho-BA; S.M.B; D.R.P.:Advogado(a)(s): (Dra. Stefanni de Morais

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Brito, OAB-BA 56.616) e (Dra. Desirée Ressutti Pereira, OBA-BA 65.054) - RELATORA: Dra. ARACELLY COUTO MACEDO MATTOS; **08**. **Processo n° 200/2020 –** Interessado(a)(s): Lucimara Xavier da Silva; G.S.B.:Defensora Dativa: Dra. Andréa Barros de Oliveira Sousa, OAB-BA 69.037 - RELATORA: Dra. ARACELLY COUTO MACEDO MATTOS; **09**. **Processo n° 1397/2018 –** Interessado(a)(s): Cecília Freire Anias; Patrono: Dr. Danillo Rodrigues dos Santos, OAB-BA 55.439; C.A.P.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 48.618, Dr. Celso Alves Pinho) - RELATORA: Dra. ARACELLY COUTO MACEDO MATTOS; **10**. **Processo n° 00504/2022 –** Interessado(a)(s): J.S.C.; V.V.B.B.A.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 29.759, Dra. Juliana da Silva Coimbra) e (OAB-BA 30.127, Dra. Vanessa Vilas Boas Bittencourt de Andrade); C.R.R.P.; R.F.S.: Advogado(a)(s): (Dra. Carla Rejane Reis da Paixão, OAB-BA 63.849) e (Dr. Roselayne Ferreira dos Santos, OAB-BA 60.323) - RELATORA: Dra. HELLEN ALVIM ROCHA; **11**. **Processo n° 01559/2024 –** Interessado(a)(s): Primeira Câmara Criminal da Primeira Turmado TJ-BA; R.L.N.C.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 22.765, Dr. Rogério de Lima Neves Cardoso) - RELATORA: Dra. HELLEN ALVIM ROCHA; **12**. **Processo n° 00135/2024 –** Interessado(a)(s): Magda Conceição Oliveira Félix; Patrono: Dr. Thiago Medina Alves Coreia, OAB-BA 38.323; G.O.R.:Advogado(a)(s): (OAB-DF 44.608, Dra. Grazielle de Oliveira Rodrigues) - RELATORA: Dra. HELLEN ALVIM ROCHA**; 13**. **Processo n° 01156/2024 –** Interessado(a)(s): Marco Antônio de Jesus; L.A.S.R.J.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 64.685, Dr. Luiz Antônio Soares Rocha Júnior) - RELATOR: Dr. JARBAS RIBEIRO ARAGÃO SEGUNDO; **14**. **Processo n° 00015/2023 –** Interessado(a)(s): Ana Tarcília Queiros Santos; R.S.S.T.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 10.625, Dr. Rosivaldo Santana Silva Ticheco) - RELATOR: Dr. JARBAS RIBEIRO ARAGÃO SEGUNDO; **15**. **Processo n° 00170/2023 –** Interessado(a)(s): Neuza Miranda Soares; S.F.B.: Patrono(a)(s): OAB-BA 53.519, Dr. João Vitor Moura da Costa - RELATOR: Dr. LEANDRO ANDRADE REIS SANTANA; **16**. **Processo n° 01979/2024 –** Interessado(a)(s): Paulo Sérgio de Jesus Silva; A.G.C.M.P.D.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 63.553, Dr. André Gabriel de Carvalho Melo Pita Dias) - RELATOR: Dr. LEANDRO ANDRADE REIS SANTANA; **17**. **Processo n° 01692/2024 –** Interessado(a)(s): Tribunal Regional Federal da 1.a Região Coordenadoria da Corte Especial-COSEP; M.S.R.: Patrono(a)(s): OAB-BA 50.649, Dra. Fernanda Santos de Oliveira; D.M.S.: Advogado(a)(s): (OAB-BA 41.693, Dr. Danilo mendes Sady)- RELATOR: Dr. LEANDRO ANDRADE REIS SANTANA; **18**. **Processo – Restauração de autos n° 01415/2023 –** Interessado(a)(s): 1.a Vara do Trabalho de Simões Filho-BA; A.C.S.F.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 11.889, Dr. Antônio Carlos Souza Ferreira) - RELATOR: Dr. MARCELO LINHARES; **19**. **Processo Revisão n° 02099/2024 –** Interessado(a)(s): Requerente: J.G.M.: Patrono(a)(s):, Dra. Marita Silva Amâncio, OAB-BA 56.161; Requerido: Teodorico dos Santos Libório - RELATOR: Dr. MARCELO LINHARES; **20**. **Processo Revisão n° 00844/2024 –** Interessado(a)(s): Requerente: M.B.O.:Advogado(a)(s): (OAB-BA 31.495, Dr. Marcelo Bispo de Oliveira); Requerida: Selma Bezerra Silva - RELATOR: Dr. MARCELO LINHARES. **21.** O QUE OCORRER. Pauta originariamente publicada em 20/6/2025, republique-se Mural Eletrônico para RETIFICAR o número do processo de item 7 para 01076/2024. FABRICIO MOREIRA SANTOS - Presidente Quinta Turma. Salvador-BA 25.6.2025

CÂMARA JULGADORA

CONTRARRAZÕES

EDITAL Nº 744/2025

A SECRETARIA DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DA BAHIA, através do presente ato ordinatório, notifica: Cláudio Idalino Conceição Sousa, para, querendo, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, contados da presente publicação, oferecer suas contrarrazões ao recurso interposto no Processo n° 748/2022. Publique-se e cumpra-se. Salvador, 25/06/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL Nº 745/2025

A SECRETARIA DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DA BAHIA, através do presente ato ordinatório, notifica: Rita de Souza Batista, para, querendo, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, contados da presente publicação, oferecer suas contrarrazões ao recurso interposto no Processo n° 1116/2019. Publique-se e cumpra-se. Salvador, 25/06/2025.

ÓRGÃO ESPECIAL

CONTRARRAZÕES

EDITAL Nº 747/2025

A SECRETARIA DO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DA BAHIA, através do presente ato ordinatório, notifica: R.S.S. (Advogado(a): Dr. Robson da Silva Santos, OAB/BA 25.054), para, querendo, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, contados da presente publicação, oferecer suas contrarrazões ao recurso interposto no Processo n° 11954/2014. Publique-se e cumpra-se. Salvador, 25/06/2025.

CÂMARA JULGADORA

DECISÃO

EDITAL DECISÃO n° 076/2025

TERCEIRA CÂMARA JULGADORA

ACÓRDÃO

Processo n° 640/2019

Interessado(a)(s): Recorrente: L.R.S.S.:Patronos(a)(s): OAB-BA 56.498, Dr. José Mário Dias Soares Júnior e Dra. Ananda Carla Pereira Mercês, OAB-BA 72.972 – RELATOR: CONSELHEIRO MARCOS BARROSO DE OLIVEIRA. **EMENTA N. 053/2025/3a CJ**: "RECURSO: DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS SEM AUTORIZAÇÃO OU PROCURAÇÃO DO REPRESENTANTE. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA. PARCERIA IRREGULAR FIRMADA COM AGENCIADOR NÃO INSCRITO NOS QUADROS DA OAB. CAPTAÇÃO IRREGULAR DE CAUSAS COM INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. ADVOGADO ACUSADO DE PRÁTICA DE DIVERSOS ATOS ILÍCITOS. GRAVIDADE DOS FATOS APURADOS E PROVADOS. CONFISSÃO DO REPRESENTADO. CONDUTAS PREJUDICIAIS À DIGNIDADE DA ADVOCACIA. PROCEDÊNCIA. ARTIGO 34, INCISOS XXV DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB. SANÇÃO DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO, CONFORME ART. 37, INCISO I, DO EAOAB." ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, em Sessão Ordinária realizada no dia 24/4/2025, acordam os Conselheiros membros integrantes da Terceira Câmara Julgadora da OAB-BA, observado o *quorum* exigido no Art. 93, § 2°, do Regimento Interno da Seccional. Ademais, nos autos do processo n.º 00535/2023, à fl. 23 há consignado que acessando o processo n. 8000247-79.2023.8.05.0014, foi verificado que fora decretada a prisão preventiva do Representado, ora Recorrente, conforme Parecer do Ministério Público, onde o parquet consigna: "Há, portanto, clara prática reiterada de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

atos criminosos durante a atividade profissional dos representados, pois se utilizaram de documentos falsos para mover ações judiciais em nome de diversas vítimas – em sua maioria, pessoas idosas para se apropriar de vantagens advindas das ações, fazendo uso de artifícios e ardis para enganar seus clientes e a administração da Justiça como um todo, pondo em cheque a próprio credibilidade da Justiça.” Pelo exposto, conheço o recurso interposto, negando-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão unânime exarada pelos membros integrantes da Nona Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/BA, que julgou PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO COM APLICAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO POR 30 DIAS. Conselheiro Marcos Barroso de Oliveira, Relator do Acórdão. DANIEL CARDOSO DE MORAES, Presidente da Terceira Câmara Julgadora. Salvador-BA, 25/6/2025

CONSELHO SECCIONAL - CEARÁ

Ceará, data da disponibilização: 26/06/2025

SECRETARIA

DESPACHO

EDITAL – RETIRADA DE LICENCIAMENTO

Torno público que o(a) advogado(a) **VANESSA BARROSO LINHARES, OAB/CE Nº 44239** obteve em 11/06/2025, a **RETIRADA DE LICENCIAMENTO** de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso I do Art. 12 da Lei 8.906/94.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL

EDITAL – INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Nos termos do disposto na Lei 8.908/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e nos termos do Regimento Interno da OAB/CE, torna-se público que requereram inscrição com endereço declarado nesta Seccional, os seguintes candidatos:

NO QUADRO DE ADVOGADOS COM INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: **GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA.**

No prazo de 05(cinco) dias, a contar da publicação deste edital, poderão ser apresentadas impugnações na forma regimental.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Fortaleza, 24 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Nos termos do disposto na Lei 8.908/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e nos termos do Regimento Interno da OAB/CE, torna-se público que requereram inscrição com endereço declarado nesta Seccional, os seguintes candidatos:

NO QUADRO DE ADVOGADOS COM INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: **LOURENNA NOGUEIRA FERNANDES.**

No prazo de 05(cinco) dias, a contar da publicação deste edital, poderão ser apresentadas impugnações na forma regimental.

Fortaleza, 24 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Nos termos do disposto na Lei 8.908/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e nos termos do Regimento Interno da OAB/CE, torna-se público que requereram inscrição com endereço declarado nesta Seccional, os seguintes candidatos:

NO QUADRO DE ADVOGADOS COM INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: **MARCELO ADAIME DUARTE.**

No prazo de 05(cinco) dias, a contar da publicação deste edital, poderão ser apresentadas impugnações na forma regimental.

Fortaleza, 24 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Nos termos do disposto na Lei 8.908/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e nos termos do Regimento Interno da OAB/CE, torna-se público que requereram inscrição com endereço declarado nesta Seccional, os seguintes candidatos:

NO QUADRO DE ADVOGADOS COM INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR: MORONG DEBATIN MACHADO.

No prazo de 05(cinco) dias, a contar da publicação deste edital, poderão ser apresentadas impugnações na forma regimental.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL - INSCRIÇÃO DEFINITVA

Nos termos do disposto na Lei 8.908/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e nos termos do Regimento Interno da OAB/CE, torna-se público que requereram inscrição com endereço declarado nesta Seccional, os seguintes candidatos:

NO QUADRO DE ADVOGADOS: BYANKA RODRIGUES DOS REIS, VICTOR BOTELHO MOURAO, DEBORA CAMPOS DE OLIVEIRA, ANTONIO FRANCISCO LOPES DA SILVA, MARIA EDUARDA GUIMARAES LIMA, MARIA LARA FURTADO SANTOS, CLEYTON GUALBERTO DA SILVA, SAVIO DE OLIVEIRA LIMA.

No prazo de 05(cinco) dias, a contar da publicação deste edital, poderão ser apresentadas impugnações na forma regimental.

Fortaleza, 24 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – RETIRADA DE LICENCIAMENTO

Torno público que o(a) advogado(a) **MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA SALLES, OAB/CE Nº 10256** obteve em 11/06/2025, a **RETIRADA DE LICENCIAMENTO** de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso I do Art. 12 da Lei 8.906/94.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – RETIRADA DE LICENCIAMENTO

Torno público que o(a) advogado(a) **MONIQUE MARIA VASCONCELOS DE CARVALHO PEREIRA, OAB/CE Nº 19800** obteve em 18/06/2025, a **RETIRADA DE LICENCIAMENTO** de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso I do Art. 12 da Lei 8.906/94.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – RETIRADA DE LICENCIAMENTO

Torno público que o(a) advogado(a) **MARIA KAROLINE FRANCO RIBEIRO, OAB/CE Nº 42338** obteve em 16/06/2025, a **RETIRADA DE LICENCIAMENTO** de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso I do Art. 12 da Lei 8.906/94.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

EDITAL – RETIRADA DE LICENCIAMENTO

Torno público que o(a) advogado(a) AIMÉE DE CARVALHO DO NASCIMENTO, OAB/CE Nº 52449 obteve em 17/06/2025, a RETIRADA DE LICENCIAMENTO de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso I do Art. 12 da Lei 8.906/94.

Fortaleza, 25 de junho de 2025.

CHRISTIANE DO VALE LEITÃO

PRESIDENTE DA OAB-CE

THIAGO MORAIS ALMEIDA VILAR

SECRETÁRIO GERAL DA OAB-CE

CONSELHO SECCIONAL - DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal, data da disponibilização: 26/06/2025

COMISSÃO DE PRERROGATIVAS

NOTIFICAÇÃO

PROC. n. 07.0000.2025.000740-1

De ordem da Membro Julgadora do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Dra. Anandréa Freire de Lima, a Secretaria NOTIFICA o(a) advogado(a) Dr(a) ADRIELE REIS DE OLIVEIRA, OAB/DF N. 77741, do seguinte despacho: *"Baixo o presente processo em diligência para que a representante seja intimada e anexe todos os documentos cabíveis bem como informe a autoridade violadora bem como pormenorize as atitudes da autoridade violadora qualificadas como violação(ões) de suas prerrogativas como advogada. Após, venham-me os autos em conclusão."*. Informa que o prazo para manifestação é de 15 (quinze) dias. Informa, ainda, que a manifestação poderá ser enviada ao e-mail prerrogativas@oabdf.com.

Brasília, 26 de junho de 2025.

Rebecah Horst Portugal

Secretaria do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROC. n. 07.0000.2023.028124-9

De ordem do Membro Julgador do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, Dr. Afonso Neto Lopes Carvalho, a Secretaria NOTIFICA o(a) advogado(a) **Dr(a) SUZILENE RIBEIRO ALVES, OAB/DF N. 73257,** do seguinte despacho: *"(...) notifique a requerente para que no prazo de 10 (dez) dias úteis, junte aos autos documento comprobatório de recusa do DETRAN/DF em aceitar procuração advocatícia. (...)".* Informa que o prazo para manifestação é de 10 (dez) dias. Informa, ainda, que a manifestação poderá ser enviada ao e-mail prerrogativas@oabdf.com.

Brasília, 26 de junho de 2025.

Rebecah Horst Portugal

Secretaria do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/DF

PROC. n. 07.0000.2025.000663-4

A Secretaria do Tribunal de Defesa das Prerrogativas NOTIFICA o(a) advogado(a) **Dr(a) MARCO ANTONIO MEDEIROS E SILVA, OAB/DF N. 23234**, de que, em atendimento ao despacho exarado pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. Rénad Langamer Cardozo de Oliveira, procedeu-se à inspeção dos autos, com o objetivo de verificar os documentos apresentados na **denúncia de golpe do falso advogado**. Após análise, **verificou-se a ausência** de alguns documentos indispensáveis ao regular prosseguimento do feito, quais sejam: **a) Apresentação de Boletim de Ocorrência, contendo o número do registro e a delegacia de polícia competente**. Dessa forma, em cumprimento à determinação e considerando a necessidade de regularização da instrução processual, fica intimada a parte requerente, para que, no prazo legal, promova a juntada dos documentos faltantes. Informa que o prazo para manifestação é de **5 (cinco)** dias. Informa, ainda, que a manifestação ou solicitação de informações poderão ser enviadas ao e-mail prerrogativas@oabdf.com.

Brasília, 26 de junho de 2025.

Rebecah Horst Portugal

Secretaria do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/DF

COMISSÃO DE SELEÇÃO

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Edital de Cancelamento de Inscrição de 25 de junho de 2025

Torno público que o(a) advogado(a) ANA LIDIA PINTO OLIVEIRA, OAB/DF nº 16397, obteve em 25/06/2025, o cancelamento de sua inscrição neste Conselho, retroativa à data de 18/06/2025, em virtude de sua transferência para outra unidade federativa.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Secretário-Geral da OAB/DF

CANCELAMENTO DE LICENCIAMENTO

Edital de Restabelecimento de Inscrição de 25 de junho de 2025

Torno público que o(a) advogado(a) LILIAN PASCHOAL SILVEIRA, OAB/DF n.º 47877, obteve em 25/06/2025, o cancelamento de licenciamento de sua inscrição neste Conselho, a contar da data da autuação do requerimento, ou seja,24/06/2025.

Brasília, 25 de junho de 2025

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

EDITAL DE INSCRIÇÃO

Edital de Inscrição de 25 de junho de 2025

Em obediência à Lei 8.906/94 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, torno público que qualquer interessado capaz no prazo previsto de cinco dias úteis da publicação deste, poderá impugnar por inobservância das condições legais, os pedidos de inscrições abaixo relacionados: **Estagiária**: Ernesto Junior, Iran Geronimo da Silva, Julia Cristina Rosa Alves, Lohanna Castro Soares de Oliveira e Miqueias Augusto Souza de Andrade; **Originária:** Ailton Lourenco da Silva, Alexandre Dantas de Oliveira, Ana Lucia Barros, Ana Vitoria Torquato Delgado, Bismark Vasco dos Passos, Bruno Vasconcelos Silva, Fernando Siqueira Guimaraes, Gleodes Victor Duarte de Souza, Leonardo Sousa Barbosa Cavalcante, Leticia Bernardes de Lucena, Marcelo Pimentel de Oliveira, Rafaela de Almeida Oliveira Santos, Rafaela Teixeira Vieira, Renata Valadares Rosa, Romeu Fares Junior, Thalita Fernandes Nunes Leite e Thiago Afonso do Amaral Souza; **Suplementar:** Augusto Martinez, Bhrenda Oliveira Velloso Gagno, Camila Moreira dos Reis, Christine Geneveve Silva Elcock Bradford, Clara Tais de Andrade Lima, Cristiano Seabra Dan, Diego de Campos, Fagner Jose Domingos, Humberto Madruga Bezerra Cavalcanti, Joana Mara Gomes Pessoa Prado, Joao Adalberto Medeiros Fernandes Junior, Joao Moraes da Costa Marques, Joao Paulo Gomes Rolim, Johnny Karllos Almeida de Moraes, Julia Matos de Andrade, Moacir Aparecido Matheus Pereira, Nathalia Carvalho Figueiredo, Rafael Mendes Mateus, Rafael Peres Nogueira, Renato Aranha de Araujo, Renato Jankunas de Oliveira, Rodrigo Campos Louzeiro, Ronan Rodrigo dos Santos, Sandro Vieira de Moraes, Tulio Ferreira do Nascimento e Welinton Bueno Fernandes Junior; **Transferência:** Lauro Anhezini Junior, Victor Henriques Guimaraes Taranto e Vitor Veloso Barros e Santos.

Brasília, 25 de junho de 2025

Paulo Maurício Braz Siqueira

Presidente da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

INDEFERIMENTO

Edital de Indeferimento de Licenciamento de Inscrição de 25 de junho de 2025

Torno público que o(a) advogado(a) FERNANDO JOSE ALBUQUERQUE RIBEIRO JUNIOR, OAB/DF nº 77081, obteve em 26/02/2025, o indeferimento do seu pedido de licenciamento de inscrição neste Conselho, uma vez que não se enquadra nas hipóteses previstas no Artigo 12 da Lei 8.906/94.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

Edital de Indeferimento de Inscrição de 25 de junho de 2025

Torno público que o bacharel DANIEL OLIVEIRA SIMOES obteve em 25/06/2025, o indeferimento do seu pedido de inscrição neste Conselho, nos termos do artigo 28, inciso V, da Lei nº 8.906/94.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

LICENCIAMENTO DE INSCRIÇÃO

Edital de Licenciamento de Inscrição de 25 de junho de 2025.

Torno público que o(a) advogado(a) ALINE RODRIGUES ALBUQUERQUE, OAB/DF nº 83517, obteve em 25/06/2025, o licenciamento de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso II do Art. 12 da Lei 8.906/94, a contar da data 24/06/2025.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

Edital de Licenciamento de Inscrição de 25 de junho de 2025.

Torno público que o(a) advogado(a) GABRIEL SANTANA DE SALES, OAB/DF nº 83488, obteve em 25/06/2025, o licenciamento de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso II do Art. 12 da Lei 8.906/94, a contar da data 24/06/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

Edital de Licenciamento de Inscrição de 25 de junho de 2025.

Torno público que o(a) advogado(a) JULIA EGGENBERGER, OAB/DF nº 84316, obteve em 25/06/2025, o licenciamento de sua inscrição neste Conselho, nos termos do disposto no inciso II do Art. 12 da Lei 8.906/94, a contar da data 25/06/2025.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Rafael Teixeira Martins

Secretário-Geral da OAB/DF

QUINTA TURMA DA SECRETARIA DE JULGAMENTO

NOTIFICAÇÃO

CONTRARRAZÕES - 5ª TURMA

A Secretaria de Julgamento do Tribunal de Ético-Disciplinares, de ordem do Secretário-Geral e autorizado pelo Presidente do TED-OAB/DF, Flavio Augusto Fonseca, com fulcro no art. 137-D do Regulamento Geral do EAOAB c/c art. 69 caput e seu §2º e art. 73, §1º da lei nº 8.906/94, intima às partes do processo abaixo elencado para apresentação de **Contrarrazões** ao Recurso interposto ao acórdão da 5ª Turma no prazo de **quinze dias úteis**. Para obter a cópia integral da representação, basta acessar o Portal da Advocacia através deste link https://oab-df.implanta.net.br/ServicosOnline/ e preencher o **Requerimento de Vistas.**

Processo: 012383/2024, Representante: Ana Caroline Pereira Lima, OAB/DF 51908, (Proc. Representante: Ana Luisa Sardinha Gomes, OAB/SP 375914 e Ariane Da Costa Manço Joaquim, OAB/SP 371589);

Brasília, 25 de junho de 2025

GETULIO SOARES N. FROTA

Secretário-Geral do TED/OAB-DF

CONTRARRAZÕES - 5ª TURMA

A Secretaria de Julgamento do Tribunal de Ético-Disciplinares, de ordem do Secretário-Geral e autorizado pelo Presidente do TED-OAB/DF, Flavio Augusto Fonseca, com fulcro no art. 137-D do Regulamento Geral do EAOAB c/c art. 69 caput e seu §2º e art. 73, §1º da lei nº 8.906/94, intima às partes do processo abaixo elencado para apresentação de **Contrarrazões** ao Recurso interposto ao acórdão da 5ª Turma no prazo de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

quinze dias úteis. Para obter a cópia integral da representação, basta acessar o Portal da Advocacia através deste link https://oab-df.implanta.net.br/ServicosOnline/ e preencher o Requerimento de Vistas.

Processo: 07.0000.2023.001539-9, Representado: F. O. S. M., (Proc. Representante: Felipe Oliveira da Silva Modtkowski, OAB/DF 36114);

Brasília, 25 de junho de 2025

GETULIO SOARES N. FROTA

Secretário-Geral do TED/OAB-DF

DIRETOR TESOUREIRO

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001373-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): D. R. M. D. M. (DANIELE RODRIGUES MENDES DE MORAES – OAB/SP 321857).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001399-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): E. E. D. O. (EDUARDO ELIAS DE OLIVEIRA – OAB/SP 159295).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001396-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): E. L. V. (EDUARDO LIMA VIEIRA – OAB/SP 403130).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001355-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): E. A. C. (ELTON ABREU COBRA – OAB/SP 158743).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001389-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): E. F. V. B. (ELIS FERNANDA VELASCO BENTO – OAB/SP 380875).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001386-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): F. A. D. J. (FABRICIA AIELLO DAL JOVEM – OAB/DF 83702).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001393-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. N. (GIOVANA NISHINO – OAB/SP 513988).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001369-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. E. S. M. (GLAYDE ELISA SILVA MENEZES – OAB/SP 477833).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001359-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. C. A. (GUILHERME COSTA AGOSTINETO – OAB/SP 287853).

Brasília, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001371-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. L. (GUILHERME LUCAS – OAB/SP 419490).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001380-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): H. G. D. O.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(HUMBERTO GARCIA DE OLIVEIRA – OAB/SP 157750).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001363-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. S. (JAILSON SOARES – OAB/SP 325613).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001368-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. F. D. O. C. (JONATHAS FILIPE DE OLIVEIRA CRUZ – OAB/SP 474896).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001348-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. A. G. N. (JOSÉ ADOLFO GAIA NORONHA – OAB/SP 489302).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001348-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. A. G. N. (JOSÉ ADOLFO GAIA NORONHA – OAB/SP 489302).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001376-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. R. C. (JOSÉ RENATO CAMILOTTI – OAB/SP 184393).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001384-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. S. M. (JULIA SPADONI MAHFUZ – OAB/SP 407982).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001387-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. A. P. B. (JULIAN ANDERSON PRATES BARBOSA – OAB/SP 365241).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat)

61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001365-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. A. D. S. (JULIANA ARCANJO DOS SANTOS – OAB/SP 383959).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001385-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. C. M. F. (JULIANA COLOMBINI MACHADO FERREIRA – OAB/SP 316485).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001351-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. C. M. F. (JULIANA CRISTINA MANSANO FURLAN – OAB/SP 229481).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001370-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. R. D. S. (LETICIA RODRIGUES DOS SANTOS – OAB/SP 479859).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001372-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. G. F. B. (LUIS GUSTAVO FERNANDES BEZERRA – OAB/SP 484150).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001358-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. H. B. (LUIS HENRIQUE BORROZZINO – OAB/SP 262256).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001367-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. F. O. (MARCELLO FERREIRA OLIVEIRA – OAB/SP 440871).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001383-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. A. G. D. R. (MARCELO AUGUSTO GOMES DA ROCHA – OAB/SP 314665).

Brasília, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001377-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. O. F. C. (MARCELO OLIVEIRA FONTES CORAZZA – OAB/SP 192465).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001378-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. A. O.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(MARCIO ARAUJO OPROMOLLA – OAB/SP 194037).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001362-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. A. F. D. M. (MARCOS ANTONIO FALCÃO DE MORAES – OAB/SP 311247).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001356-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. O. B. J. (MARCO OTAVIO BOTTINO JUNIOR – OAB/SP 221079).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001366-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. S. N. H. (MAYARA SHIGUEMI NANINI HORIY – OAB/SP 397494).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001356-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. O. B. J. (MARCO OTAVIO BOTTINO JUNIOR – OAB/SP 221079).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001388-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. C. E. (MURILO CARVALHO ESTEVES – OAB/SP 379705).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001374-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. L. C. M. (MIGUEL LUIS CASTILHO MANSOR – OAB/SP 139405).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001398-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): P. F. D. B. (PATRICIA FIGUEIREDO DE BARROS – OAB/SP 425429).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat)

61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001361-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): N. D. M. F. A. C. (NATALIA DE MELO FARIA ALMEIDA CRO – OAB/SP 303370).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001391-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): P. K. O. (PATRICIA KRASILTCHIK OLSZEWER – OAB/SP 234843).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001381-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): P. L. C. D. M. (PAULA LIMA CLASEN DE MOURA – OAB/SP 190750).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001364-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. A. F. (RAFAEL ALBERTONI FAGANELLO – OAB/SP 336917).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001390-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. A. D. S. (ROSELI ALMEIDA DA SILVA – OAB/SP 387839).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001400-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): T. M. C. B. P. (TANIA MARIA CASTELO BRANCO PINHEIRO – OAB/SP 61848).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001357-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): T. M. P. (THIAGO MARIN PERES – OAB/SP 257761).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001375-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): V. B. D. (VIVIANE BASQUEIRA D´ANNIBALE – OAB/SP 177909).

Brasília, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001382-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): W. G. A. R. (WÉLICA GONÇALVES ALMEIDA RENZO – OAB/SP 222205).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001468-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): A. P. B. J.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(ADONIAS PEREIRA BARROS JUNIOR – OAB/GO 45251).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001503-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): A. M. Y. D. R. (ANGELA MUSSIAU YAMASAKI DE ROSSI – OAB/PR 45577).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001439-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): C. D. C. D. S. (CESAR DA COSTA DE SOUZA – OAB/GO 38977).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001460-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): C. D. J. M. (CHRISTINA DE JESUS MAGALHAES – OAB/GO 49524).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001435-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): D. G. R. (DANILO GONZAGA RISPOLI – OAB/GO 16870).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001521-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): D. M. R. (DAVI MÜLLER RANGEL – OAB/RS 105776).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001482-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): D. C. O. D. O. L. (DÉBORA CAROLINE ORUÉ DE OLIVEIRA LOPES – OAB/DF 81084).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001510-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): D. S. R. (DÉBORA SOUSA RIBEIRO – OAB/TO 5623).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat)

61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001472-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): E. K. S. S. G. (EMY KADMA SILVA SOBRAL GANZERT – OAB/BA 23413).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001499-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): F. B. (FABIO BISKER – OAB/SP 129669).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001434-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): F. J. D. S. (FELICÍSSIMO JOSÉ DE SENA – OAB/GO 2652).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001481-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): F. H. D. L. L. (FREDERICO HORACIO DE LUIZ LOPES – OAB/GO 43374).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001433-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. R. D. P. (GABRIEL RODRIGUES DO PRADO – OAB/GO 60750).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001522-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): G. P. (GEOVANE PICCOLLO – OAB/SC 13842).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001458-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): I. S. M. F. (IGOR SILVA MOURA FE – OAB/GO 47250).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001523-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): I. C. R. R. (IVAN CARLOS ROBERTO REIS – OAB/SC 15175).

Brasília, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001461-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): I. V. D. D. R. (IZADORA VITOR DIAS DE REZENDE – OAB/GO 52818).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001462-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. P. D. L. D.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(JOÃO PAULO DE LIMA DORNELES – OAB/GO 62976).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001501-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): J. B. M. (JOSILENE BOTELHO MOURA – OAB/PR 115971).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001473-4, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. F. D. S. (LEANDRO FERNANDES DE SANTANA – OAB/GO 66325).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001470-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. D. O. M. F. (LEONARDO DE OLIVEIRA MENDES FORTALEZA – OAB/GO 30715).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001463-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. M. F. R. (LISZANDRA MARIA FERREIRA RODRIGUES – OAB/GO 64490).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001418-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. F. P. V. (LUCAS FERNANDO PEREIRA VIVEIROS – OAB/SP 492466).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001455-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): L. R. R. R. (LUIZ RENATO RIBEIRO RAMOS – OAB/GO 43976).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001423-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. D. P. S. (MARCELA DE PAULA SAHIUM – OAB/GO 25538).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat)

61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001483-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. D. M. D. A. (MARCIA DIANY MATOS DE AGUIAR – OAB/MA 26759).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001440-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. D. F. P. D. C. (MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE CARVALHO – OAB/GO 26324).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001467-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): M. R. G. (MATHEUS ROSA GODOI – OAB/GO 70445).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001477-5, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): P. A. V. Z. (PEDRO ALENCASTRO VEIGA ZANI – OAB/GO 22935).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001502-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): P. E. F. D. L. (PLINIO EBANO FIGUEIREDO DA LUZ – OAB/MA 7151).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001459-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. B. M. D. S. (RAFAEL BARROS MENTEL DA SILVA – OAB/GO 47862).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001466-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. A. B. (RAFFAEL AZEVEDO BAILONA – OAB/GO 64818).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001471-8, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. D. S. M. (RODOLFO DA SILVA MORAES – OAB/GO 31430).

Brasília, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001444-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. R. D. F. S. (RODRIGO RAMOS DE FREITAS SILVA – OAB/GO 28339).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001424-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. S. M.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(RODRIGO SILVA MENEZES – OAB/GO 41029).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001512-0, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. M. S. D. S. (RÔMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS – OAB/CE 16498).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001457-2, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. M. D. A. F. (ROSALVES MENDES DE ARAUJO FILHO – OAB/GO 44899).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001480-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): R. M. D. A. (ROSÂNGELA MAGALHÃES DE ALMEIDA – OAB/GO 10590).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001419-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): S. D. S. S. (SARA DOS SANTOS SIMOES – OAB/SP 124327).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001500-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): S. R. D. V. (SERGIO RODRIGO DO VALE – OAB/TO 547).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001445-9, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): T. D. P. A. (THIAGO DE PAULA ANDRADE – OAB/GO 40854).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001478-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): U. M. S. A. (ULISSES MIGUEL SILVA ARAÚJO – OAB/GO 40074).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat)

61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001469-6, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): V. K. S. C. (VICTORIA KAROLLYNE SILVA CARVALHO – OAB/GO 70824).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001464-7, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): V. N. M. S. (VINICIUS NUNES MENDES SERAFIM – OAB/GO 67790).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001465-3, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): W. S. D. A. (WEMERSON SILVEIRA DE ALMEIDA – OAB/DF 82548).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

NOTIFICAÇÃO – GABINETE DO DIRETOR TESOUREIRO

O Diretor Tesoureiro, Raquel Bezerra Cândido, amparado pela Resolução nº 3 de 10 de junho de 2024, notifica a parte interessada abaixo para se regularizar sua inscrição suplementar no prazo de 60 dias. Disponibilizamos o endereço eletrônico https://rui.adv.br/ para conferir mais informações, contato (chat) 61.3036-7000, opção 11 e e-mail: atendimento@oabdf.com para dirimir eventuais dúvidas.

Indicamos o link do Sistema de Gestão Documental (SGD) para cadastramento no peticionamento eletrônico, a fim de juntar os esclarecimentos devidos.

https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar

Para acessar o peticionamento

https://peticionamento.oab.org.br/

Processo: 07.0000.2025.001479-1, Representante: OAB/DF DE OFÍCIO. Representado(s): W. C. D. O. T. (WINICIUS CIRILO DE OLIVEIRA TEIXEIRA – OAB/GO 41423).

Brasília, 25 de junho de 2025.

RAQUEL BEZERRA CÂNDIDO

Diretor Tesoureiro da OAB/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSELHO SECCIONAL - ESPIRITO SANTO

Espirito Santo, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

EDITAL

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – TED-OAB/ES

Processo nº 115212020-0

Representante: *Ex Officio*

Representado (a): J.I.F.M

Advogado (a): José Inácio Francisco Muniz – OAB/ES 31923;

Relator (a): Beatriz Rodrigues de Oliveira Moreira

Audiência designada para o dia 18/07/2025, às 10:00 horas.

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, Isaac Pandolfi, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) acima relacionado, desde já, para comparecer à audiência (online) de instrução. Eventual objeção à audiência em ambiente virtual deverá ser manifestada pela parte ou seu advogado/defensor dativo. As manifestações para objeção deverão ser fundamentadas e realizadas em até 72h (setenta e duas horas) antes do início da audiência, via petição protocolada nos autos eletrônicos e/ou por correio eletrônico (e-mail) endereçado a <ted@oabes.org.br>. Não existindo oposição, a audiência em ambiente virtual se procederá pela plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado 15min (quinze minutos) antes do início da audiência. A disponibilização do link se dará no e-mail informado pelo(a) parte e/ou advogado/defensor dativo ou por mensagem de texto, conforme cadastrado nos autos. Vossa Senhoria fica advertido(a) que, salvo às exceções, a responsabilidade de comparecimento (fornecimento do link e presença no ato online) das testemunhas incumbe às partes, independente de notificação, sob pena de desistência, de acordo como disposto no artigo 59, § 4º, do Código de Ética e Disciplina e no artigo 53, § 8º, do Regimento Interno do TED-OAB/ES.

Vitória/ES, 25 de junho de 2025.

Isaac Pandolfi

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES (TED-OAB/ES)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – TED-OAB/ES

Processo nº 87362024-0

Representante: Evilásio de Oliveira Souza – OAB/ES 5026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Representado (a): T.F.V.S

Advogado (a): Thiago Felipe Vargas Simões – OAB/ES 13399;

Relator (a): Rinna Caldeira Prata De Abreu Brito

Audiência designada para o dia 22/07/2025, às 15:00 horas.

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, Isaac Pandolfi, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) acima relacionado, desde já, para comparecer à audiência (online) de instrução. Eventual objeção à audiência em ambiente virtual deverá ser manifestada pela parte ou seu advogado/defensor dativo. As manifestações para objeção deverão ser fundamentadas e realizadas em até 72h (setenta e duas horas) antes do início da audiência, via petição protocolada nos autos eletrônicos e/ou por correio eletrônico (e-mail) endereçado a <ted@oabes.org.br>. Não existindo oposição, a audiência em ambiente virtual se procederá pela plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado 15min (quinze minutos) antes do início da audiência. A disponibilização do link se dará no e-mail informado pelo(a) parte e/ou advogado/defensor dativo ou por mensagem de texto, conforme cadastrado nos autos. Vossa Senhoria fica advertido(a) que, salvo às exceções, a responsabilidade de comparecimento (fornecimento do link e presença no ato online) das testemunhas incumbe às partes, independente de notificação, sob pena de desistência, de acordo como disposto no artigo 59, § 4º, do Código de Ética e Disciplina e no artigo 53, § 8º, do Regimento Interno do TED-OAB/ES.

Vitória/ES, 25 de junho de 2025.

Isaac Pandolfi

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES (TED-OAB/ES)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO – TED-OAB/ES

Processo nº 393882023-0

Representante: Bruno Augusto Fonseca Lima – OAB/ES 34941;

Representado (a): A.O

Advogado (a): Adelcy De Oliveira – OAB/ES 19893;

Relator (a): Renaldo Pilro de Almeida Junior

Audiência designada para o dia 23/07/2025, às 14:00 horas.

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, Isaac Pandolfi, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) acima relacionado, desde já, para comparecer à audiência (online) de instrução. Eventual objeção à audiência em ambiente virtual deverá ser manifestada pela parte ou seu advogado/defensor dativo. As manifestações para objeção deverão ser fundamentadas e realizadas em até 72h (setenta e duas horas) antes do início da audiência, via petição

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

protocolada nos autos eletrônicos e/ou por correio eletrônico (e-mail) endereçado a <ted@oabes.org.br>. Não existindo oposição, a audiência em ambiente virtual se procederá pela plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado 15min (quinze minutos) antes do início da audiência. A disponibilização do link se dará no e-mail informado pelo(a) parte e/ou advogado/defensor dativo ou por mensagem de texto, conforme cadastrado nos autos. Vossa Senhoria fica advertido(a) que, salvo às exceções, a responsabilidade de comparecimento (fornecimento do link e presença no ato online) das testemunhas incumbe às partes, independente de notificação, sob pena de desistência, de acordo como disposto no artigo 59, § 4º, do Código de Ética e Disciplina e no artigo 53, § 8º, do Regimento Interno do TED-OAB/ES.

Vitória/ES, 25 de junho de 2025.

Isaac Pandolfi

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES (TED-OAB/ES)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO – TED-OAB/ES

Processo nº 416912019-0

Representante: Ex officio

Representado (a): C.P.R; N.P.T

Advogado (a): Camila Penna Ranna – OAB/ES 28.436 e Nicacio Pedro Tiradentes – OAB/ES 3.738

Relator (a): Renaldo Pilro de Almeida Junior

Audiência designada para o dia 23/07/2025, às 15:00 horas.

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, Isaac Pandolfi, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) acima relacionado, desde já, para comparecer à audiência (online) de instrução. Eventual objeção à audiência em ambiente virtual deverá ser manifestada pela parte ou seu advogado/defensor dativo. As manifestações para objeção deverão ser fundamentadas e realizadas em até 72h (setenta e duas horas) antes do início da audiência, via petição protocolada nos autos eletrônicos e/ou por correio eletrônico (e-mail) endereçado a <ted@oabes.org.br>. Não existindo oposição, a audiência em ambiente virtual se procederá pela plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado 15min (quinze minutos) antes do início da audiência. A disponibilização do link se dará no e-mail informado pelo(a) parte e/ou advogado/defensor dativo ou por mensagem de texto, conforme cadastrado nos autos. Vossa Senhoria fica advertido(a) que, salvo às exceções, a responsabilidade de comparecimento (fornecimento do link e presença no ato online) das testemunhas incumbe às partes, independente de notificação, sob pena de desistência, de acordo como disposto no artigo 59, § 4º, do Código de Ética e Disciplina e no artigo 53, § 8º, do Regimento Interno do TED-OAB/ES.

Vitória/ES, 25 de junho de 2025.

Isaac Pandolfi

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES (TED-OAB/ES)

DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO – TED-OAB/ES

Processo nº 257892020-0

Representante: SAMADISA - SÃO MATEUS DIESEL SERVIÇOS E AUTOS LTDA E SOSSAI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Advogado (a): João Joaquim Martinelli – OAB/ES 31218

Representado (a): J.S.J

Advogado (a): José Carlos Stein Junior – OAB/ES 4939

Relator (a): Renaldo Pilro de Almeida Junior

Audiência designada para o dia 23/07/2025, às 16:00 horas.

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo, Isaac Pandolfi, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) acima relacionado, desde já, para comparecer à audiência (online) de instrução. Eventual objeção à audiência em ambiente virtual deverá ser manifestada pela parte ou seu advogado/defensor dativo. As manifestações para objeção deverão ser fundamentadas e realizadas em até 72h (setenta e duas horas) antes do início da audiência, via petição protocolada nos autos eletrônicos e/ou por correio eletrônico (e-mail) endereçado a <ted@oabes.org.br>. Não existindo oposição, a audiência em ambiente virtual se procederá pela plataforma ZOOM MEETINGS, cujo link de acesso será disponibilizado 15min (quinze minutos) antes do início da audiência. A disponibilização do link se dará no e-mail informado pelo(a) parte e/ou advogado/defensor dativo ou por mensagem de texto, conforme cadastrado nos autos. Vossa Senhoria fica advertido(a) que, salvo às exceções, a responsabilidade de comparecimento (fornecimento do link e presença no ato online) das testemunhas incumbe às partes, independente de notificação, sob pena de desistência, de acordo como disposto no artigo 59, § 4º, do Código de Ética e Disciplina e no artigo 53, § 8º, do Regimento Interno do TED-OAB/ES.

Vitória/ES, 25 de junho de 2025.

Isaac Pandolfi

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/ES (TED-OAB/ES)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

BARRA DE SÃO FRANCISCO

Espirito Santo, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

Edital de Notificação

O Presidente do Conselho da 5ª Subseção da Ordem Advogados Brasil - Seção Espírito Santo, Amarildo de Lacerda Barbosa, no uso de suas atribuições legais, notifica o(a) advogado(a) abaixo relacionado(a), para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, por meio de petição eletrônica no sistema da OAB/ES (DATAGED), apresente suas razões finais, nos termos do art. 59, §8º, do Código de Ética e Disciplina, com a posterior remessa dos autos ao Tribunal de Ética e Disciplina, para a fase de julgamento da representação (art. 60 do CED).

Defensor Dativo: Bruna Ramos Caprini, - OAB/ES 31421

Barra de São Francisco/ES, 26 de Junho de 2025

Amarildo de Lacerda Barbosa

Presidente da 5ª Subseção

VIANA

Espirito Santo, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 09 DE 24 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação de membros para a Comissão de Prerrogativas da 22ª Subseção da OAB/ES.

A PRESIDENTE DA 22ª SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento Geral do Estatuto da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Advocacia e da OAB.

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o advogado Dr. **JOSÉ RONALDO MOREIRA,** inscrito na OAB/ES sob o nº 33.219, do cargo de Secretário-Geral Adjunto da Comissão de Prerrogativas da 22ª Subseção da OAB/ES, permanecendo o referido advogado como membro da referida Comissão.

Art. 2º Nomear o advogado Dr. **FRANCISCO CARLOS DE JESUS JUNIOR,** inscrito na OAB/ES sob o nº 30.950, como novo Secretário-Geral Adjunto da Comissão de Prerrogativas da 22ª Subseção da OAB/ES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OTONINA SILVA DIAS

Presidente da 22ª Subseção da OAB/ES

EDIONE GOMES DE MORAES

Secretario Geral da 22ª Subseção da OAB/ES

CONSELHO SECCIONAL - GOIÁS

Goiás, data da disponibilização: 26/06/2025

SISTEMA DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS

DESPACHO

Processo nº 202554398

Requerente: I.P.A. (Procuradora: Isabella de Pádua Azevedo – OAB/GO 33.751). DESPACHO: Determino o arquivamento dos presentes autos que foi autuado em duplicidade. À Secretaria de Direitos e Prerrogativas para providências. Publiquem-se. Cumpra-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel

Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202554398

Requerente: I.P.A. (Procuradora: Isabella de Pádua Azevedo – OAB/GO 33.751). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202335899

Requerente: F.R.R. (Procurador: Fernando Rodrigues Rocha – OAB/GO 62.135). DESPACHO: Nas fls. 195/198 dos presentes autos o advogado interessado Fernando Rodrigues Rocha, inscrito na OAB/DF sob o nº 38198 e na OAB/GO sob o nº 62.135, solicitou certidão de que não houve comunicação da prisão em flagrante deste advogado à Seccional da OAB/GO pela Polícia Rodoviária Federal, conforme determina o art. 7º, inciso IV, do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), para fins de defesa na esfera criminal e eventual arguição de nulidade da prisão em flagrante. Atento ao fato de que é um caso de prisão por suposta embriaguez ao volante, que não gerou nenhuma vítima, não teve nenhuma repercussão negativa. Considerando que, a despeito de não ser um caso de exercício da advocacia, se trata de um caso grave de violação de prerrogativas expressa em lei federal, qual seja a comunicação expressa de prisão de advogado a OAB, determino a remessa dos autos à Procuradoria de Prerrogativas para habilitação da OAB/GO nos autos do procedimento criminal, viabilizando e buscando a tomada de todas as providências necessárias para nulificação do processo, considerando a nulidade da prisão pela ausência de comunicação expressa a OAB da prisão do advogado. Notifiquem-se o advogado, para informar o número do processo criminal, para possibilitar a habilitação da OAB/GO. À Secretaria de Direitos e Prerrogativas para providências. Publiquem-se. Cumpra-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel

Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202553133

Requerente: M.T.M. (Procuradora: Mariana Teixeira de Mendonça – OAB/GO 29.089). DESPACHO: Acolho o parecer da Procuradoria de Prerrogativas e pelos seus próprios fundamentos, determino o arquivamento dos presentes autos. À Secretaria de Direitos e Prerrogativas para providências. Publiquem-se. Cumpra-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel

Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202553133

Requerente: M.T.M. (Procuradora: Mariana Teixeira de Mendonça – OAB/GO 29.089).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202547686

Requerente: N.O.F. (Procurador: Neisser Oliveira Freitas – OAB/GO 17.884). DESPACHO: Acolho o parecer da Procuradoria de Prerrogativas e determino o arquivamento dos presentes autos que foi autuado em duplicidade. À Secretaria de Direitos e Prerrogativas para providências. Publiquem-se. Cumpra-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel

Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202547686

Requerente: N.O.F. (Procurador: Neisser Oliveira Freitas – OAB/GO 17.884). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202500190

Requerente: M.L.S. (Procuradora: Maria de Lourdes Silva – OAB/GO 14.492). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 202452473

Requerente: L.R.L.M. (Procurador: Leonardo Rocha Lima de Morais – OAB/GO 57.549). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202452204

Requerente: L.J.R.C.S. (Procuradora: Lorena Jesuelaine Rodrigues Costa Santos – OAB/GO 37.580); S.F.S. (Procurador: Sali Freitas Santos – OAB/GO 25.691). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202451346

Requerente: T.U.L. (Procurador: Tharyk Uchoa Luz – OAB/GO 50.819). DESPACHO: Acolho o despacho do Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas, Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel e determino o arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se. Publiquem-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Thaís Sena de Castro

Secretária-Geral Adjunta da OAB/GO

Processo nº 202208530

Requerente: T.M.S. (Procuradora: Thais Moraes de Sousa – OAB/GO 49.230). DESPACHO: Ante ao parecer do Presidente do SDP, intime-se a advogada para manifestar seu interesse atual. Cumpra-se. Publique-se.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Rafael Lara Martins

Presidente da OAB/GO

NOTIFICAÇÃO

Processo nº 202335899

Requerente: F.R.R. (Procurador: Fernando Rodrigues Rocha – OAB/GO 62.135). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e informe o número do processo criminal, para possibilitar a habilitação da OAB/GO.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel

Presidente do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202534881

Requerente: J.K.G.M. (Procuradora: Jacqueline Kennedy Guimarães Marques – OAB/GO 43.732). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e informe providências adicionais que eventualmente ainda possa ter interesse por parte desta seccional.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202541307

Requerente: W.L. (Procurador: Washington Luiz – OAB/GO 13.708). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e apresente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, documentos indispensáveis à análise da demanda.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 202535593

Requerente: L.A.S. (Procuradora: Lays Araújo Silva – OAB/GO 63.592). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e informe se realizou boletim de ocorrência ou termo circunstanciado de ocorrência (TCO), ou outro registro policial pertinente, relativamente aos fatos de ameaça de que foi vítima, com o intuito de subsidiar futurar atuações junto aos órgãos de segurança e ao Ministério Público.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202520806

Requerente: P.R.B. (Procuradora: Priscila Rodrigues Branquinho – OAB/GO 47.367). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e informe quanto aos números dos processos específicos que ocorreram referidas irregularidades.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202520765

Requerente: D.N.C.G. (Procuradora: Denya Natalia Clemente Guerra – OAB/GO 41.114). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e manifeste impugnando, caso queira, o que foi trazido ao conhecimento da OAB/GO.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 202526755

Requerente: M.C.S. (Procurador: Mateus da Cunha Silva – OAB/GO 52.165). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e informe à esta seccional, bem como traga documentação, que comprove que os seus clientes, vítimas de estelionato, manifestaram interesse na representação perante a autoridade policial.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202539974

Requerente: A.G.P. (Procuradora: Anabel Gomes Pitaluga – OAB/GO 48.338). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e junte aos presentes autos cópia integral dos autos do processo judicial n° 5233131-52.2020.8.09.0006, porquanto tal feito tramita em sigilo; a fim de subsidiar eventual medida a ser adotada pela OAB/GO.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Processo nº 202504933

Requerente: W.C.F. (Procurador: Weverson Costa Ferreira – OAB/GO 28.738E). NOTIFICAÇÃO: A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás notifica a parte requerente para que tome ciência da integralidade dos autos, podendo solicitar cópia pelo e-mail: secretaria.prerrogativas@oabgo.org.br, e manifeste-se acerca do trazido ao conhecimento desta seccional pela autoridade policial da Delegacia de Crimes de Trânsito de Goiânia/GO, Caroline Paim Diaz, por meio do Oficio n. 119/2025, visto que as informações possuem o potencial de levar ao arquivamento da presente demanda.

Goiânia, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

Rômulo Wilson Sebba Ferreira

Vice-Presidente Executivo Capital do Sistema de Defesa das Prerrogativas

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSELHO SECCIONAL - MATO GROSSO

Mato Grosso, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

INCLUSÃO DE PAUTA

EDITAL Nº 109/2025 – EDITAL DE INTIMAÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª TURMA.

Edital n. 109/2025 -SG/TED– Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso – 2° PAUTA DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA: Pelo presente, por ordem do Presidente do TED - OAB/MT, a Secretaria de Gestão e Julgamento de Processos Éticos Disciplinares, com fulcro no art. 97-A do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB Lei n. 8.906/94 do Conselho Federal da OAB e art.137-D, § 3º do Regulamento Geral do EAOAB c/c art.69, §2º da lei n.º 8.906/94. Ficam devidamente intimados os Representantes e os Representados e seus Procuradores, a comparecerem na 2° Sessão Ordinária da Primeira Turma, a ser realizada no dia 23 de julho de 2025, à partir das 08 horas e 00 minutos, para participar de forma HIBRIDA, as partes deverão acessar o link a ser informado mediante notificação via correio eletrônico (e-mail), a saber: ORDEM DO DIA:

Representação Ético Disciplinar n. 11.0000.2023.015272-4/PTTED. Representante (s): Antônio Claro Carvalho Rosa (Advogada Assistente Dra. Cristian Carla de Campos Simões OAB/MT 30182/O); Representado (a/s): M.R.R (Advogado Dr. MARCIO RIBEIRO ROCHA OAB/MT 13281/O). Relator Renato de Perboyre Bonilha. (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO).

Representação Ético Disciplinar n. 11.0000.2023.012620-2 /PTTED. Representante (s): Ex Officio Ted; Representado (a/s): E.V.C.da C. (Advogado Dr. ERICK VINICIUS CORREA DA COSTA - OAB/MT 24577); e (Advogado Dativo Dr. EDVALDO COSTA GOMES OAB/MT 35500/O). Relator Dr. Heitor Correa da Rocha. Cuiabá, 25 de junho de 2025. Joao Paulo Haddad Franco Dália – Secretário Geral do TED/OAB/MT.

CONSELHO

INTIMAÇÃO DA DECISÃO

1ª TURMA DO CONSELHO SECCIONAL - OAB-MT – INTIMAÇÃO DE DECISÃO – PROCESSO – Nº 11.0000.2024.017017-0 – ANTIGO 0158/2016 - REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR:

Processo Disciplinar n. 11.0000.2024.017017-0 – Antigo - 000158/2016 – Classe I – Recorrente: M.D.T. (Advogada: Dra. Maria Deise Torino – OAB/MT 7.589/B). Recorrido: R.P.B. (Advogada Assistente: Dra. Geovana Gabriel dos Santos – OAB/MT 31.826/O). Relator: Dr. Rhandell Bedim Louzada. EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE CONTRA ADVOGADO – PROCESSO DISCIPLINAR POR LOCUPLETAÇÃO ILÍCITA, AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. JUNTADA POSTERIOR DE PROVAS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NEGADA. PRELIMINAR DE DECISÃO ULTRA PETITA. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM MÉRITO. NEGADA. CAPTAÇÃO DE CLIENTES EM AMBIENTES PÚBLICOS COM INTERVEN~ÇAO DE TERCEIROS NÃO INSCRITOS NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, MEDIANTE REMUNERAÇÃO PELO ADVOGADO CAPTADOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE PROVA DO AUTOR DA DENÚNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO MODIFICATIVO DA ALEGAÇÃO DE

REPRESENTAÇÃO. INFRAÇÃO. OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA COM ALTERAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO. **ACÓRDÃO**: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 1ª Turma do Conselho desta Seccional OAB/MT, por unanimidade, em conhecer do recurso e no mérito negar provimento, mantendo a decisão do TED/MT, nos termos do voto do conselheiro relator. Nada mais. Cuiabá, 26 de junho de 2025. a.s.) Dr. Josemar Carmerino dos Santos - Secretário Geral.

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

RAZÕES FINAIS

EDITAL Nº 107/2025 – EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR RAZÕES FINAIS - REPRESENTADO

Edital n. 107/25 - SG/TED – Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso – EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR RAZÕES FINAIS - REPRESENTADO: Pelo presente, por ordem do Presidente do TED - OAB/MT, a Secretaria de Instrução de Processos Éticos Disciplinares, com fulcro no art. 97 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB Lei n. 8.906/94 do Conselho Federal da OAB e art.137-D, § 4º do Regulamento Geral do EAOAB c/c. art.69, § 2º da Lei n.º 8.906/94. Ficam devidamente intimados (as) os (as) partes e seus Procuradores (as), a apresentarem **RAZÕES FINAIS** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 59. § 8º, do Código de Ética e Disciplina. **A falta de manifestação/comparecimento no prazo legal acarretará revelia e designação de defensor dativo**, nos termos do art.73, § 4º, do EAOAB e art. 59º §2º do CED, a saber:

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012141-5– REPRESENTANTE: Juliana Marcelino Dos Santos Rodrigues. **REPRESENTADO:** L.E.G.M. **(Advogado Dr.** Luiz Eduardo Gualberto Maciel - OAB/MT 21045/O), M.R.M.M. **(Advogada Dra.** Maria Rita Maia Miranda - OAB/MT 21298/O) e V.H.O.S. **(Advogado Dr.** Victor Hugo Oliveira Dos Santos - OAB/MT 22728/O) **RELATORA:** Dra. Rafaella Lory Da Silva E Silva.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012295-7– REPRESENTANTE: Carla Maria Moraes Garcia. **REPRESENTADO:** Y.D.S.T.A. **(Advogado Dr.** Yann Dieggo Souza Timotheo De Almeida - OAB/MT 12025/O) **PROCURADOR:** F.G.A. **(Advogado Dr.** Ferdinand Georges De Borba E D'alençon - OAB/RS 100800). **RELATORA:** Dra. Izabelle Epifanio.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012432-5– REPRESENTANTE: Ex Officio. **REPRESENTADO:** L.W.C.R. **(Advogado Dr.** Lucas Wender Curvo Rondon - OAB/MT 15913/O). **RELATORA:** Dra. Rafaella Lory Da Silva E Silva.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012487-7– REPRESENTANTE: Joselito Pinheiro De Almeida. **REPRESENTADO:** M.W. **(Advogado Dr.** Marcos Woicichoski - OAB/MT 24875/O). **RELATOR:** Dr. Carlos Dos Santos Silva Junior.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012534-6– REPRESENTANTE: Elizangela Rezende Mariano. **REPRESENTADO:** M.M.N. **(Advogado Dr.** Magnum Moraes Nogueira - OAB/MT 11082/O) e R.W.M. **(Advogado Dr.** Rafael Waldschmidt Maia - OAB/MT 16887/O). **RELATOR:** Dr. Lucas Martins Borges De Alencar.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.012557-1– REPRESENTANTE: Rafaela Dos Santos Ribeiro, Regina Luiza Dos Santos Ribeiro e Crislaine Aparecida Santos Ribeiro. **REPRESENTADO:** M.D.T. **(Advogada Dra.** Maria Deise Torino - OAB/MT 7589/B). **RELATOR:** Dr. Lucas Martins Borges De Alencar.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.016196-7– REPRESENTANTE: Joana Moreira Novais. **REPRESENTADO:** P.A.L. **(Advogado Dr.** Pedro Alexandrino De Lacerda - OAB/MT 11483/O) e R.A.M. **(Advogado Dr.** Rodrigo Arruda De Morais - OAB/MT 10728/O). **RELATOR:** Dr. Adelar Comiran.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.016692-4– REPRESENTANTE: Lindomar Rodrigues da Silva. **REPRESENTADO:** M.A.S. **(Advogado Dr.** Marcos Antonio Sanches - OAB/MT 26501/O - OAB/MT 11483/O) e K.S.F. **(Advogado Dr.** Klaus Sousa Feitosa - OAB/MT 30184/O). **RELATOR:** Dr. João Manoel Junior.

Processo disciplinar n. 11.0000.2023.018465-5– REPRESENTANTE: Diego Barros Vianna. **REPRESENTADO:** D.P.M. **(Advogado Dr.** Danielle De Paula Milhomem - OAB/MT 27672/O). **RELATOR:** Dr. José Ricardo Costa Marques Corbelino.

Nada mais. Cuiabá, 23 de junho de 2025. João Paulo Haddad Franco Dalia – Secretário Geral do TED/OAB/MT.

CONSELHO SECCIONAL - MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SECRETARIA DE ÉTICA E DISCIPLINA

NOTIFICAÇÃO

ALEGAÇÕES FINAIS – PROCESSO SED N. 24162-2024

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica as seguintes partes: Representado (a): Representado (a): M.S.M. (Adv.: Marcel Santos Martinez – OAB/MS n. 23.321) e A.C.G. (Adv.: Adryanne Cristhiny Ghizzi – OAB/SP n. 339.319) e o Defensor Dativo Dr. Matheus Henrique Oliveira de Menezes – OAB/MS n. 22.850 e o (a) Representante: Sr. (a) Washington Fragoso Veras – OAB/PR n. 34.812, para apresentarem alegações finais em conformidade com o art. 59, § 8º do Código de Ética e Disciplina da OAB, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias úteis . O prazo para o (a) representante inicia-se no dia útil seguinte ao da publicação deste edital e para o (a) representado (a) o prazo será computado nos 15 (quinze) dias subsequentes.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

ALEGAÇÕES FINAIS – PROCESSO SED N. 24021-2023

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica as seguintes partes: Representado (a): Representado (a): L.F.C.R. (Adv.: Luiz Fernando Cardoso Ramos – OAB/MS n. 14.572, Rita de Cassia Maciel Franco – OAB/PR 94.901 e OAB/MS n. 27.116-A) e o Defensor Dativo Dr. Itamar de Souza Novaes – OAB/MS n. 11.173, para apresentar alegações finais em conformidade

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

com o art. 59, § 8º do Código de Ética e Disciplina da OAB, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

ALEGAÇÕES FINAIS – PROCESSO SED N. 24247-2024

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica as seguintes partes: Representado (a): Representado (a): D.M.S. (Adv.: Daniel Mello dos Santos – OAB/MS n. 28.191-A) e o (a) Representante: Sr. (a) Donizete Ferreira Fagundes, para apresentarem alegações finais em conformidade com o art. 59, § 8º do Código de Ética e Disciplina da OAB, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias úteis . O prazo para o (a) representante inicia-se no dia útil seguinte ao da publicação deste edital e para o (a) representado (a) o prazo será computado nos 15 (quinze) dias subsequentes.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

DEFESA PRÉVIA – PROC. SED N. 25473-2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica o (a) advogado (a): Francisco Gonçalves Ferreira Júnior - OAB/MS n. 29.942, nomeado (a) como Defensor (a) Dativo (a) no Processo SED n. 25473/2025 – Representado (a): A.F.R., para apresentar defesa prévia, devendo indicar as provas que deseja produzir, apresentando, se for o caso, rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), conforme previsto no § 3º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste edital.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

DEFESA PRÉVIA – PROC. SED N. 25470-2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica o (a) advogado (a): Tatiana de Melo Prata Braga de Assis - OAB/MS n. 15.280, nomeado (a) como Defensor (a) Dativo (a) no Processo SED n. 25470/2025 – Representado (a): R.A.O., para apresentar defesa prévia, devendo indicar as provas que deseja produzir, apresentando, se for o caso, rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), conforme previsto no § 3º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina, pelo prazo de 15

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(quinze) dias, contados a partir da publicação deste edital.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

DEFESA PRÉVIA – PROC. SED N. 24241-2024

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica o (a) advogado (a): R.O.F. (Adv.: Ricardo Oliveira França – OAB/SP n. 352.308), para apresentar defesa prévia, devendo indicar as provas que deseja produzir, apresentando, se for o caso, rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), conforme previsto no § 3º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste edital.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

DEFESA PRÉVIA – PROC. SED N. 25459-2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica os advogados: S.R.R.F. (Adv.: Sergio Roberto Ribeiro Filho – OAB/SP n. 305.088) – Adv.: Gabriela Folharine Theodoro – OAB/SP n. 344.987, Adv.: Felipe Fernandes – OAB/SP n. 303.856 e Adv.: Fábio Intasqui – OAB/SP n. 350.953, para apresentarem defesa prévia, devendo indicar as provas que deseja produzir, apresentando, se for o caso, rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), conforme previsto no § 3º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste edital.

Campo Grande-MS, 25 de junho de 2025.

Wellington José Agostinho

Secretário-Geral do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MS

SECRETARIA GERAL

ACÓRDÃO

ACÓRDÃO DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA 2ª CÂMARA SECCIONAL DA OAB/MS EM 24/04/2025, ÀS 16h.

Representação Disciplinar n. 23.435/2024. Objeto: Recurso em face da decisão do Vice-Presidente que determinou o arquivamento da Representação Disciplinar. **Recorrente:** E. R. M. P. **Advogado da Recorrente:** Jonas Ricardo Silva da Cruz (OAB/MS 29.863) e Elaine Riverete Monteiro Padial (OAB/MS 18.630). **Recorrido:** D. O. S. **Advogado do Recorrido:** Douglas de Oliveira Santos (OAB/MS 14.666) e Cinthia dos Santos Souza (OAB/MS 17.141). **Relator:** Sebastião Rolon Neto. **EMENTA:** REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR – ACUSAÇÃO DE OFENSA DE PARTE PELO ADVOGADO – TRANSCRIÇÃO DE ACUSAÇÕES REALIZADAS PELO CLIENTE – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO – ARQUIVAMENTO LIMINAR. Representação Disciplinar onde a Representante acusa o Representado de imputar acusações graves à parte Representante, quando o advogado apenas transcreve fatos narrados pelo cliente, dentro dos limites de urbanidade e visando tão somente preservar direitos de seu cliente. Arquivamento liminar da representação com fundamento no art. 59, II, do Código de Ética e Disciplina da OAB. Recurso conhecido e improvido. **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Membros da Segunda Câmara Seccional da OAB/MS, à unanimidade, conhecer o recurso e negar provimento, nos termos do voto do relator".

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2025.

Fábio Nogueira Costa

Presidente da 2ª Câmara Seccional da OAB/MS

Secretária-Geral Adjunta da OAB/MS

Luiz Renê G. do Amaral

Secretário-Geral da OAB/MS

ACÓRDÃO DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA 2ª CÂMARA SECCIONAL DA OAB/MS EM 24/04/2025, ÀS 16h.

Representação Disciplinar n. 23.447/2024 Objeto: Recurso em face da decisão do Vice-Presidente que determinou o arquivamento da Representação Disciplinar. **Recorrente:** E. R. M. P. **Advogado da Recorrente:** Jonas Ricardo Silva da Cruz (OAB/MS 29.863) e Elaine Riverete Monteiro Padial (OAB/MS 18.630). **Recorrida:** C. S. S. **Advogada do Recorrida:** Cinthia dos Santos Souza (OAB/MS 17.141). **Relator:** Sebastião Rolon Neto. **EMENTA:** REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR – ACUSAÇÃO DE OFENSA DE PARTE PELO ADVOGADO – TRANSCRIÇÃO DE ACUSAÇÕES REALIZADAS PELO CLIENTE – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO – ARQUIVAMENTO LIMINAR. Representação Disciplinar onde a Representante acusa o Representado de imputar acusações graves à parte Representante, quando o advogado apenas transcreve fatos narrados pelo cliente, dentro dos limites de urbanidade e visando tão somente preservar direitos de seu cliente. Arquivamento liminar da representação com fundamento no art. 59, II, do Código de Ética e Disciplina da OAB. Recurso conhecido e improvido. **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Membros da Segunda Câmara Seccional da OAB/MS, à unanimidade, conhecer o recurso e negar provimento, nos termos do voto do relator".

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2025.

Fábio Nogueira Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da 2ª Câmara Seccional da OAB/MS

Secretária-Geral Adjunta da OAB/MS

Luiz Renê G. do Amaral

Secretário-Geral da OAB/MS

ACÓRDÃO DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA 2ª CÂMARA SECCIONAL DA OAB/MS EM 24/04/2025, ÀS 16h.

Representação Disciplinar n. 23.448/2024 Objeto: Recurso em face da decisão do Vice-Presidente que determinou o arquivamento da Representação Disciplinar. **Recorrente:** E. R. M. P. **Advogado da Recorrente:** Jonas Ricardo Silva da Cruz (OAB/MS 29.863) e Elaine Riverete Monteiro Padial (OAB/MS 18.630). **Recorrida:** E. C. A. S. **Advogada do Recorrida:** Cinthia dos Santos Souza (OAB/MS 17.141) e Elaine Cler Alexandre dos Santos (OAB/MS n. 7.175). **Relator:** Sebastião Rolon Neto. **EMENTA:** REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR – ACUSAÇÃO DE OFENSA DE PARTE PELO ADVOGADO – TRANSCRIÇÃO DE ACUSAÇÕES REALIZADAS PELO CLIENTE – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO – ARQUIVAMENTO LIMINAR. Representação Disciplinar onde a Representante acusa o Representado de imputar acusações graves à parte Representante, quando o advogado apenas transcreve fatos narrados pelo cliente, dentro dos limites de urbanidade e visando tão somente preservar direitos de seu cliente. Arquivamento liminar da representação com fundamento no art. 59, II, do Código de Ética e Disciplina da OAB. Recurso conhecido e improvido. **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Membros da Segunda Câmara Seccional da OAB/MS, à unanimidade, conhecer o recurso e negar provimento, nos termos do voto do relator".

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2025.

Fábio Nogueira Costa

Presidente da 2ª Câmara Seccional da OAB/MS

Secretária-Geral Adjunta da OAB/MS

Luiz Renê G. do Amaral

Secretário-Geral da OAB/MS

ACÓRDÃO DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA 2ª CÂMARA SECCIONAL DA OAB/MS EM 24/04/2025, ÀS 16h.

Representação Disciplinar n. 23.449/2024 Objeto: Recurso em face da decisão do Vice-Presidente que

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

determinou o arquivamento da Representação Disciplinar. **Recorrente:** E. R. M. P. **Advogado da Recorrente:** Jonas Ricardo Silva da Cruz (OAB/MS 29.863) e Elaine Riverete Monteiro Padial (OAB/MS 18.630). **Recorrida:** L. O. A. A. **Advogada do Recorrida:** Cinthia dos Santos Souza (OAB/MS 17.141) e Lucas Orsi Abdul Ahad (OAB/MS 15.582). **Relator:** Sebastião Rolon Neto. **EMENTA:** REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR – ACUSAÇÃO DE OFENSA DE PARTE PELO ADVOGADO – TRANSCRIÇÃO DE ACUSAÇÕES REALIZADAS PELO CLIENTE – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO – ARQUIVAMENTO LIMINAR. Representação Disciplinar onde a Representante acusa o Representado de imputar acusações graves à parte Representante, quando o advogado apenas transcreve fatos narrados pelo cliente, dentro dos limites de urbanidade e visando tão somente preservar direitos de seu cliente. Arquivamento liminar da representação com fundamento no art. 59, II, do Código de Ética e Disciplina da OAB. Recurso conhecido e improvido. **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Membros da Segunda Câmara Seccional da OAB/MS, à unanimidade, conhecer o recurso e negar provimento, nos termos do voto do relator".

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2025.

Fábio Nogueira Costa

Presidente da 2ª Câmara Seccional da OAB/MS

Secretária-Geral Adjunta da OAB/MS

Luiz Renê G. do Amaral

Secretário-Geral da OAB/MS

ACÓRDÃO DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DA 2ª CÂMARA SECCIONAL DA OAB/MS EM 24/04/2025, ÀS 16h.

Representação Disciplinar n. 23.096/2023. Objeto: Embargos de Declaração. **Embargante:** E. R. G. S. **Advogado do Embargante:** Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB/SC 61.452). **Embargado:** C. S. O. A. B. M. S. **Relator:** Gustavo Cruz Nogueira. **EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Decisão exarada pela Colenda 2ª Câmara do Egrégio Conselho da OAB/MS. Ausência do requisito de tempestividade do recurso. Embargos de Declaração oposto fora do prazo de 15 dias. Recurso não conhecido. **ACÓRDÃO:** "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros Membros da Segunda Câmara Seccional da OAB/MS, à unanimidade, não conhecer o recurso nos termos do voto do relator".

Campo Grande, MS, 24 de abril de 2025.

Fábio Nogueira Costa

Presidente da 2ª Câmara Seccional da OAB/MS

Secretária-Geral Adjunta da OAB/MS

Luiz Renê G. do Amaral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Secretário-Geral da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO

CONTRARRAZÕES – PROC. CDA n. 19.705/2022

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica Maria Cristina Sangaletti OAB/SP n. 400.518 para apresentar contrarrazões ao recurso interposto nos autos **n. 19.705/2022**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

A referida manifestação poderá ser remetida ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolada presencialmente nas dependências desta Seccional.

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Secretaria-Geral da OAB/MS (secgeral@oabms.org.br).

Campo Grande, MS, 26 de junho de 2025.

Luiz Renê G. do Amaral

Secretário-Geral da OAB/MS

GABINETE DA DIRETORA VICE-PRESIDENTE

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO – PROC 26199/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica G.S.B – (Adv. Gabriel da Silva Batista – OAB/MS 27.733) e P.G.S – (Pedro Garcia Santos – OAB/MS 8.743) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que **a íntegra dos autos administrativos** encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26208/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica T.A.B – (Adv. Thiago Aguilera Braga – OAB/MS 18.259) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26214/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica C.L – (Adv. Cézar Lopes – OAB/MS 17.280) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26215/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica

E.F.F.G – (Adv. Eugenio Ferreira de Freitas Gonzalez – OAB/MS 10.098) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26197/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica R.S.O – (Adv. Ruvoney da Silva Otero – OAB/MS 4.439) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26163/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica L.G.O.S – (Adv. Lana Gabriele de Oliveira Santos – OAB/MS 27.614) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 25541/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica A.U – (Adv. Amanda Urbanette – OAB/MS 24.264) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Vice-Presidente da OAB/MS

NOTIFICAÇÃO – PROC 26135/2025

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL, notifica W.S.A.A – (Adv. Willer Souza Alves de Almeida – OAB/MS 23.447) conforme despacho proferido nos autos em epígrafe, para apresentar esclarecimentos relacionado ao assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital (art. 69, §2º, EAOAB).

Ressalta-se que a íntegra dos autos administrativos encontra-se à disposição das partes e seus procuradores, e sua cópia digital poderá ser requerida ao endereço eletrônico da Vice-Presidência (vicepresidencia@oabms.org.br).

O referido esclarecimento, assinado e em formato PDF, poderá ser remetido ao e-mail protocolo@oabms.org.br, ou protocolado presencialmente nas dependências desta Seccional.

Campo Grande/MS 25 de junho de 2025.

Marta do Carmo Taques

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Vice-Presidente da OAB/MS

CONSELHO SECCIONAL - MINAS GERAIS

Minas Gerais, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

DEFESA PRÉVIA

CONVOCAÇÃO DEFESA PRÉVIA TED OAB/MG

Proc. 99/2025: RTE: N.J.B. OAB/MG Nº 46080; RDO: A.O.Q.J. OAB/MG Nº 170671; DEF: WASHINGTON LUIS BATISTA OAB/MG Nº 216550; Pelo presente edital, fica o Defensor Dativo do representado notificado a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, defesa prévia em procedimento ético disciplinar. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2025.

Donaldo José de Almeida

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MG

CONVOCAÇÃO DEFESA PRÉVIA TED OAB/MG

Proc. 1375/2025: RTE: S.P.M. OAB/MG Nº 124031; RDO: F.C.O. OAB/MG Nº 135993; DEF: VICTOR HUGO NASCIMENTO MONTEIRO OAB/MG Nº 220342; Pelo presente edital, fica o Defensor Dativo da representada notificado a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, defesa prévia em procedimento ético disciplinar. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Belo Horizonte, 26 de junho de 2025.

Donaldo José de Almeida

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICA TRANSCRIÇÃO DESPACHO TED OAB/MG

Proc. 1990/2024: RTE: A.G.M.O. OAB/MG Nº 111607; RDO: G.M.C.A. OAB/MG Nº 147979; DEF: KEILA DE CARVALHO OAB/MG Nº 168185; Para seu conhecimento, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos supracitados.“(…) À Secretaria-Geral do TED para inclusão em pauta de julgamento, mediante distribuição por sorteio, atendendo aos critérios cronológicos, a fim de evitar a ocorrência de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

eventual prescrição quinquenal ou intercorrente.”

Belo Horizonte, 13 de junho de 2025

Donaldo José de Almeida

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MG.

NOTIFICA TRANSCRIÇÃO DESPACHO TED OAB/MG

Proc. 4035/2024: RTE: D.L.P. OAB/MG Nº 151971; PRO: RICARDO VENANCIO DE OLIVEIRA DA SILVA OAB/MG Nº 179169; PRO: GUSTAVO DA SILVEIRA LEONE OAB/MG Nº 53304; RDO: A.P.B.C.(Procurador(a) ANA PAULA BERTOLINI COSTA) OAB/MG Nº 110125; Para seu conhecimento e pronunciamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos supracitados. “Considerando a manifestação da Representada pelo regular andamento do feito às fls. 180 verso, dê-se vista da defesa prévia apresentada à Representante. Após, voltem-me os autos conclusos.” A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2025.

Donaldo José de Almeida

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MG

RESULTADO DE JULGAMENTO

EDITAL - RESULTADO DO JULGAMENTO DA SESSÃO DO DIA 24/06/2025 DA 15ª TURMA JULGADORA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/MG, para conhecimento dos interessados:

Processo Nº 1481/2025: Rel.: Dr(a).EDUARDO AUGUSTO SILVA TEIXEIRA: RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: C.L.V. OAB/MG Nº 103690; PRO: KLEBER ALVES DE CARVALHO OAB/MG Nº 84669; ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos por unanimidade julgaram procedente a CAUTELAR DE SUSPENSÃO PREVENTIVA, aplicando a Representada a sanção disciplinar de suspensão do exercício da advocacia pelo prazo de 90 (noventa) dias. Por oportuno, ficam as partes notificadas da presente decisão, podendo apresentar recurso ao Órgão Especial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, informando que, conforme disposto no art. 77, parágrafo único do Regimento Interno do TED - OAB/MG, após 60 (sessenta) dias do cumprimento da pena, no caso de condenação ou do trânsito em julgado da decisão absolutória, os processos físicos findos poderão ser incinerados, mediante prévia intimação dos interessados no ofício em que dá conhecimento do resultado do julgamento ou por edital, com prazo de 15 (quinze) dias úteis, para que possam exercer o direito de reaver os documentos que com os quais tenham instruído o feito. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

BELO HORIZONTE, 26 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DONALDO JOSE DE ALMEIDA

Presidente - TED - TRIBUNAL DE ETICA E DISCIPLINA

RETIRADO DE PAUTA

EDITAL - PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/MG

O Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/MG, comunica as partes e procuradores que foi retirado de pauta o processo abaixo relacionado, de seu interesse, por determinação de seu respectivo relator julgador. Na oportunidade, informa que todos serão novamente intimados quando houver nova inclusão em pauta de julgamento.

SESSÃO DO DIA 16/07/2025 a partir de 13:00 horas. 5ª TURMA JULGADORA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA, para conhecimento dos interessados.

Proc. Nº 934/2025: RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: L.H.P.B. OAB/ES Nº 22269; RDO: H.E.S.A. OAB/ES Nº 13394; RDO: M.F.A. OAB/MG Nº 44293; PRO: TASSIA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS OAB/MG Nº 158390; PRO: PAMELA CRISTINA PADILHA DOS SANTOS OAB/MG Nº 104379; PRO: LAURA MUNIZ PERIM XAVIER OAB/ES Nº 36163; PRO: CAIO DE SA DAL' COL OAB/ES Nº 21936; PRO: LAURA MUNIZ PERIM XAVIER OAB/ES Nº 36163; PRO: CAIO DE SA DAL' COL OAB/ES Nº 21936;

BELO HORIZONTE, 26 de junho de 2025

DONALDO JOSÉ DE ALMEIDA

Presidente - TED - TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

COMISSÃO DE ADMISSIBILIDADE E INSTRUÇÃO DO TED

ARQUIVAMENTO

Processo nº 2644/2024

SPS X WFC, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos – OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 2189/2025

DPFA X ESSA, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Eduardo Santos Simões de Almeida – OAB/MG nº 197.426.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2179/2025

MVBL X CVV, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dra. Christiane do Valle Vieira – OAB/MG nº 174.017.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2191/2025

SGB X BCL, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Bruno Correa Lemos - OAB/MG nº 164.958.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2190/2025

ARF X MSC, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dra. Marina dos Santos Camargos – OAB/MG nº 104.786.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABM

Processo nº 2199/2025

TBSC X DMFR, pelo presente edital, informo-lhes que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Daniela Mendes Francisco Rosa - OAB/MG nº 146.339.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2661/2024

MASS X WFC, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos – OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2417/2024

MSS X RBS, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Rudmar Batista da Silva – OAB/MG nº 134.083.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo nº 2657/2024

GCAF X WFC, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos – OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 1681/2023

MCSX X GMO, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Gilberto Martins de Oliveira - OAB/MG nº 173248.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2643/2024

KASG X WFC, pelo presente edital, informo-lhe que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos – OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABM

Processo nº 2633/2024

JMM X WFC, pelo presente edital, informo-lhes que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos - OAB/MG nº 118.237.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2634/2024

MVPS X WFC, pelo presente edital, informo-lhes que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos - OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2629/2024

MJPCM X WFC, pelo presente edital, informo-lhes que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos - OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Processo nº 2655/2024

NFS X WFC, pelo presente edital, informo-lhes que a representação epigrafada foi arquivada liminarmente, com determinação de seu arquivamento, nos termos do parecer exarado por esta presidência.

Advogados(a): Dr. Wanderson Farias de Camargos - OAB/MG nº 118.237.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo

Presidente da CAD-TED/OABMG

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) abaixo relacionado notificado(a) a comparecer à sede do Conselho Seccional da OAB/MG (Rua Albita, n.º 260, bairro Cruzeiro, Belo Horizonte), para tratar de assunto de seu interesse.

Advogado(s). Dr. Anésio Cristiano Félix – OAB/MG 112.489.

Belo Horizonte/MG, 25/06/2025

MARIA FLÁVIA CARDOSO MÁXIMO

Presidente da Comissão de Admissibilidade e Instrução do TED-OAB/MG.

RAZÕES FINAIS

Processo nº 1625/2024

MHAS e THSAS, pelo presente edital, ficam os advogados, notificados a apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, suas razões finais, sob pena de revelia e designação de defensor dativo, nos termos do art. 59, § 8º do CED e art. 136, § 1º, do RIOAB/MG.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2025.

Advogados: Marcus Hermogenes de Almeida e Silva – OAB/MG nº 54815

Thales Hermogenes Souza de Almeida e Silva – OAB/MG nº 207048

Dra. Maria Flávia Cardoso Máximo, Presidente da CAD-TED.

COMUNICAÇÃO

ALEGAÇÕES FINAIS

Edital de Convocação

Comissão de Admissibilidade e Instrução do TED - OAB/MG

Notificação Alegações Finais

Processo nº 009/2021 – TED 2359/2022 – De Ofício- OAB/MG x GPV – OAB/MG nº 114.143, pelo presente edital, fica o advogado supra, notificado a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, suas alegações finais, sob pena de revelia e designação de defensor dativo, nos termos do art. 59, § 8º do CED e art. 136, § 1º, do RIOAB/MG. Ubá, 17 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Representação Disciplinar: 529/2022

Representante: F.C.M - OAB/MG 183.404

Representado: J.C.V.B – OAB/MG 93.845

Relator(a): Andrezza Ferreira Querino

Para conhecimento e pronunciamento, ficam as partes notificados para comparecerem a Audiência Instrução e Julgamento, designada para 15 DE JULHO DE 2025 às 09:00 horas, que ocorrerá na Sala de Audiência desta Subseção, localizada na Rua Edmir Leão, 454, Centro, Contagem/MG (ao lado do Ministério Público Estadual). Alerto que conforme § 4º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina da OAB, as testemunhas deverão comparecer independente de intimação, cabendo as partes notificá-las. As partes deverão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência, encaminhar o rol de testemunhas, constando nome e CPF para o e-mail conselhocontagem@oabmg.org.br.

Contagem, 18 de junho de 2025.

ROGÉRIO SILVA LISBOA – PRESIDENTE DA 83ª SUBSEÇÃO OAB CONTAGEM

AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Representação Disciplinar: 014/2024

Representante: J.S.S.F

Representado: F.E.D.O – OAB/MG 196.457

Relator(a): Andrezza Ferreira Querino

Para conhecimento e pronunciamento, ficam as partes notificados para comparecerem a Audiência Instrução e Julgamento, designada para 09 DE JULHO DE 2025 às 10:00 horas, que ocorrerá na Sala de Audiência desta Subseção, localizada na Rua Edmir Leão, 454, Centro, Contagem/MG (ao lado do Ministério Público Estadual). Alerto que conforme § 4º do art. 59 do Código de Ética e Disciplina da OAB, as testemunhas deverão comparecer independente de intimação, cabendo as partes notificá-las. As partes deverão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência, encaminhar o rol de testemunhas, constando nome e CPF para o e-mail conselhocontagem@oabmg.org.br.

Contagem, 18 de junho de 2025.

ROGÉRIO SILVA LISBOA – PRESIDENTE DA 83ª SUBSEÇÃO OAB CONTAGEM

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – RAZÕES FINAIS

Processo Disciplinar: 3921/2024

Representante: G.F.I.A. OAB/MG nº:

Representado(a): G.C.R.V. OAB/MG nº: 192.245

Pelo presente edital fica O(A) REPRESENTADO(A), notificado(a) a apresentar suas razões finais, nos termos do art. 59, §8º do CED.

Itajubá, 12 de junho de 2025

Eliza da Silva Pires.

Presidente da 23ª Subseção da OAB/MG.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Produzir provas

Processo Disciplinar: 1157/2024

Representante: G.C.R.V. OAB/MG: 192.245

Representado(a): M.F.D.S.OAB/MG: 144.283

Defensor(a) Dativo(a): K.G.M.OAB/MG: 160.090

Requer sejam as partes intimadas para, informarem se desejam produzir prova testemunhal e, se esse for o caso, apresentem o rol de testemunhas.

Itajubá, 16 de junho de 2025

Eliza da Silva Pires. Presidente da 23ª Subseção da OAB/MG.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA DE OITIVA

Processo Disciplinar: 3923/2024

Representante: De Ofício – Presidio de Itajubá

Representada: A.P.S.O. OAB/MG nº: 179.016

Representado: B.A.L.N. OAB/SP nº: 182.606

Em cumprimento ao quanto determinado pelo TED às fls. 71/72, designo audiência para oitiva dos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

srs. Eraldo Emerson Sales e Paulo Henrique Martins para o dia 19/08/2025, as 14hs, os quais devem ser notificados pelos contatos informados às fls. 268/269.

Itajubá, 17 de junho de 2025

Eliza da Silva Pires. Presidente da 23ª Subseção da OAB/MG.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Poços de Caldas, em virtude de lei, faz saber que o advogado: DR. MURILO DE CONTI STUQUE OAB/MG Nº 194.808, fica notificado a comparecer à Sede da OAB Subseção Poços de Caldas, situada à Rua Rio Grande do Sul, nº 375, bairro Centro, Poços de Caldas – MG, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu interesse. Poços de Caldas, 23 de junho de 2025.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Produzir provas

Processo Disciplinar: 1157/2024

Representante: G.C.R.V. OAB/MG: 192.245

Representado(a): M.F.D.S.OAB/MG: 144.283

Defensor(a) Dativo(a): K.G.M.OAB/MG: 160.090

Requer sejam as partes intimadas para, informarem se desejam produzir prova testemunhal e, se esse for o caso, apresentem o rol de testemunhas.

Itajubá, 16 de junho de 2025
Eliza da Silva Pires. Presidente da 23ª Subseção da OAB/MG.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA DE OITIVA

Processo Disciplinar: 3923/2024

Representante: De Ofício – Presidio de Itajubá

Representada: A.P.S.O. OAB/MG nº: 179.016

Representado: B.A.L.N. OAB/SP nº: 182.606

Em cumprimento ao quanto determinado pelo TED às fls. 71/72, designo audiência para oitiva dos srs. Eraldo Emerson Sales e Paulo Henrique Martins para o dia 19/08/2025, as 14hs, os quais devem ser notificados pelos contatos informados às fls. 268/269.

Itajubá, 17 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Eliza da Silva Pires. Presidente da 23ª Subseção da OAB/MG.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Ref. Processo n. 356/2024

Representante: De Ofício – MMª. Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Formiga/MG

Representada: J.S.O. – OAB 19226/O/MT

Pelo presente Edital fica a Advogada, J.S.O. – OAB 19226/O/MT, notificada no prazo de 15(quinze) dias, oferecer defesa prévia no Processo supracitado, acompanhada de todos os documentos que julgar necessários, bem como apresentação do rol de testemunhas, com no máximo 5(cinco) nomes, sob pena de preclusão.

Formiga/MG, 16 de junho de 2025.

Arthur Vaz Ribeiro

Presidente da 16ª Subseção da OAB/MG – Formiga

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo: 002/2025

Representante: José Eufrásio dos Santos

Representado: J.G.M.P OAB/MG 207.093

Pelo presente edital, fica o advogado J.G.M.P OAB/MG 207.093 notificado a tomar ciência do despacho exarado no processo epigrafado, às folhas 58/60.

EDITAL DE NOTIFICAÇÕES – Razões Finais

Processo Disciplinar nº: 020/2020

Representante: "DE OFICIO" COMISSÃO DEFESA, ASSISTENCIA E PRERROGATIVAS DA 48ª SUBSEÇÃO.

Representado (a): W. J. F. DE. C. OAB/MG 100.987

Pelo presente edital fica o (a) advogado (a) – OAB/MG: 100.987 notificado (a) a partir desta publicação a apresentar suas razões finais, nos termos do art. 59, § 8º do CED/OABMG, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O acompanhamento das intimações/ decisões do presente processo deverá ser

verificado, a partir do recebimento desta, no diário eletrônico da OAB, através do link abaixo, digitando-se, no campo de busca, o número descrito no preâmbulo da presente correspondência.HTTP://deoab.oab.org.br Referidas notificações serão encaminhadas ao e-mail constante do cadastro do advogado.Cadastre seu e-mail através do link: HTTPS://www.oabmg.org.br/cadastro2019.

Representação Disciplinar: 10/2024

Representante: D.M.P

Representado: A.G.R – OAB/MG 96.478

Pelo presente edital, fica o Representado A.G.R – OAB/MG 96.478, notificado para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, Defesa Prévia em procedimento ético disciplinar. A falta de manifestação no prazo legal acarretará revelia e designação de defensor dativo, nos termos do art. 73, § 4º, do EAOAB, e art. 59, § 2º, do CED.

Ribeirão das Neves, 12 de Junho de 2025.

Valdilene De Jesus Silva

Presidente da 137ª Subseção – Ribeirão Das Neves

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Disciplinar nº :340/2025

Representante: C.C.Q.

Representado: T.W.M.P.R. OAB/MG: 181915

Pelo presente edital, fica o advogado T.W.M.P.R. OAB/MG: 181.915 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de quem o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO:

Processo Disciplinar nº :342/2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Representante: R.G.S.

Representado: T.W.M.P.R. OAB/MG: 181915

Pelo presente edital, fica o advogado T.W.M.P.R. OAB/MG: 181.915 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de quem o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Disciplinar nº :346/2025

Representante: I.S.V.

Representado: G.G.M.. OAB/MG: 208.823

Pelo presente edital, fica o advogado G.G.M. - OAB/MG 208.823 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de que o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – DEFESA PRÉVIA

Processo nº 011/19

Representante: “De Ofício” – MM Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Muriaé

Representado: Dr. A.L.O.A – OAB/RJ 159.371

Pelo presente edital, fica o advogado Representado Dr. A.L.O.A notificado a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, DEFESA PRÉVIA em procedimento ético disciplinar. A falta de manifestação no prazo legal acarretará revelia e designação de defensor dativo, nos termos do art. 73, § 4º, do EAOAB, e art. 59, § 2º, do CED. O processo encontra-se disponível na Sede da 36ª Subseção, Rua Dr. Alves Pequeno, 237 - sala 301, Muriaé/MG – Cep 36.880-074

Graziela Machado Porcaro e Almeida

Presidente do CED da 36ª Subseção da OAB/MG.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Muriaé, 17 de junho de 2025.

Edital de Notificação (TRANSCRIÇÃO DE DESPACHO)

Processo Disciplinar: 03/2024

Representante: H.B.N.M.J. OAB/MG nº 52.578

Representados: F.M.G OAB/MG 119.789

T.S.R. OAB/MG 115.712

Para conhecimento de F.M.G.OAB/MG nº119.789 e T.S.R. OAB/MG 115.712, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos nº 03/2024"Vistos, etc...Dê-se vista à parte representada, para que se manifeste acerca da petição e dos documentos juntados às fls. 129 a 133, no prazo de 15 dias. INTIME-SE. Escoado o prazo com ou sem manifestação, volvam-me conclusos os

autos. Itaúna, 17 de junho de 20225- Amon Luis Silva Moura -Conselheiro Subseção -Itaúna"

Itaúna, 18 de junho de 2025

Presidente: Dra. Tânia Regina de Faria Batista

Edital de Notificação (TRANSCRIÇÃO DE DESPACHO)

Processo Disciplinar: 13/2023(3324/2023)

Representante: M.C.M.G.

Procurador da Representante: F.M.G.OAB/MG119.789

Procurador da Representante: T.S.R. OAB/MG 115.712

Representado: H.B.N.M.J. OAB/MG 52.578

Para conhecimento dos advogados F.M.G.OAB/MG nº119.789 e T.S.R. OAB/MG 115.712, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos nº 13/2023(3324/2023):

Vistos, etc...Dê-se vista à parte representante, por intermédio de seu procurador, para que se manifeste acerca da petição e dos documentos juntados às fls. 492 a 500, no prazo de 15 dias. INTIME-SE. Escoado o prazo com ou sem manifestação, volvam-me conclusos os autos. Itaúna,16 de junho de 2025. Amon Luis Moura Silva Conselheiro Subseção-Itaúna

Itaúna, 18 de junho de 2025

Presidente Tânia Regina de Faria Batista

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Disciplinar nº :346/2025

Representante: I.S.V.

Representado: G.G.M.. OAB/MG: 208.823

Pelo presente edital, fica o advogado G.G.M. - OAB/MG 208.823 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de que o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Disciplinar nº :340/2025

Representante: C.C.Q.

Representado: T.W.M.P.R. OAB/MG: 181915

Pelo presente edital, fica o advogado T.W.M.P.R. OAB/MG: 181.915 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de quem o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO:

Processo Disciplinar nº :342/2025

Representante: R.G.S.

Representado: T.W.M.P.R. OAB/MG: 181915

Pelo presente edital, fica o advogado T.W.M.P.R. OAB/MG: 181.915 notificado de que foi apresentado o despacho de admissibilidade; bem como notificado de quem o presente procedimento disciplinar foi arquivado liminarmente. A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Dr. Hugo Gomes Gonçalves

Presidente da 10ª Subseção da OAB – Curvelo/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Ref. Processo n. 356/2024

Representante: De Ofício – MMª. Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Formiga/MG

Representada: J.S.O. – OAB 19226/O/MT

Pelo presente Edital fica a Advogada, J.S.O. – OAB 19226/O/MT, notificada no prazo de 15(quinze) dias, oferecer defesa prévia no Processo supracitado, acompanhada de todos os documentos que julgar necessários, bem como apresentação do rol de testemunhas, com no máximo 5(cinco) nomes, sob pena de preclusão.

Formiga/MG, 16 de junho de 2025.

Arthur Vaz Ribeiro

Presidente da 16ª Subseção da OAB/MG – Formiga

PROCESSO

Processo Disciplinar: 02/2024

Representante: k.C.S.B.

Representado(a): T.D.Z.- OAB/MG 114.175

Para seu conhecimento e pronunciamento no prazo de 05(cinco) dias úteis, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos nº 02/2024 " Vistos, etc. Considerando a inércia das partes no que tange a produção de provas e apresentação do rol de testemunhas, conforme certidão de fls. 389 e novo pedido de fls.394, e para fins de evitar qualquer nulidade processual, e para maiores esclarecimentos dos fatos, ei por bem, em renovar o requerimento das seguintes diligências: Representante, apresente no prazo de 5 dias cópia do termo de inventariante; Representada, informe se houve o protocolo do cumprimento de sentença no prazo de 5 dias, ou estado atual do processo. Advirta-se a representante, que o não atendimento das solicitações, implicará em extinção da representação por desistência face a notória falta de interesse no seguimento do feito. Intime-se as partes. Após conclusos. Itaúna, 16 de junho de 2025. Marco Aurélio da Silva OAB 122.137 Conselheiro da Subseção de Itaúna/MG"

Itaúna, 17 de junho de 2025

Presidente: Tânia Regina de Faria Batista

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Representação Disciplinar: 1601/2024

Representante: G.P.D - OAB/MG 162.049

Representados: R.D.B - OAB/MG 158.788

D.P.J - OAB/MG 185.973

D.P.O - OAB/MG 193.368

R.A.M.D - 193.417

Procurador (a): C.S.G OAB/MG 151.710

Pelo presente edital, fica o Representante G.P.D - OAB/MG 162.049 e os representados R.D.B - OAB/MG 158.788, D.P.J - OAB/MG 185.973, D.P.O - OAB/MG 193.368, R.A.M.D - 193.417, Procurador (a) C.S.G OAB/MG 151.710, intimados a comparecerem em audiência designada para a data de 17 de Julho de 2025, às 14h00min a ser realizada na sede da OAB de Ribeirão das Neves, situada na Rua: José Cassimiro Nogueira, 225, bairro: Várzea Alegre - Rib. das Neves/MG, Telefone 3624-3787, para oitiva das testemunhas arroladas a tempo e modo residente no territorio da subseção. Salienta-se que o representados intimados, deverão incumbir-se do comparecimento das testemunhas conforme art.59, § 4°, do NCED e art.112 do RIOAB/MG.

Ribeirão das Neves, 06 de Novembro de 2024.

Valdilene De Jesus Silva

Presidente da 137ª Subseção – Ribeirão Das Neves

Processo Disciplinar:2146/2024

Representante: De Ofício

Representado(a): L.V.A.J. OAB/MG 181.968

Procurador (Advogado): Ferdinand Georges de Borba D'Orleans e D'Alençon -OAB/RS nº 100.800

Para seu conhecimento e pronunciamento, faz-se transcrever o despacho exarado nos autos de nº 2146/2024: " Vistos, etc...Em análise e considerando o contexto dos autos, tem-se que fora oficiado o Ministério Público para que informasse o interesse na oitiva das testemunhas arroladas (fls. 141) este informou às fls. 143 não possuir interesse na oitiva de testemunhas, bem como que o presente feito pode ter sua tramitação nesta subseção, exclusivamente na esfera administrativa, sem necessidade de comunicação de seus atos aquele Órgão.

Em manifestação a defesa técnica constituída pelo representado às fls. 149-309, juntou novos documentos e apresentou requerimentos consistentes no pedido de desentranhamento dos atos que foram considerados nulos pelo Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina, pedido de reconhecimento da nulidade de notificação em razão da inobservância do disposto no art. 137-D, § 3°, do Regulamento Geral da OAB e de forma alternativa pugnou pela produção de prova testemunhal. Pois bem, passo a análise dos requerimentos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

No que se refere ao pedido de desentranhamento dos atos declarados nulos pelo Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina, entendo que, apesar de reconhecida a nulidade quanto aos efeitos jurídicos daqueles atos, os mesmos integram o conjunto documental do feito e compõem o histórico processual, razão pela qual não se mostra adequado o seu desentranhamento.

O registro e a manutenção desses atos nos autos têm por finalidade preservar a continuidade e a coerência da tramitação processual, bem como assegurar a transparência, a rastreabilidade e a possibilidade de eventual controle ou reexame em sede de recurso, caso necessário. Ressalte-se, entretanto, que eventual decisão de mérito a ser proferida neste feito, seja pela aplicação de penalidade ou pela absolvição do representado, terá como fundamento exclusivo os atos processuais válidos praticados após o reconhecimento da nulidade pelo Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina, de modo a respeitar integralmente as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Assim, INDEFIRO o pedido de desentranhamento dos atos anteriormente declarados nulos determinando que permaneçam nos autos apenas como registro histórico-processual, sem qualquer eficácia jurídica material, sendo vedada a sua utilização para fundamentação de mérito da decisão final.

Quanto ao pedido de reconhecimento da nulidade da notificação, sob a alegação de inobservância ao disposto no art. 137-D, § 3º, do Regulamento Geral da OAB, verifico que a questão já foi devidamente analisada e superada no curso da tramitação (fls. 118), inclusive com o regular exercício do direito de defesa pelo representado, onde decisão, inclusive, transitada em julgada (fls. 130) e não restou demonstrado, de forma objetiva, qualquer prejuízo concreto ao exercício da ampla defesa ou do contraditório em decorrência de eventual vício formal, o que afasta a necessidade de novo pronunciamento sobre o tema.

Por outro lado, DEFIRO o pedido subsidiário de produção de prova testemunhal, por entender que tal medida poderá contribuir para a formação da convicção quanto aos fatos em apuração.

Diante disso, desde logo, DESIGNO audiência de instrução 15/07/2025, às 10h00, a ser realizada de forma presencial na sede desta 34ª Subseção Judiciária. FACULTO, contudo, às partes, advogados e testemunhas, o comparecimento de forma virtual, por meio da plataforma ZOOM Vídeo Communications, que poderá ser acessada através do seguinte link: https://us04web.zoom.us/j/76053184768?pwd=UaE8iZb03llfNh00my9R2Cx3XJwnt0.1 .

Ficam as partes cientes de que, em caso de opção pela participação virtual, deverão providenciar os meios técnicos necessários e garantir ambiente adequado para o regular andamento do ato.

INTIME-SE o representado, por meio de seu procurador, para que tome ciência da audiência designada, ressaltando que as testemunhas arroladas às fls. 04, as quais a defesa do representado pretende ouvir, conforme indicado na defesa prévia (fls. 45) e reiterado na manifestação de fls. 15, terão seu comparecimento sob exclusiva responsabilidade da parte interessada, nos termos do artigo 59, § 4º do Código de Ética e Disciplina da OAB.EXPEÇAM-SE os expedientes necessários. Itaúna, 18 de junho de 2025.Amon Luís Moura Silva, Conselheiro Subseção -Itaúna.

Itaúna, 18 de junho de 2025

Presidente: Tânia Regina de Faria Batista

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

GOVERNADOR VALADARES

Minas Gerais, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

DESPACHO

EDITAL CONVOCAÇÃO – JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS – CED 43ª SUBSEÇÃO DA OAB/MG- GOVERNADOR VALADARES/MG.

PROCESSO DISCIPLINAR: 29/2025

REPRESENTANTE: DE O.

PROCURADOR: ASLEY CORRÊA COELHO DA ROCHA- OAB/MG 135.703

REPRESENTADO: E. D. A. S. – OAB/MG 164.599

Pelo presente edital, fica a parte representada E. D. A. S. – OAB/MG 164.599, por seu procurador ASLEY CORRÊA COELHO DA ROCHA- OAB/MG 135.703, notificada da decisão da Ilustre Relatora, às fls. 108/110, que não acolheu os embargos de declaração apresentado no PAD. Caso queira Vossa Senhoria, poderá requerer a cópia da decisão através do e-mail: conselho@oabgovernadorvaladares.org.br.

Governador Valadares, 25 de junho de 2025.

MONTES CLAROS

Minas Gerais, data da disponibilização: 26/06/2025

11ª SUBSEÇÃO DA OAB/MG - MONTES CLAROS/MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Edital de Notificação – Audiência de conciliação

Processo disciplinar nº 1524/2023

Rte.: L. P. C. S.;

Rdo(s).: V. A. S. G., OAB/MG 113.935.

Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) V. A. S. G., OAB/MG 113.935, notificado(a) a comparecerem em audiência de conciliação prévia, referente ao processo em epígrafe, designada para o dia 15 de julho de 2025, às 9h (nove horas), a se realizar na sede deste Conselho de Ética e Disciplina, situada na Rua Doutor Walter Ferreira Barreto, nº: 154, Bairro Ibituruna, CEP: 39401-347, cidade de Montes Claros/MG.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Montes Claros/MG, 25 de junho de 2025

Wannessa Aquino Reis Nunes

Presidente do Conselho de Ética e Disciplina da 11ª Subseção da OAB/MG

Edital de Notificação – Audiência de conciliação

Processo disciplinar nº 1575/2024

Rte.: W. L. F.;

Rdo(s).: M. R. DA S. C., OAB/MG 185.613; L. M. T. S., OAB/MG 223.471; C. R. DE O. G., OAB/MG 178.551

Pelo presente edital, ficam os advogados M. R. DA S. C., OAB/MG 185.613; L. M. T. S., OAB/MG 223.471, e C. R. DE O. G., OAB/MG 178.551, notificados a comparecerem em audiência de conciliação prévia, referente ao processo em epígrafe, designada para o dia 15 de julho de 2025, às 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), a se realizar na sede deste Conselho de Ética e Disciplina, situada na Rua Doutor Walter Ferreira Barreto, nº: 154, Bairro Ibituruna, CEP: 39401-347, cidade de Montes Claros/MG.

Montes Claros/MG, 25 de junho de 2025

Wannessa Aquino Reis Nunes

Presidente do Conselho de Ética e Disciplina da 11ª Subseção da OAB/MG

Edital de Notificação – Audiência de conciliação

Processo disciplinar nº 1541/2023

Rte.: P. H. R. DE M.;

Rdo(s).: E. P. A., OAB/MG 172.173.

Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) E. P. A., OAB/MG 172.173, notificado(a) a comparecer em audiência de conciliação prévia, referente ao processo em epígrafe, designada para o dia 15 de julho de 2025, às 9h30min (nove horas e trinta minutos), a se realizar na sede deste Conselho de Ética e Disciplina, situada na Rua Doutor Walter Ferreira Barreto, nº: 154, Bairro Ibituruna, CEP: 39401-347, cidade de Montes Claros/MG.

Montes Claros/MG, 25 de junho de 2025

Wannessa Aquino Reis Nunes

Presidente do Conselho de Ética e Disciplina da 11ª Subseção da OAB/MG

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

UBERLÂNDIA

Minas Gerais, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINAR

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA - SESSAO JULGAMENTO – 1ª TURMA TED – UBERLANDIA – 20/08/2025 AS 13:00 HORAS.

Rel.: Dr (a). ALEXANDRE MAGNO DE MACEDO:

Proc. 613/2020; RTE: R.M.(Procurador(a) RODRIGO MARRA) OAB/GO Nº 20399; RDO: M.D.M. OAB/MG Nº 57788B; PRO: RICARDO RESENDE SILVA OAB/DF Nº 44690; DEF: MILENA XAVIER LINHARES DE ANDRADE OAB/MG Nº 72738; Proc. 3583/2023; RTE: M.V.F.C. - RDO: S.L.P. OAB/MG Nº 115014; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328; Proc. 439/2025; RTE: J.A.M.S. - RDO: A.M.A.S.E.F.(Procurador(a) ALESSANDRA MORAIS ALVES DE SOUZA E FURTADO) OAB/MG Nº 82878; Proc. 1083/2025; RTE: R.R.S. - RDO: B.D.F.R. OAB/MG Nº 189284; DEF: BEATRIZ VIEIRA COSTA OAB/MG Nº 161985;

Rel.: Dr(a). CINTIA ALVES DA CUNHA GUEDES:

Proc. 175/2025; RTE: N.M.S.S. - RDO: P.O.C.(Procurador(a) PEDRO OSVANDO DE CASTRO) OAB/MG Nº 70567B; Proc. 1026/2025; RTE: L. P.A. - RDO: E.B.L. OAB/MG Nº 113055; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401; Proc. 1041/2025; RTE: H.M.S. - RDO: F.T.T.(Procurador(a) FREDERICO TAHA TOITIO) OAB/MG Nº 132066; Proc. 1114/2025; RTE: W.C.S.J. - RDO: M.C.B.C. OAB/MG Nº 123573; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401;

Rel.: Dr(a). ECLAIR GONCALVES GOMES:

Proc. 2127/2018; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: C.A.C. OAB/MG Nº 144067; DEF: MARLIO CORREA DE MORAIS OAB/MG Nº 165668; Proc. 183/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: T.L.M.B.(Procurador(a) TELMA LUIZA MACEDO BICHARA) OAB/MG Nº 152797; Proc. 324/2025; RTE: A.J.F. - RDO: A.B.F. OAB/MG Nº 82822; DEF: LAURA LUIZA FONSECA DE MELO OAB/MG Nº 215135; Proc. 1052/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: S.L.G.S. OAB/MG Nº 126398; RDO: M.M.B.P. OAB/MG Nº 85592; RDO: F.M.B. OAB/MG Nº 107102; DEF: ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB/MG Nº 87089; DEF: ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB/MG Nº 87089;

Rel.: Dr(a). GERSON PEIXOTO DE CARVALHO:

Proc. 193/2025; RTE: C.A.S. - RDO: T.A.F. OAB/MG Nº 166077; PRO: CLEBER DOS SANTOS ROSA OAB/MG Nº 93420; DEF: JULYA OLIVEIRA SANTOS OAB/MG Nº 212198; Proc. 1025/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: L.G.C.C. OAB/MG Nº 171818; DEF: ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB/MG Nº 87089; Proc. 1063/2025; RTE: M.A.P.G. - RDO: V.A.P.N. OAB/MG Nº 159075; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401; Proc. 1090/2025; RTE: A.C.L. - RDO: C.R.T. OAB/MG Nº 58999; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328;

Rel.: Dr(a). GUILHERME STYLIANOUDAKIS DE CARVALHO:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Proc. 328/2025; RTE: N. .A.F.O. - RDO: C.S.G. OAB/MG Nº 190203; PRO: FRANCES NEY DA COSTA BRITO OAB/MG Nº 146110; PRO: LEANDRO GONZAGA FERNANDES OAB/MG Nº 108581; Proc. 1028/2025; RTE: D.S.F. - RDO: V.C. OAB/MG Nº 27716; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328; Proc. 1050/2025; RTE: A.A.M. - RDO: R.H.S. OAB/MG Nº 218501; RDO: P.D.R. OAB/MG Nº 182182; RDO: V.H.M.O. OAB/MG Nº 207544; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328; Proc. 1111/2025; RTE: B.O.F. - RDO: E.B.L. OAB/MG Nº 113055; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401;

Rel.: Dr(a). HEVERTON ALVIM NASCIMENTO:

Proc. 274/2024; RTE: R.S.C.(Procurador(a) RICARDO SOUTO CARNEIRO) OAB/MG Nº 118323; RTE: L.J.M.F.(Procurador(a) LIBENCIO JOSE MUNDIN DA FONSECA) OAB/MG Nº 28549; RDO: D.T.S.(Procurador(a) DANIEL THIAGO DA SILVA) OAB/MG Nº 104537; Proc. 301/2025; RTE: A.G.S. - RDO: C.A.A.V. OAB/MG Nº 101424; DEF: LAURA LUIZA FONSECA DE MELO OAB/MG Nº 215135; Proc. 1031/2025; RTE: D.M.J. - RDO: J.M.S.C. OAB/GO Nº 6955; RDO: V.J.S. OAB/MG Nº 55620; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328; Proc. 1079/2025; RTE: R.A.A. - RDO: J.P.M.G. OAB/MG Nº 191241; DEF: JESSICA SANTOS CONCEICAO OAB/MG Nº 180780;

Rel.: Dr(a). JONATHAN SILVA FONSECA:

Proc. 3659/2024; RTE: D.A.A.V. - RDO: F.R.F. OAB/MG Nº 161874; DEF: ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB/MG Nº 87089; Proc. 173/2025; RTE: S.R.R. - RDO: C.F.C.(Procurador(a) CRISTIANO FRANCISCO CRUZ) OAB/MG Nº 167216; RDO: L.T.S.(Procurador(a) LORRANY TATIELY DE SOUZA) OAB/MG Nº 186841; RDO: D.G.S.(Procurador(a) DANUBIO GALVAO SILVA) OAB/MG Nº 117773; Proc. 1013/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: R.A.C.(Procurador(a) RODRIGO ARAUJO CARNEIRO) OAB/MG Nº 200465; Proc. 1084/2025; RTE: E.C.P.P. - RDO: E.S.S. OAB/MG Nº 80507; DEF: BEATRIZ VIEIRA COSTA OAB/MG Nº 161985;

Rel.: Dr(a). JOSE FELICISSIMO FILHO:

Proc. 27/2025; RTE: N.L.S. - RDO: W.H.R.S. OAB/MG Nº 119946; RDO: W.H.S. OAB/MG Nº 114696; PRO: WEDER FRANK DE MELO OAB/MG Nº 187489; PRO: KARINE DE SOUZA FRAGA OAB/MG Nº 143306; Proc. 1015/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: C.H.L.M. OAB/MG Nº 131865; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401; Proc. 1035/2025; RTE: R.F.L. - RDO: E.S.S. OAB/MG Nº 80507; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401; Proc. 1036/2025; RTE: M.S.P.R. - RDO: R.M.M. OAB/MG Nº 75211; PRO: JOSTTER PEIXOTO MARINHO OAB/MG Nº 190393; DEF: THAIS DE QUEIROS FERREIRA OAB/MG Nº 158401;

Rel.: Dr(a). MAURICIO DA SILVA:

Proc. 2254/2019; RTE: L.C.F.S. - RDO: S.L.G. OAB/MG Nº 128025; DEF: THAIS MENDES ROSA OAB/MG Nº 227762; Proc. 1664/2023; RTE: J.V.C.C.U. - RDO: A.J.O.D.S. OAB/MG Nº 128211; DEF: JULYA OLIVEIRA SANTOS OAB/MG Nº 212198; Proc. 1019/2025; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: T.P.C. OAB/MG Nº 182195; PRO: PAMELA CRISTINA PADILHA DOS SANTOS OAB/MG Nº 104379; Proc. 1075/2025; RTE: E.J.C.J. - RDO: G.M.S. OAB/MG Nº 125354; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328;

Rel.: Dr(a). VANIA MARIA ALVES COSTA:

Proc. 3857/2024; RTE: OAB/MG DE OFÍCIO RDO: J.M.F.B. OAB/MG Nº 180699; DEF: RODRIGO MARCIO PADILHA OAB/MG Nº 104539; Proc. 3980/2024; RTE: L.J.D.S. - RDO: D.J.D.S.(Procurador(a) DAGMAR JOSE DOS SANTOS) OAB/MG Nº 62543; Proc. 1040/2025; RTE: J.D.A. - RDO: C.S.D.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

OAB/MG Nº 142784; DEF: YTALLO CUSTODIO DE MOURA OAB/MG Nº 159328; Proc. 1082/2025; RTE: E.B.O. - RDO: M.A.R.C. OAB/MG Nº 163817; DEF: ERNANE DA SILVA ATANASIO OAB/MG Nº 87089;

UBERLÂNDIA, 25 DE JUNHO DE 2025.

PAULO ROBERTO GOMES

PRESIDENTE – 1ª TURMA TED - UBERLANDIA

CONSELHO SECCIONAL - PARAÍBA

Paraíba, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

EDITAL

TED - OAB/PB - 2025

Pelo presente edital, ficam os interessados abaixo relacionados notificados para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, compareçam à Rua Rodrigues de Aquino, nº 344, Centro, João Pessoa/PB, para tratar de assunto de seu interesse.

André Meira Lustosa Ricardo José Cantalice da Silva Moreira - OAB/PB nº 8.169(Processo nº 15.0000.2025.000338-3)
Paulo Ricardo Cavalcante Guimarães Cleidisio Henrique da Cruz - OAB/PB nº 15.606 (Processo nº 15.0000.2023.001410-5)
Tribunal do Júri da Comarca de Alagoa Nova/PB Antônio Costa de Oliveira - OAB/PB nº 2.781 (Processo nº 15.0000.2023.000406-0)

Gustavo Cavalcanti Pessoa

Coordenador do TED – OAB/PB

CONSELHO PLENO

PAUTA DE JULGAMENTOS

RETIRADA DE PAUTA DE JULGAMENTO DO CONSELHO PLENO DA OAB/PB

O CONSELHO PLENO DA OAB/PB, notifica às partes, a RETIRADA DA PAUTA DE JULGAMENTOS, do processo abaixo especificado, que seria julgado na Sessão do Conselho do dia 04/07/2025:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROCESSO 15.0502.2023.000030-9. Representada: N. A. C. (Advogada da Parte: Kianne Maria Fernandes Nóbrega, OAB/PB 32.406). Representante: T. A. da S. (Advogado da Parte: Thiago Araújo da Silva, OAB/PB 27.267).

João Pessoa, 25 de junho de 2025.

Harrison Targino

Presidente

CONSELHO SECCIONAL - PARANÁ

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO DO CONSELHO SECCIONAL Nº 23/2025

Dispõe sobre a recomposição do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pelo art. 24, inciso X do Regimento Interno, em razão de decisões tomadas nos protocolos nºs 108.401/2025, 111.084/2025 e 112.831/2025, em sessão realizada no dia 13 de junho de 2025.

RESOLVE,

Art. 1º. Referendar a recomposição da 3ª Turma de Julgamento do Tribunal de Ética e Disciplina, mediante nomeação da advogada **Daniele Banzzatto** (OAB/PR nº 53.020) para ocupar o cargo de Membra Suplente.

Art. 2º. Referendar a recomposição da 14ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina (Instrução), mediante: **a)** assunção do advogado **Antonio Neiva de Macedo Neto** (OAB/PR 55.082) à Presidência que, em consequência do disposto no art. 2º II, do RI TED OAB/PR, passará a compor a Câmara Especial do TED como membro Titular; **b)** assunção do advogado **Jessé Bartiê** (OAB/PR 83.338) à condição de Membro Titular e; **c)** nomeação do advogado **Jairo Luiz Chiuratto** (OAB/PR 48.789) como Membro Suplente.

Art. 3º. Referendar a recomposição da 5ª Turma de Julgamento e da Câmara Especial do Tribunal de Ética e Disciplina, mediante elevação do Membro Suplente advogado **Roberto Bona Junior** (OAB/PR nº 56.562) para ocupar o cargo de Membro Titular na 5ª Turma e nomeação, como Membro, na Câmara Especial, enquanto perdurar o licenciamento do advogado **Antonio Celestino Toneloto**.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data desta sessão.

Art. 5º. Publique-se nos termos do art. 45, § 6º do EAOAB.

Sala de Sessões, em Curitiba/PR, 13 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Luiz Fernando Casagrande Pereira

Presidente

RESOLUÇÃO DO CONSELHO SECCIONAL Nº 24/2025

Dispõe sobre a composição do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pelo art. 24, inciso VIII do Regimento Interno, em razão de decisão tomada no protocolo nº 110.734/2025, em sessão realizada no dia 13 de junho de 2025.

RESOLVE,

Art. 1º. Aprovar a assunção da Conselheira Estadual Suplente **Ana Carolina de Camargo Clève** (OAB/PR nº 61.917) para ocupar o cargo de Conselheira Estadual Titular enquanto perdurar o licenciamento do Conselheiro **Jaime Moura Jorge Junior** (OAB/PR nº 42.195).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data desta sessão.

Art. 3º. Publique-se nos termos do art. 45, § 6º do EAOAB.

Sala de Sessões, em Curitiba/PR, 13 de junho de 2025.

Luiz Fernando Casagrande Pereira

Presidente

CÂMARA DE DIREITOS E PRERROGATIVAS

ACÓRDÃO

PROCESSO Nº 2.361/2023

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/46136-MARLI JANKOVSKI. **Interessada/Agravante:** Juíza de Direito da 1ª Seção Judiciária de Araucária/PR, Sra. DÉBORA CASSIANO REDMOND (**Advogados:** PR/104426-ALINE CRISTINA BENÇÃO, PR/126102-ALBERTO EMANUEL ALBERTIN MALTA e PR/84579-JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA). **Número Acórdão**: 38/2025. ESTATUTO DA ADVOCACIA. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO. CITAÇÃO DE ADVOGADA DURANTE AUDIÊNCIA EM QUE ATUAVA PROFISSIONALMENTE. ATO PROCESSUAL ATÍPICO, MAS SEM CARGA OFENSIVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO OBJETIVA ÀS PRERROGATIVAS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO INSTITUCIONAL. DESAGRAVO INDEFERIDO. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar improcedente o pedido para indeferir a concessão de desagravo público. **Relator:** PR/20920-BENO FRAGA BRANDAO. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 5.082/2024

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/22099-ANDERSON ADALTON DA SILVA. **Interessado/Agravante:** Promotor de Justiça de Siqueira Campos/PR, Sr. SAULO COSTA FERNANDES DE NEGREIROS. **Número Acórdão**: 39/2025. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE SITUAÇÕES HOSTIS. FATOS QUE AMPARAM O PEDIDO DE DESAGRAVO QUE NÃO ENSEJAM O DEFERIMENTO DE DESAGRAVO PÚBLICO. IMPROCEDÊNCIA. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA ANÁLISE DA CONDUTA FUNCIONAL DA AUTORIDADE E EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À COMISSÃO DE DIREITOS E PRERROGATIVAS DA SUBSEÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DO PROCEDIMENTO DA ADVOCACIA DATIVA. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar improcedente o pedido para indeferir a concessão de desagravo público e, de ofício, deferir a adoção de providências mediante expedição de ofício à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná. **Relator:** PR/43367-RAFAEL VIVA GONZALEZ. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 9.623/2024

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/PR/84816-KELI ALMEIDA SILVA. **Interessado/Agravante:** Policial Civil da Delegacia de Polícia de Rio Branco do Sul/PR, Sr. ARLAN MEINHARDT. **Número Acórdão**: 41/2025. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO - VIOLAÇÃO ÀS PRERROGATIVAS DA ADVOGADA (ART. 6º, §1º EAOAB). INFORMAÇÕES PRESTADAS POR POLICIAL CIVIL AO SEU CLIENTE SOBRE SUPOSTA CONDUTA ERRÔNEA ADOTADA PELA ADVOGADA - INDISPENSABILIDADE DA PROVA PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE PROVA DOS FATOS INDICADOS- DESAGRAVO INDEFERIDO. PROVIDÊNCIA DEFERIDA POR MEIO DE OFÍCIO A CORREGEDORIA DA POLICIAL CIVIL DO PARANÁ. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar improcedente o pedido para indeferir a concessão de desagravo público, bem assim, ratificar as providências já tomadas. **Relatora:** PR/15600-VANIA REGINA SILVEIRA QUEIROZ. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 8.694/2024

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/85109-BÁRBARA SINÉSIO ÁVILA. **Interessada/Agravante:** Juíza de Direito Substituta da 08ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Sra. JACQUELINE AÍSES RIBEIRO VELOSO. **Número Acórdão**: 43/2025. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO – AUDIÊNCIA TRABALHISTA – ALEGAÇÃO DE CONDUTA RÍSPIDA E OFENSIVA POR PARTE DE MAGISTRADA – INEXISTÊNCIA DE PROVAS INEQUÍVOCAS DE VIOLAÇÃO DE PRERROGATIVAS – MERO DISSABOR NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL – AUSÊNCIA DE DOLO OU OFENSA GRAVE À DIGNIDADE DA ADVOCACIA – INDEFERIMENTO. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar improcedente o pedido para indeferir a concessão de desagravo público. **Relator:** PR/66347-LEANDRO MURILO PEREIRA. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 217/2025

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/41260-TIAGO REINALDO BAGATIM NASSAR. **Interessado/Agravante:** Promotor de Justiça da Comarca de Siqueira Campos/PR, Sr. SAULO COSTA FERNANDES DE NEGREIROS. **Número Acórdão**: 44/2025. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO EM FACE DO PREFEITO E VEREADOR DO MUNICÍPIO DE INAJÁ/PR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À LIBERDADE DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL, TRATAMENTO DESRESPEITOSO E OFENSIVO INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE DA ADVOCACIA. OFENSAS POR PARTE DO PREFEITO E VEREADOR. FALTA DE URBANIDADE DEMONSTRADA. EXISTÊNCIA DE PROVAS DAS AS VIOLAÇÕES E ABUSOS COMETIDOS EM FACE DE GARANTIAS E PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE DESAGRAVO. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar procedente o pedido para deferir a concessão de desagravo público e, de ofício, deferir a adoção de providências mediante expedição de ofício à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná. **Relator:** PR/90967-ANDRÉ LUIZ RODRIGUES HAMERA. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROCESSO Nº 8.481/2023

Pedido de Providências. Recorrente: PR/76118-ARIELLE FERREIRA. **Número Acórdão**: 45/2025. PEDIDO DE PROVIDÊNICAS. PROVIDÊNCIAS TOMADAS NO SENTIDO DE OFICIAR A CORREGEDORIA GERAL DO DEPEN-PR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA CUMPRIMENTO DAS PRERROGATIVAS DOS ADVOGADOS. DETERMINAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu o colegiado, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, conhecer do recurso e, no mérito, pelo seu desprovimento. **Relator:** PR/43367-RAFAEL VIVA GONZALEZ. **Membro conselheiro no exercício da presidência**: PR/13836-AILSON JESUS LEVATTI. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 5.058/2024

Pedido de Desagravo Público. Requerente: MG/163343-ANA CAROLINA RIBEIRO MEIRELES. **Interessada/Agravante:** Juíza da 1ª Vara Cível de União da Vitória/PR, Sra. ANA BEATRIZ AZEVEDO LOPES. **Número Acórdão**: 46/2025. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO – MAGISTRADA – DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA AVERIGUAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ADVOGADA E CLIENTE – AUSÊNCIA DE OFENSA GRAVE E DIRETA À ADVOGADA E À ADVOCACIA – INEXISTÊNCIA DE REQUISITOS PARA DESAGRAVO – CONVERSÃO EM PROVIDÊNCIA – COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA OAB PARA AVERIGUAÇÃO DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES – ENVIO DE OFÍCIO À CORREGEDORIAGERAL DO TJPR. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar improcedente o pedido para indeferir a concessão de desagravo público e, de ofício, deferir a adoção de providências mediante expedição de ofício à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná. **Relator:** PR/66347-LEANDRO MURILO PEREIRA. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

O prazo para eventual manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.906/94 c/c art. 139 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB c/c art. 154 do RIOAB/Paraná, todos disponíveis no portal desta Seccional em www.oabpr.org.br.

Oportuno registrar, que havendo a interposição de recurso de competência do Conselho Federal da OAB - após a remessa e até a baixa dos autos -, as movimentações processuais não serão atualizadas no sistema local, devendo o acompanhamento seguir as diretrizes daquele Órgão.

PROCESSO Nº 7.683/2024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pedido de Desagravo Público. Requerente: PR/122831-VINICIUS VARGAS GAGER **Interessado/Agravante:** Servidor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, Sr. MARCOS PAULO VIANA. **Número Acórdão**: 40/2025. DESAGRAVO PÚBLICO – ADVOGADO OFENDIDO NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PÚBLICA – IMPUTAÇÕES INJURIOSAS E DESQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – POSTAGENS EM REDES SOCIAIS – REPRESENTAÇÕES INFUNDADAS – VIOLAÇÃO A PRERROGATIVAS – ART. 7º, I E XVII, LEI Nº 8.906/94 – PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. **Acórdão:** VISTOS, RELATADOS e DISCUTIDOS estes autos, a Câmara de Direitos e Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em sessão, decidiu, por unanimidade, nos termos do relatório e voto, julgar procedente o pedido para deferir a concessão de desagravo público, a ser realizado em sessão da Câmara de Direitos e Prerrogativas. **Relator:** PR/66347-LEANDRO MURILO PEREIRA. **Vice-Presidente no exercício da presidência**: PR/25083-GEOVANEI LEAL BANDEIRA. **Data do Julgamento:** 13/06/2025.

COMISSÕES

PORTARIA

PORTARIA Nº 415/2025

A DIRETORA DAS COMISSÕES, DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, da "**COMISSÃO DE SOCIEDADES DE ADVOCACIA**", o advogado: **Thiago de Lima (OAB/PR 60.751).**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMMA ROBERTA PALÚ BUENO

Diretora das Comissões

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 416/2025

A DIRETORA DAS COMISSÕES, DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, da "**COMISSÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS**", o advogado: **Fabricio Caetano Willuweit dos Santos (OAB/PR 120.773).**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMMA ROBERTA PALÚ BUENO

Diretora das Comissões

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Presidente

PORTARIA Nº 417/2025

A DIRETORA DAS COMISSÕES, DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, da "COMISSÃO DE DIREITO DO CONSUMIDOR", o advogado: Adercio Dias Sobrinho (OAB/PR 120.414).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

EMMA ROBERTA PALÚ BUENO

Diretora das Comissões

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Presidente

PENALIDADES

EDITAL

EDITAL DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES N° 07/2025

A VICE-PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, no exercício da presidência, com fulcro no art. 65, XI do RI OAB/Paraná e, em face do trânsito em julgado das decisões proferidas pelo Tribunal de Ética e Disciplina, pela Câmara de Disciplina e pelo Conselho Federal da OAB, APLICA aos (às) advogados (as) abaixo relacionados (as) as sanções disciplinares que indica, notificando-os (as) para devolução de suas credenciais a fim de que fiquem recolhidas durante a vigência da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

sanção, conforme dispõe o artigo 74 da Lei nº 8.906/94. As sanções passarão a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital (art. 69, § 2º, EAOAB), EXCETO, nos casos de aplicação sucessiva, quando os efeitos da sanção terão início a partir da data declinada em seu respectivo item.

1. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis.

Infração ao art. 34, XX e XXI da Lei n° 8.906/94.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
LUIZ CARLOS PIRES	71.306/PR	7.870/2022

2. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis c/c multa no valor equivalente a 01 (uma) anuidade (boleto para pagamento acessível no site da OAB/PR em: TESOURARIA > Pagamentos de anuidade e negociações).

Infração ao art. 34, IX, XX e XXI da Lei n° 8.906/94 e artigo 12 do Código de Ética e Disciplina.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
LÍVIA MOURA FERREIRA	92.541/PR	10.095/2021

3. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias FIXOS.

Infração ao art. 34, I da Lei nº 8.906/94.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
ANDRE ENGELMANN	150.105/SP	8.191/2022

4. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias FIXOS.

Infração ao art. 34, III, V e XXV da Lei nº 8.906/94.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
MATHEUS WILSON FLORIANO DE SOUZA	81.098/PR	4.009/2023

5. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias FIXOS.

Infração ao art. 34, XIV e XVII da Lei nº 8.906/94 e artigos 2°, parágrafo único, I, II, III, VIII, “c” e 6° do Código de Ética e Disciplina.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
TIAGO SPOHR CHIESA	46.029/PR	9.508/2021

6. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias FIXOS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Infração ao art. 34, XX e XXI da Lei nº 8.906/94.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
PAULO CESAR MOLINA	63.990/PR	8.162/2021

7. SUSPENSÃO do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias FIXOS c/c multa no valor equivalente a 01 (uma) anuidade (boleto para pagamento acessível no site da OAB/PR em: TESOURARIA > Pagamentos de anuidade e negociações).

Infração ao art. 34, II da Lei nº 8.906/94.

NOME	INSCRIÇÃO	PROCESSO
ANDREIA SALGUEIRO SCHENFELDER SALLES	33.086/PR	5.319/2021

Curitiba, 25 de junho de 2025.

GRACIELA IURK MARINS

Vice-Presidente, no exercício da presidência

SOCIEDADES

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO 152/2025-CSA

A Câmara Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com sede na Rua Cel. Brasilino Moura nº 253, Ahú, Curitiba/PR, por sua Presidente, nos termos do artigo 1º do Provimento nº 182/2018 do CFOAB, notifica os advogados/interessados abaixo relacionados para tomarem conhecimento da exigência e se manifestarem, querendo, nos processos/protocolos de atos societários indicados, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo o acesso se dá através do seguinte endereço eletrônico **http://intranet.oabpr.org.br/servicos/sociedades/andamento_consulta1.asp** (informando número do protocolo e ano). Para manifestação deverão acessar **www.oabpr.org.br/pe**:

Nº DA OAB	ADVOGADO INTERESSADO NO ATO SOCIETÁRIO	DATA DE DILIGÊNCIA	Nº DO PROTOCOLO	MOVIMENTO
26744	CLAUDIA SALLES VILELA VIANNA	25/06/2025	2589/2004	141
59738	ANDERSON ANGELO VIANNA DA COSTA	25/06/2025	2589/2004	141
47325	ADRIANO ZAITTER	25/06/2025	7626/2004	279
84145	TAMARA CRISTINE LOURDES BARK FERNANDES	25/06/2025	34606/2017	22
84354	CHEDE ABRÃO MAMEDIO BARK	25/06/2025	34606/2017	22

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

31530	KATIA DE OLIVEIRA RODRIGUES LONGHI	25/06/2025	100751/2020	14
56377	ALEXANDRE NASCIMENTO HENDGES	25/06/2025	2285/2011	42
107616	ALEX FALCÃO MENDES COHN	25/06/2025	51656/2022	39
16440	MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS	25/06/2025	17184/2001	156
16864	MARCELO BRAGA ANTUNES	25/06/2025	79702/2022	32
83808	SHIRLEI GEORGES BARRAK DE CASTRO	25/06/2025	79702/2022	32
55936	JOSLEIDE SCHEIDT DO VALLE	25/06/2025	8313/2014	64
55937	CELIO APARECIDO RIBEIRO	25/06/2025	8313/2014	64
07425	BRAZILIO BACELLAR NETO	25/06/2025	6848/2001	395
25781	RODRIGO SHIRAI	25/06/2025	6848/2001	395
112461	LEANDRO HENRIQUE DA SILVA	25/06/2025	106348/2024	37
26368	FABIO LUIZ SANTIN DE ALBUQUERQUE	25/06/2025	22642/2010	82
52796	FABRÍCIO SANTIN DE ALBUQUERQUE	25/06/2025	22642/2010	82
27957	DEVON DEFACI	25/06/2025	39468/2014	86
49526	MARCOS VIANA COSTÓDIO	25/06/2025	1601/2012	314
53439	AIRTON THIAGO CHERPINSKY	25/06/2025	1601/2012	314
55172	MYKAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	25/06/2025	20191/2014	164
18435	ADILSON DE CASTRO JUNIOR	25/06/2025	180828/2023	28
42226	MARINA FREIBERGER NEIVA BARSCH	25/06/2025	180828/2023	28
108424	SILVIA JUSTUS BRAGA FERREIRA DO AMARAL	25/06/2025	180828/2023	28
126606	EDENUBIA APARECIDA SILVA	25/06/2025	209737/2024	6
30591	EDUARDO OLIVEIRA AGUSTINHO	25/06/2025	80187/2017	83
85758	RODRIGO JOÃO GIARETTON	25/06/2025	80187/2017	83
112896	FERNANDO AUGUSTO DE MORAES MONTEIRO	25/06/2025	80187/2017	83
114638	CAROLINE VEIGA CHEMIM	25/06/2025	80187/2017	83
51586	BRUNO BORGES VIANA	25/06/2025	22560/2014	35
65740	RAFAEL VERÍSSIMO SIQUEROLO	25/06/2025	22560/2014	35
92421	ANA BEATRIZ ROVERI DE PAULA XAVIER	25/06/2025	22560/2014	35

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

103681	CAIQUE MIGUEL CAMARGO NASCIMENTO	25/06/2025	100761/2025	8
75655	VITOR SHIGUERU YAMAGUTO	25/06/2025	16978/2015	175
101196	BEATRIZ BENUTTI SISCATE	25/06/2025	16978/2015	175
38002	LUIS ANTONIO MONTANHA	25/06/2025	920/2014	45
51809	WILLIAM DANIEL MANTOVANI	25/06/2025	920/2014	45
115642	MARIO SERGIO CONRADO	25/06/2025	221006/2022	28
85175	CAMILA MARTINS SCHIAVONE	25/06/2025	174499/2022	23
108765	TAMARA CERQUEIRA MARTINS DOS SANTOS ANDRADE	25/06/2025	174499/2022	23
33204	RICARDO DE OLIVEIRA CAMPELO	25/06/2025	11153/2015	205
46592	NATÁLIA BROTTO	25/06/2025	11153/2015	205
33257	JOAO LUIZ SPANCERSKI	25/06/2025	23296/2015	28
30511	ROSEMAR CRISTINA LORCA MARQUES VALONE	25/06/2025	23296/2015	28
48364	GISELE APARECIDA SPANCERSKI LUZ	25/06/2025	23296/2015	28
58269	WAGNER BUTURE CARNEIRO	25/06/2025	77652/2017	56
63557	CASSIO PALMA KARAM GEARA	25/06/2025	77652/2017	56
35576	TADEU KARASEK JUNIOR	25/06/2025	21158/2016	35
79844	GABRIEL HENRIQUE GRANEMANN KARASEK	25/06/2025	21158/2016	35
85230	ANTONIO LU FILHO	25/06/2025	50273/2023	6
04919	BLAS GOMM FILHO	25/06/2025	113460/2025	4
117010	VIVIANE MARTINS FERREIRA	25/06/2025	113460/2025	4
65066	MARCIO ROBERTO MARQUES	25/06/2025	111746/2025	4
107412	GABRIEL JAQUES ALGERI	25/06/2025	111746/2025	4

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Roberta Abagge Santiago

Presidente da Câmara de Seleção

NOTIFICAÇÃO 153/2025-CSA

A Câmara Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com sede na Rua Cel. Brasilino

Moura nº 253, Ahú, Curitiba/PR, por sua Presidente, nos termos do artigo 1º do Provimento nº 182/2018 do CFOAB, notifica os advogados/interessados abaixo relacionados para tomarem conhecimento do despacho da advogada instrutora, cujo o acesso se dá através do seguinte endereço eletrônico **http://intranet.oabpr.org.br/servicos/sociedades/andamento_consulta1.asp** (informando número do protocolo e ano).

Nº DA OAB	ADVOGADO INTERESSADO NO ATO SOCIETÁRIO	DATA DE INFORMAÇÃO	Nº DO PROTOCOLO	MOVIMENTO
38063	JOAO RICARDO KEPES NORONHA	25/06/2025	3158/2006	114
62411	KÉTER NORONHA	25/06/2025	3158/2006	114
130477	CAMILA NEVES LOURENCO	25/06/2025	108713/2025	4
18003	WALTER FRANCISCO LAUREANO	25/06/2025	14621/2015	119
68378	LUCAS GOES DOS SANTOS	25/06/2025	14621/2015	119

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Roberta Abagge Santiago

Presidente da Câmara de Seleção

NOTIFICAÇÃO 154/2025-CSA

A Câmara Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com sede na Rua Cel. Brasilino Moura nº 253, Ahú, Curitiba/PR, por sua Presidente, nos termos do artigo 1º do Provimento nº 182/2018 do CFOAB, notifica os advogados/interessados abaixo relacionados para tomarem conhecimento da exigência e se manifestarem, querendo, nos processos/protocolos de atos societários indicados, no prazo de 60 (sessenta) dias, cujo o acesso se dá através do seguinte endereço eletrônico **http://intranet.oabpr.org.br/servicos/sociedades/andamento_consulta1.asp** (informando número do protocolo e ano). Para manifestação deverão acessar **www.oabpr.org.br/pe**:

Nº DA OAB	ADVOGADO INTERESSADO NO ATO SOCIETÁRIO	Nº DO PROTOCOLO	MOVIMENTO
103030	BEATRIZ FRACARO	88357/2023	7
118171	MARINA FRACARO	88357/2023	7

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Roberta Abagge Santiago

Presidente da Câmara de Seleção

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

EDITAL

EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 13/2025

ELIMINAÇÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES FÍSICOS NA OAB/PR

O TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, por seu Secretário-Administrativo, com autorização da Diretoria do Conselho Seccional, torna público que promoverá, SEM DIGITALIZAÇÃO, a ELIMINAÇÃO DOS AUTOS DE PROTOCOLOS e/ou PROCESSOS DISCIPLINARES FÍSICOS a seguir relacionados:

PROTOCOLO Nº 10722/2002, PROTOCOLO Nº 2103T/1997, PROTOCOLO Nº 13452/2009, PROTOCOLO Nº 23072/2004, PROTOCOLO Nº 02536/2012, PROTOCOLO Nº 18450/2010, PROTOCOLO Nº 2229/2011, PROTOCOLO Nº 33170/2008, PROTOCOLO Nº 25997/2009, PROTOCOLO Nº 60030/2009, PROTOCOLO Nº 41151/2009, PROTOCOLO Nº 42243/2009, PROTOCOLO Nº 39392/2008, PROTOCOLO Nº 37718/2012, PROTOCOLO Nº 14811/2003, PROTOCOLO Nº 53188/2009, PROTOCOLO Nº 24310/2006, PROTOCOLO Nº 15/1998, PROTOCOLO Nº 154/2001, PROTOCOLO Nº 54025/2009, PROTOCOLO Nº 56184/2014, PROTOCOLO Nº 32219/2012, PROTOCOLO Nº 3346/2007, PROTOCOLO Nº 4515/2004, PROTOCOLO Nº 18181/2015, PROTOCOLO Nº 42705/2009, PROTOCOLO Nº 24927/2009, PROTOCOLO Nº 11743/2009, PROTOCOLO Nº 44282/2009, PROTOCOLO Nº 31713/2013, PROTOCOLO Nº 16382/2013, PROTOCOLO Nº 24598/2013, PROTOCOLO Nº 7690/2007, PROTOCOLO Nº 4397/2009, PROTOCOLO Nº 9640/2007, PROTOCOLO Nº 9128/2014, PROTOCOLO Nº 27880/2007, PROTOCOLO Nº 33762/2007, PROTOCOLO Nº 6161/2007, PROTOCOLO Nº 11427/2006, PROTOCOLO Nº 42704/2008, PROTOCOLO Nº 13111/2011, PROTOCOLO Nº 6330/2012, PROTOCOLO Nº 51658/2009, PROTOCOLO Nº 24649/2008, PROTOCOLO Nº 13606/2005.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 4946/2025

O **Tribunal de Ética e Disciplina,** da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, com sede da Rua Cel. Brasilino Moura nº 253, Ahú, Curitiba/PR, notifica da designação de **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** no processo em referência, em **AMBIENTE VIRTUAL** conforme disposto na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).

Representante: 108309 - Jeferson De Freitas Rebouças X **Representado**: I.C.P

PLATAFORMA: ZOOM Cloud Meetings

DATA: 30/07/2025 - **HORÁRIO**: 11:30h

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

a) Os dados de acesso à audiência por videoconferência se encontram disponibilizados nos autos, podendo ser requisitados à Secretaria por correio eletrônico, desde que originário do endereço constante do cadastro na forma do art. 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, ou por petição indicando endereço de correio eletrônico apto à transmissão da informação.

b) O acesso ao sistema do processo eletrônico deve se dar via **www.oabpr.org.br/pe**, mediante indicativo de número de inscrição e senha pessoal.

c) A participação se dá mediante ingresso ao ambiente virtual por meio dos dados indicados no processo, nos termos do disposto na alínea "a" supra**,** na data e horário designados.

d) A **Secretaria de Julgamento** atende pelo e-mail julgamento.ted@oabpr.org.br e pelo telefone (41) 3250-5744.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOAO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PROCESSO N° 6651/2024

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representado**: J.B., R.G.T. e D.P.T. (PR/30534 - Jonas Borges, PR/31093 - Rodrigo Gaspar Teixeira e PR/58530 - Dalma Piske Teixeira).

Data: 21 de julho de 2025.

Horário: 16h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Seccional do Paraná (Rua Coronel Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-340) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PROCESSO N° 7359/2022

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Jécika Salles Coelho. **Representado**: V.L.A.J. (**Defensora dativa:** PR/43113 - Karen Laryssa Ribeiro Pereira de Andrade).

Data: 21 de julho de 2025.

Horário: 9h30min.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Seccional do Paraná (Rua Coronel Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-340) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PROCESSO N° 2487/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representado**: M.C.P.F. (PR/15261 - Marcello Cesar Pereira Filho).

Data: 21 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Horário: 14h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Seccional do Paraná (Rua Coronel Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-340) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PROCESSO N° 9033/2022

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Elias Moreira. **Representado**: A.B.H. (PR/29582 - Altemar Barreiros Hartin).

Data: 24 de julho de 2025.

Horário: 11h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Seccional do Paraná (Rua Coronel Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-340) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Nesta mesma oportunidade, notifica-se a parte para que tome conhecimento do despacho de mov. 99.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PROCESSO N° 278/2024

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representado**: L.F.C.R. (**Procuradora:** PR/94901 - Rita de Cassia Maciel Franco).

Data: 25 de julho de 2025.

Horário: 14h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Seccional do Paraná (Rua Coronel Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, CEP 80540-340) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

PAUTA DE JULGAMENTOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 11ª TURMA

O **Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná**, por seu Secretário Administrativo, notifica que a **11ª Turma** reunir-se-á para a **140ª Sessão de Julgamento**, na **terça-feira, dia 21 de julho de 2025, a partir das 17h00min**, na modalidade **HÍBRIDA,** sendo a **VIRTUAL** via plataforma ZOOM Cloud Meetings ((https://zoom.us/pt-pt/meetings.html) e a **PRESENCIAL**, simultaneamente na sede

da Seccional do Paraná, localizada na Rua Cel. Brasilino Moura, nº 253, 1º andar, Ahú, Curitiba/PR, quando serão submetidos a julgamento os processos constantes da pauta a seguir relacionados, dentre outros, e os remanescentes das pautas de julgamento anteriores:

1) Processo nº 10125/2022: Representante: 4ª Vara Criminal de Curitiba/Pr. **Representado:** J.C.C. (**Procuradores:** PR/79626 - Clóvis Alberto Bertolini de Pinho, PR/119356 - Maria Eduarda Liebl Fernandes, PR/122977 **-** Lívia Maria Kindrat Weiss). **Relatora:** Sheila Evelize Ribeiro Ueki;

2) Processo nº 4871/2022: Representante: Vara Plenário do Tribunal do Júri de Pontal do Paraná. **Representada:** T.C.B. (**Defensor Dativo:** PR/55641 - Adriano Rolfh Sieg). **Relatora:** Sheila Evelize Ribeiro Ueki;

3) Processo nº 7375/2022: Representante: Ricardo Adriano Ferreira. S.P.C. (**Defensor Dativo:** PR/129008 - Gabriel de Campos Cheres). **Relatora:** Julia Gladis Lacerda Arruda;

4) Processo nº 3234/2022: Representante: Magda Salete Gomes da Silva. **Representado:** R.J.A. (**Defensora Dativa:** PR/128751- Erika Karolinne de Assis). **Relatora:** Julia Gladis Lacerda Arruda;

5) Processo nº 12896/2022: Representante: 4ª Vara Criminal de Curitiba/Pr. **Representada:** I. A.R. Q.O. (**Defensor Dativo**: PR/57500 - Diego de Oliveira Neves Bertagnolli). **Relatora:** Rita de Cassia Lopes da Silva;

6) Processo nº 8264/2022: Representante: Marcos Marcon. **Representada:** C.A.X. (**Advogado do:** PR/53198 - Carlos Alberto Xavier). **Relatora:** Amanda de Oliveira Silva Macuco;

7) Processo nº 5948/2024: Representante: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais/Pr. **Representada:** R.A.C. (**Advogado do:** PR/64712 - Raffael Antonio Casagrande). **Relatora:** Amanda de Oliveira Silva Macuco;

8) Processo nº 7784/2022: Representante: Maria Aparecida Siqueira. **Representada:** A.C.R.S.N. (**Defensora Dativa:** PR/49834- Monique Mezzomo). **Relator:** Kleber Veltrini Tozzi;

9) Processo nº 20/2023: Representante: *ex-officio.* **Representada:** G.M.F.(**Procuradora:** PR/63543- Giseli Cristina do Rosario Vilela da Silveira Consalter Kauche). **Relator:** Kleber Veltrini Tozzi;

10) Processo nº 6895/2022: Representante: Juizado Especial Cível, Criminal E Da Fazenda Pública De Almirante Tamandaré. **Representado:** J.C.M.(**Defensor Dativo:** PR/72312- Felipe Penido Portela). **Relator:** Almir Antonio Fabricio de Carvalho;

11) Processo nº 9202/2023: Representante: *ex-officio.* **Representado:** G.R. (**Defensor Dativo:** PR/120924- Erick Kiyoshi Nakamura). **Relator:** Almir Antonio Fabricio de Carvalho;

12) Processo nº 8690/2023: Representante: *ex-officio.* **Representada:** J.A.F.S. (**Advogada da:** PR/46865 - Juliana Aparecida Felippi Seben). **Relator:** Vitor Augusto Sprada Rossetim;

13) Processo nº 5987/2024: Representante: *ex-officio.* **Representada:** A.P.V.S. (**Advogada da:** PR/86911 - Ana Paula Vicensi da Silva). **Relator:** Vitor Augusto Sprada Rossetim;

Notas:

a) A realização de sessões por videoconferência está prevista no art. 97-A do RGEAOAB introduzido pela Resolução de Diretoria do CF/OAB nº 19/2020 (**https://deoab.oab.org.br/pages/materia/235789**) e na

Resolução de Diretoria nº 05/2020 da OAB/Paraná (**https://deoab.oab.org.br/pages/materia/235301**).

b) Os dados de acesso à sessão por videoconferência se encontram disponibilizados nos autos, podendo ser requisitados à Secretaria por correio eletrônico, desde que originário do endereço constante do cadastro na forma do art. 137-D do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, ou por petição indicando endereço de correio eletrônico apto à transmissão da informação.

c) O acesso ao sistema do processo eletrônico deve se dar: **c.1) para advogados inscritos no Paraná**: via **www.oabpr.org.br/pe**, mediante indicativo de número de inscrição e senha pessoal; ou **c.2) para advogados inscritos em outros Estados e outros usuários**: via **http://sistemas.oabpr.org.br/pe/chave**, mediante indicativo da chave de acesso fornecida.

d) A participação se dá mediante ingresso ao ambiente virtual por meio dos dados indicados no processo, nos termos do disposto na alínea "b" supra**,** na data e horário designados, devendo atentar-se, o participante, às disposições quanto às vestes.

e) Na modalidade videoconferência, o participante fica aguardando em sala de espera virtual, até que o processo seja apregoado. A Secretaria informará por mensagens no aplicativo, durante sua realização, a ordem de julgamentos.

f) Partes, interessados e representantes legais que desejem acompanhar os julgamentos ou proferir sustentação oral deverão se inscrever até 24 horas antes da sessão conforme disposições da Resolução supracitada, via sistema do processo eletrônico ou por correio eletrônico, observado o disposto na alínea "b" supra.

g) Memoriais poderão ser transmitidos para o correio eletrônico da Secretaria até 24 horas antes da sessão, os quais serão acostados ao processo e redirecionados aos membros do Órgão julgador.

h) Orientações adicionais sobre sessões por videoconferência estão disponíveis em **https://bit.ly/3nw74o1**

i) Os processos retirados de pauta ficam inseridos na pauta imediatamente seguinte, sem nova publicação, salvo se for determinada diligência que impeça a inserção, com dados de acesso à sessão seguinte, inseridos nos autos.

j) A Secretaria Tribunal de Ética e Disciplina atende pelo correio eletrônico julgamento.ted@oabpr.org.br ou pelo telefone (41) 3250-5744 e, no dia da sessão, pelo WhatsApp (41) 3250-5744.

Curitiba, 25 de junho de 2025.

JOAO EURICO KOERNER

Secretário Administrativo do Tribunal de Ética e Disciplina

SECRETARIA GERAL

EDITAL

EDITAL DE INSCRIÇÕES - 24/06/2025

Em cumprimento ao disposto no artigo 45, § 6º , do Estatuto da Advocacia e da OAB, c/c artigo 120, parágrafo único, do Regimento Interno da OAB-PR, torno público que requereram inscrição perante este Conselho Seccional as seguintes pessoas:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL	SUBSEÇÃO
AMANDA DA SILVA CORRÊA	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA
GABRIEL ROGÉRIO SICCHIERI ROSA	CASCAVEL
INGRID NOCETI GONÇALVES	CURITIBA (SECCIONAL)
NATHALI FERNANDA CORDEIRO VIDAL	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
PEDRO RAMOS	LONDRINA
RICARDO BANDEIRA	IVAIPORÃ
SUZANA CIBELE DOS SANTOS WIELEWSKI	CURITIBA (SECCIONAL)
INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR	**SUBSEÇÃO**
CRISTINA REINHOLD RAMOS	CURITIBA (SECCIONAL)
LUIS ALBERTO DUARTE LUIS	CURITIBA (SECCIONAL)
NATASHA ALVES DA VEIGA	RIO NEGRO
SANDRO VIEIRA DE MORAES	CURITIBA (SECCIONAL)

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Roberta Abagge Santiago

Presidente da Câmara de Seleção

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO 457/2025-SEC

A **Assessoria da Câmara de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná**, com sede na Rua Coronel Brasilino Moura, n. 253, Ahú, Curitiba/PR, por seu Advogado Instrutor, na forma do disposto no artigo 45, § 6º, da Lei nº 8.906/1994, notifica os advogados/interessados a seguir relacionados para tomarem conhecimento do despacho proferido nos processos/protocolos indicados:

Nº da OAB	NOME	Nº DO PROCESSO	MOVIMENTO
98052	JOSÉ MÁRIO DE OLIVEIRA NETO	1783/2019	20
130682	CÍNTIA BARROCAS TAVARES FEITOSA	6319/2025	17
120881	LETÍCIA ADLINELE TRAZZI EVARISTO	8068/2023	63
120211	MURILO CAMARGO ABRÃO	6269/2023	65

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

98911	JULIANE SUELLEM VIEIRA DOS REIS	5992/2019	103
46742	AMAURI JOSÉ VANZ	3277/2008	14

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Christiane Richter Minhoto

Gestora do Setor de Secretaria

NOTIFICAÇÃO 458/2025-SEC

A **Assessoria da Câmara de Seleção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná**, com sede na Rua Coronel Brasilino Moura, n. 253, Ahú, Curitiba/PR, por seu Advogado Instrutor, na forma do disposto no artigo 45, § 6º, da Lei nº 8.906/1994, notifica os advogados/interessados a seguir relacionados para tomarem conhecimento do despacho proferido nos protocolos indicados:

Nº da OAB	NOME	Nº DO PROTOCOLO	MOVIMENTO
43515	JULIANA MARCELA VERGUEIRO DAVISON	118798/2025	5
125791	PEDRO HENRIQUE PELEGRINI DE OLIVEIRA	50272/2025	15
58014	PATRICIA DE LIMAS NOGUEIRA LEMOS LOPES	50469/2025	18
43073	JOSÉ DOLMIRO DE ANDRADE ALCÂNTARA	88048/2025	15
75974	GABRIEL ANDRADE NUNES	93133/2025	10
62879	ACEMAR FARIAS	93363/2025	10
32989	MARCELO ALBERTO GORSKI BORGES	113666/2025	7

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Christiane Richter Minhoto

Gestora do Setor de Secretaria

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

APUCARANA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

APUCARANA - PROCESSO N° 5855/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Paulo Cesar da Silva (PR/62714 - Gabriela Cogo Bettelli e PR/68267 - Priscila Helenne de Assis). **Representado**: M.L.P.L.L. (PR/74636 - Mayra Lucia Paes Landim Leciuk).

Data: 21 de julho de 2025.

Horário: 11h30min.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Apucarana (Rua Rene Camargo de Azambuja, nº 440, Centro, Apucarana/PR, CEP 86.800-090) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Apucarana, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

FOZ DO IGUAÇU

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

FOZ DO IGUAÇU - PROCESSO N° 7297/2023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Mariam Jadiyi Damen Barudi Rafagnin. **Representado:** E.F.A.J. (**Procurador:** PR/114721 - Alexandre Marques dos Santos).

Data: 21 de julho de 2025.

Horário: 16h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Foz do Iguaçu (Rua José Menezes, nº 40, Jardim Guarapuava - Foz do Iguaçu/PR - CEP 85.856-220) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Foz do Iguaçu, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

FRANCISCO BELTRÃO

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

FRANCICO BELTRÃO - PROCESSO N° 12646/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representado**: D.Z. e G.E.T. (PR/101562 - Diogo Zanoni e PR/85353 - Guilherme Eder Toss).

Data: 21 de julho de 2025.

Horário: 14h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Francisco Beltrão (Avenida Júlio de Assis Cavalheiro, nº 2.523, Industrial, Francisco Beltrão/PR, CEP 85.601-274) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Francisco Beltrão, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

LONDRINA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

LONDRINA - PORTARIA Nº 76/2025

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE LONDRINA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para compor a **"COMISSÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS"** da Subseção de Londrina**,** na função de **membro relator**, os(as) advogados(as): Alfeu Brassaroto Junior (OAB/PR 74.704), Antonio Marcelino Espirito Santo (OAB/PR 69.843), Beatriz Daguer (OAB/PR 100.195), Fábio de Oliveira Reis (OAB/PR 122.061), Felipe Carvalho do Espirito Santo (OAB/PR 110.634), Fellipe Stabelini Anabuki (OAB/PR 60.871), Geovanei Leal Bandeira (OAB/PR 25.083), Isabella de Freitas Oncken (OAB/PR 95.755), José Carlos Mancini Júnior (OAB/PR 58.180), Larissa Pereira da Silva Guimarães (OAB/PR 122.750), Maria Eduarda Dantas Siloto (OAB/PR 108.484), Monique Elouise Lopes Geraldo (OAB/PR 89.259), Pérola Amaral Tiosso (OAB/PR 71.189), Rafael Garcia Campos (OAB/PR 57.532), Rafael Junior Soares (OAB/PR 45.177), Rafaela Teixeira da Costa (OAB/PR 70.884), Thaís Colus Gineti (OAB/PR 108.079), Thatiana Gonçalves Antunes Facco (OAB/PR 86.502), Thiago Issao Nakagawa (OAB/PR 49.807)

Art. 2º. Em razão do disposto no art. 1º, a Comissão fica assim constituída: **Presidente**: Marcos Menezes Prochet Filho (OAB/PR 85.568); **Vice-Presidente:** Guilherme Lepri Longas (OAB/PR 58.776); **Secretária**:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Fabíola Larissa Mattozo (OAB/PR 51.293); **Membros Relatores:** Alfeu Brassaroto Junior (OAB/PR 74.704), Antonio Marcelino Espirito Santo (OAB/PR 69.843), Beatriz Daguer (OAB/PR 100.195), Fábio de Oliveira Reis (OAB/PR 122.061), Felipe Carvalho do Espirito Santo (OAB/PR 110.634), Fellipe Stabelini Anabuki (OAB/PR 60.871), Geovanei Leal Bandeira (OAB/PR 25.083), Isabella de Freitas Oncken (OAB/PR 95.755), José Carlos Mancini Júnior (OAB/PR 58.180), Larissa Pereira da Silva Guimarães (OAB/PR 122.750), Maria Eduarda Dantas Siloto (OAB/PR 108.484), Monique Elouise Lopes Geraldo (OAB/PR 89.259), Pérola Amaral Tiosso (OAB/PR 71.189), Rafael Garcia Campos (OAB/PR 57.532), Rafael Junior Soares (OAB/PR 45.177), Rafaela Teixeira da Costa (OAB/PR 70.884), Thaís Colus Gineti (OAB/PR 108.079), Thatiana Gonçalves Antunes Facco (OAB/PR 86.502), Thiago Issao Nakagawa (OAB/PR 49.807).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Londrina, 18 de junho de 2025.

MARIO SERGIO DIAS XAVIER

Presidente da Subseção de Londrina

MARINGÁ

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

MARINGÁ - PROCESSO N° 7018/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Roseane Alves Ferreira. **Representado**: R.C.C. (PR/18614 - Rita de Cassia Christophoro).

Data: 22 de julho de 2025.

Horário: 10h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Maringá (Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 970, Zona 02, Maringá/PR, CEP 87.010-440) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa

modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Maringá, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

PORTARIA

MARINGÁ - PORTARIA Nº 123/2025

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como "**Coordenador dos(as) Representantes das Comarcas que integram a Subseção de Maringá**" o advogado **Bruno Cesar Piovezan** OAB/PR n° 74.512;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 06 de junho de 2025.

PEDRO HENRIQUE SOUZA

Presidente da Subseção de Maringá

PARANAGUÁ

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

PARANAGUÁ - PROCESSO N° 10559/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representado**: J.H.M.O. (PR/70398 - Jorge Hamilton Miranda de Oliveira).

Data: 21 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Horário: 10h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Paranaguá (Rua Xavier da Silva, nº 136, Tuiuti, Paranaguá/PR, CEP 83.203-620) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Paranaguá, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

PONTA GROSSA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

PONTA GROSSA PORTARIA Nº 76/2025

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido da "**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS"**, a advogada: Jaqueline Gottwald (OAB/PR 80.076);

Art. 2º. Em razão do disposto no Art. 1º a Comissão fica assim constituída: **Presidente:** Silvana Aparecida Lopes (OAB/PR 27.921); **Vice-Presidente:** Daniela Batista da Silva (OAB/PR 84.524); **Secretária:** Viviane de Oliveira Rezende (OAB/PR 93.895); **Membros:** Aline Flávia Vieira (OAB/PR 84.535); Ana Claudia de Lima (OAB/PR 55.632); Ana Eloíse da Silva de Lima (OAB/PR 121.133); Ariane da Silva Supanik (OAB/PR 109.550); Beatriz Striquer Arruda (OAB/PR 125.274); Carla Kraushaar (OAB/PR 60.794); Elisabete Aparecida Antunes do Nascimento (OAB/PR 125.935); Eloisa Amanda de Souza (OAB/PR 91.338); Jessica Maiara Gonçalves (OAB/PR 105.298); Jocemara Aparecida dos Santos (OAB/PR 59.896); José Ferreira Scheneider (OAB/PR 62.547); José Mauricio Bachinski (OAB/PR 70.303); Karina Fátima Camargo (OAB/PR 60.825); Luana Caroline Santos Fonseca (OAB/PR 99.461); Maria Iracema de Castro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Meira (OAB/PR 81.285); Maximiliano Lopes de Proença (OAB/PR 116.574); Patrícia Machado Pereira Giardini (OAB/PR 25.105); Paulo Antonio Lechkiv (OAB/PR 97.344); Stefani Teixeira Biscaia (OAB/PR 122.001).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, 12 de junho de 2025.

RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

Presidente em Exercício da Subseção de Ponta Grossa

EDITE MOSCONI

Coordenadora Geral das Comissões

PONTA GROSSA PORTARIA Nº 77/2025

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, Subseção de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para compor a "COMISSÃO DE DIREITO DO TRABALHO", na função de membro, o advogado: Aires Ulisses Gomes (OAB/PR 104.203)

Art. 2º. Em razão do disposto no Art. 1º a Comissão fica assim constituída: Presidente: Karla Scarati (OAB/PR 62.730); Vice-Presidente: Fernanda de Souza Dutra (OAB/PR 58.315); Secretário: Nivaldo da Silva Junior (OAB/PR 123.588); Membros: Aires Ulisses Gomes (OAB/PR 104.203); Alex Ruppelt Maciel (OAB/PR 116.365); Alisson Alves Pepe (OAB/PR 110.571); Anna Carolina Menarim (OAB/PR 115.293); Ceres Regina de Aguiar Vieira (OAB/PR 67.874); Debora Scherer (OAB/PR 92.512); Edicléia Pinheiro do Prado (OAB/PR 127.703); Elisabete Aparecida Antunes do Nascimento (OAB/PR 125.935); Gabrielle Roth Machado (OAB/PR 113.557); Guillermo Alberto Gallardo Heinrich (OAB/PR 97.810); Karina de Fátima Lopes Aires (OAB/PR 75.119); Kawane Talissa da Silva Ferreira (OAB/PR 123.352); Leonardo Fernandes Ferreira (OAB/PR 123.325); Luiz Eduardo Bilobran (OAB/PR 112.574); Maikel Gomes da Luz (OAB/PR 120.120); Marcos Aurélio Mantovani de Almeida (OAB/PR 47.231); Paulo Bruczkoski (OAB/PR 127.734); Recieri de Tarso Zenardi (OAB/PR 59.874); Roberta Cavalet (OAB/PR 90.349); Roberta Potzik Soccio Krupa (OAB/PR 61.808); Rogerio de Paula (OAB/PR 110.222); Solange Malantchen (OAB/PR 78.175); Stefani Teixeira Biscaia (OAB/PR 122.001); Thais Cristina Machinski (OAB/PR 103.634).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, 12 de junho de 2025.

RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

Presidente em Exercício da Subseção de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITE MOSCONI

Coordenadora Geral das Comissões

PONTA GROSSA PORTARIA Nº 78/2025

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, Subseção de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido da "COMISSÃO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO", a advogada: Jaqueline Gottwald (OAB/PR 80.076);

Art. 2º. Em razão do disposto no Art. 1º a Comissão fica assim constituída: Presidente: Rafaela Luana Paula Abib Neves Fernandes (OAB/PR 39.930); Vice-Presidente: Marcia Adriane Bueno (OAB/PR 69.966); Secretário: Jonatan Heitor Dobzinski (OAB/PR 107.498); Membros: Adriana Graboski (OAB/PR 91.674); Alex Ruppelt Maciel (OAB/PR 116.365); Aline Flávia Vieira (OAB/PR 84.535); Ana Eloíse da Silva de Lima (OAB/PR 121.133); Angela Maria Brandão Ferri (OAB/PR 48.598); Anne Kelly Almeida Oliveira Machado (OAB/PR 123.399); Bianca Fernandes Perez (OAB/PR 119.905); Bianca Pirotti Pocai (OAB/PR 128.003); Carlos Roberto Soares Da Cruz (OAB/PR 71.727); Cilmara Moreno Gomes (OAB/PR 117.196); Danielle Stadler Biscaia Madureira (OAB/PR 39.575); Dulce Veridiana Ferreira (OAB/PR 85.222); Elisabete Aparecida Antunes do N (OAB/PR 125.935); Ernani Gonçalves Machado (OAB/PR 48.545); Fabiane De Cassia Chuves (OAB/PR 123.577); Francieli De Fátima Furman (OAB/PR 109.841); Gisele Cabral Brasil (OAB/PR 96.439); Leonardo Fernandes Ferreira (OAB/PR 123.325); Lucia Claudia Bueno Pavezi (OAB/PR 85.931); Luis Alberto Kubaski (OAB/PR 9.600); Luiz Rodolfo Schmidt Penteado (OAB/PR 107.699); Márcia de Fátima Blageski Talevi (OAB/PR 117.094); Márcia Helena Branco Neumann (OAB/PR 73.138); Marcos Aurélio Mantovani De Almeida (OAB/PR 47.231); Maria Fiuza De Campos (OAB/PR 127.641); Marisete De Castro Pereira Ribas (OAB/PR 87.214); Pamela Krüger Urso (OAB/PR 82.012); Paola Caroline Vicente Siqueira (OAB/PR 127.056); Renan Elias Mendes (OAB/PR 120.289); Roberta Cavalet (OAB/PR 90.349); Roberta Potzik Soccio Kruppa (OAB/PR 61.808); Roberto Ferreira De Paula (OAB/PR 116.984); Rogerio De Paula (OAB/PR 110.222); Salete Gauginski (OAB/PR 26.410); Shirley Aleixo Gomes (OAB/PR 40.747); Silvana Aparecida Lopes (OAB/PR 27.921); Stefanie Caroline Lacerda Do Nascimento (OAB/PR 91.435); Willian Pereira (OAB/PR 84.518).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, 12 de junho de 2025.

RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

Presidente em Exercício da Subseção de Ponta Grossa

EDITE MOSCONI

Coordenadora Geral das Comissões

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PONTA GROSSA PORTARIA Nº 79/2025

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para compor a "COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DIREITO DOS ANIMAIS", na função de membro, as advogadas: Cleuseni de Fatima do Nascimento (OAB/PR 120.364) e Gardenia Mascarelo (OAB/PR 28.118)

Art. 2º. Em razão do disposto no Art. 1º a Comissão fica assim constituída: **Presidente:** Karina Fátima Camargo (OAB/PR 60.825); **Vice-Presidente:** Isabella Godoy Danesi (OAB/PR 94.604); **Secretária:** Amanda Renata Saldanha (OAB/PR 121.702); **Membros:** Antônio Valdelino de Oliveira (OAB/PR 62.540); Cleuseni de Fatima do Nascimento (OAB/PR 120.364); Gardenia Mascarelo (OAB/PR 28.118); Letícia Zagrobelny (OAB/PR 126.173); Paula Bruna da Rosa Souza (OAB/PR 91.442); Ticiara Naiane Campos (OAB/PR 119.492); Vinícius Traleski (OAB/PR 104.279).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, 12 de junho de 2025.

RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

Presidente em Exercício da Subseção de Ponta Grossa

EDITE MOSCONI

Coordenadora Geral das Comissões

PONTA GROSSA - PORTARIA Nº 80/2025

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para compor a "COMISSÃO DE COMPLIANCE E GOVERNANÇA JURÍDICA", na função de membro, o advogado: Ali Mustapha Ataya (OAB/PR 30.182)

Art. 2º. Em razão do disposto no Art.1º a Comissão fica assim constituída: **Presidente:** Bianca Karla Wiecheteck Alves Dos Santos (OAB/PR 70.978); **Vice-Presidente:** Jubiara Dos Santos Biaco (OAB/PR 110.877); **Secretário:** Victor Guilherme Rosa (OAB/PR 97.807); **Membros:** Ali Mustapha Ataya (OAB/PR 30.182); Andressa Dos Anjos Slompo (OAB/PR 108.845); Priscilla Garbelini Jaronski (OAB/PR 40.050); Jessica Maiara Gonçalves (OAB/PR 105.298); Juliana Rosa Fonseca (OAB/PR 114.784); Maycon Diego De Oliveira (OAB/PR 83.152); Nivaldo Da Silva Junior (OAB/PR 123.588); Ohana Azevedo Gomes Giacon (OAB/PR 93.389); Recieri De Tarso Zenardi (OAB/PR 59.874); Vladson Sebastião Marques De Souza (OAB/PR 73.116); Wellison Gabriel Hass (OAB/PR 127.632).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, 12 de junho de 2025.

RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

Presidente em Exercício da Subseção de Ponta Grossa

EDITE MOSCONI

Coordenadora Geral das Comissões

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROCESSO N° 3344/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: Samuel Rodrigues. **Representado**: V.D. (**Procurador:** PR/27001 - Marcel Dimitrow Gracia Pereira).

Data: 22 de julho de 2025.

Horário: 14h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Santo Antônio da Platina (Rua Sete de Setembro, nº 827, Centro , Santo Antônio da Platina/PR, CEP 86.430-000) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Santo Antônio da Platina, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROCESSO N° 2743/2023

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio*. **Representados**: K.P.O. (**Defensora dativa:** PR/73029 - Inez Oliveira do Espírito Santo).

Data: 22 de julho de 2025.

Horário: 11h30min.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de São José dos Pinhais (Rua Paulino de Siqueira Cortes, 1.289, Silveira da Motta, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.030-730) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

São José dos Pinhais, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

TELÊMACO BORBA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

TELÊMACO BORBA - PORTARIA Nº 13/2025

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE TELÊMACO BORBA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, da "**COMISSÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR**", o advogado: **Rafael Rodrigo Prestes Alcantara (OAB/PR 70.232).**

Art. 2º. Alterar a função do advogado: **Maycon Henrique Borges (OAB/PR 57.583),** de Membro Relator a Presidente da referida Comissão.

Art. 3º. Em razão do disposto nos Arts. 1° e 2°, a Comissão fica assim constituída: **Presidente:** Maycon Henrique Borges (OAB/PR nº 57.583) e **Membro Relator:** Breno Guilherme de Carvalho Dias Baptista (OAB/PR 94.576).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Telêmaco Borba, 23 de junho de 2025.

LEANDRO DE CASTRO

Presidente da Subseção de Telêmaco Borba

TELÊMACO BORBA PORTARIA Nº 14/2025

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO PARANÁ, SUBSEÇÃO DE TELÊMACO BORBA, no uso de suas atribuições estatutárias, regulamentares e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, da "**COMISSÃO DE DIREITOS DA FAMÍLIA E DA DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**", o advogado: **Rafael Rodrigo Prestes Alcantara (OAB/PR 70.232).**

Art. 2º. Nomear para compor a referida Comissão, na função de Vice-Presidente, a advogada: **Amanda Suelen Bertó (OAB/PR 76.417).**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 3º. Em razão do disposto nos Arts. 1° e 2°, a Comissão fica assim constituída: **Presidente:** Ane Caroline Piotrowski Pfenniger (OAB/PR 73.796), **Vice-Presidente:** Amanda Suelen Bertó (OAB/PR 76.417), **Secretária:** Larissa Chaves Resende Gonçalves (OAB/PR 127.852) e **Membros Relatores:** Amanda Suelen Bertó (OAB/PR 76.417); Cristina Alves Batista Guimarães (OAB/PR nº 111.729); Débora Camila Aires Cavalcante Souto (OAB/PR nº 107.971); Gabrielle Santangelo Leiner (OAB/PR nº 48.614); Heloísa Fausto (OAB/PR 120.425); Isabela de Medeiros Costa (OAB/PR nº 88.848); Larissa Fernandes Carneiro (OAB/PR nº 111.730); Lorena Lopes Benck (OAB/PR nº 99.421); Luiz Fernando Nunes da Silva (OAB/PR nº 124.069); Luma Scharaiber Lobo (OAB/PR nº 57.585).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Telêmaco Borba, 23 de junho de 2025.

LEANDRO DE CASTRO

Presidente da Subseção de Telêmaco Borba

UMUARAMA

Paraná, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

UMUARAMA - PROCESSO N° 2941/2024

O Tribunal de Ética e Disciplina, da Ordem dos Advogados do Brasil, por seu Secretário-Geral, notifica as partes que no processo supramencionado foi designada audiência de instrução conforme dados a seguir indicados:

Representante: *Ex officio.* **Representado:** C.C.R. (PR/118716 - Camila Coutinho Reis).

Data: 22 de julho de 2025.

Horário: 16h.

Modalidade: HÍBRIDA, sendo simultaneamente presencial, na sede da Subseção de Umuarama (Rua Desembargador Antônio Ferreira da Costa, nº 3660, Zona 01, Umuarama/PR, CEP 87.501-200) e por videoconferência via plataforma **ZOOM MEETINGS**, conforme disposto na Portaria nº 005/2020 do Tribunal de Ética e Disciplina e na Resolução de Diretoria nº 006/2020 (DEOAB Nº 352 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/237896 e DEOAB Nº 389 - https://deoab.oab.org.br/pages/materia/244373).Para o ato, cabe às partes o comparecimento de suas testemunhas, na forma do disposto no Art. 59, §§ 3° e 4°, do CED.

O link, ID e senha de acesso à modalidade videoconferência serão disponibilizados nos próprios autos, ficando cientes as partes de que são de suas responsabilidades as condições para participação nessa modalidade e, em caso de ocorrência de falhas na prestação de serviços por operadora, deverão ser

comunicadas e comprovadas nos autos em até 48h, sujeitando-se eventual redesignação, à análise de advogado(a) instrutor(a)/relator(a).

Umuarama, 25 de junho de 2025.

JOÃO EURICO KOERNER

Secretário do Tribunal de Ética e Disciplina

CONSELHO SECCIONAL - PERNAMBUCO

Pernambuco, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ETICA E DISCIPLINA

RAZÕES FINAIS

RAZÕES FINAIS - Processo nº 17.0000.2023.015463-2

Representante: A.L.R.S / Representado: C.M.D (Procurador: CAROLINA MARQUES DUARTE - OAB/PE 17199) Conforme previsão contida no Art. 137-D, § 4º do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, fica intimada a parte acima referenciada, Representada, a fim de apresentar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, as suas Razões Finais.

JOSÉ NELSON VILELA BARBOSA FILHO

Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PE

CONSELHO SECCIONAL - PIAUÍ

Piauí, data da disponibilização: 26/06/2025

SEGUNDA CÂMARA DE INSCRIÇÃO DE ADVOGADOS

EDITAL DE INSCRIÇÃO

Edital de Inscrição nº 077/2025.

Considerando os requisitos exigidos pelos arts. 8º e 9º da Lei nº 8.906/94, torno público que qualquer interessado capaz no prazo de cinco dias úteis da publicação deste, poderá impugnar por escrito, fundamentando-se em descumprimento das condições legais, o(s) pedido(s) de inscrição(ões) no quadro de Advogados:

GABRIEL SILVEIRA DOS SANTOS NETO

MARIA CLARA SOARES OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MARIA LUÍZA OLIVEIRA DE AGUIAR FERRAZ

PAULO ROBERTO ROQUE ANTONIO KHOURI - SUPLEMENTAR

RAIMUNDO BARBOSA DE CARVALHO BAPTISTA NETO

THAIS DE ALMEIDA BRITO

YUANNA KAROLY ARAÚJO DE CARVALHO

Teresina, 25 de junho de 2025

Raimundo de Araújo Silva Júnior

Presidente da OAB/PI

Noélia Castro de Sampaio

Secretária Geral da OAB/PI

CONSELHO SECCIONAL - RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, data da disponibilização: 26/06/2025

SELEÇÃO E INSCRIÇÃO

ACÓRDÃO

PROCESSO N. 58.871/2023 – 2ª Câmara

Rqte: M.L.B.C. (Adv. Mauro Lopes Bartolomeu de Carvalho, OAB/RJ 163767, Ementa: 21/2025: "Requerimento de assistência da CDAP por violação de prerrogativas ao advogado. Conduta dirigida por Juiz Titular da 27ª Vara Criminal do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro que impediu advogado devidamente constituído, ter livre acesso aos autos. Ofensa à Súmula Vinculante 14 do STF e ao artigo 133 da CRFB. Impedimento de gravação da audiência pelo causídico. TAC aceito pelo Juiz requerido perante Órgão Especial devido aos mesmos fatos narrados nestes autos. Reconhecimento de violação da prerrogativa do requerente, Direito à assistência que deve ser deferido. Recurso provido. Decisão Majoritária." Ss. 25.02.2025 (a) Rafael Caetano Borges, Pres., Luciana Barbosa Pires, Voto Divergente, Sérgio Luiz Pinheiro Sant Anna, Relator Vencido.

PROCESSO N. 74.588/2025 – 1ª Câmara

Rqte: Ivan Oliveira de Almeida, ementa: 22/2025: "Pedido de inscrição principal. Militar da reserva remunerada ocupante do cargo de Chefe na Secretaria da Subdiretoria do Serviço Militar da Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica. Incompatibilidade prevista no artigo 28, inciso III da Lei 8.906/94. Decisão unânime." Ss. 10.06.2025 (a) Sérgio Antunes Lima Junior, Pres., Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma, Relator.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROCESSO N. 77.067/2025 – 1ª Câmara

Rqte: Felipe Luiz Matos de Araujo, Ementa: 24/2025: "Pedido de inscrição de estagiário. Policial Rodoviário Federal. Cargo vinculado à atividade policial. Incompatibilidade prevista no art. 28, inciso V da Lei 8.906/94. Decisão unânime." Ss. 10.06.2025 (a) Sérgio Antunes Lima Junior, Pres., Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma, Relator.

PROCESSO N. 67.194/2024 – 2ª Câmara

Rqte: L.A.S. (Adv. Leila Aguiar de Souza), OAB/RJ 141314, Ementa: 23/2025: "COMISSÃO DE PRERROGATIVAS. VIOLAÇÃO DO ART. 6º, CAPUT E DO ART. 7º, X, XI E XIII DO EOAB. PEDIDO DE DESAGRAVO PÚBLICO COM PARECER OPINATIVO FAVORÁVEL. PROVIMENTO PARCIAL DO REQUERIMENTO. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO DESAGRAVO. 1. Pedido de desagravo público em razão da atuação contra legem de magistrada em sede de audiência em relação às prerrogativas da advocacia no que tange ao exercício livre da advocacia, ao uso da palavra e ao asseguramento de cópia de peças do processo. 2. Necessidade de delimitar o escopo dos pedidos feitos a CDAP, em razão das competências da OAB-RJ. 3. Delimitação do objeto que enseja o desagravo público, em razão dos elementos de prova trazidos aos autos. 4. Provimento parcial do requerimento. 5. Pedido de desagravo público deferido quanto ao objeto delimitado no voto. Decisão unânime." Ss. 24.06.2025 (a) Rafael Caetano Borges, Pres., Catarina Amor Divino Bussinger Carvalho, Relatora.

PROCESSO N. 63.398/2024 – 2ª Câmara

Rqte: C.L.N. (Adv. Cláudio Lourenço Nunes) OAB/RJ 079539, Ementa: 24/2025: "COMISSÃO DE PRERROGATIVAS. RECURSO CONTRA NEGATIVA DE ASSISTÊNCIA PELA CDAP. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA QUE INDIQUEM VIOLAÇÃO DE PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA (ARTS. 6º, 7º E 7ºA DO EOAB). INDEFERIMENTO DO PEDIDO MANTIDO. 1. Recurso interposto contra a negativa de assistência pela Procuradoria da CDAP. 2. Falsas acusações sofridas pelo Requerente que resultaram no processo nº 12.122/2022, junto ao TED. 3. Ausência de elementos de prova que vinculem as falsas acusações ao contexto do exercício profissional da advocacia. 4. Diferença de matérias sob a competência da CDAP e do TED. 5. Indeferimento da assistência mantido. Decisão unânime." Ss. 24.06.2025 (a) Rafael Caetano Borges, Pres., Catarina Amor Divino Bussinger Carvalho, Relatora.

PROCESSO N. 65.489/2024 – 2ª Câmara

Rqte: E.B.M. (Adv. Elias de Barros Marins) OAB/RJ 157130, Ementa: 22/2025: "COMISSÃO DE PRERROGATIVAS. RECURSO CONTRA NEGATIVA DE ASSISTÊNCIA PELA CDAP. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 7º, INCISO I EOAB. INDEFERIMENTO DO PEDIDO MANTIDO. 1. Recurso interposto contra a negativa de assistência pela Procuradoria da CDAP. 2. Em seu conteúdo, o fato aduzido pelo Requerente diz respeito ao regime estatutário de trabalho na Procuradoria do Município de Valença. 3. Delimitação do sentido de "exercício da advocacia" para a defesa de prerrogativas. 4. Ilegitimidade da CDAP para atuar e intervir em processos judiciais. 5. Indeferimento da assistência mantido. Decisão unânime." Ss. 24.06.2025 (a) Rafael Caetano Borges, Pres., Catarina Amor Divino Bussinger Carvalho, Relatora.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROCESSO N. 57.831/2023 – 2ª Câmara

Rqte: R.T.C.F. (Adv. Rui Teles Calandrini Filho) OAB/RJ 084384, Ementa: 25/2025: "2ª CÂMARA ESPECIALIZADA. RECURSO CONTRA DECISÃO DE INADMISSÃO DE PEDIDO DE ASSISTÊNCIA PELA COMISSÃO DE DEFESA, ASSISTÊNCIA E PRERROGATIVAS (CDAP). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUMBENCIAIS E CONTRATUAIS. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES. ALEGADA VIOLAÇÃO DA PRERROGATIVA DE RESERVA DE HONORÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Advogado recorrente alegou ofensa à prerrogativa de reserva de honorários após substabelecimento sem reserva de poderes, em razão de indeferimento de pedido de reserva de verbas sucumbenciais e contratuais pelo Juízo da 6ª Vara Cível de Duque de Caxias. 2. Pedido de assistência julgado manifestamente inadmissível pela Procuradoria da CDAP, por não vislumbrar violação às prerrogativas do recorrente, ensejando a interposição de recurso. 3. Honorários sucumbenciais: substabelecimento sem reserva de poderes a pedido do cliente, sem justa causa, não afasta a prerrogativa de honorários, consoante entendimento do Conselho Federal (Consulta nº 49.0000.2015.005072-3/OEP). Contudo, a pretensão do recorrente já se encontra satisfeita em razão de acordo entre ele e os advogados substabelecidos, estipulando a divisão das verbas de sucumbência na fração de 2/3 e 1/3, respectivamente. 4. Honorários contratuais: acórdão de 2ª instância manteve a decisão de 1ª instância, sendo o subsequente agravo em recurso especial do recorrente inadmitido pela presidência do STJ, com trânsito em julgado. Portanto, não há mais possibilidade de assistência por parte da CDAP em relação às verbas contratuais, as quais inclusive já estão sendo perseguidas pelo recorrente via ação autônoma. 5. Fatos supervenientes que extinguem o objeto recursal. Recurso declarado prejudicado, sem resolução de mérito. Decisão unânime." Ss. 24.06.2025 (a) Rafael Caetano Borges, Pres., Ignacio Augusto Maciel Machado, Relator.

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES DA OAB

ACÓRDÃO

PROCESSO N. 8.525/2022 – Órgão Especial

Rcte: H.V.R., Proc: Júlio César Ferreira, OAB/RJ 188500, Ementa: 42/2025: "ÓRGÃO ESPECIAL. RECURSO ORDINÁRIO. SUPOSTA ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTO POR ADVOGADO. CONDENAÇÃO EM SUSPENSÃO POR 120 DIAS. REFORMA DO JULGADO. IMPROCEDÊNCIA E ARQUIVAMENTO DA REPRESENTAÇÃO POR AUSÊNCIA DE PERÍCIA. 1 - Representação formalizada a partir de ofício do JEC, acerca de suposta adulteração de documento por parte do advogado. 2 - Condenação em julgamento do TED, diante dos indícios apontados nos documentos juntados. 3 - Ausência de perícia técnica que comprovasse a adulteração. 4 - Entendimento do Conselho Federal pela impossibilidade de condenação diante da ausência de provas inequívocas de materialidade. 5 - Garantia constitucional da presunção de inocência e incidência do postulado in dubio pro reo. 6 - Reforma do julgado, dando provimento ao recurso. 7 - Improcedência e arquivamento da representação." Ss. 12.06.2025 (a) Ana Tereza Basílio, Pres., Marcos José de Almeida Ferré Coutinho, Rel.

PROCESSO N. 18.822/2017– Órgão Especial

Rcte: Presidente do Conselho Seccional, Rcdo: S.B.P., OAB/RJ 076976, Def.Dat.: Pedro Miguel Gomes da Cruz Júnior, OAB/RJ 179109, Ementa: 23/2025: " RECURSO AO ÓRGÃO ESPECIAL DA SECCIONAL. ACÓRDÃO QUE, POR UNANIMIDADE, DETERMINOU A APLICAÇÃO DE CENSURA AO ADVOGADO EM RAZÃO DO LEVANTAMENTO DE VALORES DEPÓSITO POR EQUÍVOVO PELA PARTE ADVERSA EM PROCESSO JUDICIAL. CONDUTA QUE MELHOR SE ENQUADRA NO ART.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

34, XX DO EAOAB. RECURSO QUE DÁ PROVIMENTO PARA SUSPENDER O ADVOGADO POR TRINTA DIAS. DECISÃO UNÂNIME.” Ss. 08.05.2025 (a) Ana Tereza Basílio, Pres., Rafel Caetano Borges, Rel.

PROCESSO N. 12.097/2022 – 7ª Turma

Rte: M.S.S. (Marcelo Silva Soares), Rqdo: L.N.S.B. (adv: Luana Nascimento de Souza Barcellos, OAB/RJ 240873), L.A.L. (adv: Leandro Antônio de Lima, OAB/RJ 237621) e E.R.S., Proc: Douglas Rudy da Silveira Rezende, OABRJ 154120, Ementa: 88/2024: “ Representação disciplinar. Os representados emprestavam seu dispositivo de assinatura eletrônica, para terceira pessoa para que pudesse advogar sem habilitação para tanto, colocando em risco à coletividade, dada a essencialidade da carreira do advogado na defesa e proteção dos interesses de terceiros. Procedência. Em relação ao 1º e a 2º representados, infração tipificada no art. 34, incisos I, IX, V, VI da Lei 8.906/94. A 3ª representada, infração ao art. 34, I, VI e IX do mesmo diploma Legal. Aplicação da pena de suspensão por 30 dias, na forma do 37, parágrafo 2º do EAOAB. Decisão Unânime.” Ss. 08.10.2024 (a) Clarissa Costa de Carvalho, Pres., Paulo Cesar Teixeira da Cruz Filho, Rel.

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO TED.

Pauta da 4ª Sessão Ordinária do Pleno do TED da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio de Janeiro, a ser realizada no dia 17 de julho de 2025, em sua Sede na Avenida Marechal Câmara 150, 4º andar, Plenário Evandro Lins e Silva, com início previsto para às 15 horas.

Expedientes: (Art. 33, I do Regimento Interno da OAB/RJ)

1 – Leitura e aprovação da Ata da 3ª Sessão Ordinária do dia 29.05.2025

Ordem do Dia:

I – Audiência Especial

Suspensão Preventiva

01 – Processo nº 8.176/2025

Relator: Burno Silva Rodrigues

Requerente: Corregedoria Geral da OAB/RJ

Requerida: N.O.T., OAB/RJ 217804

Defensor dativo: Sérgio Luiz Rodrigues da Silva, OAB/RJ 196728

02 – Processo nº 8.668/2025

Relatora: Cintia de Faria Asevedo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Requerente: Corregedoria Geral da OAB/RJ

Requeridos: L.S.C.G., OAB/RJ 226687

J.C.F., OAB/RJ 174441

Defensor Dativo: Sérgio Luiz Rodrigues Da Silva, OAB/RJ 196728

II – Ética e Disciplina

03 – Processo nº: 8.846/2019

Relatora: Clara Lambret Frotté Silva

Requerente: N.S.A.S.G. (Nadja Sleider Aragão Santos Gouvea)

Requeridos: R.B.A., OAB/RJ 096352

K.P.P.G., OAB/RJ 186490

M.C.O.S.M., OAB/RJ 161379

M.P.J., OAB/RJ 185382

Procurador: Bernard Santos de Brito, OAB/RJ 242422

III – Embargos Infringentes

Recurso de Requerente

04 - Processo nº: 16.086/2019

Relator: Marcelo Silva Moreira Marques

Embargante: Sindicato das Indústrias Mecânicas e Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro

Procuradora: Priscila Aquino Quintanilha, OAB/RJ 154301

Embargado: S.A.C.J. (adv: Sônia Ananias Citele Jardim, OAB/RJ 080778)

Vista: José Antônio Galvão de Carvalho

IV – Embargos Infringentes

Recurso de Requerente e Requerido

04 - Processo nº: 6.515/2019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Relator: Paulo Eduardo Elias Bernacchi

Requerente: C.H.C.C.L.

Procuradores: Raiza da Silva Azevedo, OAB/RJ 232831

Thalles Furtado Leba, OAB/RJ 202373

Requerente: Daniela Laboragine, OAB/RJ 071703

Michelle Aguiar da Costa. OAB/RJ 204603

Requerido: N.D.F.F.

Procuradores: Paula Hefzibá Magalhães Frade Comunale, OAB/RJ 233275

Luis Antônio Correa do Nascimento, OAB/RJ 229974

Fernando Avelino Florencio da Silva, OAB/RJ 251887

CONSELHO SECCIONAL - RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte, data da disponibilização: 26/06/2025

PRIMEIRA CÂMARA JULGADORA

ACÓRDÃO

ACÓRDÃO Processo: 20.0000.2025.002645-9

Assunto: Pedido de Inscrição Originárias. Requerente: Francisca Cibeli Silva Confessor.

Relatora: Rúbia Lopes de Queirós.

Ementa: EMENTA: Pedido de inscrição. Indeferimento da CSI, por exercício de cargo incompatível com a advocacia. Incompatibilidade prevista no Art. 28, III do EOAB. Indeferimento Do Pedido. Recurso Não Provido.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos, decidem os membros da Primeira Câmara de Julgamento do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Rio Grande do Norte, por unanimidade, indeferir o pedido de inscrição originária definitiva, nos termos do voto da Relatora.

Natal/RN, 29 de maio de 2025. (data de julgamento)

Ricardo Victor Pinheiro de Lucena - Presidente da Primeira Câmara Julgadora da OAB/RN

Rúbia Lopes de Queirós – Relatora Conselheira Estadual.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MOSSORÓ

Rio Grande do Norte, data da disponibilização: 26/06/2025

ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº. 026/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE MOSSORÓ, KLIVIA LORENA COSTA GUALBERTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 003/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata da criação das comissões temáticas do OAB, Subsecção Mossoró/RN;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 002/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que dispõe sobre o Regimento Interno das Comissões temáticas da OAB Subsecção Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, ainda, as normas estabelecidas no Edital n.º 001/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata das inscrições de membros para composição das comissões temáticas,

CONSIDERANDO, por fim, o que determina o art. 6º, § 1º, do Regimento Interno da OAB, Subsecção de Mossoró/RN, bem como a necessidade de nomeação de membros para responder pelas atribuições inerentes às comissões temáticas da OAB Subsecção, de Mossoró/RN.

CONSIDERANDO, a necessidade de alteração, inclusão e/ou exclusão de membros, o que demanda a republicação da portaria outrora publicada,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a COMISSÃO DA OAB EM AÇÃO - COMOA, de acordo com o cargo correspondente, a saber:

I - VITOR EMANUEL MARQUES MARTINS, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.012, como PRESIDENTE da Comissão;

II – MARLA YASMIN DE O. BARBOSA, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 22.777, como VICE-PRESIDENTE da Comissão;

III - NAYARA CAMILA SILVESTRE ALVES, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 20.693, como MEMBRO TITULAR da Comissão;

IV - CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 13.842, como MEMBRO TITULAR da Comissão;

V - MARIA ISABEL SEVERO DE OLIVEIRA SOUZA, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 22.205, como MEMBRO TITULAR da Comissão;

VI - PAULO VINÍCIUS LIMA NASCIMENTO, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.714, como

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MEMBRO TITULAR da Comissão;

VII - **LARYSSA PAULA BEZERRA DE SOUSA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 22.613, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VIII - **PAULO VINICIUS LIMA NASCIMENTO**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.174, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IX - **PEDRO EMÍDIO RAMALHO GOMES BATISTA**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.145, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

X - **ARIANE HOLANDA DA SILVEIRA COSTA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 13.894, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XI - **GLAUBER ALVES DINIZ SOARES**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 3.390, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

Art. 2º. A presente nomeação preenche todos os requisitos estabelecidos no art. 6º, do Regimento Interno das Comissões Temáticas da Subsecção de Mossoró/RN, que estabelece o limite do número de vagas, equidade de representação entre gêneros e o número máximo de comissões que os membros podem integrar de forma simultânea.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2025.

Dê-se ciência.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Mossoró/RN, 25 de junho de 2025.

Klivia Lorena Costa Gualberto

Presidente da OAB – Mossoró/RN

PORTARIA Nº. 045/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSECÇÃO DE MOSSORÓ/RN, KLIVIA LORENA COSTA GUALBERTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 003/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata da criação das comissões temáticas do OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 002/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que dispões sobre o Regimento Interno das Comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, ainda, as normas estabelecidas no Edital n.º 001/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata das inscrições de membros para composição das comissões temáticas;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSIDERANDO, por fim, o que determina o art. 6º, § 1º, do Regimento Interno da OAB Subsecção de Mossoró/RN, bem como, visto a necessidade de nomeação de membros para responder pelas atribuições inerentes às comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR** os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO JURÍDICA,** de acordo com o cargo correspondente, a saber:

I – **HENARA MARQUES DA SILVA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 9.475, como **PRESIDENTE** da comissão;

II - **MAURO ALEXANDRINO MARCIEL DA COSTA**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 21.947, como **VICE-PRESIDENTE** da Comissão;

III - **SUZIANY KATHERINE SANTOS ARAUJO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 19.366, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IV - **MARLA YASMIN DE O. BARBOSA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 22.777, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

V - **HEMILLY HEMILLIANY DA SILVA ARAUJO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 22.888, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VI - **MATHEUS FERNANDES DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 21.709, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

Art. 2º. A presente nomeação preenche todos os requisitos estabelecidos no art. 6º, do Regimento Interno das Comissões Temáticas da Subsecção de Mossoró/RN, que estabelece o limite do número de vagas, equidade de representação entre gêneros e o número máximo de comissões que os membros podem integrar de forma simultânea.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2025.

Dê-se ciência.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Mossoró/RN, 25 de junho de 2025

Klivia Lorena Costa Gualberto

Presidente da OAB – Mossoró/RN

PORTARIA N.º 016/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE MOSSORÓ, KLIVIA LORENA COSTA GUALBERTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 003/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata da criação das comissões temáticas do OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 002/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que dispões sobre o Regimento Interno das Comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, ainda, as normas estabelecidas no Edital n.º 001/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata das inscrições de membros para composição das comissões temáticas;

CONSIDERANDO, por fim, o que determina o art. 6º, § 1º, do Regimento Interno da OAB Subsecção de Mossoró/RN, bem como, visto a necessidade de nomeação de membros para responder pelas atribuições inerentes às comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, a necessidade de alteração, inclusão e/ou exclusão de membros, o que demanda a republicação da portaria outrora publicada,

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR** os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a **COMISSÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO - CODEDIPA,** de acordo com o cargo correspondente, a saber:

I - **TICIANE TEIXEIRA SILVA TORRES**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 7.420, como **PRESIDENTE** da Comissão;

II – **ERIJÉSSICA PEREIRA DA SILVA ARAÚJO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 14920, como **VICE-PRESIDENTE** da Comissão;

III - **FELIPE ANTÔNIO BARROSO ANDRADE MEDEIROS**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.344, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IV - **LÍGIA SILVA DE FRANÇA BRILHANTE**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 8.667, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

V - **BIANCA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA MOURA FALCÃO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 20.096, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VI - **NATHALIA CHRISTINA JÁCOME ROLIM DUARTE**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 21.891, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VII - **CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 13.842, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VIII - **VICENTE JOSÉ AUGUSTO JÚNIOR**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 14.631, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IX - **CATARINA CORDEIRO LIMA VITORINO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 8.820, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

X - **FRANCISCA MADALENA DE SOUZA LIMA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 21.644, como

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MEMBRO TITULAR da Comissão;

XI - **ELISSANDRA LOPES TAVARES**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 9.518, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XII - **FRANKLIN JACKSON DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.403, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XIII - **ANDREZA DOS SANTOS PEREIRA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 18.134, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XIV - **ANTÔNIA GLEDESTÔNIA MESQUITA DE OLIVEIRA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 20.084, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XV - **ALAMO CAIO FILGUEIRA FREIRE**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 19.583, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

XVI – **MARLA YASMIN DE OLIVEIRA BARBOSA**, advogada inscrito na OAB/RN Nº. 22.777, **MEMBRO SUPLENTE** da Comissão;

XVII – **ELIAQUIM AMINADABE HAMUL DANTAS RODRIGUES**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 12.510, **MEMBRO SUPLENTE** da Comissão;

XVIII – **FERNANDO LUIZ DE SOUZA,** advogado inscrito na OAB/RN Nº. 23.171, **MEMBRO SUPLENTE** da Comissão;

XIX – **JOEVERTON CORTEZ DE MORAES,** advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.128, **MEMBRO SUPLENTE** da Comissão.

Art. 2º. A presente nomeação preenche todos os requisitos estabelecidos no art. 6º, do Regimento Interno das Comissões Temáticas da Subsecção de Mossoró/RN, que estabelece o limite do número de vagas, equidade de representação entre gêneros e o número máximo de comissões que os membros podem integrar de forma simultânea.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2025.

Dê-se ciência.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Mossoró/RN, 25 de junho de 2025.

Klivia Lorena Costa Gualberto

Presidente da OAB – Mossoró/RN

PORTARIA Nº. 046/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE MOSSORÓ, KLIVIA LORENA COSTA GUALBERTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 003/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata da criação das comissões temáticas do OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 002/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que dispões sobre o Regimento Interno das Comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, ainda, as normas estabelecidas no Edital n.º 001/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata das inscrições de membros para composição das comissões temáticas;

CONSIDERANDO, por fim, o que determina o art. 6º, § 1º, do Regimento Interno da OAB Subsecção de Mossoró/RN, bem como, visto a necessidade de nomeação de membros para responder pelas atribuições inerentes às comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR** os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a **COMISSÃO DE DIREITO IMOBILIÁRIO CONDOMINIAL E NOTARIAL - CODICON,** de acordo com o cargo correspondente, a saber:

I – **CAMILA DE MORAIS LUCENA SALVIANO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 23.111, como **PRESIDENTE** da Comissão;

II – **ALYSON LINHARES DE FREITAS**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 21.278, como **VICE-PRESIDENTE** da Comissão;

III - **MILLENA INGRID DUARTE MONTEIRO**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 18.039, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IV - **MACGAYVER FERNANDES DAMASCENO**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 18.627, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

V - **CONCEIÇÃO FÁVILA MAIA FERNANDES**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 19.665, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VI - **ARIANE HOLANDA DA SILVEIRA COSTA**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 13.894, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão.

Art. 2º. A presente nomeação preenche todos os requisitos estabelecidos no art. 6º, do Regimento Interno das Comissões Temáticas da Subsecção de Mossoró/RN, que estabelece o limite do número de vagas, equidade de representação entre gêneros e o número máximo de comissões que os membros podem integrar de forma simultânea.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2025.

Dê-se ciência.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Mossoró/RN, 25 de junho de 2025

Klivia Lorena Costa Gualberto

Presidente da OAB – Mossoró/RN

PORTARIA Nº. 047/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA

A PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SUBSEÇÃO DE MOSSORÓ, KLIVIA LORENA COSTA GUALBERTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 003/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata da criação das comissões temáticas do OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 002/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que dispões sobre o Regimento Interno das Comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN;

CONSIDERANDO, ainda, as normas estabelecidas no Edital n.º 001/2025-OAB/MRO/PRESIDÊNCIA, que trata das inscrições de membros para composição das comissões temáticas;

CONSIDERANDO, por fim, o que determina o art. 6º, § 1º, do Regimento Interno da OAB Subsecção de Mossoró/RN, bem como, visto a necessidade de nomeação de membros para responder pelas atribuições inerentes às comissões temáticas da OAB, Subsecção de Mossoró/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. **NOMEAR** os (as) advogados (as) abaixo mencionados (as) para compor a **COMISSÃO DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS - COPAP,** de acordo com o cargo correspondente, a saber:

I – **FERNANDA LUCENA DE ALBUQUERQUE**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 6.758, como **PRESIDENTE** da comissão;

II - **BRENO VINÍCIUS DE GÓIS**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 9.583, como **VICE-PRESIDENTE** da Comissão;

III - **ROSINEIDE RAMONE DE MEDEIROS**, advogada inscrita na OAB/RN Nº. 21.292, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

IV- **WLYSSES JOSÉ FILGUEIRAS FERNANDES**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 11.977, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

V - **ALDO ARAÚJO DA SILVA**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 7.620, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

VI **- JOSE FABIO PEREIRA DOS SANTOS MORAIS**, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 17.655, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

VII - **JOEVERTON CORTEZ MORAES,** BRENO VINÍCIUS DE GÓIS, advogado inscrito na OAB/RN Nº. 22.128, como **MEMBRO TITULAR** da Comissão.

Art. 2º. A presente nomeação preenche todos os requisitos estabelecidos no art. 6º, do Regimento Interno das Comissões Temáticas da Subsecção de Mossoró/RN, que estabelece o limite do número de vagas, equidade de representação entre gêneros e o número máximo de comissões que os membros podem integrar de forma simultânea.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2025.

Dê-se ciência.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Mossoró/RN, 25 de junho de 2025

Klivia Lorena Costa Gualberto

Presidente da OAB – Mossoró/RN

CONSELHO SECCIONAL - RIO GRANDE DO SUL

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

ARQUIVAMENTO LIMINAR

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho de arquivamento liminar exarado nos autos:

Processo n. 1101020.00052492/2024-20 – MARIO LAZZARIN (Sem representação nos autos) e MARIA APARECIDA EUZEBIO (Sem representação nos autos) x O.P.A. (Adv. OZIEL PAULINO ALBANO – 113.407A);

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico. O pedido de vista deverá ser requerido através do Portal da Advocacia, mediante cadastro prévio, no site da OAB/RS em https://portal-advocacia.oabrs.org.br/usuario/login?ReturnUrl=%2f.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONTRARRAZÕES

NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES

Processo n. 1101020.00128029/2021-20 – O Tribunal de Ética e Disciplina notifica a OAB EX OFFICIO para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste, apresentar contrarrazões ao recurso interposto no presente processo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

O peticionamento e/ou pedido de vista poderão ser realizados mediante cadastro prévio, através do link: https://portal-advocacia.oabrs.org.br.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES

Processo n. 1100884.00025803/2020-20 – O Tribunal de Ética e Disciplina notifica o Sr. CARLOS BATTISTELLO (Proc. VINICIUS GABRIEL FLORES HOMEM – 77.000) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste, apresentar contrarrazões ao recurso interposto no presente processo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

O peticionamento e/ou pedido de vista poderão ser realizados mediante cadastro prévio, através do link: https://portal-advocacia.oabrs.org.br.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES

Processo n. 1101020.00006318/2020-20 – O Tribunal de Ética e Disciplina notifica a Sra. INES DE ROSSO LEAO (Proc. SERGIO LUIZ DE AVILA – OAB/RS 39.516) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste, apresentar contrarrazões ao recurso interposto no presente processo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

O peticionamento e/ou pedido de vista poderão ser realizados mediante cadastro prévio, através do link: https://portal-advocacia.oabrs.org.br.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100858.00002447/2020-20 – OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x C.R.T.D.P. (Def. Dat. LUCIANE CARISSIMI – OAB/RS 107.370), D.D.S.C. (Def. Dat. LUCIANE CARISSIMI – OAB/RS 107.370) e J.C.D.A.C. (Adv. JORGE CLAUDIO DE ALMEIDA CABRAL – OAB/RS 21.034). DESPACHO: ‘‘Vieram os autos conclusos. Ante o silêncio dos representados, Dr. D.D.S.C. [...]., regularmente notificados para apresentação de razões finais, determino a designação do feito a advogada Dra. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370, visto que essa já atua no processo em epígrafe, logo, para atuar na qualidade de defensora dativa, em patrocínio dos interesses dos representados, nos termos do art. 73, §4º do EAOAB c/c art. 59, §2º do CED. Diligências de estilo.’’

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100858.00002447/2020-20 – OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x C.R.T.D.P. (Def. Dat. LUCIANE CARISSIMI – OAB/RS 107.370), D.D.S.C. (Def. Dat. LUCIANE CARISSIMI – OAB/RS 107.370) e J.C.D.A.C. (Adv. JORGE CLAUDIO DE ALMEIDA CABRAL – OAB/RS 21.034). DESPACHO: ‘‘Vistos. Trata-se de manifestação do representado, Dr. J.C.D.A.C., postulando pela reabertura do prazo para a apresentação das razões finais (ev. 4583777). Visando evitar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

futura alegação de nulidade, defiro a reabertura do prazo estatutário de 15 (quinze) dias úteis para a apresentação das razões finais. Determino, ainda, o prosseguimento da representação, com a continuidade da designação de defensoria dativa ao representado, Dr. D.D.S.C., conforme despacho de ev. 4578886 e termo de compromisso de ev. 4582254. No silêncio do representado, Dr. J.C.D.A.C., aproveite-se a designação de ev. 4578886, com a devida reabertura do prazo legal para a defensora dativa designada. Por fim, uma vez apresentadas as razões finais pelos representados, voltem os autos conclusos para inclusão em pauta. Notifique-se. Cumpra-se com as diligências de estilo.''

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

RAZÕES FINAIS

NOTIFICAÇÃO DE RAZÕES FINAIS

Ficam as partes representadas, notificadas para apresentação de razões finais, nos termos do § 8º, do art. 59 do CED:

Processo n. 1101020.00097912/2023-20 - OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x M.R.S.M. (Def. Dat. CELSO LOPES SEUS - OAB/RS 28.923).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

NOTIFICAÇÃO DE RAZÕES FINAIS

Ficam as partes representadas, notificadas para apresentação de razões finais, nos termos do § 8º, do art. 59 do CED:

Processo n. 1101020.00032375/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x L.C.B. (Adv. LEONARDO CIBILS BECKER – OAB/RS 36.829).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Eletrônico.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

NOTIFICAÇÃO DE RAZÕES FINAIS

Ficam as partes representadas, notificadas para apresentação de razões finais, nos termos do § 8º, do art. 59 do CED:

Processo n. 1101115.00016688/2020-20 – OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x E.A.D.C. (Adv. ELISIANE ALVES DE CASTRO – OAB/RS 69.098).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Porto Alegre, 26 de junho de 2025.

AIRTON RUSCHEL,

Presidente do TED

CACHOEIRINHA

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados para comparecer na sede da Subseção de Cachoeirinha, para tratarem de assunto de seus exclusivos interesses, ou encaminharem solicitação de informações por e-mail para a conta subsecoested@oabrs.org.br, o seguinte advogado:

RAFAEL MARTINS TEIXEIRA – OAB/RS 102.436

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Cachoeirinha, 26 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Flávia Maria Casotti,

Presidente da Subseção de Cachoeirinha

CRUZ ALTA

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

RAZÕES FINAIS

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102477.00067946/2023-20 – OAB EX OFFÍCIO x T.M.D.F. (Proc. RENILSON NOLETO DOS SANTOS - OAB/PI 8.375), P.Z. (Def. Dat. RAIZA LANDFELDT - OAB/RS 128.684) e J.C.B. (Adv. JULEIDES CHIMINAZZO BOMBASSARO - OAB/RS 96591). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Considerando que a Defensora Dativa anteriormente nomeada, não faz mais parte dos quadros desta subseção, designo a advogada, Dra. RAIZA LANDFELDT - OAB/RS 128.684, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar os interesses da representada P.Z., nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Cruz Alta, 26 de junho de 2025.

SANDRA MARCHIONATTI TERRA,

Presidente da Subseção de Cruz Alta.

GUAPORÉ

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo n. 1100893.00021233/2021-20 - Gessé Corrêa Lira (sem representação nos autos) x G.S. (Adv. Giovana Sordi - OAB/RS 67.111).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Guaporé, 26 de junho de 2025.

GABRIELA BORTOLOSO,

Presidente da Subseção de Guaporé

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100893.00021180/2021-20 - OAB EX-OFFÍCIO x P.D.S.A. (Def. Dat. Andrei Tonini - OAB/RS 116.819).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Guaporé, 26 de junho de 2025.

GABRIELA BORTOLOSO,

Presidente da Subseção de Guaporé

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100893.00020249/2021-20 - OAB EX-OFFÍCIO x G.S. (Adv. Giovana Sordi - OAB/RS 67.111).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Guaporé, 26 de junho de 2025.

GABRIELA BORTOLOSO,

Presidente da Subseção de Guaporé

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

LAJEADO

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

RAZÕES FINAIS

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102481.00071502/2022-20 – MARILENE DA SILVA (sem representação nos autos) x R.A.D.C. (Def. Dat. LUCIANE CARISSIMI - OAB/RS 107.370). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Ante a ausência de manifestação do representado R.A.D.C., designo a advogada, Dra. LUCIANE CARISSIMI - OAB/RS 107.370, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar os interesses do representado, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Lajeado, 26 de junho de 2025.

RONALDO JOSÉ ECKHARDT

Presidente da Subseção de Lajeado.

MARAU

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo 1100903.00019025/2020-20 - OAB EX OFFÍCIO x D.A.R.V. (Adv. Délio Amaro Rezende Vieira - OAB/RS 94.667A).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Marau, 26 de junho de 2025.

RAFAEL FRANCISCO PASTRE,

Presidente da Subseção de Marau

MONTENEGRO

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

RAZÕES FINAIS

NOTIFICAÇÃO DE RAZÕES FINAIS

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102482.00031765/2023-20 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE FLORESTA MONTENEGRINA (Sem representação nos autos) x G.B. (Def. Dat. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Ante a ausência de manifestação do representado G.B., designo a advogada, Dra. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa do representado, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Montenegro, 26 de junho de 2025.

VINICIUS KIRSTEN

Presidente da Subseção de Montenegro.

PELOTAS

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados acerca do despacho exarado nos autos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo n. 1102484.00025680/2025-20 – ANGELITA DE OLIVEIRA MACEDO (Sem representação nos autos) x M.L.M. (Adv. Márlon Langmantel Mielke – OAB/RS 84639). DESPACHO: Apresentada a defesa prévia, passa-se a` fase de saneamento do processo, razão pela qual declaro aberta a instrução processual, determinando a notificação do Representado para que se manifeste acerca do interesse da produção de outras provas, em especial a prova oral.

O prazo para manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior a publicação do presente Edital. Pedidos de vista, peticionamentos e juntadas de documentos deverão ser protocolados no Portal da Advocacia – OAB/RS, no site https://portal-advocacia.oabrs.org.br

Pelotas, 26 de junho de 2025.

VICTOR DE ABREU GASTAUD,

Presidente da Subseção de Pelotas

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102484.00091012/2024-20 – VANESSA MACHADO MORAES (Sem representação nos autos) x L.B.V. (Defensor Dativo Alberto Gehrke – OAB/RS 102483). DESPACHO: Apresentada a defesa prévia, passa-se a` fase de saneamento do processo, razão pela qual declaro aberta a instrução processual, determinando a notificação da parte Representada para que se manifeste acerca do interesse da produção de outras provas, em especial a prova oral.

O prazo para manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior a publicação do presente Edital. Pedidos de vista, peticionamentos e juntadas de documentos deverão ser protocolados no Portal da Advocacia – OAB/RS, no site https://portal-advocacia.oabrs.org.br

Pelotas, 26 de junho de 2025.

VICTOR DE ABREU GASTAUD,

Presidente da Subseção de Pelotas

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102484.00006058/2025-20 – OAB EX-OFFICIO x T.L.D.C. (Adv. Tiago Lima de Caldas – OAB/RS 117365). DESPACHO: Dê-se vista ao representado do despacho retro e da resposta da DPCA ao ofício expedido.

O prazo para manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior a publicação do presente Edital. Pedidos de vista, peticionamentos e juntadas de documentos deverão ser protocolados no Portal da Advocacia – OAB/RS, no site https://portal-advocacia.oabrs.org.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pelotas, 26 de junho de 2025.

VICTOR DE ABREU GASTAUD,

Presidente da Subseção de Pelotas

RIO GRANDE

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

ARQUIVAMENTO LIMINAR

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho de arquivamento liminar exarado nos autos:

Processo n. 1102192.00047693/2023-20 – FLAVIA GARCIA BARROS (Adv. FLAVIA GARCIA BARROS – OAB/RS 107.011) x G.S.D.O (Adv. GABRIEL SCHWOCHOW DE OLIVEIRA – OAB/RS 52E415), L.C.S. (sem representação nos autos) e E.D.V.S. (Adv. EGAS DE VASCONCELOS SCHWOCHOW - OAB/RS 15.329). DESPACHO: Avoco os autos para exame. Em detida análise, verifica-se evidente equívoco processual no tocante à instauração do processo disciplinar em desfavor da representada L.C.S., pois, conforme se depreende da ficha cadastral acostada ao ev. 4439089, a sua situação cadastral encontra-se cancelada, desde 11/6/2019, ou seja, data anterior ao protocolo da representação. Sendo assim, identifica-se, ainda que de forma tardia, a ausência de um pressuposto formal de admissibilidade. Isso posto, torno sem efeito a instauração, tão somente, em relação à representada L.C.S., com o consequente ARQUIVAMENTO LIMINAR da representação, nos termos do art. 58, §4º do CED, devendo o feito prosseguir em relação aos demais representados. Notifiquem-se. Decorrido o prazo o legal, reautue-se o feito, para constar da autuação o arquivamento liminar. Após, voltem conclusos inclusão em pauta de audiência de instrução. Cumpra-se com as diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico. O pedido de vista deverá ser requerido através do Portal da Advocacia, mediante cadastro prévio, no site da OAB/RS em https://portal-advocacia.oabrs.org.br/usuario/login?ReturnUrl=%2f.

Rio Grande, 26 de junho de 2025.

ARY SILVA JUNIOR,

Presidente da Subseção de Rio Grande.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SANTA CRUZ DO SUL

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

NOTIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Notifica(m)-se o(s) advogado(s) a seguir relacionado(s) para tomar(em) conhecimento da realização de audiência de instrução que se realizará de forma híbrida, as partes poderão comparecer na sede da Subseção, situada no seguinte endereço: Rua Ernesto Alves, n° 626, ou através da plataforma zoom, nas datas e horários indicados:

Processo n. 1100923.00094089/2021-20 - GUSTAVO POSSER DE MORAES (Procs. JAQUELINE HAMESTER DICK – OAB/RS 53215, CRISTIANE REGINA BIRK – OAB/RS 55670, ANA CLAUDIA WEGNER – OAB/RS 91423, DAIANA ROSA DA SILVA – OAB/RS 72769, GABRIELLE FRANCO – OAB/RS 95525, LILIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO – OAB/RS 50904, RAFAELLA MOHR – OAB/RS 70857 e INAE SCHNEIDER HERMES – OAB/RS 128938) x P.H.M.T. (Adv. PAULO HENRIQUE MORAES TOSCA – OAB/RS 74774) - Em 07/08/2025, às 14h.

Adverte-se que a responsabilidade do comparecimento das testemunhas é de quem as arrolou, nos termos do artigo 59, §4º do Código de Ética e Disciplina, salvo as exceções previstas em lei. Em caso de participação virtual será encaminhado ao endereço eletrônico das partes, com 24 horas de antecedência, o link de acesso à sala virtual para realização do ato instrutório. Nos processos com testemunhas arroladas, estas deverão ser ouvidas na presença do advogado, que se responsabilizará pelos dados de acesso à videoconferência, comprometendo-se solidariamente com as testemunhas em preservar o sigilo do art. 72, §2º do EAOAB.

Santa Cruz do Sul, 26 de junho de 2025.

Manuela Braga,

Presidente da Subseção de Santa Cruz do Sul

CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados para comparecer na sede da Subseção de Santo Ângelo, para tratarem de assunto de seus exclusivos interesses, ou encaminharem solicitação de informações por e-mail para a conta subsecoested@oabrs.org.br, o seguinte advogado:

GILBERTO BERNARDES KLEIN – OAB/RS 85.427

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Santo Ângelo, 26 de junho de 2025,

LUCIANA CLAUDETE MEIRELLES CORREA,

Presidente da Subseção de Santo Ângelo.

SANTA MARIA

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

NOTIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Notifica(m)-se o(s) advogado(s) a seguir relacionado(s) para tomar(em) conhecimento da realização de audiência de instrução que se realizará de forma presencial, na sede desta Subseção, situada no seguinte endereço: Rua Alameda Buenos Aires, 323 - Nossa Senhora das Dores.

Processo n. 1102194.00026537/2022-20 - Pedro Wellington da Costa do Rosário (Sem representação nos autos) x C.I.D.C. (Def. Dat. Luciane Carissimi – OAB/RS 107.370), em 28/08/2025, às 15h00.

Adverte-se que a responsabilidade do comparecimento das testemunhas é de quem as arrolou, nos termos do artigo 59, §4º do Código de Ética e Disciplina, salvo as exceções previstas em lei.

Santa Maria, 26 de junho de 2025.

JULIANE MULLER KORB,

Presidente da Subseção

SÃO LUIZ GONZAGA

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100940.00140702/2021-20 - OAB EX OFFÍCIO x V.W. (Def. Dat. Andressa Barcelos Moreira - OAB/RS 122.267). DESPACHO: Avoco os presentes autos para reexame. Compulsando os autos, verifiquei que, após o exame de admissibilidade (ev. 0997832, pág. 72) não houve a devida instauração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

processual, conforme preconiza o art. 58, §4º do CED. Sendo assim, com o intuito de evitar futura e eventual arguição de nulidade, acolho o parecer lançado no ev. 0997832, pág. 72, e, no uso das atribuições legais a mim conferidas pelo art. 58, §4º do Código de Ética e Disciplina da OAB, DECLARO INSTAURADO o presente processo ético-disciplinar em desfavor do advogado Dr. V.W. Não obstante, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas, aproveitam-se todos os atos praticados até o momento. Notifiquem-se as partes, apenas, para ciência (...)

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

São Luiz Gonzaga, 26 de junho de 2025.

DIONES RODRIGO FERNANDES OLIVEIRA,

Presidente da Subseção de São Luiz Gonzaga

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100940.00094587/2021-20 - Fernanda Da Silva (sem representação nos autos) x M.B.M. (Adv. Marcel Brum Milani - OAB/RS 63.232). DESPACHO: Avoco os presentes autos para reexame. Compulsando os autos, verifiquei que, após o exame de admissibilidade (ev. 1886798) não houve a devida instauração processual, conforme preconiza o art. 58, §4º do CED. Sendo assim, com o intuito de evitar futura e eventual arguição de nulidade, acolho o parecer lançado no ev. 1886798, e, no uso das atribuições legais a mim conferidas pelo art. 58, §4º do Código de Ética e Disciplina da OAB, DECLARO INSTAURADO o presente processo ético-disciplinar em desfavor do advogado Dr. M.B.M.. Não obstante, em respeito ao princípio da instrumentalidade das formas, aproveitam-se todos os atos praticados até o momento. Notifiquem-se as partes, apenas, para ciência(...)

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

São Luiz Gonzaga, 26 de junho de 2025.

DIONES RODRIGO FERNANDES OLIVEIRA,

Presidente da Subseção de São Luiz Gonzaga

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1100940.00138153/2021-20 - OAB EX OFFÍCIO x I.A.M.D.S. (Def. Dat. Luciane Carissimi -

OAB/RS 107.370).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

São Luiz Gonzaga, 26 de junho de 2025.

DIONES RODRIGO FERNANDES OLIVEIRA,

Presidente da Subseção de São Luiz Gonzaga

SÃO SEPÉ

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

ARQUIVAMENTO LIMINAR

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho de arquivamento liminar exarado nos autos:

Processo n. 1104736.00114154/2023-20 - Angelli De Oliveira Machado (sem representação nos autos) e Edila Machado De Oliveira (sem representação nos autos) x G.C.M. (Adv. Guilherme Costa Motta - OAB/RS 77.587).

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico. O pedido de vista deverá ser requerido através do Portal da Advocacia, mediante cadastro prévio, no site da OAB/RS em https://portal-advocacia.oabrs.org.br/usuario/login?ReturnUrl=%2f.

São Sepé, 26 de junho de 2025.

LUCIANA PICADA GAZEN,

Presidente da Subseção de São Sepé

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

TAQUARI

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1104744.00094608/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO x T.P. (Def. Dat. Márcia Maria Rosa Piovesan – OAB/RS 124.602). DESPACHO: (...) Ante a ausência de manifestação da representada T.P., designo a advogada, Dra. Márcia Maria Rosa Piosevan – OAB/RS 124.602, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa da representada, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Taquari, 26 de junho de 2025

CASSIANE SILVEIRA LOPES

Presidente da Subseção de Taquari

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1104744.00082798/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO x T.P. (Def. Dat. Márcia Maria Rosa Piovesan – OAB/RS 124.602). DESPACHO: (...) Ante a ausência de manifestação da representada T.P., designo a advogada, Dra. Márcia Maria Rosa Piosevan – OAB/RS 124.602, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa da representada, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Taquari, 26 de junho de 2025

CASSIANE SILVEIRA LOPES

Presidente da Subseção de Taquari

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1104744.00081426/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO x T.P. (Def. Dat. Márcia Maria Rosa Piovesan – OAB/RS 124.602). DESPACHO: (...) Ante a ausência de manifestação da representada T.P., designo a advogada, Dra. Márcia Maria Rosa Piosevan – OAB/RS 124.602, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa da representada, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Taquari, 26 de junho de 2025

CASSIANE SILVEIRA LOPES

Presidente da Subseção de Taquari

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1104744.00081154/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO x T.P. (Def. Dat. Márcia Maria Rosa Piovesan – OAB/RS 124.602). DESPACHO: (...) Ante a ausência de manifestação da representada T.P., designo a advogada, Dra. Márcia Maria Rosa Piosevan – OAB/RS 124.602, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa da representada, nos termos do art. 73, §4º, do EAOAB c/c art. 59, §2º, do CED.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Taquari, 26 de junho de 2025

CASSIANE SILVEIRA LOPES

Presidente da Subseção de Taquari

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

TRAMANDAÍ

Rio Grande do Sul, data da disponibilização: 26/06/2025

SUBSEÇÃO

DESPACHO

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1101020.00100777/2023-20 – Jéssica Prestes da Fontoura (Proc. Ana Luiza Santos de Mello - OAB/RS 125.179, Proc. Nilton Beck Muradas Junior - OAB/RS 74.439) x D.P.F. (Adv. Daniel Paulo Fontana - OAB/RS 35.057), J.R.P.M. (Def. Dat. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370) e N.R.M.D.V. (Def. Dat. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Ante a ausência de manifestação dos representados J.R.P.M. e N.R.M.D.V., regularmente notificados, para apresentação de defesa prévia, designo a advogada, Dra. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa dos representados, nos termos do art. 73, §4º do EAOAB c/c art. 59, §2º do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Tramandaí, 26 de junho de 2025.

Tiago dos Reis Francisco,

Presidente da Subseção de Tramandaí

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1102489.00002274/2024-20 – Maria Zoe Baltazar (Proc. Jacqueline Azambuja da Silva - OAB/RS 110.102) x J.R.P.M. (Def. Dat. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Ante a ausência de manifestação do representado J.R.P.M., regularmente notificado, para apresentação de defesa prévia, designo a advogada, Dra. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa do representado, nos termos do art. 73, §4º do EAOAB c/c art. 59, §2º do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Tramandaí, 26 de junho de 2025.

Tiago dos Reis Francisco,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da Subseção de Tramandaí

NOTIFICAÇÃO DESPACHO

Ficam notificados para manifestação acerca do despacho exarado nos autos:

Processo n. 1101020.00005394/2024-20 – OAB EX OFFÍCIO da Seccional do Rio Grande do Sul x J.R.P.M. (Def. Dat. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370). DESPACHO: Vieram os autos conclusos. Ante a ausência de manifestação do representado J.R.P.M., regularmente notificado, para apresentação de defesa prévia, designo a advogada, Dra. Luciane Carissimi - OAB/RS 107.370, sorteada através do sistema, na qualidade de defensora dativa, para patrocinar a defesa do representado, nos termos do art. 73, §4º do EAOAB c/c art. 59, §2º do CED. Diligências de estilo.

O prazo para qualquer manifestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

Tramandaí, 26 de junho de 2025.

Tiago dos Reis Francisco,

Presidente da Subseção de Tramandaí

CONSELHO SECCIONAL - RONDÔNIA

Rondônia, data da disponibilização: 26/06/2025

COMISSÃO ELEITORAL

DESPACHO

DESPACHO – COMISSÃO ELEITORAL.

Processo: 22.0000.2024.008349-6

Representante(s): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB/RO 2827

Procurador: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB/RO 5565

Procurador: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE OAB/RO 6175

Representado(a/s): EURICO SOARES MONTENEGRO NETO OAB/RO 1742

Procurador: EDIRLEI BARBOZA PEREIRA DE SOUZA OAB/RO 13635

Procurador: JACSON DA SILVA SOUSA OAB/RO 6785

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Procurador: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO OAB/RO 4149

I – Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Chapa “JUNTOS AVANÇAMOS” sob o argumento de omissão na publicação da ata da sessão de julgamento.

Verifica-se, entretanto, que após a interposição dos embargos, a ata foi devidamente juntada e publicada nos autos, contendo a íntegra da deliberação colegiada.

II – Da Perda Superveniente de Objeto

A publicação da ata sanou qualquer alegada omissão e tornou insubsistente a insurgência manifestada. Nos termos do art. 2º, § 2º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, os Embargos de Declaração devem se restringir a vícios formais da decisão (omissão, obscuridade, contradição ou erro material). Ausente qualquer desses vícios, e considerando que a motivação do julgado foi amplamente publicada, os embargos perderam seu objeto.

Nos termos do Provimento nº 222/2023-CFOAB e das diretrizes emanadas da Comissão Nacional Eleitoral, esgotada a função decisória desta Comissão Eleitoral Seccional, qualquer inconformismo residual deve ser encaminhado ao Conselho Seccional da OAB/RO, órgão competente para análise recursal.

III – Dos Prazos no Processo Eleitoral da OAB

Ressalte-se que os prazos eleitorais, inclusive para apresentação de defesa, interposição de recursos e manifestações incidentais, seguem o disposto no art. 2º, § 1º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, sendo contados em dias corridos, sem suspensão nos finais de semana ou feriados.

“Art. 2º, § 1º: Os prazos previstos neste Provimento serão contados em dias corridos, salvo

disposição expressa em contrário.”

Tal sistemática visa garantir a celeridade e efetividade do processo eleitoral, como já pacificado pelo Conselho Federal da OAB. Alegações baseadas em contagem diversa carecem de amparo normativo e não geram nulidade, salvo se demonstrado prejuízo processual inequívoco — o que não se verifica no presente caso.

IV – Dispositivo

Diante do exposto:

1. Declaro prejudicados os Embargos de Declaração, por perda superveniente de objeto;

Ratifico a regularidade da contagem dos prazos conforme a sistemática de dias corridos prevista no

Provimento nº 222/2023-CFOAB;

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Regiane Teixeira Struckel

Presidente da Comissão Eleitoral

DESPACHO – COMISSÃO ELEITORAL.

Processo: 22.0000.2024.008404-6

Representante (s): EURICO SOARES MONTENEGRO NETO OAB/RO 1742

Procurador: EDIRLEI BARBOZA PEREIRA DE SOUZA OAB/RO 13635

Procurador: JACSON DA SILVA SOUSA OAB/RO 6785

Procurador: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO OAB/RO 4149

Representado (as): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB/RO 2827

Procurador: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB/RO 5565

Procurador: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE OAB/RO 6175

I – Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Chapa "OAB PARA TODOS" sob o argumento de omissão na publicação da ata da sessão de julgamento.

Verifica-se, entretanto, que após a interposição dos embargos, a ata foi devidamente juntada e publicada nos autos, contendo a íntegra da deliberação colegiada.

II – Da Perda Superveniente de Objeto

A publicação da ata sanou qualquer alegada omissão e tornou insubsistente a insurgência manifestada. Nos termos do art. 2º, § 2º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, os Embargos de Declaração devem se restringir a vícios formais da decisão (omissão, obscuridade, contradição ou erro material). Ausente qualquer desses vícios, e considerando que a motivação do julgado foi amplamente publicada, os embargos perderam seu objeto.

Nos termos do Provimento nº 222/2023-CFOAB e das diretrizes emanadas da Comissão Nacional Eleitoral, esgotada a função decisória desta Comissão Eleitoral Seccional, qualquer inconformismo residual deve ser encaminhado ao Conselho Seccional da OAB/RO, órgão competente para análise recursal.

III – Dos Prazos no Processo Eleitoral da OAB

Ressalte-se que os prazos eleitorais, inclusive para apresentação de defesa, interposição de recursos e manifestações incidentais, seguem o disposto no art. 2º, § 1º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, sendo contados em dias corridos, sem suspensão nos finais de semana ou feriados.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

“Art. 2º, § 1º: Os prazos previstos neste Provimento serão contados em dias corridos, salvo

disposição expressa em contrário.”

Tal sistemática visa garantir a celeridade e efetividade do processo eleitoral, como já pacificado pelo Conselho Federal da OAB. Alegações baseadas em contagem diversa carecem de amparo normativo e não geram nulidade, salvo se demonstrado prejuízo processual inequívoco — o que não se verifica no presente caso.

IV – Dispositivo

Diante do exposto:

1. Declaro prejudicados os Embargos de Declaração, por perda superveniente de objeto;

2. Ratifico a regularidade da contagem dos prazos conforme a sistemática de dias corridos prevista no Provimento nº 222/2023-CFOAB;

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2025.

Regiane Teixeira Struckel

Presidente da Comissão Eleitoral

DESPACHO – COMISSÃO ELEITORAL.

Processo: 22.0000.2024.008349-6

Representante(s): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB/RO 2827

Procurador: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB/RO 5565

Procurador: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE OAB/RO 6175

Representado(a/s): EURICO SOARES MONTENEGRO NETO OAB/RO 1742

Procurador: EDIRLEI BARBOZA PEREIRA DE SOUZA OAB/RO 13635

Procurador: JACSON DA SILVA SOUSA OAB/RO 6785

Procurador: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO OAB/RO 4149

I – Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Chapa “JUNTOS AVANÇAMOS” sob o argumento de omissão na publicação da ata da sessão de julgamento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Verifica-se, entretanto, que após a interposição dos embargos, a ata foi devidamente juntada e publicada nos autos, contendo a íntegra da deliberação colegiada.

II – Da Perda Superveniente de Objeto

A publicação da ata sanou qualquer alegada omissão e tornou insubsistente a insurgência manifestada. Nos termos do art. 2º, § 2º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, os Embargos de Declaração devem se restringir a vícios formais da decisão (omissão, obscuridade, contradição ou erro material). Ausente qualquer desses vícios, e considerando que a motivação do julgado foi amplamente publicada, os embargos perderam seu objeto.

Nos termos do Provimento nº 222/2023-CFOAB e das diretrizes emanadas da Comissão Nacional Eleitoral, esgotada a função decisória desta Comissão Eleitoral Seccional, qualquer inconformismo residual deve ser encaminhado ao Conselho Seccional da OAB/RO, órgão competente para análise recursal.

III – Dos Prazos no Processo Eleitoral da OAB

Ressalte-se que os prazos eleitorais, inclusive para apresentação de defesa, interposição de recursos e manifestações incidentais, seguem o disposto no art. 2º, § 1º, do Provimento nº 222/2023-CFOAB, sendo contados em dias corridos, sem suspensão nos finais de semana ou feriados.

"Art. 2º, § 1º: Os prazos previstos neste Provimento serão contados em dias corridos, salvo

disposição expressa em contrário."

Tal sistemática visa garantir a celeridade e efetividade do processo eleitoral, como já pacificado pelo Conselho Federal da OAB. Alegações baseadas em contagem diversa carecem de amparo normativo e não geram nulidade, salvo se demonstrado prejuízo processual inequívoco — o que não se verifica no presente caso.

IV – Dispositivo

Diante do exposto:

1. Declaro prejudicados os Embargos de Declaração, por perda superveniente de objeto;

2. Ratifico a regularidade da contagem dos prazos conforme a sistemática de dias corridos prevista no

Provimento nº 222/2023-CFOAB;

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2025.

Regiane Teixeira Struckel

Presidente da Comissão Eleitoral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DESPACHO – COMISSÃO ELEITORAL.

Processo: 22.0000.2024.008425-7

Representante (s): EURICO SOARES MONTENEGRO NETO OAB/RO 1742

Procurador: EDIRLEI BARBOZA PEREIRA DE SOUZA OAB/RO 13635

Procurador: JACSON DA SILVA SOUSA OAB/RO 6785

Procurador: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO OAB/RO 4149

Representado (as): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB/RO 2827

Procurador: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB/RO 5565

Procurador: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE OAB/RO 6175

I – Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão desta Comissão Eleitoral Seccional que

reconheceu o descumprimento, por parte do Representado, de ordem expressa de abstenção determinada pela Comissão e aplicou a sanção de multa correspondente a uma anuidade da OAB/RO, com base no art. 20 do Provimento nº 222/2023-CFOAB.

Nos embargos, o Representado alega omissão e contradição, sustentando que não teria tido ciência prévia da ordem de abstenção, e que, portanto, a penalidade aplicada seria indevida.

II – Da Tempestividade

Verifica-se que os embargos foram opostos dentro do prazo legal, nos termos do art. 2º, § 1º do Provimento nº 222/2023-CFOAB. Conheço dos embargos.

III – Da Inexistência de Vícios Sanáveis

O recurso manejado não aponta efetiva obscuridade, omissão, contradição ou erro material na decisão embargada, limitando-se à reiteração de argumentos já analisados por esta Comissão.

A alegação de ausência de ciência da decisão não se sustenta diante da documentação constante nos autos, que comprova a intimação regular da parte, inclusive por meio do sistema de publicações eletrônicas da OAB e juntada nos autos eletrônicos.

Conforme dispõe o art. 1.022 do CPC e o art. 2º, § 2º do Provimento nº 222/2023-CFOAB, os embargos de declaração não se prestam à rediscussão de mérito, tampouco à revisão de fundamentos ou revaloração de provas.

Ressalte-se ainda que, nos termos do Provimento nº 222/2023-CFOAB, os prazos processuais eleitorais são contados em dias corridos, nos exatos termos do art. 2º, § 1º, razão pela qual eventual insurgência quanto à contagem do prazo recursal deve observar a sistemática própria do rito eleitoral.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Esgotada a função decisória desta Comissão Eleitoral Seccional, nos termos do Provimento nº 222/2023-CFOAB, eventual inconformismo com a decisão deve ser dirigido à instância superior competente, qual seja, o Conselho Seccional da OAB/RO, por meio de recurso cabível.

lIV – Dispositivo

Diante do exposto:

1. Conheço dos Embargos de Declaração, por serem tempestivos;

2. Nego-lhes provimento, por inexistência de vícios sanáveis (omissão, obscuridade, contradição ou erro material);

3. Reitero a validade da decisão proferida por esta Comissão Eleitoral;

4. Determino o encaminhamento do feito ao arquivo, ressalvada à parte interessada a faculdade de recorrer ao Conselho Seccional da OAB/RO.

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2025.

Regiane Teixeira Struckel

Presidente da Comissão Eleitoral

DESPACHO – COMISSÃO ELEITORAL.

Processo: 22.0000.2024.007817-4

Requerente (s): MARCIO MELO NOGUEIRA OAB/RO 2827

Procurador: RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA OAB/RO 5565

Procurador: LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE OAB/RO 6175

Representado (as): UELITON FELIPE AZEVEDO DE OLIVEIRA OAB/RO 5176

Procurador: JACSON DA SILVA SOUSA OAB/RO 6785

Procurador: MOACYR RODRIGUES PONTES NETTO OAB/RO 4149

EM RAZÃO DA DECISÃO JUDICIAL, SUSPENDA-SE O FEITO

Porto Velho/RO, 24 de junho de 2025.

Regiane Teixeira Struckel

Presidente da Comissão Eleitoral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SEÇÃO RONDÔNIA – COMISSÃO ELEITORAL

Processo: 22.0000.2024.008081-2

Representante: Márcio Melo Nogueira OAB/RO 2827

Procuradores: Luiz Felipe da Silva Andrade OAB/RO 6175 e Raimisson Miranda de Souza OAB/RO 5565

Representada: Carina Dalla Martha Roma OAB/RO 2612

Procuradores: Moacyr Rodrigues Pontes Netto OAB/RO 4149 e Jacson da Silva Sousa OAB/RO 6785

DECISÃO COLEGIADA

Vistos,

Trata-se de representação com pedido de tutela inibitória em sede liminar em que se sustenta a ocorrência de propaganda eleitoral paga na internet, em descumprimento à regra do provimento n. 222/2023 que veda esta modalidade.

A liminar foi deferida e reforçada.

Não há notícia de descumprimento nem pedido de aplicação de multa.

Considerando o término do período eleitoral, bem como que não há previsão de sanção específica para o ilícito praticado pelos representados, EXTINGUESE O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO por perda superveniente de objeto e falta do interesse na tutela inicialmente almejada.

Considerando a natureza colegiada desta decisão, eventual recurso interposto será de competência do Conselho Seccional sem efeito suspensivo, conforme previsto no §12 do art. 24 do Provimento n. 222/2023, devendo ser certificada a tempestividade antes da remessa à Secretaria-Geral do Conselho.

Porto Velho, 13 de março de 2025.

REGIANE T STRUCKEL

Presidente

PAULO CÉSAR PIRES ANDRADE

Vice-Presidente

PAULO ROGÉRIO JOSÉ

Membro

GÉNUSIA FREITAS DE OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Membro

SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

EDITAL

COMUNICADO DE CANCELAMENTO – SETOR DE SELEÇÃO DE HABILITAÇÃO.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE RONDÔNIA

COMUNICADO nº 001/2025/SSH

Edital de cancelamento

A Ordem dos Advogados do Brasil, em Rondônia, com base nos termos do Art. 11 da Lei 8.906/94 EAOAB, **comunica aos interessados, as autoridades em geral e a quem possa interessar o CANCELAMENTO** das inscrições dos (as) advogados (as) abaixo relacionados:

RAFAEL HERMÍZIO DE SOUZA REGO OAB/RO 8791

MATHEUS ISRAEL SANTOS SENA DIAS OAB/RO 14877

MARCIO IRINEU DA SILVA OAB/RO 14738

EBENÉZER DONADON GARDINI - OAB/RO 10.530

PATRÍCIA SAMIA SOARES - OAB/RO 10710

ALFREDO PIMENTEL SILVA SANTOS - OAB/RO 13.325

JULIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA OAB/RO 9703

ERIKA DE NAZARE PONTES DE MELO OAB/RO 5672

CAMILA CRAVEIRO VAZ - OAB/RO 12402

ALEX FERNANDES DA SILVA OAB/RO 11562

ILIDIA LUZIA CANDIDO DE MARCO VERTELO - OAB/RO 11788

DAIANE BARROSO INHAQUITES - OAB/RO 7174

JULIANA BUSSADE MONTEIRO DE BARROS - OAB/RO 13243

ANDRE DA COSTA RIBEIRO - OAB/RO 9779

PAULO FELIPE SILVA RIBEIRO - OAB/RO 9547

PATRICIA SILVA DOS SANTOS - OAB/RO 12633

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MARCIO SANTANA BATISTA - OAB/RO 11049

SILVANIA BISSOLI ALVES - OAB/RO 5393

RAFAEL LUZ DE ALBUQUERQUE OAB/RO 9138

DANIELE LOPES SILVEIRA - OAB/RO 12876

AMANDA NUNES MARACAIPE OAB/RO 13.215

MONICA NAVARRO NOGUEIRA DA SILVA - OAB/RO 77-B

KÉSIA SILVA OLIVEIRA - OAB/RO 14596

MARCIA CONCEICAO ALVES DINAMARCO OAB/RO 14360

LUIS TIAGO FERNANDES KLIEMANN OAB/RO 4698

LARISSA GÓES TEIXEIRA ORLANDO - OAB/RO 10751

VICTOR AUGUSTO OLIVEIRA CARVALHO LOURA - OAB/RO 12955

ADRIÉLY ALINE GONÇALVES E SOUSA - OAB/RO 10129

FELIPE NOBREGA ROCHA - OAB/RO 5849

MARCELO MIGUEL SOARES GARCIA - OAB/RO 7189

LUIZ FELIPE DE SOUZA AMARAL OAB/RO 3794

HELOISA CORREIA RODRIGUES - OAB/RO 8274

WALQUÍRIA DO PRADO NOGUEIRA DE LIMA - OAB/RO 14468

MARILENE CHIANCA DE MORAIS OAB/RO 5135

CAMILA VALERA REIS HENRIQUE - OAB/RO 13779

MATEUS PAVÃO - OAB/RO 6218

LAIANA OLIVEIRA MELO - OAB/RO 4906

TAYNA LEMOS DE LIMA - OAB/RO 14622

WATSON MUELLER - OAB/RO 2835

DAIANI TACILIA DO CARMO - OAB/RO 11926

VINICIUS DE PAULA VIEIRA - OAB/RO 3517

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SABRINA DE FREITAS RODRIGUES - OAB/RO 10922

THIAGO TORRES SOARES - OAB/RO 10778

VANDERLI BARBOSA AMAECING - OAB/RO 4105

PATRICK SHARON DOS SANTOS - OAB/RO 11496

PAULO VINICIUS SILVA GORAIB OAB/RO 11224

PAULA CAMILA ZAMPIERI DA SILVA - OAB/RO 13648

ALLYSON RODRIGO FERREIRA RODRIGUES OAB/RO 7049

MARINA SANTANA DE OLIVEIRA - OAB/RO 10256

JOÃO DIAS DE SOUSA NETO - OAB/RO 5012

VANESSA CRISTINE DA SILVA - OAB/RO 13178

LAURA AGRIFOGLIO VIANNA OAB/RO 12959

GABRIEL HERNANDEZ COIMBRA DE BRITO - OAB/RO 9057

CLEVERTON REIKDAL OAB/RO 6688

ALDAIR BRUSQUI JUNIOR - OAB/RO 7908

JOSE LAURO SEIXAS LIMA - OAB/RO 14412

CARLOS ALEXANDRE CHAVES DA SILVA - OAB/RO 12575

ADRIANA PIGNANELI DE ABREU - OAB/RO 5403

YURI RAFAEL ROCHA ARAÚJO - OAB/RO 14001

FELIPE GARCIA MACHADO DA COSTA - OAB/RO 12898

ADRIANA TABOSA VALERIO - OAB/RO 4441

OTACILIA GONÇALVES DA CRUZ OAB/RO 5208

HERBERT DOS ANJOS KRUTSCH - OAB/RO 10016

LUIS FELIPE LIMA SILVA - OAB/RO 12130

FERNANDA MOREIRA FONTENELE OAB/RO 13799

JOSE ITALO OLIVEIRA DOS SANTOS OAB/RO 12337

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

LARISSA ALICE FRANÇA DA SILVA - OAB/RO 11812

ISABELLA VITÓRIA RODRIGUES OAB/RO 14702

INDIANARA POLEIS - OAB/RO 9519

JANAYNA ALVES BATISTA – OAB/RO 2166

FERNANDO PASINATO DA SILVA - OAB/RO 13731

ARIANE ZANETTE FERREIRA - OAB/RO 8633

THAIS KAGHOFER ROSNE OAB/RO 14750

ARTHUR LÔBO BRAGA - OAB/RO 9368

GILSON VITOR CRISPIM MOTA OAB/RO 13980

JANAÍNA GUARACIARA MENDES DA SILVA - OAB/RO 5997

VICTÓRIA CAMARA MELO - OAB/RO 13430 FILIPE DE ALMEIDA COSTA

Dê-se ciência e registre-se.

Porto Velho/RO, 25 de junho de 2025.

Nelson Maciel

Secretário-geral

PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE MANIFESTAÇÃO –- TED.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECÇÃO DE RONDÔNIA

MANIFESTAÇÃO

Processo n. 22.0000.2025.002452-8. **Representado:** J. P. R. **Procurador (a)** JOÃO PAULO GOMES ROLIM - OAB/PB 23847. **Representado:** J. S. R. J. **Procurador (a)**: JOAQUIM DE SOUZA ROLIM JÚNIOR - OAB/PB 11146. **Representado:** T.N.F.M. **Procurador (a)**: TALITA NASCIMENTO FERNANDES DE MACEDO - OAB/RN 6136. **Representante:** C. O. R. **Procurador (a)**: CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB/TO N. 10.073. De Ordem do senhor(a) relator(a) pelo presente Edital, NOTIFICAMOS o(a) Senhor(a) advogado(a), acima na qualidade de Procurador(a), nos autos do processo em epígrafe, para que, querendo, no prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da publicação deste Edital de acordo com o Artigo 69 do Estatuto da Advocacia e da OAB e Legislação Complementar. **A manifestação**, poderá

ser protocolada na sede da OAB/RO, pelo e-mail: tribunaldeetica@oab-ro.org.br ou via Peticionamento eletrônico: https://www.oab-ro.org.br/peticionamento-eletronico/. A cópia digitalizada dos autos poderá ser obtida mediante solicitação encaminhado ao e-mail: tribunaldeetica@oab-ro.org.br. Dúvida: 69 3217-2123(ligação) ou 69 3217-2100 (whats app).

EDITAL DE MANIFESTAÇÃO PROPOSTA TAC–- TED.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE RONDÔNIA

Edital de Manifestação de interesse em TAC

Processo N. 22.0000.2021.004102-1. Representado(a): C. N. P. S. **Procurador(a):** Camila Nayara Pereira Santos - OAB/RO 6779. De Ordem do senhor(a) relator(a) pelo presente Edital, NOTIFICAMOS o(a) Senhor(a) advogado(a), acima na qualidade de Procurador(a), nos autos do processo em epígrafe, para que, querendo**, no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar do próximo dia útil da publicação deste Edital, nos termos do Artigo 69 § 2º da Lei 8.906/94. **Para que, querendo, assine o termo de Ajustamento de Conduta (TAC),** de acordo com o despacho da relatora **ID#11155915.** em conformidade com os artigos: 87 a 93 do código de Ética e Disciplina de Rondônia. Para ter acesso a integra dos autos acesse o Peticionamento eletrônico: https://www.oab-ro.org.br/peticionamento-eletronico/ A manifestação, poderá ser protocolada na sede da OAB/RO, ou via e-mail: protocolo@oba-ro.org.br / tribunaldeetica@oab-ro.org.br ou via sistema de peticionamento eletrônico. Dúvidas: ligação: 3217-2123 ou via whtas app 3217-2100 opção 03 e opção 06

CONSELHO SECCIONAL - SANTA CATARINA

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 2400/2025

O **Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), pelo Regulamento Geral e pelo art. 58, incisos XX e XXIII, do Regimento Interno da OAB/SC;

O **Diretor Tesoureiro da OAB/SC**, no exercício das competências atribuídas pelo art. 104 do Regulamento Geral e pelo art. 62 do Regimento Interno da OAB/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a especialização na condução dos trabalhos relativos à governança financeira da Seccional;

CONSIDERANDO a atribuição conferida à Tesouraria Adjunta de auxiliar a Tesouraria em todas as atividades relacionadas à gestão de patrimônio da OAB/SC (art. 63 do Regimento Interno da OAB/SC);

RESOLVEM:

Art. 1º Delegar à Tesoureira Adjunta da OAB/SC a condução dos trabalhos técnicos e operacionais relacionados à elaboração, coordenação e acompanhamento:

I – das normas internas de governança financeira da OAB/SC;

II – do Plano Plurianual da gestão;

III – da Proposta Orçamentária anual;

IV – da Prestação de Contas da gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico da OAB/SC.

Registre-se.

Publique-se.

Florianópolis, 25 de junho de 2025.

JULIANO MANDELLI MOREIRA

Presidente

JEAN LEOMAR PEREIRA

Diretor Tesoureiro

CONSELHO PLENO

DESPACHO

PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO

A Primeira Turma Julgadora do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina notifica o(a) Advogado(a) Marcelo Saccardo Branco (OAB/SC 22514), procurador do Diretorio Municipal do Partido dos Trabalhadores de Itajaí – Presidente Sr. Gerd Klotz e o(a) Advogado(a) Maria do Carmo de Oliveira Silva (OAB/SP 341880), procuradora de L.M.F. (Liliane Mayre Fontenele (OAB/SC 22780), defensor dativo Matheus Wiggers Meurer (OAB/SC 50198), para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital, manifestarem-se acerca do seguinte despacho juntado nos autos de processo de representação 89/2023:*"DESPACHO Trata-se de recurso interposto pelo Recorrente contra decisão do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC proferida em 22/05/2023, decisão esta que determinou o arquivamento liminar da representação ético disciplinar processada em desfavor da Recorrida. Verifica-se a juntada de novos documentos aos autos pela parte representante/recorrente, sendo necessária a retirada de pauta e a abertura de prazo para que a representada/recorrida possa se manifestar, oportunizando assim o devido contraditório. Também verifico que a parte representante/recorrente não está devidamente representada nos autos e, por se tratar de vício sanável, é necessária a abertura de prazo para regularização da sua representação. Ante o exposto, determino a retirada de pauta e a abertura de prazo de 15 dias úteis para que a parte representada/recorrida possa se manifestar sobre os documentos juntados. No mesmo prazo, deverá a parte representante/recorrente regularizar a sua representação nos autos, sob pena de reconhecimento da preliminar arguida pela defesa. Florianópolis/SC, 24 de junho de 2025. Marco Antonio Souza Arruda, Conselheiro Relator."* Recursos ou requerimentos deverão ser realizados pelo protocolo

eletrônico no site da OAB/SC. Fotocópia dos autos poderão ser requeridas por email conselho2@oab-sc.org.br.

SESSÃO DE JULGAMENTO

CONVOCAÇÃO.

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, de acordo com o disposto no artigo 30 do Regimento Interno da OAB/SC, notifica pelo presente edital, Advogados e interessados a seguir relacionados, para a **Sessão Ordinária da primeira Turma Julgadora do Conselho Seccional da OAB/SC**, que será realizada de forma **híbrida**, no dia **17 de julho de 2025, a partir das 14 horas**, na Sede da Seccional da OAB/SC, localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4860 - Florianópolis/SC e por videoconferência, oportunidade em que serão julgados recursos e requerimentos apresentados nos processos a seguir relacionados, quando será assegurado às partes o direito de sustentação oral nos casos e prazos previstos no Regimento Interno da OAB/SC. O requerimento para sustentação oral deverá ser encaminhado com **antecedência mínima de 48horas** à Secretaria do Conselho Pleno através do endereço eletrônico: **conselhopleno@oab-sc.org.br** e deverá constar o número dos autos, nome da parte e telefone para contato, conforme a seguinte programação: **17/07/2025 – a partir das 14horas. a) Julgamento de processos: 01) Processo nº 908/2022.** Primeira Vara Federal De Chapecó / R.K.D.S. (Adv. Roni Kostütchenko Da Silva (OAB/SC 43105), por seu procurador Dr. Tulio Marcelo Denig Bandeira (OAB/PR 26713). Relatora Conselheira: **Edenilza Gobbo. Com pedido de vista do Conselheiro Henrique Schuh. OBS 1.:** Os processos administrativos não julgados na sessão para a qual foram inicialmente pautados permanecem na pauta de julgamentos, independentemente de nova notificação ou publicação. **OBS 2.:** O requerimento para pedido de sustentação oral deverá ser novamente encaminhado sempre que o processo for suspenso ou retirado da pauta da sessão e incluído em sessão posterior. **OBS 3.:** A sustentação oral ou participação telepresencial será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, devendo ser habilitada a câmera de vídeo e microfone, sendo de inteira responsabilidade da parte, do interessado ou de seus advogados toda a infraestrutura tecnológica necessária para sua participação na sessão. Em caso de ausência no ambiente virtual até a conclusão do relatório do processo de seu interesse, será desconsiderado o requerimento formulado. **OBS 4.:** As instruções necessárias ao ingresso na sessão virtual ora convocada, visando à sustentação oral ou à participação telepresencial, serão encaminhadas à parte, ao interessado ou a seus procuradores, por qualquer meio de comunicação tecnológico disponível, em até uma hora antes do início da sessão. **OBS 5.:** Os pedidos efetivados não impedem que o processo seja retirado de pauta, nem que a ordem de julgamento seja alterada, a critério do relator ou da presidente da Turma Julgadora. Florianópolis, 25 de junho de 2025. Gisele Lemos Kravchychyn, Presidente da Primeira Turma.

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

ACÓRDÃO

NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

O Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, notifica os Advogados abaixo relacionados, para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital, cumprir o disposto no artigo 76 do EAOAB da Lei 8906/94, (Recurso ao Conselho Seccional). No mesmo prazo, nos casos das decisões em que houver a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (conforme requisitos da Resolução nº 045/2021), a parte interessada, preferindo, pode se manifestar pela celebração do TAC (aplicada às infrações disciplinares puníveis com Censura). Tendo em vista que o processo é digital, os recursos e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo digital da OAB/SC, de acordo com o artigo 2º do Provimento nº 176/2017 do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Conselho Federal: https://servicos.oab-sc.org.br/hbconselhos/pgs/servicosonline.aspx. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ted.oab@oab-sc.org.br e ted.oab1@oab-sc.org.br

Processo de Representação nº 1057/2021. Repte: S. V. V. F. Repdo: L. S. P. (Adv. Lawrence da Silva Pereira - OAB/SC 19754 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Cândido Zimmermann Damásio. **Acórdão nº 036/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE PROVAS. Tendo em vista a inexistência de indícios da prática de ato infracional disciplinar ao Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como ao EAOAB e sendo do acusador o ônus de provar os fatos alegados e não o fez, aplica-se o princípio em dubio pro reo e a representação deve ser julgada improcedente". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Cândido Zimmermann Damásio, Relator.

Processo de Representação nº 439/2022. Repte: M. V. L. J. Repda: L. A. G. (Adv. Lucilene Aparecida Georgetti - OAB/SP 98791 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Jeyson Puel. **Acórdão nº 037/2025**. Ementa: "REPRESENTAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR. DIVULGAÇÃO EM REDES SOCIAIS. TRECHOS DE PEÇA PROCESSUAL E COMENTÁRIOS SOBRE CASO EM ANDAMENTO. AUSÊNCIA DE MERCANTILIZAÇÃO DA PROFISSÃO OU CAPTAÇÃO DE CLIENTELA. FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS DE PUBLICIDADE NA ADVOCACIA PELO PROVIMENTO Nº 205/2021 DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. IMPROCEDÊNCIA. A divulgação por advogado, em redes sociais, de trechos de peça processual e comentários sobre caso em andamento, por si só, não configura infração ética, se ausente a intenção de mercantilizar a profissão ou captar clientela. A conduta deve ser analisada à luz do Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB, que flexibilizou as regras sobre publicidade na advocacia, permitindo a utilização de marketing de conteúdos jurídicos e a publicidade ativa em redes sociais, desde que respeitados os limites éticos da profissão. Representação julgada improcedente". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Jeyson Puel, Relator.

Processo de Representação nº 219/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: J. S. P. (Adv. Jonathan Santos Profeta - OAB/SC 51918, Marcos Paulo Poeta dos Santos - OAB/SC 32364 e Elisa Fani Bayestorff – OAB/SC 67593). Relator: Flávio Schlickmann. **Acórdão nº 038/2025**. Ementa: "INFRAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINAR. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA. INFRAÇÃO ÉTICO DISCIPLINAR NO ARTIGO 34, INCISO XXV, DA LEI N. 8.906/94 CONFIGURADA. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. GRAU DE CULPA ACENTUADO RECONHEDIDO A JUSTIFICAR A PENA IMPOSTA. 1. O fato do Advogado responder a diversos processos criminais, com fortes indícios de autoria e materialidade, especialmente os crimes de integrar organização criminosa e tráfico de drogas, se revela conduta incompatível com a advocacia, a ensejar o reconhecimento da infração ético disciplinar. 2. O grau de culpa acentuado justifica a aplicação da pena de suspensão pelo prazo de 2 (dois) meses em conformidade com o artigo 37, I, §1º, do EAOAB, cumulada com multa correspondente ao valor de 2 (duas) anuidades vigentes, consoante permissivo legal inserto nos artigos 35, IV e 39, e art. 40, § único, A e B do EOAB". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por maioria, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Flávio Schlickmann, Relator.

Processo de Representação nº 237/2020. Repte: A. C. S. (Adv. Alexandra Carvalho Sampaio - OAB/SC 16583). Repdos: C. S. V. e S. Y. I. (Adv. Cláudio Schmidt Vieira - OAB/SC 16477, Saulo Yassumassa Ito - OAB/SC 16294 e Rafaela Fernandes - OAB/SC 58950). Relator do voto vista: Francisco Yukio Hayashi. **Acórdão nº 039/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA

INFRAÇÃO AO ART. 14 DO CÓDIGO DE ÉTICA. MOTIVO PLENAMENTE JUSTIFICÁVEL. O direito à livre escolha do advogado recomenda que as regras éticoprofissionais não sejam interpretadas de modo a obstaculizar irrazoável ou arbitrariamente o legítimo exercício dessa prerrogativa do mandante. O art. 14 do Código de Ética é um enunciado normativo sensível, porque obriga a dar prévio conhecimento ao advogado já constituído antes da substituição do mandatário. Para dar coerência sistêmica a essa obrigação, é necessário interpretar o dispositivo, considerando a totalidade das circunstâncias práticas do caso concreto. REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por maioria, julgar improcedente a representação, nos termos do voto vista do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Francisco Yukio Hayashi, Relator do voto vista.

Processo de Representação nº 368/2021. Repte: S. F. R. (Adv. Styphany Ferreira Rabelo - OAB/SC 50600 e Waldyrson Celso Oliveira Rabelo - OAB/SC 24393). Repda: N. Q. G. (Adv. Neusi de Quadros Grüdtner - OAB/SC 43012). Relator: Paulo Renato Ernandorena. **Acórdão nº 040/2025**. Ementa: "CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA. ADVOGADA SUSPENSA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS. DETERMINAÇÃO DE REASSUMIR O CUIDADO DAS CAUSAS APÓS O PERÍODO DE SUSPENSÃO. NEGATIVA DA PROFISSIONAL SUBSTABELECIDA. UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS ARBITRÁRIOS EM DETRIMENTO DAS VIAS LEGAIS. TUMULTO PROCESSUAL. PREJUÍZO AOS CONSTITUINTES. ATUAÇÃO EM SÉRIE. REPERCUSSÃO NEGATIVA. ANTECEDENTES DESFAVORÁVEIS. COMPORTAMENTO INCONCILIÁVEL COM OS DEVERES ÉTICOS DA PROFISSÃO. Advogada que coloca os seus interesses na percepção de honorários acima dos interesses dos clientes, os perseguindo por vias obliquas, comete infração disciplinar grave. Rol do § 1°., do inciso XXV, do art. 34 do Estatuto meramente exemplificativo". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Paulo Renato Ernandorena, Relator.

Processo de Representação nº 791/2022. Repte: B. G. M. Repdos: I. B. e L. B. (Adv. Ivo Borchardt - OAB/SC 12015, Leonardo Borchardt - OAB/SC 23633 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relatora: Ana Dilma Baron Engerroff. **Acórdão nº 041/2025**. Ementa: "Locupletamento e Falta de Prestação de contas. Sociedade de Advogados. Arquivamento da representação quanto ao sócio que não participou da contratação. Incorre em infração do art. 34, inc. XX e XXI do EAOAB, advogado que retêm valores recebidos por transferência de alvará judicial e mesmo quando solicitado a prestar contas não o faz, nem restitui o valor recebido em nome do cliente. Provas documentais suficientes. Acordo firmado no limiar do julgamento e o pagamento, que atenua, mas não afasta a infração. Pedido de desistência pelo representante. Irrelevância. O processo disciplinar não segue o princípio da demanda, mas sim o do interesse público, não dispondo a OAB ou as partes de discricionariedade sobre o poder disciplinar conferido à OAB pela Lei nº. 8.906/94. Pena de suspensão por trinta dias prevista no inciso I do art. 37 do mesmo Estatuto". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar ia representação, nos termos do voto da Relatora. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Ana Dilma Baron Engerroff, Relatora.

Processo de Representação nº 1240/2021. Repte: C. B. I. P. (Adv. Vinicius Itapary Pinheiro - OAB/DF 67460). Repda: A. R. A. V. B. (Adv. Andressa Regina Albuquerque Valente de Barros - OAB/SC 34054 e Maria Julia Gayotto de Borba - OAB/SC 39304). Relator: Ariomar Emilio Huergo Filho. **Acórdão nº 042/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 34, INCISOS XX E XXI DA LEI N. 8.906/94. LOCUPLETAMENTO À CUSTA DO CLIENTE E RECUSA INJUSTIFICADA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. PENA DE SUSPENSÃO DE 30 DIAS (TRINTA) DIAS ATE EFETIVO RESSARCIMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Ariomar Emilio Huergo Filho,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Relator.

Processo de Representação nº 1238/2021. Repte: M. T. T. S. Repdo: R. M. A. (Adv. Ronaldo Marques de Araújo - OAB/SC 5160 e Alexandre Tomio Tonolli - OAB/SC 12535). Relator: Alexandre Botelho. **Acórdão nº 043/2025**. Ementa: "PROCURAÇÃO. SUBSTABELECIMENTO. RESERVA DE PODERES. LOCUPLETAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. O advogado que aceita substabelecimento, com reserva de poderes, e pratica atos processuais, como recebimento de alvará judicial, obriga-se a repassar os valores recebidos e a prestar as contas ao cliente ou seus herdeiros. O falecimento posterior do cliente não desobriga o advogado dos seus deveres". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Alexandre Botelho, Relator.

Processo de Representação nº 1196/2021. Repte: V. R. C. Repda: M. S. M. (Adv. Márcia Santos Maes - OAB/SC 23669 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Carlos Alexandre Beirão. **Acórdão nº 044/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. RECEBIMENTO DE ALVARÁ PELO ADVOGADO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE PROVA DA RECUSA INJUSTIFICADA APESAR DA DEMORA. INFRAÇÃO TIPIFICADA NO ART. 34, XXI, DO EAOAB. INDEMONSTRADA. RETENÇÃO DE VALORES DEVIDOS AO CLIENTE. LOCUPLETAMENTO CONFIGURADO. REPASSE REALIZADO SOMENTE APÓS A ABERTURA DA REPRESENTAÇÃO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. INFRAÇÃO TIPIFICADA NO ART. 34, XX, DO EAOAB. DEMONSTRADA. APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO. Comete a infração disciplinar prevista no inciso XX do artigo 34 do EAOAB, o advogado que recebe valores devidos ao cliente e os retém de forma injustificada, vindo a regularizar a situação somente após a abertura da representação". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Carlos Alexandre Beirão, Relator.

Processo de Representação nº 1172/2022. Repte: OAB/SC "ex officio". Repda: C. M. A. (Adv. Clariane Mendes de Alcântara - OAB/SP 320799 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Dik Robert Daniel. **Acórdão nº 045/2025**. Ementa: "PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO "EX OFFICIO". SOBREPOSIÇÃO DE ASSINATURA "FOTO" NAS PROCURAÇÕES JUNTADAS EM PROCESSO JUDICIAL. INFRAÇÃO ÉTICODISCIPLINAR CARACTERIZADA (ART. 34, XV C/C PARÁGRAFO ÚNICO DO INCISO I DO ART. 36, DO EAOAB). REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. O advogado (a) que ajuíza ação e sobrepõe assinatura em procuração, comete a infração prevista no art. 34, XV, do Estatuto da Advocacia". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Dik Robert Daniel, Relator.

Processo de Representação nº 1084/2022. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: L. K. A. (Adv. Luciano Kessler de Almeida - OAB/RS 75664 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Felipe Marcondes. **Acórdão nº 046/2025**. Ementa: "REPRESENTAÇÃO. INFRAÇÃO AO ARTIGO 34, INCISOS IX, XX E XXI, DO EAOAB. ADVOGADO CONTRATADO PARA PROMOVER AÇÃO JUDICIAL QUE, APESAR DE INTENTADA, É EXTINTA POR DESÍDIA DO CONTRATADO, GERANDO PREJUÍZOS AO CLIENTE. RECEBIMENTO DE VALORES DO CLIENTE A PRETEXTO DE REALIZAÇÃO DE ACORDO QUE NUNCA FORA FORMALIZADO E TAMPOUCO PRESTADO CONTAS DA DESTINAÇÃO, LOCUPLETANDO-SE ÀS CUSTAS DO CLIENTE. EXISTÊNCIA DE VASTA PROVA ENCARTADA ACERCA DAS INFRAÇÕES APURADAS. PENALIDADE DE SUSPENSÃO POR 90 DIAS E ATÉ QUE SATISFAÇA O DÉBITO, COM APLICAÇÃO DE MULTA DIANTE DA MULTIREINCIDÊNCIA, NA FORMA DOS ARTIGOS 37, INCISO I, §§ 1º E 2º, E 39, DO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EAOAB". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Felipe Marcondes, Relator.

Processo de Representação nº 723/2022. Repte: L. S. M. (Adv. Luciano Schultz Mansur - OAB/SC 14861 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Luciano Zambrota. **Acórdão nº 047/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA. IDONEIDADE MORAL PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. CRIME INFAMANTE. ENVIO DE MENSAGENS DE ÓDIO E DE AMEAÇA OU PERSEGUIÇÃO. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. ABSOLVIÇÃO NA ESFERA CRIMINAL POR AUSÊNCIA DE AUTORIA. IDENTIDADE DE FATOS. REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. Apesar da independência das instâncias criminal e administrativa-disciplinar, a representação ético-disciplinar deve ser julgada improcedente se o advogado representado for absolvido na esfera criminal por motivo de ausência de autoria quanto aos mesmos fatos apreciados na esfera administrativa-disciplinar e, principalmente, quando ausente provas nesta instância que pudessem afastar a conclusão de absolvição decretada pela Justiça Penal". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Luciano Zambrota, Relator.

Processo de Representação nº 233/2022. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: C. A. R. (Adv. Carlos Alberto Reinert - OAB/SC 7180 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Jeyson Puel. **Acórdão nº 048/2025**. Ementa: "REPRESENTAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR. ABANDONO DE CAUSA. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS. INTIMAÇÃO PARA JUSTIFICATIVA. INÉRCIA INJUSTIFICADA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 15 DO CED E 34, XI, DO EAOAB. PROCEDÊNCIA. O advogado que, mesmo após devidamente intimado e advertido, deixa de apresentar as razões recursais de seu cliente no prazo legal, sem qualquer justificativa plausível, abandona a causa, violando os artigos 15 do Código de Ética e Disciplina e 34, XI, do Estatuto da Advocacia e da OAB. A omissão injustificada do advogado causa prejuízo ao cliente e à imagem da advocacia, justificando a aplicação de sanção disciplinar. Representação julgada procedente". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Jeyson Puel, Relator.

Processo de Representação nº 493/2022. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdos: N. Q. G. e S. F. R. (Adv. Neusi de Quadros Grüdtner - OAB/SC 43012, Styphany Ferreira Rabelo - OAB/SC 50600, Dêmick Luz Garcia - OAB/SC 62885, Waldyrson Celso Oliveira Rabelo - OAB/SC 24393). Relator: Paulo Renato Ernandorena. **Acórdão nº 051/2025**. Ementa: "SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVAS. TENTATIVA DE REVOGAÇÃO EM AUTOS JUDICIAIS NOS QUAIS ATUAVA A SUBSTABELECIDA. TUMULTO PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA AFASTADA. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E INEQUÍVOCA AOS CONSTITUINTE CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AO § 1°. DO ART. 26 DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB. APLICAÇÃO DA PENA DE CENSURA. ANTECEDENTES DESFAVORÁVEIS. CONFLITO DE INTERESSES ENTRE ADVOGADOS QUE DEVE SER SOLUCIONADO NAS VIAS ORDINÁRIAS. Havendo desinteligência entre advogados outrora integrantes do mesmo escritório profissional acerca de quem deve ficar com o espólio da banca, dado ao impedimento dos sócios remanescentes, a disputa deve ser encaminhada à jurisdição estatal, apta a dirimir a complexidade das questões ventiladas". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Paulo Renato Ernandorena, Relator.

Processo de Representação nº 1053/2022. Repte: P. J. B. Repdos: C. T. K. e M. F. M. (Adv. Clovis Tadeu Kauling - OAB/SC 3396, Maykon Felipe de Melo - OAB/SC 20373 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

50198). Relator: Alexandre Botelho. **Acórdão nº 052/2025**. Ementa: "PROCESSO DISCIPLINAR. CULPA GRAVE. PREJUÍZO. ABANDONO DE CAUSA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEVER DO ADVOGADO ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 513, § 2º, I, DO CPC. O exercício profissional da advocacia é pautado por direitos e deveres, dentre os quais sobressai o dever de informação, que perdura durante toda a tramitação do processo, incluindo a fase de cumprimento da sentença. Compartilhar com o cliente as agruras da atividade forense, legitima a atuação do advogado, que tem consciência da relevância de seu *munus*. O advogado tem o dever de esclarecer seu cliente, contra quem está sendo exigida a satisfação do título judicial e quanto à viabilidade de constrição sobre ativos financeiros. A ausência de informação e diálogo prévios entre o advogado e seu constituinte enseja um desgaste desnecessário, o qual, em várias ocasiões, acaba rompendo a relação de confiança que é a pedra de toque da prestação de serviço profissional. Pena de censura, convertida em ofício reservado (art. 36, parágrafo único c/c art. 40, II, ambos do EAOAB)". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Alexandre Botelho, Relator.

Processo de Representação nº 852/2020. Repte: C. R. S. Repdo: A. F. B. (Adv. Antônio Fernando Bernardes - OAB/SC 16784 e Matheus Wiggers Meurer - OAB/SC 50198). Relator: Francisco Yukio Hayashi. **Acórdão nº 053/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO. DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CLIENTE. INFRAÇÃO AO ARTIGO 9º DO CÓDIGO DE ÉTICA CARACTERIZADA. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. É obrigação do advogado informar o seu cliente das etapas processuais relevantes, o que se caracteriza quando seu patrimônio está ameaçado, como no caso de intimação para pagamento após a propositura de cumprimento de sentença. Nessa etapa em especial, é razoável supor que o advogado adotará maiores cautelas para se resguardar de que atendeu ao ônus de informar o seu constituinte e que teria condições de produzir prova ou indício a esse respeito. CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. CONVERSÃO DA PENA DE CENSURA EM OFÍCIO RESERVADO". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 8ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Florianópolis, 28 de maio de 2025. Marcos José Campos Cattani, Presidente. Francisco Yukio Hayashi, Relator.

Florianópolis, 25 de junho de 2025.

NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

O Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, notifica os Advogados abaixo relacionados, para, querendo, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital, cumprir o disposto no artigo 76 do EAOAB da Lei 8906/94, (Recurso ao Conselho Seccional). No mesmo prazo, nos casos das decisões em que houver a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (conforme requisitos da Resolução nº 045/2021), a parte interessada, preferindo, pode se manifestar pela celebração do TAC (aplicada às infrações disciplinares puníveis com Censura). Tendo em vista que o processo é digital, os recursos e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo digital da OAB/SC, de acordo com o artigo 2º do Provimento nº 176/2017 do Conselho Federal: https://servicos.oab-sc.org.br/hbconselhos/pgs/servicosonline.aspx. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ted.oab@oab-sc.org.br e ted.oab1@oab-sc.org.br

Processo de Representação nº 1166/2022. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: J. M. L. (Adv. Joel Macedo de Lemos - OAB/RS 38744). Relatora: Cláudia Cavichon. **Acórdão nº 054/2025**. Ementa: "REPRESENTAÇÃO DISCIPLINAR. INFRAÇÃO DISCIPLINAR DO ART. 34 INCISO XX DO EOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

APLICAÇÃO DE PENALIDADE. ELEMENTOS DE PROVA SUFICIENTES. DEVIDO PROCESSO LEGAL OBSERVADO. VERIFICADA A PRÁTICA DE CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 34, INCISO XX DO ESTATUTO DA ADVOCACIA. Restando provado nos autos a materialidade e autoria e tendo sido assegurados o contraditório e ampla defesa impõe-se a aplicação de suspensão do exercício profissional nos termos do art. 35, inciso II pelo prazo de 90 dias e multa de 5 anuidades conforme art. 35, inciso IV do diploma legal acima mencionado". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Cláudia Cavichon, Relatora.

Processo de Representação nº 306/2019. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: D. D. (Adv. Diogo Denk - OAB/SC 41618). Relatora: Jane Márcia Saccol Bulgarelli. **Acórdão nº 055/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO NOS AUTOS, CAPAZ DE DEMONSTRAR A PRÁTICA DE INFRAÇÃO ÉTICO-DISCIPLINAR. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS. AUSÊNCIA DE PROVAS INEQUÍVOCAS DE MATERIALIDADE DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. INCIDÊNCIA DO POSTULADO IN DUBIO PRO REO. Não pode sofrer processo ético-disciplinar, quando não nos autos documentação capaz de comprovar a pratica da infração Ético–Disciplinar". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Jane Márcia Saccol Bulgarelli, Relatora.

Processo de Representação nº 417/2023. Repte: N. H. P. Repdo: A. D. - OAB/SC 28179 (Adv. Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos - OAB/SC 17000). Relatora: Érika Dias Cunha Thomas. **Acórdão nº 056/2025**. Ementa: "REPRESENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA. LOCUPLETAMENTO ÀS CUSTAS DO CLIENTE NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. OCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS TARDIA. INFRIGÊNCIA AO CÓDIGO DE ÉTICA E DISPOSITIVOS DA LEI N. 8.906/94. O advogado tem a obrigação de prestar contas detalhadas a seus clientes, devolvendo-lhe, ao final da causa, bens, valores, objetos e documentos, independente de requerimento. Na relação com o cliente e na defesa de seus interesses, o advogado deve agir de acordo com a lei 8.906/94 - denominada Estatuto da Advocacia - e segundo os preceitos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Prestação de Contas somente após início do Processo Ético-Disciplinar. Procedência da Representação que se impõe. Pena Aplicada de suspensão do exercício profissional pelo prazo de trinta (30) dias". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Érika Dias Cunha Thomas, Relatora.

Processo de Representação nº 324/2023. Repte: T. S. F. (Adv. Fernanda Furlan Erpen Martins - OAB/SC 18870, Fernando Erpen Martins - OAB/SC 17867). Repda: J. P. - OAB/SC 33429 (Adv. Kelly Heidrich Heinzen - OAB/SC 49789, Stephen Klaus Westphal - OAB/SC 39344). Relator: Ivan Alves Dias. **Acórdão nº 057/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR – REPRESENTAÇÃO – ALEGADA FRAUDE - INFRAÇÃO AO INCISO XVII, DO ARTIGO 34, DA LEI N. 8.906/1994 – UTILIZAÇÃO DE PROCURAÇÃO TIDA POR INAUTÊNTICA – AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA O DECRETO CONDENATÓRIO POR INFRAÇÃO DISCIPLINAR - IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Ivan Alves Dias, Relator.

Processo de Representação nº 1110/2022. Repte: V. S. M. Repdo: R. F. Z. (Adv. Raul Felipe Zanotto - OAB/SC 44903 e Fabian Strapazzon de Mello - OAB/SC 64079). Relator: Thomas Grígolo. **Acórdão nº 058/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DESÍDIA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONVERSAS DE WHATSAPP. NECESSIDADE DE ATA NOTARIAL. As conversas de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Whatsapp desacompanhadas de ata notarial não se prestam como elemento de provas. Carência de outros elementos de provas que emprestem veracidade às alegações formuladas em representação". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por maioria, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Thomas Grígolo, Relator.

Processo de Representação nº 925/2023. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: G. S. (Adv. Geneci dos Santos - OAB/SC 37970 e Selma Kaul - OAB/SC 70724). Relator: Jean Pierre Marcon. **Acórdão nº 059/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. ABANDONO DE CAUSA. INFRAÇAO DISCIPLINAR CARACTERIZADA. Incorre na infração disciplinar tipificada no art. 34, XI, da Lei nº 8.906/94, o advogado que, após intimado por mais de uma vez para regularizar representação processual e apresentar alegações finais, deixa o prazo decorrer sem qualquer manifestação, caracterizando o abandono". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Jean Pierre Marcon, Relator.

Processo de Representação nº 489/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: J. C. S. R. (Adv. João Carlos da Silva Ramos - OAB/SC 25999). Relator: Gustavo Perosso. **Acórdão nº 060/2025**. Ementa: "PROCESSO EXCLUSÃO. TRÊS PENALIDADES DE SUSPENSÃO TRANSITADAS EM JULGADO. CRITÉRIOS OBJETIVOS ENTABULADOS NO ART. 38, I DA LEI Nº 8.906/94. Incorre na infração tipificada no art. 38, I, da Lei nº 8.906/94, o advogado que possui contra si três penalidades de suspensão com trânsito em julgado na data da instauração do processo de exclusão. Não é cabível a rediscussão do mérito dos processos de representação que embasaram os autos de exclusão". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Gustavo Perosso, Relator.

Processo de Representação nº 593/2023. Repte: S. B. C. Repdo: L. C. C. (Adv. Luis Carlos de Camargo - OAB/SC 28134 e Célio Adriano Spagnoli - OAB/SC 13644). Relatora: Joice Luiza Flores de Matias Wagner. **Acórdão nº 061/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. REPRESENTAÇÃO POR FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. HONORÁRIOS CONTRATUAIS E SUCUMBENCIAIS. ERRO MATERIAL SANADO. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DIFERENÇAS. AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR (ART. 34, XX E XXI, DO EAOAB). REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE. O advogado que, ao verificar erro no cálculo de honorários, corrige prontamente a base de cálculo, presta contas aos herdeiros da cliente e realiza o repasse integral e atualizado dos valores devidos, não incorre em infração disciplinar. Improcedência da representação". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Joice Luiza Flores de Matias Wagner, Relatora.

Processo de Representação nº 331/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdos: S. E. G. e G. C. S. (Adv. Silvio Edilor Gardolin - OAB/SC 43541 e Géssica Castagna da Silva - OAB/SC 53735). Relator: Gustavo Perosso. **Acórdão nº 062/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DIVULGAÇÃO DE ADVOCACIA COM OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL E CAPTAÇÃO DE CLIENTELA POR INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. INFRAÇÃO AOS ARTS. 1º, 3§ E 34, I E IV DA LEI Nº 8.906/94. Incorre nas infrações tipificadas nos art. 1º, 3§ e 34, I e IV, o advogado que mantém com profissional de outra área de atuação o mesmo endereço, bem como faz constar no cartão de visitas os dados do advogado e de pessoa estranha à advocacia, com menção a registros em outros órgãos de classe, o que remete ao exercício da advocacia em conjunto com outra atividade". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por maioria, julgar a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Gustavo Perosso, Relator.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo de Representação nº 400/2024. Repte: R. B. S. Repdo: V. V. C. (Adv. Vinícius Velho de Castro - OAB/SC 46478 e Suzana Santos da Silva Culau - OAB/SC 72483). Relatora: Kátia Iolanda Deuerling. **Acórdão nº 064/2025**. Ementa: ""PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. LOCUPLETAMENTO ILÍCITO. PERCEBIMENTO DE HONORÁRIOS SEM O DEVIDO AJUIZAMENTO DE AÇÕES. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A ADVOCACIA. INFRAÇÕES DO ARTIGO 34, IX, XX, XXI e XXV, DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB CARACTERIZADAS. APLICAÇÃO DE SANÇÃO DE SUSPENSÃO PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PERDURANDO ATÉ EFETIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS E SATISFAÇÃO INTEGRAL DA DÍVIDA, INCLUSIVE COM CORREÇÃO MONETÁRIA COM FULCRO ARTIGO 37, §§ 1º E 2º DO EAOAB. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. Incorre em locupletamento o advogado que recebe honorários para representar o cliente, não realiza os serviços contratados e deixa de prestar contas e proceder à devolução, caracterizado infrações ético-disciplinares, nos termos do art. 34, incisos IX, XX, XXI e XXV do EOAB". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Kátia Iolanda Deuerling, Relatora.

Processo de Representação nº 516/2024. Repte: E. K. T. S. (Adv. Patricia Miranda Vieira - OAB/SC 67999). Repdo: V. V. C. (Adv. Vinícius Velho de Castro - OAB/SC 46478 e Denise Paes Pereira - OAB/SC 60262). Relator: Rodrigo Niehues Bacha. **Acórdão nº 065/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. SERVIÇOS JURÍDICOS CONTRATADOS E NÃO EXECUTADOS. LOCUPLETAMENTO ILÍCITO. INFRAÇÃO AO ART.34, IX, XX, XXI e XXV da Lei 8.906/94. SUSPENÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Comete infração disciplinar o advogado que recebe valores de cliente para realização de serviços ou prática de atos processuais, não executando os mesmos, não apresenta renúncia de procuração e não presta contas, infringe os incisos IX, XX, XXI e XXV do artigo 34 da Lei 8.906/94". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Rodrigo Niehues Bacha, Relator.

Processo de Representação nº 1231/2023. Repte: J. L. C. Repda: T. A. W. T. (Adv. Thatiany Aparecida Waltrick Tessarollo - OAB/SC 33107 e Denise Paes Pereira - OAB/SC 60262). Relator: Lucas Ferenc. **Acórdão nº 066/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICODISCIPLINAR. RECEBIMENTO DE VALORES PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS. ABSTENÇÃO INJUSTIFICADA ACERCA DO CUMPRIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. RECUSA EM PRESTAR CONTAS E/OU DEVOLVER O DINHEIRO AO CLIENTE. INFRAÇÃO ÉTICO DISCIPLINAR CARACTERIZADA. REINCIDÊNCIA EM INFRAÇÕES DA MESMA NATUREZA. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO COM PENALIDADE SUSPENSÃO NO PRAZO DE 90 DIAS. O advogado que recebe VALORES do cliente e deixa, injustificadamente, de prestar os respectivos serviços contratados, bem como, abstém-se de prestar contas e/ou efetuar a devolução do importe recebido, incide nas infrações disciplinares previstas no artigo 34, incisos XX, XXI". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Lucas Ferenc, Relator.

Processo de Representação nº 903/2023. Repte: G. F. B. Repdo: C. J. M. C. J. (Adv. César José Motta Castella Júnior - OAB/SC 32777 e Suzana Santos da Silva Culau - OAB/SC 72483). Relator: Rodrigo Niehues Bacha. **Acórdão nº 067/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DEVER DE URBANIDADE. PETICIONAMENTO COM IMPROPÉRIOS EM PROCESSO JUDICIAL. INFRAÇÃO CARACTERIZADA (ARTS. 27, § 1º, E 28 DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA). PENA DE CENSURA (ART. 35, I, DA LEI N. 8.906/1994). CONVERSÃO DA PENALIDADE EM ADVERTÊNCIA PELA AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. Configura violação ao dever de urbanidade a manifestação processual contendo ofensas dirigidas a colega de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

profissão. A competência disciplinar resta configurada quando o advogado leva desavenças pessoais para os autos judiciais através de peticionamento inadequado". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Rodrigo Niehues Bacha, Relator.

Processo de Representação nº 17/2024. Repte: L. S. C. S. Repda: G. S. (Adv. Geneci dos Santos - OAB/SC 37970 e Flávia Tortato - OAB/SC 65625). Relator: Thomas Grígolo. **Acórdão nº 068/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. DESÍDIA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONVERSAS DE WHATSAPP. INSUBSISTÊNCIA. A ausência de provas aptas a corroborar com a narrativa processual do representante, especialmente quando as conversas de Whatsapp que ensejaram a suposta ausência de prestação de informação estão desacompanhadas de ata notarial ou outros elementos de prova não se prestam para embasar édito condenatório". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Thomas Grígolo, Relator.

Processo de Representação nº 1011/2023. Repte: A. A. S. Repdo: R. G. (Adv. Rafael Gluz - OAB/SC 15208 e César Domingos Figueroa - OAB/SC 61936). Relatora: Tariana Lisott. **Acórdão nº 069/2025**. Ementa: "PROCESSO DISCIPLINAR. IMPUTAÇÃO DE INFRAÇÃO ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DE SANÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. Não demonstrada, de forma inequívoca, a autoria da conduta imputada ao representado, nem sua vinculação direta aos atos descritos na representação, impõe-se o arquivamento do feito. Representação improcedente". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar improcedente a representação, nos termos do voto da Relatora. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Tariana Lisott, Relatora.

Processo de Representação nº 962/2023. Repte: A. F. Repdo: W. S. C. F. (Adv. Waner Sandro César França - OAB/SC 53877 e Antônio Eleo Fonseca - OAB/SC 10350). Relator: Alessandro Matos Rodrigues. **Acórdão nº 070/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR – LOCUPLETAMENTO – COBRANÇA DE HONORÁRIOS ALÉM DO ESTIPULADO EM CONTRATO – COBRANÇA DE VALORES PARA PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS – PROCESSO COM GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Comete infração ética o advogado que cobra valores a título de honorários advocatícios em montante superior ao estipulado em contrato com a parte. Da mesma forma, caracterizada infração por locupletamento por cobrança de valores a títulos de despesas e custas processuais em processo que tramitou sob o pálio da Gratuidade de Justiça. Ausência de prestação de contas da destinação dos valores. Infração ao artigo 34, XX e XXI do EAOAB". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Alessandro Matos Rodrigues, Relator.

Processo de Representação nº 550/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: R. F. Z. (Adv. Raul Felipe Zanotto - OAB/SC 44903 e Rosana Aparecida Pereira - OAB/SC 17835). Relator: Alessandro Matos Rodrigues. **Acórdão nº 071/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR – APLICAÇÃO POR TRÊS VEZES DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO – CRITÉRIO OBJETIVO – ART. 38, I, DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB (LEI Nº 8.906/94) – PROCEDÊNCIA – EXCLUSÃO DO QUADRO DE ADVOGADOS DA OAB/SC. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DO MÉRITO DAS INFRAÇÕES POR SUSPENSÃO NO PROCESSO DE EXCLUSÃO. A aplicação de três penalidades de suspensão ao advogado, transitadas em julgado, e ausente prescrição, preenche o critério objetivo previsto no art. 38, I, do Estatuto da Advocacia e da OAB, que autoriza a instauração de processo para exclusão do profissional dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Não cabe reanálise dos fatos e provas neste processo, a modificar o ou confirmar o mérito das infrações de suspensão. Procedimento próprio a ser requerido pelo Representado". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Alessandro Matos Rodrigues, Relator.

Processo de Representação nº 470/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: W. S. C. F. (Adv. Waner Sandro César França - OAB/SC 53877 e Maria Júlia Souzo - OAB/SC 64280). Relator: Vinícius Johann Lopes. **Acórdão nº 072/2025**. Ementa: "ADVOGADO QUE SE APROPRIOU DE VALORES DE CLIENTES. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ENTREGA DE CHEQUE FRAUDADO COMO FALSA DEVOLUÇÃO. NÃO AJUIZAMENTO DA AÇÃO CONTRATADA. INFRAÇÕES AOS INCISOS XX E XXI DO ARTIGO 34 DO EOAB. ADVOGADO POSTERIORMENTE EXCLUÍDO DOS QUADROS DA OAB/SC. INEXISTÊNCIA DE PERDA DE OBJETO. NECESSIDADE DE JULGAMENTO DO MÉRITO. REINCIDÊNCIA DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE REPARAÇÃO DOS DANOS. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA. Comete infrações disciplinares previstas nos incisos XX e XXI do art. 34 da Lei n.º 8.906/1994 o advogado que se apropria de valores de clientes, omite-se na prestação de contas, simula devolução por meio de cheque fraudado e sequer ajuíza a ação contratada, frustrando a confiança profissional e agravando os prejuízos materiais causados. A exclusão do representado dos quadros da OAB/SC no curso da instrução não acarreta a perda de objeto do processo disciplinar, sendo indispensável o julgamento do mérito para fins de anotação da infração nos registros funcionais, nos termos do art. 41 do EOAB. Reincidência específica, ausência de reparação e gravidade dos danos reforçam a incompatibilidade da conduta com o exercício ético da advocacia. Sanção de suspensão, pelo prazo de 12 (doze) meses, o que deverá perdurar até efetiva quitação da dívida e prestação de contas, nos termos dos artigos 37, I, 40, § único, alíneas a e b e aplicação da multa prevista no art. 39, todos do EOAB equivalente a 05 (cinco) anuidades. Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros da Sétima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, em julgar procedente a representação nos termos do voto do Relator". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Vinícius Johann Lopes, Relator.

Processo de Representação nº 551/2024. Repte: OAB/SC "ex officio". Repdo: R. F. Z. (Adv. Raul Felipe Zanotto - OAB/SC 44903 e Fabian Strapazzon de Mello - OAB/SC 64079). Relator: Thomas Grígolo. **Acórdão nº 073/2025**. Ementa: "PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. EXCLUSÃO DE ADVOGADO. INSTAURAÇÃO PELO CONSELHO SECCIONAL. TRÊS SUSPENSÕES. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ESTIPULADOS EM LEI. CARÁTER OBJETIVO E VINCULATIVO DA NORMA. RECOMENDAÇÃO PELA EXCLUSÃO. Aplica-se a sanção disciplinar de exclusão dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ao inscrito que sofreu, por três vezes, pena de suspensão. Penalidade que tem natureza vinculada, impossibilitando discricionariedade do julgador". Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Integrantes da 7ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina, por unanimidade, julgar procedente a representação, nos termos do voto do Relator. Lages, 06 de junho de 2025. Maria Cristina Renon, Presidente da Turma. Thomas Grígolo, Relator.

Florianópolis, 25 de junho de 2025.

RECURSO

RECURSO

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Santa Catarina, de acordo com o disposto do artigo 76 do EAOAB, Lei nº 8906/94, notifica os advogados e os requerentes a seguir relacionados sobre a decisão de **INDEFERIMENTO LIMINAR** dos pedidos em referência; o procedimento pode ser consultado pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados). Dúvidas por e-mail: senhated@oab-sc.org.br. O prazo para Recurso é de 15 dias úteis; tendo em vista que os autos são eletrônicos os Recursos deverão ser protocolados no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º).

Pedido: 103/2025, Requerente: Lindomar Adriano, Requeridos: I.V. e M.E.A.B. (por seus advogados Ilda Valentim – OAB/SC 19397 e Mickhael Erik Alexander Bachmann – OAB/SC 67728);

Pedido: 106/2025, Requerente: Cristiano Ricardo Diedrich, Requerida: V.A.B. (por sua advogada Viviane Almeida Barella – OAB/SC 36252);

Pedido: 112/2025, Requerente: Daniel Pierre Oliveira Cabral, Requerida: A.A.D.S. (por sua advogada Antonia Alves De Souza – OAB/SC 44170);

Pedido: 213/2025, Requerente: Josiane Maraschi Luchtenberg, Requerido: F.D.S.A. (por seu advogado Fernando Di Stefano Andraus – OAB/PR 67572);

Pedido: 419/2025, Requerente: João Antônio Cavalli, Requerido: R.D.M.S. (por seu advogado Rodrigo De Morais Soares – OAB/SC 73357);

Pedido: 420/2025, Requerente: Gislene Cristina Dums, Requerido: I.R.A. (por seu advogado INGO Rusch Alandt – OAB/SC 8138);

Pedido: 423/2025, Requerente: Deninson Jose Loran Munoz, Requerida: S.A.R.H.M.M. (por sua advogada Stefani Aparecida Rodrigues Hilário Machado Mendes – OAB/SC 68947);

Pedido: 424/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requerido: A.M.D.S.J. (por seu advogado Alvim Manoel Da Silva Junior – OAB/SC 67669);

Pedido: 425/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requeridos: R.L.S. e L.G.D.V. (por seus advogados Rebeca Lima Silva – OAB/SC 74692 e Leonardo Garcia De Vargas – OAB/SC 72394);

Pedido: 426/2025, Requerente: Cleiva Trentin De Mello, Requerido: E.D. (por seu advogado Eduardo Dallacorte – OAB/SC 45718);

Pedido: 427/2025, Requerente: Adriana De Fatima Maia, Requerido: A.B.L. (por seu advogado Aleksandro Brasil Lopes – OAB/SC 59164);

Pedido: 429/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requerido: J.M.B. (por seu advogado Jhonatan Morais Barbosa – OAB/SC 57770);

Pedido: 430/2025, Requerente: Elizandra Bortoli, Requerido: A.L.M.A. (por seu advogado André Luiz Marcelino Antunes – OAB/SC 39145);

Pedido: 431/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requeridos: L.C.R. e M.M.R. (por seus advogados Luiz Carlos Ribeiro – OAB/SC 4530 e Mauricio Marcos Ribeiro – OAB/SC 32560);

Pedido: 440/2025, Requerente: Edevar Izé De Souza, Requerido: H.Z. (por seu advogado Herick Zanette – OAB/SC 18147);

Pedido: 443/2025, Requerente: Rs Recreações Ltda. – Rodrigo Fernandino Rodrigues, Requerido: F.A.S.C.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(por seu advogado Felipe Augusto Silva Custódio – OAB/MG 174417);

Pedido: 444/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requeridas: A.A.S. e L.D.V.C. (por suas advogadas Andreia Aparecida Scheffer – OAB/SC 56750 e Luciana Da Veiga Cascaes – OAB/SC 37619);

Pedido: 446/2025, Requerente: Carmelita Rodrigues De Bairro, Requerido: H.D.B.G. (por seu advogado Hélio De Borba Gonçalves – OAB/SC 3871);

Pedido: 447/2025, Requerente: Nelson Cordeiro Da Luz, Requerido: P.V.A.D.D. (por seu advogado Paulo Vitor Amaral De Deus – OAB/MG 130591);

Pedido: 449/2025, Requerente: Sebastião Lopes, Requerido: A.N. (por seu advogado Adilson Narciso – OAB/SC 32464);

Pedido: 528/2025, Requerente: OAB/SC p/ com., Requerido: G.J.D.S. (por seu advogado Giovani Justino Da Silva – OAB/SC 25369);

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

RAZÕES FINAIS

RAZÕES FINAIS

A OAB/SC por sua Subseção Balneário Camboriú notifica o advogado T. F. B. (por sua advogada Inah Moraes de Oliveira – OAB/SC 68.560), para cumprir o disposto no § 8º do Artigo 59 CED, autos número **195/2023**. Os autos podem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços, Área do Advogado, Acesso Sistema ou disponibilizado por e-mail, mediante pedido formulado com a devida identificação do requerente (oab.bc.secretaria@gmail.com). Tendo em vista que os processos são eletrônicos as razões finais deverão ser protocoladas no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Rafael Pierozan - Presidente - OAB Subseção de Balneário Camboriú.

BLUMENAU

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 341/2025

DISPÕE SOBRE AS RESERVAS DOS ESPAÇOS E DEPENDÊNCIAS DA SEDE SOCIAL E

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ADMINISTRATIVA DA OAB/SC – SUBSEÇÃO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO SANTA CATARINA, SUBSEÇÃO DE BLUMENAU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Ordem e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a utilização dos espaços e dependências da Sede Social e Administrativa da OAB/SC – Subseção de Blumenau, com o objetivo de garantir a boa convivência e a utilização adequada das instalações;

CONSIDERANDO que a locação dos espaços poderá ser feita tanto por advogados, para uso próprio, quanto por terceiros, conforme disponibilidade e interesse,

RESOLVE:

Art. 1º. Disciplinar o uso e funcionamento da sede e suas dependências da OAB/SC – Subseção de Blumenau, por parte dos inscritos nos seus quadros, dos dependentes destes, seus convidados e terceiros.

Art. 2º. A Sede da OAB/SC – Subseção de Blumenau é destinada, prioritariamente, às suas atividades administrativo-social, podendo ser autorizada a realização de reuniões e eventos de caráter científico, cultural, beneficente, filantrópico, esportivo, social, e, de todo modo, compatíveis com os fins e objetivos da OAB e da advocacia.

Art. 3º. Os espaços da Sede desta entidade são destinados prioritariamente às atividades institucionais sobre qualquer outra passível de obter autorização, inclusive quando solicitada por advogados e estagiários regulamente inscritos.

Parágrafo único: Os espaços e dependências da Sede Social e Administrativa da OAB/SC – Subseção de Blumenau disponíveis para reserva são:

•Auditório – capacidade para 170 pessoas;

•Sala do Conselho – capacidade para 43 pessoas;

•Salão de Festas – capacidade até 200 pessoas;

•Espaço Gourmet – capacidade até 35 pessoas;

•Churrasqueira Externa – Capacidade até 32 pessoas

•Churrasqueira Externa com cancha de bocha – Capacidade até 16 pessoas

Art. 4º. Aos inscritos nos quadros da OAB/SC, quando adimplentes com as anuidades, é facultado o uso das instalações da sua Sede, inclusive para que se faça acompanhar de dependentes e convidados, mediante autorização da Diretoria da Subseção, contrato que regulamente o uso e pagamento de taxa de locação.

§ 1º. Considerar-se-á reserva de uso próprio, quando esta destinar-se aos inscritos nos quadros da OAB/SC, bem como ao seu cônjuge/companheiro, pais, filho, enteado e tutelados na forma da lei, exclusivamente. Em suma, quando estes forem o(a) anfitrião(ã) do evento/confraternização e quando seu uso não tem caráter comercial/empresarial.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

§ 2º. Em hipótese alguma, o inscrito nos quadros da OAB/SC poderá fazer a reserva para uso de terceiro, mesmo sob alegação de manter grau de parentesco ou responsabilizando-se pela reserva, sob pena de responder inclusive processo ético disciplinar.

§ 3º. Qualquer outro evento ou condição, será considerado de uso de terceiro, inclusive aqueles com venda de ingresso/convite ou de caráter comercial/empresarial, com ou sem fins lucrativos.

Art. 5º. A solicitação de reserva para uso exclusivo da Sede da OAB/SC – Subseção de Blumenau será feita mediante preenchimento de formulário virtual no site da Subseção e será respeitada, a ordem do envio deste formulário na formalização destas reservas.

Art. 6º. A uso da Sede da OAB/SC Subseção de Blumenau está adstrita ao irrestrito cumprimento das normas dos bons costumes e comportamento adequado com a respeitabilidade da Instituição e seus integrantes.

Art. 7º. É expressamente proibido:

IAfixar cartazes, enfeites, banners e congêneres nas paredes, bem como qualquer tipo de fita adesiva, pregos e ou equivalentes;

IIJogar confetes, papel picado, serpentina ou similares nas dependências da Sede;

IIIFumar nas dependências internas da sede;

IVUtilizar som ao vivo ou mecânico que ultrapasse os níveis de pressão sonora estabelecidos na Lei do Psiu (LC 947), a saber: 07 às 19h – 75 dB, 19 às 23h – 65 dB e 23 às 07h – 55 dB, considerando-se a área residencial da situação da sede;

VA realização de manifestações político-partidária ou religiosas de qualquer natureza, ressalvado a promoção de debates entre candidatos nos termos permitidos pela legislação eleitoral, sob estrita observância do princípio democrático e mediação por dirigente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil, em qualquer de seus níveis;

VIUltrapassar a capacidade máxima de pessoas para uso das dependências e espaços da Sede, nominados no art. 3º desta Portaria;

VIIRetirar, deslocar ou emprestar bens móveis, utensílios domésticos, louças, equipamentos eletrônicos ou outros patrimônios da Instituição, sem autorização expressa da Diretoria da Subseção;

VIIIA contratação ou utilização de funcionários da OAB/SC – Subseção de Blumenau para prestar quaisquer serviços, dentro ou fora do horário normal de trabalho;

IXQualquer forma de agressão à fauna e flora local, inclusive a coleta de frutas, flores, mudas, inclusive subir em árvores localizadas nas áreas que circundam a Sede;

XAndar com bicicleta, roller, patins, patinetes e skate ou equivalentes, nas áreas internas das edificações;

XIAdentrar as áreas administrativas e/ou de serviço, sem autorização dos respectivos responsáveis ou membros da Diretoria;

XIIUtilizar chuteiras com trava de alumínio no campo de futebol;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Parágrafo único: O desrespeito ao previsto neste artigo, sujeitará o infrator a multa no importe de, no mínimo, 50 % por infração do valor pago pela locação, sem prejuízo de eventual necessidade de reparar dano que tenha ocorrido.

Art. 8º. A reserva da Sede da OAB/SC Subseção de Blumenau deve contemplar:

IPreenchimento de formulário virtual disponível no site da Subseção;

IIConsulta da disponibilidade pela secretaria da Subseção;

IIIAssinatura do contrato de locação;

IVPagamento de taxa de utilização do espaço;

VVistoria do espaço pelo requisitante, o qual deve agendar com a secretaria da Subseção, em horário comercial, um dia útil antes da utilização;

§ 1º. A reserva deverá ser formulada em no mínimo 5 (cinco) dias antes do evento.

§ 2º. O período máximo de antecedência para a reserva é de 1 (um) ano, salvo em se tratando de casamentos ou formaturas, que poderão ser reservados com antecedência de até 1 (ano) e 6 (seis meses).

§ 3º. A Diretoria poderá solicitar maiores esclarecimentos acerca das características do evento, a qualquer tempo e poderá registrar eventuais condições especiais de utilização, tais como a contratação de segurança patrimonial e/ou limpeza durante e pós evento.

Art. 9º. Após a validação da reserva, o interessado poderá requerer o cancelamento da reserva, mediante protocolo de expediente formal endereçado à Diretoria da OAB/SC – Subseção de Blumenau, acompanhado de justificativa. A entidade fará a devolução do valor, se assim entender, da seguinte forma, a contar da data do pleito:

- Até 06 meses da data do evento x Percentual do reembolso = 100%;

- Menos de 30 dias da data do evento x Percentual do reembolso = 50%.

§ 1º. A não realização do evento, salvo por culpa da própria Subseção, caso fortuito ou de força maior, a ser analisado pela Diretoria mediante requerimento formal do interessado, importará na renúncia ao direito de reaver o valor da taxa recolhida pelo requisitante.

§ 2º. Os valores estipulados neste artigo serão restituídos ao interessado no prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da comunicação referida neste caput, sem a incidência de correção monetária ou juros.

§ 3º. Aos casos de solicitação de transferência da data prevista para uso da sede da Subseção, o interessado deve requerer formalmente à Diretoria que apreciará o pleito e despachará, caso a caso.

Art. 10. O horário de encerramento dos eventos dar-se-á às 4 horas, quando estes forem relativos a casamentos ou formaturas e às 2 horas, se aniversários e outras festividades, de menor porte

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no caput deste artigo implicará em cláusula penal no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído à taxa para uso da Sede, sob responsabilidade do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

interessado signatário do requerimento, passível de cobrança judicial ou extrajudicial.

Art. 11. Os danos causados aos bens da Subseção, bem como eventual subtração, perda ou inutilização dos mesmos, terão seus respectivos valores indenizados à OAB/SC – Subseção de Blumenau pelo interessado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do evento.

§ 1º. O responsável pelo uso das dependências da Sede deverá comunicar imediatamente algum membro da diretoria da Subseção, cuja relação consta afixada na parede da cozinha na sede social, quando da ocorrência de danos que possam comprometer a segurança do imóvel ou das pessoas. Nos demais casos, a comunicação deverá ser feita no primeiro dia útil seguinte ao uso da Sede, diretamente à Secretaria.

§ 2º. A ausência da comunicação de que trata o parágrafo anterior, nos prazos estipulados, importará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor taxa de reserva, sem prejuízo da responsabilidade pelos danos causados.

§ 3º. A reposição dos bens danificados, subtraídos ou perdidos será feita exclusivamente pela Secretaria da Subseção, com vistas à manutenção do padrão e da qualidade daqueles existentes à época da reserva.

Art. 12. A OAB/SC Subseção de Blumenau não se responsabiliza pelos atos e danos praticados pelo requisitante da reserva e convidados, inclusive acidentes ocorridos nas áreas interna e externa, bem como por aqueles atribuídos aos prestadores de serviços por ele contratados.

Art. 13. É de responsabilidade do requisitante da reserva, o recolhimento dos encargos referentes a Direitos Autorais, pelo cumprimento do horário noturno - Lei do Silêncio, legalmente estipulado para uso de música ao vivo ou mecânica, durante a realização do evento.

Parágrafo único: Caso o requisitante da reserva descumpra o disposto sobre o volume do som no contrato firmado e legislação vigente, será responsabilizado nos rigores da lei pela perturbação do sossego, inclusive no que tange ao pagamento de multa.

Art. 14. Todos os materiais de decoração do evento deverão ser retirados do local, quando o evento iniciar na sexta-feira, sábado ou domingo, logo após o término do evento, limitado ao horário de finalização da reserva e/ou entre 8 e 10h, da segunda-feira subsequente.

Parágrafo único: O não cumprimento desta cláusula implicará a multa de nova taxa de utilização, no mínimo.

Art.15. Na semana do evento, o requisitante poderá consultar a secretaria da Subseção para ver se o espaço está liberado um dia útil antes do evento para início da decoração, em horário comercial, com pagamento de taxa adicional. A liberação dos espaços, nestas condições, é uma faculdade da OAB/SC Subseção de Blumenau.

Art. 16. O campo de futebol é destinado à realização de práticas desportivas, exclusivamente.

§ 1º. Para atender a eventos promovidos pela própria OAB/SC, a Diretoria poderá cancelar autorização concedida para uso do campo de futebol, mediante comunicação com 24hs (vinte e quatro horas) de antecedência ao responsável pela reserva.

§ 2º. As luzes e refletores do campo de futebol serão acesas nos horários noturnos, somente até 15 (quinze) minutos antes da efetiva utilização e com no mínimo 10 (dez) atletas em campo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

§ 3º. Em caso de chuvas ou temporais antes da realização de partida de futebol, tanto o Presidente da Comissão de Esportes como funcionário responsável pela manutenção da Sede poderão, ad referendum da Diretoria, interditar ou liberar o campo, sem prévia comunicação ao grupo de interessados pré-agendado.

§ 4º. Anualmente haverá a interdição do campo para manutenção entre os dias 15 de dezembro a 15 de janeiro e 15 de junho a 15 de julho, bem como sempre que for conveniente a juízo e critério da Diretoria da Subseção.

§ 5º. É proibido o uso do campo para realização de casamentos, brinquedos ou qualquer outra atividade não esportiva, mesmo que colocado tablado sobre o gramado;

Art. 17. A OAB/SC – Subseção de Blumenau não se responsabiliza por objetos deixados no interior das suas dependências e nas áreas que o cercam.

Art. 18. A Secretaria da Subseção dará todo suporte operacional para viabilizar a reserva, em horário comercial.

Art. 19. A Diretoria da Subseção manterá atualizados os procedimentos, condições, e taxas definidas.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. A publicação da presente portaria será feita no Diário Eletrônico da OAB e disponibilizada no site oficial da Subseção de Blumenau da OAB/SC, bem como revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, 9 de maio de 2025.

Pedro Cascaes Neto – Presidente

ANEXO I - Valores e

Salão de Festas – Até 200 pessoas

Casamentos, formaturas ou eventos de grande porte

Uso Próprio

•Locação: R$ 525,00

•Limpeza: R$ 690,00. A contratação é diretamente com a empresa CRK, através do telefone 47 99781-0007

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação é diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

•R$ 50,00/hora de uso do ar condicionado

Uso Terceiros

•Locação: R$ 3.175,00

•Limpeza: R$ 690,00. A contratação é diretamente com a empresa CRK, através do telefone 47 99781-0007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação é diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

•R$ 50,00/hora de uso do ar condicionado

Salão de Festas – Até 200 pessoas

Confraternizações de menor porte

Uso Próprio

•Locação: R$ 365,00

•Limpeza: R$ 460,00 (eventos c/ - 100 pessoas) e R$ 690,00 (eventos com + 101 pessoas). A contratação é diretamente com a empresa CRK, através do telefone 47 99781-0007

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação é diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

•R$ 50,00/hora de uso do ar condicionado

Uso Terceiros

•Locação: R$ 1.585,00

•Limpeza: R$ 460,00 (eventos c/ - 100 pessoas) e R$ 690,00 (eventos com + 101 pessoas).

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

•R$ 50,00/hora de uso do ar condicionado

Espaço Gourmet (interno) – Até 35 pessoas

Uso Próprio

•Locação: R$ 210,00

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

•R$ 50,00/hora de uso do ar condicionado

Uso Terceiros

•Locação: R$ 525,00

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

•Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

Churrasqueira 1 (externa) – Até 32 pessoas

Uso Próprio

Locação: R$ 210,00

Uso Terceiros

Locação: R$ 525,00

Churrasqueira 2 (externa) com cancha de bocha – Até 16 pessoas

Uso Próprio

Locação: R$ 210,00

Uso Terceiros

Locação: R$ 525,00

Campo de Futebol – 1h30

Uso Próprio * Acima de 50 % de inscritos OAB/SC

Locação: R$ 63,50

Uso Terceiros

Locação: R$ 105,00

Auditório – até 170 pessoas

Uso Próprio

Locação: R$ 420,00 por turno

Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

Uso Terceiros

Locação: R$ 525,00

Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

Sala do Conselho – até 43 pessoas

Uso Próprio

Locação: R$ 300,00 por turno

Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional). A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

Uso Terceiros

Locação: R$ 400,00

Segurança Patrimonial: R$ 320,00 (8h) + R$40,00 (hora adicional) A contratação diretamente com a empresa Águia, através do telefone 99131-8112. Se a locação ocorrer de segunda a sexta-feira, entre 8 e 22h, não necessitará da contratação de segurança patrimonial.

ANEXO II - Listas de materiais e equipamentos disponibilizados

Churrasqueira 1

Quantidades/tamanho x Itens/Descrição

1Abridor Garrafas

1Amolador Faca – com cabo branco

1Antena TV

1Ar Condicionado 30 mil Btus

1Bacia retangular para carnes – plástico - branca

1Balde

32Cadeiras

1Colher Grande - inox – lisa

1Colher Média – inox - lisa

32Colheres sobremesa - inox – lisa

32Colheres sopa - inox – lisa

1Concha de inox

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

1Cooktop 2 bocas Elétrico

32Copos Cerveja

2Espeto Carne

1Faca Churrasco – cabo madeira - grande

1Faca Churrasco - inox – com cabo branco

32Facas de churrasco - inox – lisa

1Garfo Churrasco – cabo madeira - grande

1Garfo Churrasco – com cabo branco

1Garfo Churrasco – inox - médio

32Garfos inox – lisa

1Geladeira inox

1Lixeira grande

1Lixeira pia

8Mesas

1Pá Bolo inox

1Pano Chão

2Panos Prato

3Pegador Salada Pequeno

1Porta Álcool Gel

1Porta Esponja com detergente

1Porta Toalha Papel

1Prato salada Vidro trabalhado redondo médio

32Pratos Fundos – brancos lisos

32Pratos lanche – brancos lisos

32Pratos Rasos – brancos lisos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

1Rodo

1Tábua Carne – madeira

20Taças Vinho Vidro

1Tapete porta

7Troféus

1TV 42´´

1Vasilha oval de alumínio

1Vassoura

32Xícaras de café com pires – logo OAB

1Caixa plástica com produtos de limpeza e higiene

08Mesas de Plástico

32Cadeiras de Plástico

Churrasqueira 2

Quantidades/tamanhoItens/Descrição

1Abridor de garrafa/vinho

1Ar-condicionado

1Colher extra grande plástico

17Colher grande

23Colher sobremesa

2Concha grande

4Conjunto de caçarolas/panela inox Tramontina

35Copos cristal/água

22Faca

1Faca grande (cabo branco)

1Fogão duas bocas elétrico

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

1Forninho elétrico

21Garfo

1Garfo grande de churrasco (cabo branco)

1Geladeira inox

16Jogo de xícaras OAB (branco)

1Kit para churrasco (1 garfo grande, 1 faca grande – cabo de madeira)

4Pegadores inox multiuso, diversos tamanhos / salada, macarrão

16Prato grande fundo (branco)

20Prato médio fundo (branco)

12Taça cerveja/coquetel

11Taça cristal/vinho

1TV com antena

04Mesas de Plástico

16Cadeiras de Plástico

Salão Principal

Quantidades/tamanhox Itens/Descrição

07Abridor de garrafa/vinho

03Abridor de lata

05Ar condicionado

02Cervejeiras

200Colher de sobremesa

200Colher de sopa

09Colher inox grande arroz

06Concha

95Conjunto de xícaras de café pequena (OAB)

200Copos de vidro

01Espátula de bolo/inox

200Faca

04Faca grande para churrasco (cabo branco)

01Fogão industrial 2 bocas

01Fogão industrial 6 bocas

05Forma de pizza grande

01Forno industrial grande

01Forno industrial pizza

200Garfo

05Garfo grande churrasco

221Garfo lanche

01Geladeira Inox

05Jarras de plástico acrílico - cor marrom

04Jarras de vidro

01Kit limpeza (Caixa organizadora c/ produtos)

01Kit limpeza (Pá, vassoura, rodo)

03Kit limpeza (panos de chão e prato)

01Kit para churrasco (lacrado: faca, garfo grande, afiador)

01Máquina de gelo

01Microondas

13Pegador de macarrão/multiuso

200Prato fundo

144Prato lanche

200Prato raso

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

01Soundbar

01Tábua de cortar carne Madeira

150Taça champagne

149Taça vinho

167Taça escandinava/coquetel

200Taça inox/sobremesa

124Taça lager/cerveja

02Travessa de Vidro transparente sem tampa

01Travessa de Vidro transparente com tampa

15Travessas de porcelana/Grande, Média e Pequena

10Vasilha grande de porcelana

03Vasilha pequena de porcelana

25Mesa redondas tampo escuro

02Mesa redondas tampo claro

05Mesas retangulares

200Cadeiras Estofadas

04Cadeiras infantis

Espaço Gourmet

Quantidades/tamanhoItens/Descrição

01Abridor de garrafa/vinho

01Abridor de lata

01Ar condicionado

02Cervejeira

35Colher de sobremesa

35Colher de sopa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

02Colher inox grande arroz

04Concha

35Conjunto de xícaras de café pequena (OAB)

35Copos de vidro

01Espátula de bolo/inox

35Faca

01Fogão industrial 2 bocas

01Fogão industrial 6 bocas

05Forma de pizza grande

01Forno industrial grande

01Forno industrial pizza

35Garfo

01Garfo de churrasco grande (cabo madeira)

35Garfo lanche

01Geladeira Inox

5Jarras de plástico acrílico - cor marrom

4Jarras de vidro

01Kit limpeza (1 Pá, 1 vassoura, 1 rodo)

03Kit limpeza (1 panos chão e 1 pano prato)

01Kit limpeza (Caixa organizadora c/ produtos)

01Kit para churrasco (lacrado: faca, garfo grande, afiador)

01Máquina de gelo

01Microondas

05Pegadores multiuso

35Prato fundo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

35Prato raso

35Prato lanche

01Soundbar

01Tábua de cortar carne Madeira

35Taça champagne

35Taça vinho

35Taça escandinava/coquetel

35Taça inox/sobremesa

35Taça lager/cerveja

02Travessa de Vidro transparente

01Travessa de Vidro transparente (com tampa)

14Travessas de porcelana/Grande, Média e Pequena

01TV

10Vasilha grande de porcelana

03Vasilha pequena de porcelana

01Cristaleira

02Mesa redondas tampo escuro

05Mesas retangulares

35Cadeiras Estofadas

04Cadeiras infantis

08Cadeiras altas - Bar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CHAPECÓ

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIA

A OAB/SC por sua Subseção de Chapecó notifica a Advogada M.M.D.Q. (por sua advogada: Marilei Martins de Quadros – OAB/SC 14.209) que foi designado audiência de instrução e julgamento nos autos nº 783/2024, ato que realizar-se-á no dia 22/07/2025, às 14h por videoconferência através da plataforma meet. Assim, fica notificado, também, para solicitar, até 24 horas antes da audiência, o link de acesso a sala virtual. Na forma do artigo 59, § 4º do Código de Ética e Disciplina fica responsável por se fazer acompanhar das testemunhas arroladas ou as elas repassar o link de acesso. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: oabchapeco@desbrava.com.br. Tendo em vista que o processo é digital, as manifestações e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo eletrônico no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Subseção no telefone/WhatsApp 49 33222947, Guilherme de Oliveira Matos – Presidente da Subseção da OAB Chapecó.

AUDIÊNCIA

A OAB/SC por sua Subseção de Chapecó notifica o Advogado N.M.D.Q. (por seu advogado: Nilton Martins de Quadros – OAB/SC 16351) que foi designado audiência de instrução e julgamento nos autos nº 783/2024, ato que realizar-se-á no dia 22/07/2025, às 14h por videoconferência através da plataforma meet. Assim, fica notificado, também, para solicitar, até 24 horas antes da audiência, o link de acesso a sala virtual. Na forma do artigo 59, § 4º do Código de Ética e Disciplina fica responsável por se fazer acompanhar das testemunhas arroladas ou as elas repassar o link de acesso. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: oabchapeco@desbrava.com.br. Tendo em vista que o processo é digital, as manifestações e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo eletrônico no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Subseção no telefone/WhatsApp 49 33222947, Guilherme de Oliveira Matos – Presidente da Subseção da OAB Chapecó.

AUDIÊNCIA

A OAB/SC por sua Subseção de Chapecó notifica o Advogado S.M.D.Q. (por seu advogado: Sérgio Martins de Quadros – OAB/SC 9543) que foi designado audiência de instrução e julgamento nos autos nº 783/2024, ato que realizar-se-á no dia 22/07/2025, às 14h por videoconferência através da plataforma meet. Assim, fica notificado, também, para solicitar, até 24 horas antes da audiência, o link de acesso a sala virtual. Na forma do artigo 59, § 4º do Código de Ética e Disciplina fica responsável por se fazer acompanhar das testemunhas arroladas ou as elas repassar o link de acesso. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: oabchapeco@desbrava.com.br. Tendo em vista que o processo é digital, as manifestações e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo eletrônico no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Subseção no telefone/WhatsApp 49 33222947, Guilherme de Oliveira Matos – Presidente da Subseção da OAB Chapecó.

AUDIÊNCIA

A OAB/SC por sua Subseção de Chapecó notifica o Advogado F.G (por seus advogados: Fabiano Gonzaga - OAB/SC 38192 e Ana Carla Müller Dal Moro - OAB/SC 67788) que foi designado audiência de instrução e julgamento nos autos nº 913/2024, ato que realizar-se-á no dia 15/07/2025, às 14h por videoconferência através da plataforma meet. Assim, ficam notificados, também, para solicitar, até 24 horas antes da audiência, o link de acesso a sala virtual. Na forma do artigo 59, § 4º do Código de Ética e Disciplina fica responsável por se fazer acompanhar das testemunhas arroladas ou as elas repassar o link de acesso. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: oabchapeco@desbrava.com.br. Tendo em vista que o processo é digital, as manifestações e requerimentos deverão ser, obrigatoriamente, realizados pelo protocolo eletrônico no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Subseção no telefone/WhatsApp 49 33222947, Guilherme de Oliveira Matos – Presidente da Subseção da OAB Chapecó.

MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO

A OAB/SC por sua Subseção Chapecó notifica a Advogada A.E.D.V. (por sua advogada: Arlete Emília Della Vechia – OAB/SC 15994), **para manifestação acerca do despacho da relatora nos autos nº 795/2024,** conforme art. 69 EAOAB, no prazo de 05(cinco) dias úteis. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados). Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: senhated@oab-sc.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos, as manifestações deverão ser, obrigatoriamente, realizadas pelo protocolo eletrônico no site: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Guilherme de Oliveira Matos – Presidente da Subseção de Chapecó.

FRAIBURGO

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

NOTIFICAÇÃO

DEFESA PRÉVIA

A OAB/SC por Subseção de Fraiburgo notifica o Advogado J.C.C. (por seu advogado: Jean Carlo Cabrera OAB/SC 40.682), para entrar em contato com a Subseção, para tratar de assunto de seu interesse, autos nº 1281/2023, 1282/2023 e 1284/2023, conforme art. 59, § 3º e § 4º do CED. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: senhated@oab-sc.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos, a defesa prévia deverá ser, obrigatoriamente, realizada pelo protocolo eletrônico no site: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Gustavo Fernando Pisetta Rudeck – Presidente da OAB Subseção de Fraiburgo.

DEFESA PRÉVIA

A OAB/SC por Subseção de Fraiburgo notifica a Advogada M.M. (por sua advogada: Mônica Mella OAB/SC 55.977), para entrar em contato com a Subseção, para tratar de assunto de seu interesse, autos nº 1281/2023, 1282/2023 e 1284/2023, conforme art. 59, § 3º e § 4º do CED. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: senhated@oab-sc.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos, a defesa prévia deverá ser, obrigatoriamente, realizada pelo protocolo eletrônico no site: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). Gustavo Fernando Pisetta Rudeck – Presidente da OAB Subseção de Fraiburgo.

JOINVILLE

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIA

A OAB/SC por sua Subseção Joinville notifica os Advogados abaixo relacionados para participarem da audiência do Processo de Representação nº 1004/2021, no dia 17 de julho de 2025, às 10h (Provimento 083/1996-Conselho Federal); a instrução/conciliação se dará em ambiente virtual e será realizada por meio de videoconferência com a utilização da plataforma Zoom; link: https://us02web.zoom.us/j/83657443684?pwd=y1PPERNqZhg9xZmOLCaGrZt7yepSMG.1. Sendo de inteira responsabilidade das partes toda a infraestrutura tecnológica necessária para participação; e a intimação das testemunhas, se houverem; em caso de não comparecimento ou manifestação, o processo prosseguirá na forma legal. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ass.processos@oabjoinville.org.br. Tendo em vista que o processo é digital, as manifestações e requerimentos deverão ser realizados pelo protocolo eletrônico no site; eventuais dúvidas poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Subseção. Joinville, 12 de junho de 2025. Janaína Silveira Soares Madeira - Presidente da Subseção Joinville.

Processo: 1004/2021 Advogada: L. C. (por sua Advogada Lidiane Cunha - OAB/SC 17.627)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Processo: 1004/2021 **Advogada:** L. C. (por seu Advogado Luiz Filipe Brasil Oliveira OAB/SC 46354)

Processo: 1004/2021 **Advogado:** J. S. T. (por seu Advogado Josafa De Souza Tavora - OAB/SC 56.096)

RAZÕES FINAIS

ALEGAÇÕES FINAIS

A OAB/SC notifica o Advogado D. G. N. (Por seu advogado Danielle Gehrmann Nava OAB/SC 20857) para cumprir disposto no §8º do Artigo 59 CED, autos número 218/2022. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ass.processos@oabjoinville.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos as razões finais deverão ser protocoladas em até 15 dias úteis, no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). **Joinville, 25 de junho de 2025 – Janaína Silveira Soares Madeira – Presidente da Subseção de Joinville.**

ALEGAÇÕES FINAIS

A OAB/SC notifica o Advogado E. N. P. (Por seu advogado Estevan Nogueira Pegoraro OAB/SP 246004) para cumprir disposto no §8º do Artigo 59 CED, autos número 218/2022. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ass.processos@oabjoinville.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos as razões finais deverão ser protocoladas em até 15 dias úteis, no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). **Joinville, 25 de junho de 2025 – Janaína Silveira Soares Madeira – Presidente da Subseção de Joinville.**

ALEGAÇÕES FINAIS

A OAB/SC notifica o Advogado M. L. L. (Por seu advogado Andrea de Oliveira Ferreira Bayer OAB/SC 12870) para cumprir disposto no §8º do Artigo 59 CED, autos número 964/2022. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ass.processos@oabjoinville.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos as razões finais deverão ser protocoladas em até 15 dias úteis, no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). **Joinville, 25 de junho de 2025 – Janaína Silveira Soares Madeira – Presidente da Subseção de Joinville.**

ALEGAÇÕES FINAIS

A OAB/SC notifica o Advogado N. L. P. (Por sua advogada Neide Luzia Poffo - OAB/SC 12778) para cumprir disposto no §8º do Artigo 59 CED, autos número 225/2022. Os autos devem ser consultados pelo site da OAB/SC: Serviços/ Área do Advogado/ Processos TED/ Consulta de processos/ Documentos GED/ Funções. (geração de senha de acesso: Serviços/ Área do Advogado/ Geração Senha Advogados) Dúvidas e esclarecimentos por e-mail: ass.processos@oabjoinville.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos as razões finais deverão ser protocoladas em até 15 dias úteis, no site da OAB/SC: Serviços,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Requerimento On-line (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º). **Joinville, 25 de junho de 2025 – Janaína Silveira Soares Madeira – Presidente da Subseção de Joinville.**

MAFRA

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

EDITAL Nº 005/2025

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SANTA CATARINA

26ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC

EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DOS ADVOGADOS(AS) NAS COMISSÕES TEMÁTICAS NO ÂMBITO DA 26ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC

EDITAL Nº 005/2025

A Presidente da 26ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público o edital de reabertura de credenciamento de inscrições de advogados(as) para participarem das Comissões Temáticas no âmbito da 26ª Subseção da OAB/SC. As inscrições estarão abertas a partir da data de publicação deste edital, permanecendo disponíveis, por tempo indeterminado, ao longo da gestão 2025/2027, conforme as disposições estabelecidas neste edital:

1. O cadastramento para os advogados(as) tem como objetivo a participação dos colegas interessados(as) em participar das Comissões Temáticas da OAB 26ª Subseção de Mafra e Itaiópolis. O processo de inscrição será conduzido de acordo com as regras estabelecidas neste edital e tem como finalidade o preenchimento das vagas disponíveis nas referidas Comissões.

2. Os interessados(as) deverão enviar um requerimento de inscrição para o endereço eletrônico oabmafra@gmail.com, contendo as seguintes informações atualizadas:

- Nome completo:

- Número da inscrição na OAB/SC:

- Endereço profissional:

- Telefone para contato:

- WhatsApp:

- E-mail:

- Nome da(s) Comissão(ões) desejada(s):

3. Cada advogado(a) poderá se inscrever em **até 02 (duas)** Comissões Temáticas.

4. Poderão participar todos os advogados(as) regularmente inscritos na OAB/SC, vinculados à 26ª Subseção de Mafra e com atuação nas Comarcas de Mafra e Itaiópolis.

5. As Comissões aptas para inscrição são as elencadas na Portaria nº. 015/2025, quais sejam:

- Comissão da Assistência Social, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos;

- Comissão da Jovem Advocacia;

- Comissão da Mulher Advogada;

- Comissão de Urbanismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

- Comissão de Esportes, Eventos, Valorização e Capacitação da Advocacia;

- Comissão das Prerrogativas da Profissão;

- Comissão de Fiscalização da Profissão;

- Comissão de Direito Penal e Assuntos Prisionais;

- Comissão de Direito Previdenciário;

- Comissão de Direito Público e Moralidade Administrativa;

- Comissão dos Assuntos Extrajudiciais;

- Comissão dos Assuntos Judiciais, Direito Processual e Fomento à Conciliação;

- Comissão de Direito Agrário e do Agronegócio.

6. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria da OAB 26ª Subseção de Mafra/SC.

Mafra/SC, 26 de junho de 2025.

PATRICIA GAIO

Presidente da 26ª Subseção da OAB/SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PALHOÇA

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

EDITAL

EDITAL

EDITAL N. 07/2025 - Abertura de Inscrição da advocacia para participação do Projeto "OAB POR ELAS" Palhoça.

A **Presidente da Ordem dos Advogados Subseção Palhoça** – Seccional Santa Catarina, Dra. Solane Schafer, no uso de suas atribuições resolve abrir inscrições, **de 26 de junho a 25 de julho de 2025**, para o cadastramento de Advogados(as) que aceitem nomeação, em regime de rodízio, para atuação na DPCAMI – Delegacia de Proteção da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Palhoça, orientando as vítimas de violência doméstica hipossuficientes (conforme critérios constantes da Lei nº 1.060/50) e, caso necessário, a promoção de medidas judiciais na área civil (família) e criminal (violência doméstica e familiar), relacionadas ao boletim de ocorrência por elas registrado.

Os(as) Advogados(as) que estejam interessados(as) em participar do "OAB por Elas", o qual destina-se a criação da lista para conduzir ao rodízio quanto ao atendimento às vítimas de violência doméstica hipossuficientes na DPCAMI devem observar as seguintes disposições:

1) Poderão inscrever-se os(as) Advogados(as) regularmente inscritos(as) na OAB/SC, que possam **prestar atendimento presencial** em Palhoça, e que não estejam impedidos(as) ou suspensos(as);

2) Os atendimentos serão realizados na DPCAMI Palhoça, localizada na Rua Capri, 187, Pagani, Palhoça – SC, CEP 88.132-229, em sala disponível aos Advogados(as) plantonistas para o atendimento e orientação jurídica às vítimas hipossuficientes conforme calendário de plantões elaborados pela Delegacia, inicialmente à partir do dia **12.08.2025;**

3) Os atendimentos ocorrerão às terças-feiras, das 13h às 17h, de acordo com o agendamento das vítimas será realizado pela própria DPCAMI, quando da deflagração do boletim de ocorrência ou medida protetiva;

4) Em havendo necessidade de agendamento de retorno, esses ocorrerão às quintas-feiras, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do atendimento inicial, mediante agenda organizada pelos advogados participantes do projeto, no horário das 13h às 17h, sem prejuízo de eventual alteração.

5) Todos os atendimentos serão realizados por uma dupla de advogados e controlados pela ficha de atendimento individual em folha timbrada do Projeto "OAB POR ELAS", a qual deve ser carimbada pela Delegada da DPCAMI, ao final do plantão. Portanto, cada atendimento, ainda que ausente a vítima, deve ser registrado na referida ficha;

6) O atendimento na DPCAMI realizado pelos Advogados(as) inscritos(as) no Projeto "OAB POR ELAS" tem caráter voluntário, não caracterizando qualquer vínculo empregatício, nem tampouco incidindo a cobrança de honorários advocatícios, pelo que deve, no momento da inscrição assinar o Termo de Voluntario;

7) Até o dia seguinte ao seu plantão, o(a) Advogado(o) Voluntário(a) deve enviar cópia das fichas de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

atendimento (carimbadas), dos Boletins de Ocorrência e do Termo de Voluntário para o e-mail oabporleaspalhoca@gmail.com, com o assunto “Atendimento OAB POR ELAS Palhoça”;

8) Quando houver a judicialização dos casos atendidos na DPCAMI, e na impossibilidade de atuação pela Defensoria Pública, a atuação será “pro bono”, observando os preceitos do art. 30 do Código de Ética e Disciplina da OAB;

9) Os casos judicializados seguirão com a devida ficha do atendimento carimbada pela DPCAMI (conforme item 5), boletim de ocorrência, comprovação da hipossuficiência (solicitar certidões de bens móveis e imóveis, contracheques dos últimos 3 meses e/ou extratos bancário de igual período) e demais documentos relativos ao caso;

10) Será obrigatória a manutenção de registro dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto OAB POR ELAS, para emissão de relatório, contendo as informações dos atendimentos e encaminhamentos realizados em cada caso, devendo, portanto, cada voluntário manter atualizadas as informações processuais junto a Coordenação do Projeto, inclusive com cópia dos autos, através do e-mail oabporleaspalhoca@gmail.com, sempre com título OAB POR ELAS Palhoça;

11) Os(as) Advogados(as) com inscrições deferidas serão adicionados(as) ao grupo do whatsapp, criado especialmente para cumprimento do objeto deste Edital e administrado pela Presidente da Comissão de Violência Doméstica, e todas as questões a respeito do Projeto serão tratadas ali, inclusive a publicação da lista do plantão, sempre sob a orientação da Coordenação do Projeto “OAB POR ELAS Palhoça”;

12) Imperioso destacar que os(as) Advogados(as) inscritos(as) neste Edital subordinam-se ao regramento deste e às regras futuras que se fizerem necessárias para o bom andamento dos trabalhos de orientação jurídica às vítimas de violência doméstica, objeto deste Projeto; bem como para atender ao Termo de Cooperação celebrado entre as Instituições envolvidas;

13) Necessário frisar, ainda, para o conhecimento dos(as) Advogados(as) inscritos(as), o artigo 7º do Código de Ética e Disciplina da OAB, “É vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela”, posto o caráter voluntário do Projeto, devendo respeitar os limites impostos neste Edital para a promoção de medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou seja, aquelas perante as Varas da Família e JECrim (medida protetiva) da Comarca Da Capital;

14) Os casos omissos neste Edital devem ser imediatamente reportados à Coordenação do Projeto “OAB POR ELAS”, que tem autoridade para analisar e buscar a melhor solução em cada caso, priorizando sempre o objeto deste Projeto;

15) Os(as) advogados(as) inscritos e habilitados no projeto deverão estar cientes de sua responsabilidade quanto ao comparecimento no dia previamente designado para o atendimento, em dupla.

15.1) Na hipótese de impossibilidade de comparecimento, de um, ou da dupla, deverá/ão, obrigatoriamente, comunicar tal circunstância à Coordenação do Projeto, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, possibilitando empenho de esforços para substituição e, em não sendo possível, a prévia comunicação à Delegacia.

15.2) O não comparecimento sem a devida comunicação e/ou justificativa, no prazo estabelecido, acarretar o desligamento automático do(a) advogado(a) do Projeto, ressalvados os casos de motivo fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

16) É dever dos advogados habilitados, participar dos treinamentos realizados previamente ao início dos atendimentos, sob pena igualmente se serem considerados inaptos para a atuação e atendimentos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Fica estabelecido o seguinte cronograma:

26/06/2025 a 25/07/2025	Período de inscrição
29/06/2025 a 01/08/2025	Validação das inscrições e criação do grupo de whatsapp
04/08/2025 e/ou 06/08/2025	Reunião geral e capacitação com os(as) voluntários(as) com participação obrigatória dos(as) inscritos(as)
12/08/2025	Início dos atendimentos pelos(as) inscritos(as)/habilitados.

III. A(a) Advogado(a) interessado(a) deverá realizar sua inscrição pelo e-mail da Subseção Palhoça – oab@oabpalhoca.com.br, com as seguintes informações e documentos:

Nome completo;

Número de inscrição na OAB;

Endereço para correspondência;

Telefones para contato (inclusive whatsapp);

E-mail.

Registre-se.

Publique-se.

Palhoça/SC, 25 de junho de 2025

Solane Schafer

Presidente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA

PORTARIA Nº 638/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Alex Cezar Klem, inscrito na OAB/SC sob o nº 47806, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 639/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Claudia Meira Guedes, inscrita na OAB/SC sob o nº 71486, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 640/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Bruno Jean da Silva, inscrito na OAB/SC sob o nº 74169, como membro da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 641/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro consultivo da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 642/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Felipe Gonçalves Geitens, inscrito na OAB/SC sob o nº 59987, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 643/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Felipe Maldaner Damke, inscrito no CPF sob o nº 026.143.780-11, como membro consultivo da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 644/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Fellipe Rosa Correia, inscrito na OAB/SC sob o nº 57878, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 645/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Haron de Quadros, inscrito na OAB/SC sob o nº 46497, como membro da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 646/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Juliana Cabral Fermiano, inscrita na OAB/SC sob o nº 72141, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 647/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Juliano da Silva Erhardt, inscrito na OAB/SC sob o nº 68867, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 648/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Karoline Vasconcelos, inscrita na OAB/SC sob o nº 60639, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 649/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Lucas Oliveira Maffei, inscrito no CPF sob o nº 128.861.849-26, como membro consultivo da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 650/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Luiz Fernando Rodrigues, inscrito na OAB/SC sob o nº 64848, como membro da

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 651/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Marcelo Tavares de Souza Campos, inscrito na OAB/SC sob o nº 69274, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 652/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Mateus Kirchner, inscrito na OAB/SC sob o nº 62556, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 653/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Messias de Jesus Alves, inscrito na OAB/SC sob o nº 71194, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 654/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Monique Rosana Martins, inscrita na OAB/SC sob o nº 49403, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 655/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Otavio Luiz Gonçalves Calbuch, inscrito na OAB/SC sob o nº 71671, como membro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 656/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Paulo Henrique Horst Bianchin, inscrito na OAB/SC sob o nº 61618, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 657/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Vanessa Kretiska Medeiros, inscrita na OAB/SC sob o nº 53565, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 658/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Werner Dieiso Lanferdini, inscrito na OAB/SC sob o nº 64669, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 659/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Bancário”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Jamilla Vidal Batista, inscrita na OAB/SC sob o nº 71262, como membro da Comissão de Direito Bancário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 660/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Carolina Souza da Silva Damian, inscrita na OAB/SC sob o nº 71798, como

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 661/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Claudia Chagas e Silva, inscrita na OAB/SC sob o nº 38885, como membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 662/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Antônia Alves de Souza, inscrita na OAB/SC sob o nº 44170, como membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 663/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Fabiana da Conceição Wisintainer, inscrita na OAB/SC sob o nº 66176, como membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 664/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Fernanda Cristina Camargo Rodrigues, inscrita no CPF sob o nº 060.841.709-27, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 665/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 1º. Nomear a Sra. Joseane Vieira, inscrita no CPF sob o nº 052.295.659-93, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 666/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Juliana Oliveira Cabral Machado, inscrita na OAB/SC sob o nº 69542, como membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 667/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Lise Rafaela Menezes da Silva, inscrita no CPF sob o nº 814.773.680-00, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 668/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Manuella Maria Heinemann Pereira, inscrita no CPF sob o nº 085.093.659-46, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 669/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Ranieri Berkenbrock Martins Senes Santos, inscrito no CPF sob o nº 114.102.499-30, como membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 670/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Sandra Penteado, inscrita na OAB/SC sob o nº 29203, como membro da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 671/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Selma Mirapalheta Bastos, inscrita no CPF sob o nº 917.124.160-49, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 672/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Tiago Menezes, inscrito no CPF sob o nº 052.506.849-60, como membro consultivo da Comissão de Direito de Igualdade Racial e Gênero, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 673/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Claudia Chagas e Silva, inscrita na OAB/SC sob o nº 38885, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 674/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Andréia Teresinha Godinho de Souza dos Santos, inscrita na OAB/SC sob o nº 72201, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 675/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Bárbara Aparecida Nunes Souza, inscrita na OAB/SC sob o nº 64654, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 676/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Camila De Souza Pereira, inscrita na OAB/SC sob o nº 70168, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 677/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Cristina Azevedo de Oliveira, inscrita na OAB/SC sob o nº 69671, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 678/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. Crystiane da Cunha Bezerra, inscrita na OAB/SC sob o nº 64427, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 679/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Diego Ferreira da Silva Voloski, inscrito na OAB/SC sob o nº 63023, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 680/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Eduardo João Rodrigues, inscrito na OAB/SC sob o nº 71046, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 681/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Evita de Oliveira Vieira Peron, inscrita na OAB/SC sob o nº 66411, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 682/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Greice Mari de Souza Monteiro, inscrita na OAB/SC sob o nº 72882, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 683/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Jaqueline Chaves, inscrita na OAB/SC sob o nº 44258, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 684/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Joicelaura Silva de Carvalho, inscrita na OAB/SC sob o nº 65380, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 685/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Kleyton Gomes Fonseca, inscrito na OAB/SC sob o nº 69792, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 686/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Leonardo Felaço Matos de Souza, inscrito na OAB/SC sob o nº 72886, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 687/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Lucilane Eduarda Santos, inscrita na OAB/SC sob o nº 71125, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 688/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Luiz Henrique de Sousa, inscrito na OAB/SC sob o nº 47630, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 689/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Luiza Sueli Santos, inscrita na OAB/SC sob o nº 56674, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 690/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Maria Eduarda Barzan Sell, inscrita na OAB/SC sob o nº 64251, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 691/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Mayara Monteiro Barbosa, inscrita no CPF sob o nº 088.688.299-08, como membro consultivo da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 692/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Michele de Barros Fontoura, inscrita na OAB/SC sob o nº 69202, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 693/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Patrícia Lins Ferreira, inscrita na OAB/SC sob o nº 52271, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 694/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Silvia Cristina Possenti, inscrita na OAB/SC sob o nº 63091, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 695/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Tatiane Wisintainer da Silva dos Santos, inscrita na OAB/SC sob o nº 27268, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 696/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito das Sucessões"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Wanessa Latini, inscrita na OAB/SC sob o nº 66545, como membro da Comissão de Direito das Sucessões, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 700/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro consultivo da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 701/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Fernanda Cristina Camargo Rodrigues, inscrita no CPF sob o nº 060.841.709-27, como membro consultivo da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 702/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Guilherme de Souza Hillesheim, inscrito no CPF sob o nº 122.273.169-00, como membro consultivo da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 703/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Eventos"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Joseane Vieira, inscrita no CPF sob o nº 052.295.659-93, como membro consultivo da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 704/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Karla de Oliveira da Silva, inscrita na OAB/SC sob o nº 40944, como membro da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 705/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Leonardo Lopes de Almeida Amazonas Carvalho, inscrito na OAB/SC sob o nº 42359, como membro da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 706/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Mayara Cabral Ribeiro, inscrita na OAB/SC sob o nº 57402, como membro da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 707/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Eventos"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Mayara Monteiro Barbosa, inscrita no CPF sob o nº 088.688.299-08, como membro consultivo da Comissão de Eventos, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 708/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Alex Cezar Klem, inscrito na OAB/SC sob o nº 47806, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 709/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Esporte e Lazer"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro consultivo da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 710/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Esporte e Lazer"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Felipe Maldaner Damke, inscrito no CPF sob o nº 026.143.780-11, como membro consultivo da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 711/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Fellipe Rosa Correia, inscrito na OAB/SC sob o nº 57878, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 712/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. Karem Raimondi Martins, inscrita na OAB/SC sob o nº 54247, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 713/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Esporte e Lazer”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Laleska Wronski da Silva, inscrita no CPF sob o nº 016.072.182-24, como membro consultivo da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 714/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Leonardo Lopes de Almeida Amazonas Carvalho, inscrito na OAB/SC sob o nº 42359, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 715/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Roberta Petry, inscrita na OAB/SC sob o nº 70542, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 716/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Werner Dieiso Lanferdini, inscrito na OAB/SC sob o nº 64669, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 717/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Esporte e Lazer”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Marcos Vinicius Martins, inscrito na OAB/SC sob o nº 51039, como membro da Comissão de Esporte e Lazer, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 718/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Claudia Chagas e Silva, inscrita na OAB/SC sob o nº 38885, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 719/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Claudia Meira Guedes, inscrita na OAB/SC sob o nº 71486, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 720/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Andréia Teresinha Godinho de Souza dos Santos, inscrita na OAB/SC sob o nº 72201, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 721/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 722/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Kerolyn Sabrina de Souza, inscrita no CPF sob o nº 096.987.729-36, como membro consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 723/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Luciano Pastor, inscrito no CPF sob o nº 150.018.698-89, como membro consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 724/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Maria Aparecida Francisco, inscrita na OAB/SC sob o nº 64523, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 725/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Michelle Coutinho de Azevedo Carvalho, inscrita na OAB/SC sob o nº 33140, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 726/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Nayana Maria de Oliveira, inscrita na OAB/SC sob o nº 70241, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 727/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Mediação e Conciliação"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Richeli Manoel Mattos de Carvalho, inscrito na OAB/SC sob o nº 39193, como membro da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 728/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Silvana Ester Testa Freitas, inscrita no CPF sob o nº 387.612.890-00, como membro consultivo da Comissão de Mediação e Conciliação, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 729/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Municipal"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Cristiano Rodrigues da Rocha, inscrito na OAB/SC sob o nº 19126, como membro da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 730/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Municipal"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Greicy Schneider da Silva Schmitt, inscrita no CPF sob o nº 071.075.599-66, como membro consultivo da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 731/2025

“Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Municipal”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Higor Custódio de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 456.908.038-39, como membro consultivo da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 732/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Municipal”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Igor Vinicius Pereira Bergental, inscrito na OAB/SC sob o nº 71149, como membro da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 733/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito Municipal”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Joao Villanova Gallardo, inscrito na OAB/SC sob o nº 25546, como membro da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 734/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Municipal"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Mairine do Nascimento da Silva, inscrita no CPF sob o nº 061.368.599-71, como membro consultivo da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 735/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Municipal"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Nilson João Espíndola, inscrito na OAB/SC sob o nº 34359, como membro da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 736/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Municipal"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Roger Antonio Lamin, inscrito na OAB/SC sob o nº 65244, como membro da Comissão de Direito Municipal, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 737/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Alex Cezar Klem, inscrito na OAB/SC sob o nº 47806, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 738/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Cláudia Meira Guedes, inscrita na OAB/SC sob o nº 71486, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 739/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Karla Weber, inscrita na OAB/SC sob o nº 73523, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 740/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Ana Luisa Antunes Do Nascimento, inscrita na OAB/SC sob o nº 73560, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 741/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro consultivo da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 742/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Cassiano Ricardo de Oliveira, inscrito na OAB/SC sob o nº 73988, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 743/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Fábio Arlindo Weber, inscrito na OAB/SC sob o nº 54602, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 744/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Fernanda Cristina Camargo Rodrigues, inscrita no CPF sob o nº 060.841.709-27, como membro consultivo da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 745/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Gil Norton Amorim, inscrito na OAB/SC sob o nº 68885, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 746/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Greicy Schneider da Silva Schmitt, inscrita no CPF sob o nº 071.075.599-66, como membro consultivo da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 747/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Hariany Alvenir Barcelos de Souza, inscrita na OAB/SC sob o nº 45511, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 748/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Juliana Cabral Fermiano, inscrita na OAB/SC sob o nº 72141, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 749/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Juliana Oliveira Cabral Machado, inscrita na OAB/SC sob o nº 69542, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 750/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Karoline Vasconcelos, inscrita na OAB/SC sob o nº 60639, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 751/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Kleyton Gomes Fonseca, inscrito na OAB/SC sob o nº 69792, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 752/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Luiz Fernando de Souza, inscrito na OAB/SC sob o nº 73603, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 753/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Rayane Sygrid dos Santos do Nascimento, inscrita na OAB/SC sob o nº 69136, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 754/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Thiago Cezar Goedert, inscrito na OAB/SC sob o nº 70135, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 755/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Thiago Peron Böell Vieira, inscrito na OAB/SC sob o nº 34056, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 756/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. Valdirene Pereira, inscrita na OAB/SC sob o nº 70264, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 757/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Rafael Pagani Luz, inscrito na OAB/SC sob o nº 66524, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 758/2025

“Nomeia Membro da Comissão de Direito do Consumidor”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Jamilla Vidal Batista, inscrita na OAB/SC sob o nº 71262, como membro da Comissão de Direito do Consumidor, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 759/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Alexandro Marina, inscrito na OAB/SC sob o nº 33104, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 760/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Cassiano Ricardo de Oliveira, inscrito na OAB/SC sob o nº 73988, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 761/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Felipe Amaral, inscrito no CPF sob o nº 467.713.378-63, como membro consultivo da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 762/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Felipe Gonçalves Geitens, inscrito na OAB/SC sob o nº 59987, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 763/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Desportivo"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Felipe Maldaner Damke, inscrito no CPF sob o nº 026.143.780-11, como membro consultivo da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 764/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Fellipe Rosa Correia, inscrito na OAB/SC sob o nº 57878, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 765/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Hévila Meyer da Silva, inscrita na OAB/SC sob o nº 56145, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 766/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Isaque Vitor Alves, inscrito na OAB/SC sob o nº 72465, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 767/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Karoline Vasconcelos, inscrita na OAB/SC sob o nº 60639, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 768/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Desportivo"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Lucas Oliveira Maffei, inscrito no CPF sob o nº 128.861.849-26, como membro consultivo da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 769/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Mateus Kirchner, inscrito na OAB/SC sob o nº 62556, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 770/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Natan Felipe Alcântara, inscrito no CPF sob o nº 099.936.689-07, como membro consultivo da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 771/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. Otavio Luiz Gonçalves Calbuch, inscrito na OAB/SC sob o nº 71671, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 772/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. Sara Kremer de Souza, inscrita na OAB/SC sob o nº 55230, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 773/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Tiago Fernandes Hugen, inscrito na OAB/SC sob o nº 50667, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 774/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Valdir Manoel Rodrigues Neto, inscrito na OAB/SC sob o nº 66937, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 775/2025

"Nomeia Membro da Comissão de Direito Desportivo"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Werner Dieiso Lanferdini, inscrito na OAB/SC sob o nº 64669, como membro da Comissão de Direito Desportivo, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 776/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Ana Paula Batista, inscrita no CPF sob o nº 028.157.839-75, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 777/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Carolina Roseli Vieira, inscrita no CPF sob o nº 117.846.459-82, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 778/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Dr. Fellipe Rosa Correia, inscrito na OAB/SC sob o nº 57878, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 779/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Gilmar Gonçalves Machado Junior, inscrito no CPF sob o nº 049.972.619-71, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 780/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Guilherme de Souza Hillesheim, inscrito no CPF sob o nº 122.273.169-00, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 781/2025

“Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Indaia de Campos, inscrita no CPF sob o nº 084.739.849-86, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 782/2025

“Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico”

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. Kerolyn Sabrina de Souza, inscrita no CPF sob o nº 096.987.729-36, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 783/2025

“Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Manoela Silva Borges, inscrita no CPF sob o nº 076.351.895-65, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 784/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Maria José dos Santos Amarante, inscrita no CPF sob o nº 010.286.674-00, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 785/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Mayara Monteiro Barbosa, inscrita no CPF sob o nº 088.688.299-08, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 786/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Patrick da Silva Mendes, inscrito no CPF sob o nº 112.624.779-05, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 787/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. Paulo Vinícius Gevarowsky de Morais, inscrito no CPF sob o nº 094.011.259-02, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 788/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Rodrigo dos Santos Gomes, inscrito no CPF sob o nº 218.234.258-36, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 789/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. Vinicius Stein Ceola, inscrito no CPF sob o nº 085.963.259-80, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 790/2025

"Nomeia Membro da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. Alessandra Yasmim Azevedo, inscrita no CPF sob o nº 132.032.929-20, como membro da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 791/2025

"Nomeia Presidente da Comissão do Acadêmico"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Retificar a Portaria nº 93/2025, nomeando o Sr. Felipe Maldaner Damke, inscrito no CPF sob o nº 026.143.780-11, como presidente da Comissão do Acadêmico, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 792/2025

"Nomeia Membro Consultivo da Comissão de Direito Previdenciário"

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Dra. Mariana Goulart da Silva Ghizoni, inscrita na OAB/SC sob o nº 23825, como membro consultivo da Comissão de Direito Previdenciário, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 10 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

PORTARIA Nº 793/2025

"Nomeia Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Direito Animal – OAB + Pet"

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dra. Beatriz Peres Martins, inscrita na OAB/SC sob o nº 64621, como vice-presidente da Comissão de Defesa do Direito Animal – OAB + Pet, Subseção de Palhoça, triênio 2025-2027.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Palhoça/SC, em 16 de junho de 2025.

Solane Schafer

Presidente da 29ª Subseção da OAB/SC – PALHOÇA

SÃO JOSÉ

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA Nº 1125/2025/OAB-SJ

O Presidente da 28ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VI do Regimento Interno da OAB/SC,

RESOLVE:

Nomear a Advogada Emilly dos Santos Klausen – OAB/SC 73.054, como Secretária da Comissão de Direito Empresarial.

Registre-se.

Cumpra-se.

São José (SC), 25 de junho de 2025.

Pedro A. Ferrari Junior

Presidente da 28ª Subseção da OAB/SC

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

SÃO JOSÉ

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

PORTARIA Nº 1124/2025/OAB-SJ

O Presidente da 28ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VI do Regimento Interno da OAB/SC,

RESOLVE:

Nomear a Advogada Tania Susete Nikitenko – OAB/SC 69.367, como membro da Comissão de Assuntos Prisionais e Tribunal do Júri.

Registre-se.

Cumpra-se.

São José (SC), 24 de junho de 2025.

Pedro A. Ferrari Junior

Presidente da 28ª Subseção da OAB/SC

SOMBRIO

Santa Catarina, data da disponibilização: 26/06/2025

DIRETORIA

RAZÕES FINAIS

RAZÕES FINAIS

A OAB/SC notifica os Advogados abaixo relacionados para cumprirem o disposto no § 8º do artigo 59 CED (razões finais), nos processos em referência; o processo eletrônico poderá ser acessado pelo site: Serviços/ Area do Advogado/ Acesso ao Sistema. Contato em caso de dúvida: sombrio@oab-sc.org.br. Tendo em vista que os processos são eletrônicos a manifestação deverá ser protocolada no site da OAB/SC: Serviços, Requerimento On-line, Requerimentos Tribunal de Ética e Disciplina (Provimento nº 176/2017-CF, art. 2º).

PROCESSO Nº 1149/2023 E.C.S (Por seu advogado: Emir Chaquibe Souki – OAB/SC 12.881).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSELHO SECCIONAL - SÃO PAULO

São Paulo, data da disponibilização: 26/06/2025

CONSELHO PLENO

CONVOCAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA – JULHO/2025

O CONSELHO PLENO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO SÃO PAULO, reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia 21 de julho de 2025, a partir das 9 horas, com prosseguimento no período vespertino, em formato híbrido, em sua Sede Institucional (Rua Maria Paula, 35, Centro, Capital) e por meio da plataforma Zoom Meetings, quando serão deliberados e julgados os processos incluídos em pauta.

São Paulo, 25 de junho de 2025.

Leonardo Sica

Presidente

NOTIFICAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO

O CONSELHO PLENO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO SÃO PAULO, realizará sua Sessão Ordinária no dia 21 de julho de 2025, ocasião em que serão deliberados e julgados os processos disciplinares pautados a partir das 14 horas. A sessão ocorrerá em formato híbrido, na Sede Institucional da OAB SP (Rua Maria Paula, 35, Centro, São Paulo, SP) e de maneira remota, por meio da plataforma Zoom Meetings, ficando as partes a seguir notificadas. Ressaltamos que havendo pretensão em sustentar oralmente, deverá haver prévia manifestação, se por meio virtual ou presencial, no prazo de 5 (cinco) dias a contar desta publicação, através do peticionamento eletrônico - https://peticionamento.oab.org.br/. A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento. ORDEM DO DIA: **1) 25.0000.2024.088749-6 – Impugnação Eleitoral –** (Partes Interessadas: Subseção de Santana de Parnaíba - Comissão Eleitoral do Conselho Seccional de São Paulo – Chapa "Renovação e Inovação" – R.V.R. - OAB/SP nº 217.767 - Chapa "União e Prerrogativa" – D.S.M. - OAB/SP nº 247.630 – S.A. – OAB/SP nº 378.901 – V.B.P. – OAB/SP nº 378.920) **– 2) Proc. nº 25.0000.2024.035226-0 (PD. Originário nº 20R0001042021) – Representado:** J.R.S. - (**Advs.:** João Rodrigues dos Santos – OAB/SP nº 352.821 – **Def. Dativo(a)**: Rinaldo de Novaes Gomes - OAB/SP nº 398.601) - **3) Proc. nº 25.0886.2024.006045-1 (PD. Originário nº 13012R0001392017) – Representado:** M.A.S. **– (Advs.**: Marco Antônio dos Santos – OAB/SP nº 107.197 - **Advs.:** Flaviano Adolfo de Oliveira Santos - OAB/SP nº 267.147 - Victória Andrade Pecorari - OAB/SP nº 426.468) **– 4) Proc. nº 25.0886.2024.007988-0 (PD. Originário nº 13R0000052019) – Representado:** A.C.C.N. **– (Adv.**: Antônio Carlos Capela Novas – OAB/SP nº 335.228 - **Adv.**: Maria Cláudia de Seixas – OAB/SP nº 88.552) **– 5) Proc. nº 25.0886.2024.005868-2 (PD. Originário nº 13R0000302020) – Representado:** G.C.S.O. **– (Adv.**: Gustavo Caropreso Soares de Oliveira – OAB/SP nº 328.186 – **Def. Dativo(a)**: Charles Jean Fusco– OAB/SP nº 191.263) – **6) Proc. nº 25.0000.2024.035171-8 (PD. Originário nº 23R0003452019) – Representado:** M.A.R. **– (Adv.:** Marco Antônio Rotundo - OAB/SP nº 96.224 – **Def. Dativo(a):** Palloma

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Parola Del Boni Ramos – OAB/SP nº 359.552) - **7) Proc. nº 25.0000.2024.034908-6 (PD. Originário nº 14R0000242019) 0- Representada: M.A.S. (**Maria Aparecida da Silva - OAB/SP nº 119.550 - **Adv.:** Gustavo Tuller Oliveira Freitas - OAB/PR nº 54.411**) - 8) Proc. nº 25.0000.2024.039301-0 (NOX nº 494.925)** - (Interessado: E.Q. - **Advs.:** Fahd Dib Júnior - OAB/SP nº 225.274 - Claudio Ricardo de Castro Campos - OAB/SP nº 111.868 - Mauro Antonio Servilha - OAB/SP nº 175.969).

São Paulo, 25 de junho de 2025.

Leonardo Sica

Presidente

CÂMARAS RECURSAIS

ACÓRDÃO

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

1 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Embargos Processo 25.0000.2024.089284-1: Representante: Hama Artigos para Cabelereiros LTDA (Repte. Legal: Hamilton Ferreira e Maria Madalena Guedes Ferreira) (Adv.: Armando Dutra Nogueira – OAB/MG 31.378, Breno Caio Janhsen – OAB/MG 104.062 e Luciana Monteiro Nogueira – OAB/SP 136.355). Representado(a): S.A.O. – OAB/MG 57.964 (Adv.: Conrado Di Mambro Oliveira – OAB/MG 84.291, Marcelo Pereira Mantuano – OAB/MG 83.065, Bruno de Aguiar Flores – OAB/RJ 182.268, Bernardo Grossi Coelho – OAB/MG 101.412, Caio César M. de B. Arcanjo – OAB/MG 177.695, Gabriel Carvalho Nascimento – OAB/MG 162.981).

ACÓRDÃO N. 35228

EMENTA

1. EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS EM FACE DE SUPOSTA OMISSÃO DO ACÓRDÃO. 2. ACÓRDÃO QUE EXPRESSAMENTE TRATOU DO TEMA APONTADO. 3. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO LEGAL DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO INTEGRATIVO. 4. EMBARGOS CONHECIDOS, MAS REJEITADOS.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração interpostos, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício e relator

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

2 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Recurso Processo 25.0886.2023.000113-5: Representante: Amil Assistência Médica Internacional S.A (Adv.: Marco André Honda – OAB/SP 450.755). Representado(a): R.C.I. - OAB/SP 279.774 (Adv.: Carlos Gonçalves Junior – OAB/SP 183.311, Miguel Angelo Salles Manente – OAB/SP 113.353 e Rafael Rodrigo Bruno – OAB/SP 221.737).

ACÓRDÃO N. 35229

EMENTA

1. DESPROVIMENTO DO RECURSO NO QUAL AS IMPUTAÇÕES DIVORCIAM-SE DA PROVA APRESENTADA. 2. NÃO SE INSTAURA PROCESSO DISCIPLINAR, A EXEMPLO DO QUE OCORRE NO PROCESSO PENAL, SEM QUE HAJA JUSTA CAUSA PARA A IMPUTAÇÃO. 3. A REPRESENTADA NÃO INCORREU EM QUALQUER DAS IMPUTAÇÕES APONTADAS, VALE DIZER, NÃO MERCANTILIZOU A PROFISSÃO E NEM ANGARIOU INDEVIDAMENTE CLIENTELA. 4. ARQUIVAMENTO MANTIDO.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por unanimidade, negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício e relator

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

3 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Recurso Processo 25.0886.2024.002590-7: Representante: Sra. Fani Santos. Representado(a): M.A.D.B. (Adv.: Marcos Antônio Durante Bussolo – OAB/SP 289.096).

ACÓRDÃO N. 35229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EMENTA

RECURSO INTERPOSTO PERANTE A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL, CONTRA DECISÃO DA QUINTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA.

DADO PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, POR UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por unanimidade, em dar provimento ao recurso interposto, para absolver o representado da sanção imposta determinando o arquivamento dos autos, nos termos do voto da relatora.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício

Natália de Vincenzo Soares Martins – Relatora

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

4 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Recurso Processo 25.0886.2024.001662-6: Representante: O.D.L. – OAB/SP 30.480 (Adv.: Luiz Orlando Costa de Andrade – OAB/SP 220.312). Representado(a): L.S.M.M.P. – OAB/SP 290.609 (Adv.: Lahria Sthefani Mota Moreira Pinto – OAB/SP 290.609).

ACÓRDÃO N. 35232

EMENTA

RECURSO INTERPOSTO PERANTE A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL, CONTRA DECISÃO DA QUINTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA.

DADO PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, POR MAIORIA.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por maioria, em dar provimento ao recurso interposto, a fim de julgar procedente a representação e aplicar à representada a pena de censura convertida em advertência com ofício reservado, por configurada a violação ao artigo 14, do CED, nos termos do voto da relatora.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício

Natália de Vincenzo Soares Martins – Relatora

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

5 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Recurso Processo 25.0000.2025.003513-6: Representante: Gilmar Gomes de Lima. Representado(a): P.E.S.S. – OAB/SP 441.654 (Adv.: Pedro Emanuel de Sena Santos – OAB/SP 441.654).

ACÓRDÃO N. 35243

EMENTA

PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO ALEGAÇÃO POR ABANDONO DE CAUSA – ART. 15, CED E ART. 34, INCISO XI, EAOAB. REPRESENTAÇÃO FUNDAMENTADA NO FATO DE QUE O PROCURADOR SE NEGOU A PRESTAR INFORMAÇÕES. A PARTE REPRESENTADA NÃO COMETEU INFRAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL. NÃO ESTÃO PRESENTES PROVAS DE POSSÍVEL PRÁTICA OU VIOLAÇÃO DE PRECEITO DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por unanimidade, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto da relatora.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício

Mônica Aparecida Gonçalves – Relatora

CÂMARAS RECURSAIS – ACÓRDÃO

6 – "Art. 69. EAOAB - Todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, nos processos em geral da OAB, são de quinze dias, inclusive para interposição de recursos.

§ 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário. (NR)146.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Recurso Processo 25.0886.2023.000171-9: Representante: Sr. Rodrigo de Assis dos Santos. Representado(a): E.C.A.F.S. (Adv.: Evandro Coragem Alves Fernandes da Silva - OAB/SP 368.963).

ACÓRDÃO N. 35230

EMENTA

RECURSO INTERPOSTO PERANTE A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL, CONTRA DECISÃO DA VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, POR UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e examinados estes autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara Recursal do Conselho Secional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 29 do Regimento Interno – OAB/SP, por unanimidade, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto da relatora.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2025.

Alberto Zacharias Toron – Presidente em exercício

Natália de Vincenzo Soares Martins - Relatora

EDITAL DE CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO – CÂMARAS RECURSAIS

PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/QUARTA CÂMARA RECURSAL – OAB/SP

19 Recurso Processo 25.0886.2024.007255-7 - Pelo presente edital, fica o(a) Requerente: P.R.C.S. (Adv. Paulo Rogerio da Costa e Silva – OAB/SP 263.199) – Recorrido: Sr. Alexandre Jose da Silva, cientificados(as) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 11h00m, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º Andar – Sé - São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO – CÂMARAS RECURSAIS

PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/QUARTA CÂMARA RECURSAL – OAB/SP

20 Recurso Processo 25.0886.2024.007190-9 - Pelo presente edital, fica o(a) Requerente: C.R.O. – OAB/SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

264.717 (Adv. . Fernando Faria Junior - OAB/SP 258.717) – Recorrido: Sra. Fernanda Colombo Scanhoela Santos (Adv.: Mateus Moreira Acedo - OAB/SP 351.249), cientificados(as) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 11h00m, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º Andar – Sé - São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO – CÂMARAS RECURSAIS

PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/QUARTA CÂMARA RECURSAL – OAB/SP

21 Recurso Processo 25.0886.2023.001802-4 - Pelo presente edital, fica o(a) Requerente: Denise Pinheiro de Souza Notarnicola – Recorrido: P.S.G.V. - (Adv.: Paulo Sergio de Godoy e Vasconcellos - OAB/SP 282.276), cientificados(as) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 11h00m, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º Andar – Sé - São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

01. Recurso Processo 25.0886.2023.008151-2: Representante: Sr. Fernando do Prado. Representado: S.P.S. (Adv.: Dra. Sueli Pereira de Sousa – OAB/SP 223.008), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

02. Recurso Processo 25.0886.2024.007104-0: Entidade Representante: 2ª Vara de Comarca de Mairiporã. Representado: V.B.L (Adv.: Valdir Barboza Lima – OAB/SP 260.817, Dr. Marcio Yukio Tamada – OAB/SP 114.273 – Defensor), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

03. Recurso Processo 25.0886.2024.011585-0: Autoridade Representante: 2ª Vara Federal de SJCAMPOS. Representado: S.P.C.T. (Adv.: Dr.: Sergio Paulo de Camargo Tarcha – OAB/SP 138.305, fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

04. Recurso Processo 25.0886.2024.003016-7: Representante: Sr. João Romero Gomes. Representada: L.M.F. (Adv.: Luciana Ramos de Freitas – OAB/SP 119.698), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

05. Recurso Processo 25.0886.2024.003836-7: Representante: Sra. Marli Felipow. Representada: T.I.LT. (Adva.: Tzvetana Inês Loureiro Tzankova – OAB/SP 153.749), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

06. Recurso Processo 25.0886.2024.008487-8: Representante: Sr. Armando Zangirolami Filho. Representados: R.A.C (Adv.: Renato de Almeida Caldeira – OAB/SP 154.975) e D.L.D.C (Adv.: Daniela Luppi Domingues Caldeira – OAB/SP 163.426), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

07. Recurso Processo 25.0886.2023.001085-6: Representante: Sra. Ivete Cunha Borges (Adv.: Dra. Alessandra Cereja Sanchez OAB/SP 141.046, Rodrigo Mourao Veiga OAB/SP 141.684 e Jacques de Oliveira Ferreira OAB/SP 141.063). Representado: R.O.F – (Adv.: Dr. Renor Oliveira Filho – OAB/SP 254.673), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

08. Recurso Processo 25.0886.2023.008208-0: Autoridade Representante: 11ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro. Representado: E.S.N OAB/SP 246.261 (Advs.: Dr. Emerson Mazzei Medina Luisi OAB/SP 363.172, Dra. Roberta Fabiana Zugaib Kyriakopoulou OAB/SP 166.795, Dr. Roberto Crunfli Mendes OAB/SP 261.792 e Dra. Wandete Cecilia Lins de Oliveira OAB/SP 165.130), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

09 .Recurso Processo 25.0886.2023.008217-9: Autoridade Representante: 14ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro. Representado: P.D.A.C – (Adv.: Dra. Paula Dandara de Almeida Costa – OAB/SP 403.220), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

10.Recurso Processo 25.0886.2024.004924-5: Representante: Sra. Tatiane Priscila Aguire Marão (Adv.: Dr. Luiz Antonio Lourenço da Silva – OAB 81.567). Representado: R.C.B OAB/SP 115.258 (Adv.: Dr. Jeferson Iori – OAB/SP 112.602), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

11. Recurso Processo 25.0886.2024.011632-0: Entidade Representante: 5ª Vara Cível Comarca de Taubaté. Representado: T.H.S – (Adv.: Dr. Tonyson Henrique Santos – OAB/SP 366.258-A), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

12.Recurso Processo 25.0886.2023.008215-2: Autoridade Representante: 10ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo. Representado: E.T.A (Adv.: Dr. Eder Tokio Asato OAB/SP 123.844) e E.P.C.L (Adv.: Dr.: Eleine Primi Correa Lima OAB/SP 80.084), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

13.Recurso Processo 25.0886.2023.002891-1: Representante: Sr. Abdel Farache. Representado: G.M.J. OAB/SP 252.861 (Adv.: Dra. Auriane Vazquez Stocco – OAB/SP 222.459), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

14. Embargos de Declaração Processo 25.0000.2024.089258-2: Interessado: Luxor Engenharia Construções e Pavimentação LTDA – (Advs.: Dr.: Murilo José da Luz Alvarez OAB/SP 187.891 e Ricardo Bueno Machado Florence OAB/SP 169.075) Embargante: M.A.A. – OAB/SP 292.445 (Adv.: Dr. Carlos Antonio Alexandrino da Silva – OAB/SP 166.972), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

15. Recurso Processo 25.0886.2024.009078-0: Representante: Sra. Sandra Francisca de Moraes Santos (Adv.: Dra.: Carolina Marques Mendes – OAB/SP 296.392) Representados: M.F.A.S (Adv.: Dra. Maria de Fatima Andrade e Silva OAB/SP 291.929-B), F.E.S.V (Adv.: Dr. Francisco Evandro Silva Venceslau OAB/SP 229.233), M.R.B.C (Adv.: Dr.: Milton Rubens Bernardes Calves OAB/SP 34.274), M.E.M.B (Adv.: Dr.: Marcelo Eduardo Mohrle Bueno OAB/SP 140.636), e R.F.C.S OAB/SP 377.746 (Adv.: Dra. Maria de Fatima Andrade e Silva OAB/SP 291.929-B, Dr. Francisco Evandro Silva Venceslau OAB/SP 229.233 e Dr.: Milton Rubens Bernardes Calves OAB/SP 34.274) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

16. Recurso Processo 25.0886.2024.007997-0: Representante: Sr. José Carlos Barbosa Junior. Representado: E.A.G OAB/SP 220.098 (Adv.: Dr. Sergio Ricardo Cruz Quinezi OAB/SP 146.611) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 10 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

17. Recurso Processo 25.0886.2024.005252-5: Representantes: R.G.Z. (Adv.: Rodrigo Gonçalves Zanini - OAB/SP 450.132) e M.C.R. (Adv.: Mateus Chequer Reis - OAB/SP 453367). Representados: O.S.C. (Adv.: Osmar dos Santos Cassiano - OAB/SP 359.950) e I.A.P. - OAB/SP 124178 (Adv.: Aloysio Augusto Paz de Lima Martins, OAB/SP 227.219-A, Gabriel Silveira da Rocha OAB/RJ 187.125, Karin Janackovic de Oliveira Wanderley OAB/RJ 167040, Louise Caldwell OAB/RJ 249.156, Marcelo Ferreira Figueredo OAB/RJ 208.076, Mariana da Fonte Ferreira Sardinha OAB/RJ 199.187, Rubem Serra Ribeiro OAB/SP 198.305) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

18. Recurso Processo 25.0886.2024.008032-2: Representante: J.R.V. (Adv.: Dr.: Jairo Ramos Vieira OAB/SP 57.681). Representado: F.N.C. (Adv.: Dr.: Fábio Nilton Corassa OAB/SP 268.044) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

19. Recurso Processo 25.0886.2024.012155-1: Representante: Sr. Antonio Cavalcanti de Albuquerque Lacombe. Representado: R.S.F.M. (Adv.: Dr.: Rodolpho Sandro Ferreira Martins OAB/SP 189.895) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

20. Recurso Processo 25.0886.2024.000271-6: Representante: Sr. Mauricio Baldin Rick. Representado: C.F.L (Adv.: Dr.: Claudemir Ferreira da Luz OAB/SP 146.366) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

21. Embargos de Declaração Processo 25.0886.2024.001497-4: Interessada: Sra. Ivone Aquino - \ME (Adv.: Dra.: Vivian Astolpho dos Santos OAB/SP 312.010). Embargante: E.V.S (Adv.: Dr.: Edimilson Ventura dos Santos – OAB/SP 278.182) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

22. Recurso Processo 25.0886.2024.003730-5: Representante: Sra. Leila Darci Joao Gama – (Adv.: Dr.: Enio de Moraes Pestana Junior – OAB/SP 344.961). Representado: R.P – OAB/SP 285.814 – (Adv.: Dr.: Valter Albino da Silva – OAB/SP 212.459) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

23. Recurso Processo 25.0886.2024.003198-4: Representante: Sra. Melissa Bove Machado (Adv.: Dr.: Adolfo Raphael Silva Mariano de Oliveira OAB/SP 440.251). Representado: M.M.L. OAB/SP 288.360 (Advs.: Drs.: Eduardo Aurelio Fernandes Gilberti OAB/SP 426.811, Lucas Pinto Miguel OAB/SP 289.824, Marco Aurelio Gilberti Filho OAB/SP 112.010 e Setimio Salerno Miguel OAB/SP 67.543) fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 13 horas e 30 minutos, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

EDITAL DE CHAMAMENTO - CÂMARAS RECURSAIS

CONVOCAÇÃO/PAUTA DE JULGAMENTO HÍBRIDA/SEGUNDA CÂMARA RECURSAL - OAB/SP

24. Recurso Processo 25.0886.2024.007142-0: Representante: 2ª Vara do Foro de Mairiporã. Representado: C. M. L. S. (Adv:. Clayton Moraes Lourenço dos Santos OAB/SP 324.553 e Dra. Roberta Costa Pereira da Silva OAB/SP 152.941 - Defensora), fica(m) cientificado(s) de que foi designado o dia 22 de julho de 2025, a partir das 9 horas, para sessão híbrida de julgamento, na Rua Maria Paula, 35 – 2º andar – São Paulo/SP.

Pretendendo sustentar oralmente (quando cabível), deverá a parte manifestar sua pretensão formalmente nos autos.

O link para acesso à sessão na plataforma Zoom Meetings será disponibilizado nos autos.

As manifestações em processos digitais devem ser feitas no link https://peticionamento.oab.org.br/

A presença/participação das partes não é obrigatória e não obstará o julgamento.

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

ACÓRDÃO

ACÓRDÃO Nº 2905 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO. LOCUPLETAMENTO À CUSTA DO CLIENTE E RECUSA INJUSTIFICADA EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARCIAL PROCEDÊNCIA. PENA DE SUSPENSÃO CUMULADA COM MULTA, COM RECOMENDAÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração de locupletamento à custa do cliente, com violação às regras do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e das diretrizes do Código de Ética e Disciplina (CED). 2. A questão discutida consiste em saber se o levantamento de valores sem o devido repasse ao constituinte em tempo razoável e a ausência de efetiva prestação de contas configuram infração disciplinar prevista no art. 34, incs. XX e XXI, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. RAZÕES DE DECIDIR 3. Incontroverso, máxime pela insuspeita confissão, o locupletamento à custa do cliente, por, no mínimo, quatro meses, a configurar o aumento do patrimônio

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

próprio dos representados em prejuízo do representante, tanto assim é que, reconhecidamente, os representados escusaram o pagamento imediatamente à interpelação formulada pelo cliente, após mais quatro meses da data do levantamento dos valores depositados em juízo, pela utilização para prover o sustento próprio e, por consequência, não havia ativos financeiros suficientes ao cumprimento da obrigação de fazer, a propor à restituição em pagamentos parcelados – com prazos irregulares. Cliente que, por esforços próprios, procurou as autoridades públicas, identificar o soerguimento do valor e interpelar os patronos para restituição dos valores. 4. A prestação de contas, ainda que dúbia, incongruente ou incompleta, não configura o tipo infracional previsto no art. 34, inc. XXI, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. DISPOSITIVO 5. Representação julgada parcialmente procedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar no 25.0886.2024.001176-4, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar aos Representados a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 1 (uma) anuidade, por configurada a infração prevista no inciso XX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso I e § 1º, combinado com os artigos 39 e 40, parágrafo único, alínea "a", ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Leonardo de Souza Moldero – Relator

ACÓRDÃO Nº 2906 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO. ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR EM NOME DA CONSTITUINTE PARA, MEDIANTE FRAUDE, OBTER VANTAGEM PROCESSUAL. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. APLICAÇÃO DA GARANTIA DE PRESUNÇÃO DE NÃO CULPABILIDADE E DO PRINCÍPIO “IN DUBIO PRO REO”. ABSOLVIÇÃO. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração de cometimento de conduta indisciplinar consistente em manter conduta incompatível com a advocacia, prestar concurso a cliente para realizar ato ilícito ou fraudar a lei e deturpar teor de documento para iludir o juiz da causa. 2. A questão discutida consiste em saber se, em possível conluio com a sua constituinte, que é parte autora, apresentou documento - comprovante de residência - ostensivamente adulterado, objetivando produzir, de modo fraudulento, efeito processual - fixação da competência do foro central cível da Comarca de São Paulo, para se beneficiarem de eventual celeridade da tramitação processual, configuram infração disciplinar previstas nos arts. 31, 32, 34, incs. X, XIV, XVII e XXV, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e arts. 2º, parágrafo único, incs. I, II, III e VIII, alínea “c”, e 6º, ambos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. RAZÕES DE DECIDIR 3. Os elementos probatórios apresentados são insuficientes para conduzir a um juízo de certeza, em especial porque prova alguma foi capaz de sedimentar a versão acusatória, restando isolada. 4. Conjectura da autoria da imputada falsificação e ausência de comprovação, ainda que escorada em indícios, da intenção de fraude processual ou de ludibriar o juízo, com ou sem a unidade de desígnios com sua constituinte. 5. Garantia constitucional à presunção de não-culpabilidade. Aplicação do princípio “in dubio pro reo”. DISPOSITIVO 6. Representação julgada improcedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar n° 25.0886.2023.001605-6, acordam os

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente a representação e determinar o arquivamento dos autos.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Leonardo de Souza Moldero – Relator

ACÓRDÃO Nº 2907 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Disseminação de informação desabonadora de advogado. Utilização de mídias sociais para veiculação de informações pejorativas. Conduta violadora dos artigos 27 e 28 do CED, Infração prevista no 34, incisos XXV do EAOAB. Infração disciplinar configurada. Procedência. Suspensão.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.002602-8, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por maioria de votos, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação aos artigos 27 e 28, do Código de Ética e Disciplina e configurada a infração prevista no inciso XXV, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso I e §1°, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Augusto Barbosa de Mello Souza – Relator

ACÓRDÃO Nº 2908 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Recebimento de valores em processo sob seu patrocínio. Abandono configurado. Ausência de prestação de contas de valores recebidos. Conduta violadora do artigo 34, incisos IX, XX e XXI do EAOAB. Infração disciplinar configurada. Procedência. Suspensão e multa. Prorrogação até o adimplemento da obrigação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.005581-2, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar aos Representados a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável até a efetiva prestação de contas, cumulada com multa no valor de 3 (três) anuidades, por configuradas as infrações previstas nos incisos IX, XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, incisos I, II, §§ 1° e 2°, combinado com os artigos 39 e 40, parágrafo único, alíneas "a" e "b", ambos do mesmo diploma legal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Augusto Barbosa de Mello Souza – Relator

ACÓRDÃO Nº 2909 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

PEDIDO DE REABILITAÇÃO APÓS MAIS DE UM ANO DO CUMPRIMENTO DA PENA DE SUSPENSÃO. ARTIGO 41 DO ESTATUTO DA OAB. VOTO DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2025.001860-1, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em acolher e julgar procedente o pedido de reabilitação, por preencher os requisitos dispostos no artigo 41, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94. s.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Dalila Felix Damian – Relatora

ACÓRDÃO Nº 2910 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

DESAPARECIMENTO DELIBERADO DO ADVOGADO. FALTA DE RETORNO ÀS MENSAGENS DO CLIENTE. ABANDONO DA AÇÃO. SUSPENSÃO DE 30 DIAS. ARTIGO 34, IX COMBINADO COM O ARTIGO 37, II DO ESTATUTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.008448-8, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por configurada a infração no inciso IX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso II e § 1º, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

Dalila Felix Damian – Relatora

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ACÓRDÃO Nº 2911 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

APLICAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO A ADVOGADA SUSPENSA POR 03 (TRÊS) VEZES- INFRAÇÃO DISCIPLINAR CONTIDA NO ARTIGO 38, INCISO I DO EAOAB,- PEDIDOS DE REABILITAÇÃO NO TOCANTE AS PENAS CUMPRIDAS NÃO MATERIALIZADOS NO PRESENTE FEITO- NÃO FAZENDO A REPRESENTADA USO AO CONTIDO NO DISPOSTO DO ARTIGO 41 e PARÁGRAFO ÚNICO DO EAOAB APLICAÇÃO DA PENA DE EXCLUSÃO A SER SUBMETIDA CÂMARA DISCIPLINAR DO CONSELHO COMPETENTE DO TED

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar no 25.0886.2024.012800-7, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e determinar a remessa dos autos ao Egrégio Conselho Secional, para fins do disposto no artigo 38, inciso I e § único, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Camila Felberg – Presidente

João Léo Barbieri da Silva – Relator

ACÓRDÃO Nº 2912 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Advogado que levanta honorários advocatícios que não lhe pertencem locupleta-se à custa de outro profissional e incorre nas infrações previstas no inciso XX, do Art. 34, do EAOAB, e Art. 2º, parágrafo único, inciso I, do CED. “Emendatio libelli” amparada no Art. 65, §4º do Regimento Interno do TED OAB/SP, Art. 383 do CPP e Art. 68 do EAOAB. Representação procedente. Pena de suspensão por 30 (trinta) dias e multa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar n° 25.0886.2023.003553-9, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 1 (uma) anuidade, por violação ao artigo 2º, parágrafo único, inciso I, do Código de Ética e Disciplina e configurada a infração prevista no inciso XX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso I e § 1º, combinado com o artigo 39, ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente

Claudio de Abreu – Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ACÓRDÃO Nº 2913 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

PREJUÍZO CAUSADO POR CULPA GRAVE DA ADVOGADA AO INTERESSE CONFIADO PELO CLIENTE CONSTITUI VIOLAÇÃO AO ARTIGO 34, INCISO IX, DO EAOAB, E AOS ARTIGOS 9º E 12 DO CED. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. PENA DE CENSURA CONVERTIDA EM ADVERTÊNCIA, EM OFÍCIO RESERVADO E SEM REGISTRO NOS ASSENTAMENTOS DA INSCRITA, EM FACE DA PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 36, INCISOS I E II, PARÁGRAFO ÚNICO DO EAOAB. CASO EM EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração da infração de prejuízo ao interesse confiado por culpa grave da advogada, a qual não informou ao cliente a respeito da prolação de sentença de improcedência, assim como não apresentou o recurso de apelação. 2. A questão discutida consiste em saber se configura prejuízo ao interesse confiado pelo cliente a não informação pela advogada quanto à prolação de sentença de improcedência, tendo em vista que, de acordo com os termos do Contrato de Prestação de Serviços, a atuação da advogada foi estabelecida até o proferimento da sentença. RAZÕES DE DECIDIR 3. A Representada não comprovou ter informado o Representante a respeito da sentença de improcedência e a necessidade de interposição de recurso de apelação, bem como as custas judiciais a serem incorridas. 4. Enquadramento da conduta da Representada no inciso IX, do artigo 34 do EAOAB, assim como nos artigos 9º e 12 do CED. Presença de circunstâncias atenuantes em favor do Representada, razão pela qual fixo a condenação na pena de censura, por infração ao artigo 34, inciso IX, do EAOAB, e artigos 9º e 12 do CED, convertida em advertência, em ofício reservado e sem registro nos assentamentos da inscrita, conforme o disposto no artigo 36, incisos I e II e parágrafo único do EAOAB. DISPOSITIVO 5. Representação julgada procedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.003662-4, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de censura, convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos, por violação aos artigos 9° e 12, do Código de Ética e Disciplina e configurada a infração prevista no inciso IX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 36, incisos I, II e parágrafo único, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente

Claudio de Abreu – Relator

ACÓRDÃO Nº 2914 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

CONTRATAÇÃO. RECEBIMENTO DE HONORÁRIOS. NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS. ABANDONO DA CAUSA. AUSENCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE VALORES RECEBIDOS. RETENÇÃO DE DOCUMENTOS. PREJUÍZO. AUSENCIA DE MANIFESTAÇÃO DA REPRESENTADA. PARECER DE ENQUANDRAMENTO. ACRESCIMO DE TIPIFICAÇÃO. AUSENCIA DE NULIDADE. REPRESENTAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. Incisos XI e XX, do art. 34, do EAOAB, combinados com art. 12 e 15 do CED; e art. 58, §8º e art. 59, § 7º do CED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.008186-1, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, por violação aos artigos 12 e 15, do Código de Ética e Disciplina e configurada a infração prevista no inciso XX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso I e § 1º, combinado com o artigo 40, ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente

Vania Feltrin – Relatora

ACÓRDÃO Nº 2915 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO. PENA DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE 30 (TRINTA) DIAS, PRORROGÁVEL ATÉ A EFETIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS, SEM PREJUÍZO DE PENA DE MULTA, FIXADA NO MÍNIMO LEGAL DE 01 (UMA) ANUIDADE, NOS TERMOS DOS ARTS. 35, II E IV, 37, I, II, E PARÁGRAFOS 1º E 2º, E 40, "CAPUT", DA LEI Nº 8.906/94, PELA PRÁTICA DAS INFRAÇÕES PREVISTAS NO ART. 34, IX, XI, XX, XXI E XXV, DA LEI 8.906/1994 E NO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, I, II E III, DO CED. CASO EM EXAME QUESTÃO DISCUTIDA 1. REPRESENTADO ACUSADO DE RECEBER VALORES DESTINADOS AO PAGAMENTO DE ACORDOS JUDICIAIS HOMOLOGADOS, SEM NADA FAZER, SE APROPRIANDO DO DINHEIRO, ABANDONANDO AS CAUSAS E CAUSANDO PREJUÍZO AO CLIENTE. RAZÕES DE DECIDIR 2. INEXISTÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 3. PROVAS SUFICIENTES PARA CONDENAR O REPRESENTADO COMO INCURSO NAS PENAS PREVISTAS. DISPOSITIVO 4. REPRESENTAÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.001439-0, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por maioria de votos, nos termos do voto divergente, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável até a efetiva prestação de contas, cumulada com multa no valor de 1 (uma) anuidade, por violação ao artigo 2º, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Ética e Disciplina e configuradas as infrações previstas nos incisos IX, XI, XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, incisos I, II, §§ 1º e 2, combinado com os artigos 39 e 40, "caput", ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente

Marily Diniz do Amaral Chaves – Relatora divergente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ACÓRDÃO Nº 2916 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO AOS PEDIDOS FORMULADOS EM ALEGAÇÕES FINAIS. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA DEVIDAMENTE ANALISADA. EMBARGOS REJEITADOS.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.003362-8, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente e Relatora

ACÓRDÃO Nº 2917 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Prejudicar por culpa grave – Contratação para propositura de ação de rescisão indireta de vínculo de emprego – Não propositura – Cliente demitido por justa causa (abandono de emprego) – Advogado que não formula pedido de rescisão indireta e recorre afirmando que formulou tal pedido – Primariedade não considerada como atenuante para fins de conversão em advertência, diante da gravidade dos fatos (art. 36, § único c/c art. 40, II e par. único, EAOAB) – Censura aplicada (art. 36, I, EAOAB)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.015353-2, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de censura, por configurada a infração prevista no inciso IX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 36, inciso I, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Claudia Gonçalves Junqueira – Presidente

André Gustavo Salvador Kauffman – Relator

ACÓRDÃO Nº 2918 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

ADVOGADO QUE DEIXA DE APRESENTAR CONTRARRAZÕES EM PROCESSO CRIMINAL APÓS TER SIDO INTIMADO EM TRÊS OPORTUNIDADES CONFIGURA O ABANDONO DE CAUSA SEM JUSTO MOTIVO. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. PENA DE CENSURA. ARTIGOS 36, I, DO EAOAB. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

de abandono de causa sem justo motivo por advogado que foi intimado em três oportunidades para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público em processo criminal, mantendo-se inerte. 2. A questão discutida consiste em saber se a conduta do advogado, que deixou de apresentar contrarrazões em processo criminal após ter sido intimado em três oportunidades configura a infração disciplinar prevista no artigo 34, XI, do EAOAB. RAZÕES DE DECIDIR 3. Diante as provas documentais juntadas no procedimento disciplinar, restou configurada a prática da infração. DISPOSITIVO 4. Representação julgada procedente para aplicar a pena de censura, nos termos do artigo 36, I, da Lei 8.906/94.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.013433-7, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de censura, por configurada a infração prevista no inciso XI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 36, inciso I, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Carlos Renato da Silva – Presidente e Relator

ACÓRDÃO Nº 2919 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

ADVOGADO QUE UTILIZOU EXPRESSÕES QUE EXTRAPOLARAM O LIMITE ÉTICO-PROFISSIONAL DO DEVER DE URBANIDADE EM FACE DO ADVOGADO ADVERSO VIOLOU O ARTIGO 27 DO CED-OAB. A JUNTADA DE CÓPIAS DE PROCESSO DISCIPLINAR QUE É SIGILOSO ANTES DO SEU TÉRMINO EM PROCESSO JUDICIAL VIOLA O ARTIGO 72, §2º, DO EAOAB. REINCIDÊNCIA EM INFRAÇÕES ÉTICO DISCIPLINARES. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. PENA DE SUSPENSÃO CUMULADA COM MULTA. ARTIGOS 37, II, § 1º, E 39, DO EAOAB. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração de violação ao dever de urbanidade e ao tramite sigiloso do processo disciplinar. 2. A questão discutida consiste em saber se as expressões utilizadas e a juntada de cópias do processo disciplinar em processo judicial configuram infrações disciplinares previstas no artigo 27 do CED-OAB e no artigo 72, §2º, do EAOAB. RAZÕES DE DECIDIR 3. Diante as provas documentais juntadas no procedimento disciplinar e confirmação pelo Representado, restaram configuradas a prática das infrações. DISPOSITIVO 4. Representação julgada procedente para aplicar a pena de suspensão, pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa de 2 (duas) anuidades, nos termos dos artigos 37, II, § 1º, e 39, da Lei 8.906/94.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.017784-3, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, cumulada com multa no valor de 2 (duas) anuidades, por violação ao artigo 27, do Código de Ética e Disciplina e artigo 72, §2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso II e § 1º, combinado com o artigo 39, ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Carlos Renato da Silva – Presidente e Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ACÓRDÃO Nº 2920 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

ACORDO CELEBRADO EM AUDIÊNCIA NA PRESENÇA DO JUIZ E DO ADVOGADO, COM O CONHECIMENTO E ACEITE DO CLIENTE, PESSOA MAIOR E CAPAZ, EM VALOR COMPATÍVEL COM A CAUSA, NÃO PREJUDICA POR CULPA GRAVE INTERESSE CONFIADO AO SEU PATROCÍNIO E NÃO VIOLA O DEVER DE INFORMAR DO ADVOGADO AS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO, NÃO FERE A CONFIANÇA E ORIENTAÇÃO ADEQUADA. ADVOGADO QUE DEVOLVE O VALOR PAGO DE HONORÁRIOS CONTRATADOS, COM CORREÇÃO MONETÁRIA, ANTES DE PRESTAR OS SERVIÇOS SEM PREJUDICAR POR CULPA GRAVE INTERESSE CONFIADO AO SEU PATROCÍNIO, ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL E ACORDO ACEITOS PELO CLIENTE NÃO PRATICA LOCUPLETAMENTO E FICA DESOBRIGADO A PRESTAR CONTAS. REPRESENTAÇÃO IMPROCEDENTE. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Insatisfação da Representante com o valor do acordo celebrado em audiência com o seu conhecimento e aceite e pagamento de honorários contratados, cujos serviços não foram prestados pelo Representado, que após rescindiu o contrato e devolveu o valor recebido com correção monetária, que foi acordado e aceito pela Representante. 2. A questão discutida consiste em saber se o Representado praticou as infrações disciplinares previstas no no artigo 34, incisos IX, XX e XXI, do EAOAB e artigos 9º, 10º e 11º do CED da OAB. RAZÕES DE DECIDIR 3. Diante as provas documentais juntadas no procedimento disciplinar, não restaram configuradas a prática das infrações pelo Representado. DISPOSITIVO 4. Representação julgada improcedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar n° 25.0886.2024.000669-6, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar improcedente a representação e determinar o arquivamento dos autos.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Carlos Renato da Silva – Presidente e Relator

ACÓRDÃO Nº 2921 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Advogados que receberam quantia oriunda de Reclamação trabalhista, e não a repassaram ao seu cliente. Ausência e omissão de prestação de contas no momento do crédito em conta, bem ainda, posteriormente a este. Caracterização das infrações dispostas no artigo 12 do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, bem ainda, artigo 34, incisos XX e XXI, c.c. com Artigo 40, Parágrafo único, alíneas “a” e “b”, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº. 8.906 de 04 de Julho de 1.994. Imposição de suspensão do exercício profissional, pelo prazo de Cento e Oitenta (180) dias, com base no artigo 37, parágrafo 1º, perdurando até que satisfaçam integralmente a dívida, inclusive com correção monetária, com base no artigo 37, parágrafo 2º, além do pagamento de multa, na proporção de duas (02) anuidades, com fundamento no artigo 39, todos do mesmo diploma legal acima mencionado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.008446-1, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar aos Representados a pena de suspensão do exercício profissional pelo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável até a efetiva prestação de contas, cumulada com multa no valor de 2 (duas) anuidades, por violação ao artigo 12, do Código de Ética e Disciplina e configuradas as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, incisos I, II, §§ 1° e 2°, combinado com os artigos 39 e 40, parágrafo único, alíneas "a" e "b", ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Carlos Renato da Silva – Presidente

Luiz Antonio de Andrade – Relatora

ACÓRDÃO Nº 2922 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO. LOCUPLETAMENTO DE VALORES RECEBIDOS EM RAZÃO DE COMPOSIÇÃO EM PROCESSO JUDICIAL. FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. GRAVIDADE DOS FATOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DA REPRESENTANTE. REINCIDÊNCIA REITERADA. SUSPENSÃO POR 12 MESES E MULTA IGUAL AO DÉCUPLO DO VALOR DA ANUIDADE.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2024.000778-0, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável até a efetiva prestação de contas, cumulada com multa no valor de 1 (uma) anuidade, por configuradas as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, incisos I, II, §§ 1° e 2°, combinado com os artigos 39 e 40, parágrafo único, alíneas "a" e "b", ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente e Relator

ACÓRDÃO Nº 2923 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.ALEGADA CONTRARIEDADE. MERA IRREGULARIDADE NA FICHA DE VOTAÇÃO. VOTO E ACÓRDÃO HARMÔNICOS. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS LEGAIS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.008108-3, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente e Relator

ACÓRDÃO Nº 2924 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

REPRESENTAÇÃO. COBRANÇA DE VALORES PELO ADVOGADO SEM PRESTAÇÃO DE CONTAS, NEM ESCLARECIMENTOS AO CLIENTE QUANDO SOLICITADO. POSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO PARA TIPO MENOS GRAVOSO, EM RAZÃO DO RESSARCIMENTO AO REPRESENTANTE, NO CURSO DO PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. PENA DE CENSURA. CASO EM EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração das infrações de locupletamento e ausência de prestação de contas pelo Representado, que depois de contratado pelo Representante e realizados os pagamentos demandados, deixou de atender aos pedidos de esclarecimento do cliente; bem como deixou de informar sobre o andamento do processo judicial. Restituição de parte do valor pago ao Representante, depois de instaurado o Procedimento Ético-Disciplinar, com manifestação favorável do Representante para o encerramento do processo. 2. A questão discutida consiste em saber se configura locupletamento e ausência de prestação de contas a ausência de informações, pelo Representado, acerca do andamento do processo judicial em relação ao qual foi contratado, bem como a ausência de resposta aos questionamentos apresentados pelo cliente, por diversos meios. RAZÕES DE DECIDIR 3. O Representante fez prova sobre os pagamentos realizados, e sobre a ausência de resposta do Representado aos seus pedidos de esclarecimento. Também fez prova sobre a suspensão do processo judicial. O Representado não negou as alegações, mas informou se tratar de mal-entendido entre as partes, e a restituição de parte dos valores cobrados inicialmente, posteriormente à instauração do Processo ÉticoDisciplinar. 4. Presentes no caso as circunstâncias que autorizam a desclassificação das infrações previstas nos incisos XX e XXI do Art. 34 do EAOAB, e o enquadramento da conduta no inciso IX do mesmo artigo. Não há circunstâncias atenuantes em favor do Representado, nos termos do Art. 40, parágrafo único, do EAOAB, razão pela qual fixo a condenação na pena de censura, por infração ao Art. 34, IX, do EAOAB. DISPOSITIVO 5. Representação julgada procedente.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.004943-9, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por maioria de votos, nos termos do voto da Relatora, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de censura, por configurada a infração prevista no inciso IX, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 36, inciso I, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente

Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu – Relatora

ACÓRDÃO Nº 2925 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

COBRANÇA DE VALORES DE HONORÁRIOS SOBRE BASE NÃO PERMITIDA E SEM CONSIDERAR TODO O VALOR DO ACORDO PARA ACERTO COM A CLIENTE. NÃO REPASSE E AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. COMETIMENTO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PREVISTAS NOS INCISOS XX E XXI DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 8.906/94. PENA DE 30 DIAS DE SUSPENSÃO, EM RAZÃO DE PRIMARIEDADE, COM PRORROGAÇÃO ATÉ QUITAÇÃO DA DÍVIDA COM A CLIENTE. EX OFFICIO PARA APURAÇÃO DO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PREVISTAS NOS INCISOS I, IV E XXV DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 8.906/94, ENVOLVENDO OUTRAS ADVOGADAS(OS), COM INDICAÇÃO DE ANÁLISE DE SUSPENSÃO PREVENTIVA EM RAZÃO DA GRAVIDADE DOS FATOS E SUA EVENTUAL CONTINUIDADE ATÉ OS DIAS ATUAIS, POR ENVOLVER POSSÍVEL ESQUEMA DE FRAUDE PROCESSUAL EM MÚLTIPLOS PROCESSOS. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação proposta para apuração das infrações disciplinares previstas nos incisos IX, XIX, XX e XXI do artigo 34 da Lei nº 8.906/94. 2. A questão discutida consiste em saber se pode a advogada deixar de repassar a sua constituinte valores de crédito seu em função de acordo judicial realizado antes da condenação e no qual fez constar no acordo que a natureza do crédito seria de honorários de sucumbência para que não houvesse incidência de encargos fiscais, sem que tivesse tratado a respeito com a cliente, bem como se poderia também cobrar honorários em função de valores recebidos, não só do valor do acordo que a empresa pagou, mas também sobre saldo de FGTS que possuía a cliente e sobre valores de seguro desemprego que ainda receberia. 3. Na apuração dos fatos foram evidenciadas outras possíveis infrações disciplinares, previstas nos incisos I, IV e XXV do artigo 34 da Lei nº 8.906/94, envolvendo possivelmente outras(os) advogadas(os) e uma gama expressiva de outros casos. RAZÕES DE DECIDIR 4. Análise, quanto ao objeto do julgamento, da real natureza dos valores do acordo pago pela empresa reclamada, da informação prestada à cliente e do efetivo proveito econômico obtido pela atuação da advogada naquele momento. 5. Indicação de instauração de ex officio por participar do caso, prestando informações à cliente, obtendo documentos e fechando a contratação em reunião, de assistente da representada que se apresentava como advogado à cliente quando na verdade não era; por parecer haver captação de clientela; e por envolver uma gama expressiva de casos com a possível participação das(os) advogadas(os) de escritório da empresa reclamada, sugerindo a prática de "casadinha" em múltiplos casos. DISPOSITIVO 6. Representação julgada procedente, em função do cometimento das infrações disciplinares previstas nos incisos XX e XXI do artigo 34 da Lei nº 8.906/94, com pena aplicada de 30 dias de suspensão, em razão de primariedade, e sua prorrogação até pagamento da dívida corrigida com a cliente, com ex officio e análise de suspensão preventiva para apuração das infrações disciplinares previstas nos incisos I, IV e XXV do artigo 34 da Lei nº 8.906/94, com a participação de outras(os) advogadas(os) também a ser apurada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.008350-5, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar à Representada a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável até a efetiva prestação de contas, por configuradas as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, inciso I, §§ 1° e 2°, do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente

Flavio Augusto Antunes – Relator

ACÓRDÃO Nº 2926 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

RETENÇÃO DE VALORES RECEBIDOS PELO REPRESENTADO EM FUNÇÃO DE ACORDO

REALIZADO EM PROCESSO JUDICIAL. NÃO REPASSE À CLIENTE E AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE. COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES PREVISTAS NOS INCISOS XX E XXI DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 8.906/94. REINCIDÊNCIA. PENA DE 2 MESES E 2 ANUIDADES. EX OFFICIO PARA APURAÇÃO DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR PREVISTA NO INCISO I DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 8.906/94, EM RAZÃO DE O REPRESENTADO CONTINUAR ADVOGANDO MESMO SUSPENSO, COM APURAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE OUTRO ADVOGADO. CASO EXAME E QUESTÃO DISCUTIDA 1. Representação instaurada para apuração das infrações disciplinares previstas nos incisos XX e XXI do artigo 34 da Lei nº 8.906/94. 2. A questão discutida consiste em saber se o recebimento de valores pelo advogado representado, em função de acordo judicial realizado, e a negativa de devolver os valores à cliente e de prestar contas, configura ou não as infrações disciplinares previstas nos incisos XX e XXI do artigo 34 da Lei nº 8.906/94. RAZÕES DE DECIDIR 3. Representado revel, defendido por defensor dativo. Representante demonstra, com cópia de processo, que o representado foi denunciado criminalmente pelo crime de apropriação indébita, em razão dos mesmos fatos aqui apurados. DISPOSITIVO 4. Representação julgada procedente, em função do cometimento das infrações disciplinares previstas nos incisos XX e XXI do artigo 34 da Lei nº 8.906/94, com pena aplicada de 2 meses e 2 anuidades, em função de reincidência, com ex officio para apuração da infração disciplinar prevista no inciso I do artigo 34 da Lei nº 8.906/94, pelo fato de o representado estar advogando mesmo suspenso, com participação de outro advogado também a ser apurada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.001766-2, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em julgar procedente a representação e aplicar ao Representado a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 2 (dois) meses, prorrogável até a efetiva prestação de contas, cumulada com multa no valor de 2 (duas) anuidades, por configuradas as infrações previstas nos incisos XX e XXI, do artigo 34, do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei Federal nº 8.906/94, nos termos do artigo 37, incisos I, II, §§ 1° e 2°, combinado com o artigo 39, ambos do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente

Flavio Augusto Antunes – Relator

ACÓRDÃO Nº 2927 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

ADVOGADO QUE LEVANTA DE SEU EX CLIENTE MAIS DE R$ 4,2 MILHÕES DE VALORES EM PRECATÓRIOS APÓS REVOGAÇÃO DE SEUS MANDATOS. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO QUANTO AOS INCISOS XX E XXI DO ARTIGO 34 DA LEI 8.906/94. PENA DE SUSPENSÃO DE 3 (TRÊS) MESES E 3 (TRÊS) ANUIDADES, COM PRORROGAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar nº 25.0886.2023.007144-6, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente

Flavio Augusto Antunes – Relator

ACÓRDÃO Nº 2928 – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

EMENTA:

Não caracterizada infração ao artigo 34, VII do Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil Lei nº 8.906/94. Pelo Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo disciplinar n° 25.0886.2023.001455-0, acordam os membros da Vigésima Terceira Turma Disciplinar do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, em julgar improcedente a representação e determinar o arquivamento dos autos.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2025.

(aa) Alexandre Mariani Solon – Presidente e Relator

EDITAL DE CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

11.0000.2024.007420-1 - Pelo presente edital, fica o advogado E. R. G. S. - (EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA – OAB/MG 217.769), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.019518-3 - Pelo presente edital, fica o advogado E. R. G. S. - (EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA – OAB/SC 61.452-A), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.000823-3 - Pelo presente edital, fica à advogada G. S. S. - (GRACIANE DA SILVA SUMAN – OAB/SP 381.197), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.005364-4 - Pelo presente edital, fica à advogada A. S. D. - (ANDREA SUTANA DIAS – OAB/SP 146.525), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.002044-8 - Pelo presente edital, fica o advogado L. E. G. - (LUCAS EDUARDO GAVA – OAB/SP 300.409), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.005621-0 - Pelo presente edital, fica o advogado A. S. S. - (ABINAEL SOARES DA SILVA – OAB/SP 442.868), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.002557-6 - Pelo presente edital, ficam à advogada J. V. S. – (JOICE VANESSA DOS SANTOS – OAB/SP 338.189) e o patrono J. M. S. S. - (JOSÉ MIGUEL DA SILVA JÚNIOR – OAB/SP 237.340), notificados a manifestarem-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.006102-9 - Pelo presente edital, fica à advogada M. F. M. - (MARIANA FERNANDA MARTINS – OAB/SP 385.025), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.006114-2 - Pelo presente edital, fica à advogada M. F. M. - (MARIANA FERNANDA MARTINS – OAB/SP 385.025), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.006116-7 - Pelo presente edital, fica à advogada M. F. M. - (MARIANA FERNANDA MARTINS – OAB/SP 385.025), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.005070-0 - Pelo presente edital, fica o advogado A. B. M. - (ANDRÉ BERGAMIN DE MOURA – OAB/SP 348.790), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.021511-4 - Pelo presente edital, fica o advogado E. L. F. - (EDVALDO LUIZ FRANCISCO – OAB/SP 99.148), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.023608-8 - Pelo presente edital, fica o advogado C. C. T. - (CARLOS CARMELO TORRES – OAB/SP 69.602), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.005747-4 - Pelo presente edital, fica o patrono A. C. - (ALISSON CARIDI – OAB/SP 208.058), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.001453-7 - Pelo presente edital, fica o advogado K. V. L. L. - (KAIKE VICTOR LACERDA LOPES – OAB/SP 494.080), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.003271-1 - Pelo presente edital, fica o advogado R. A. O. N. - (ROBERTO ADRIANO OLINGER NETO – OAB/SP 473.032), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.005762-1 - Pelo presente edital, fica o advogado A. B. M. - (ANDRÉ BERGAMIN DE MOURA – OAB/SP 348.790), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.007007-7 - Pelo presente edital, ficam os advogados A. S. R. – (ALEXANDRE SARTORI DA ROCHA – OAB/SP 156.065) e A. L. G. L. - (ANDRÉ LUÍS GARIERI DE LUCCA – OAB/SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

422.280), notificados a manifestarem-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.001176-4 - Pelo presente edital, ficam o advogado L.B.S. (LEANDRO BERNARDINO SEQUEIRA - OAB/SP 324.437) a advogada E.C.A.F. (ELAINE CRISTINA ALVES FERREIRA - OAB/SP 212.530) e a defensora THAIS SIMIGHINI ALVAREZ - OAB/SP 491.893, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.001605-6 - Pelo presente edital, ficam a advogada M.O.M. (MARCELA ONORIO MAGALHAES - OAB/SP 360.640-B) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, cientificados do arquivamento do processo de seus interesses.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.002602-8 - Pelo presente edital, fica o advogado LAERTE SOARES - OAB/SP 110.794, notificado a tomar ciência de processo de seu interesse, por meio do link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.002602-8 - Pelo presente edital, ficam a advogada A.L.C.C. - OAB/SP 216.264 e seu patrono FABRÍCIO DE OLIVEIRA KLÉBIS - OAB/SP 183.854, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.005581-2 - Pelo presente edital, ficam a advogada C.L.B.S. - OAB/SP 369.365 o advogado C.C.S. - 423.449 e a patrona VIVIANE AGUERA DE FREITAS - OAB/SP 231.005, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.001860-1 - Pelo presente edital, fica o advogado F.H.R.L. (FABIO HENRIQUE RIBEIRO LEITE - OAB/SP 193.003), notificado a tomar ciência de processo de seu interesse, por meio do link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.008448-8 - Pelo presente edital, ficam o advogado R.S.R. (RONNIE DA SILVA RIBEIRO - OAB/SP 366.631) e o defensor GLAUTON GLEIBE MORAES - OAB/SP 298.666, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.012800-7 - Pelo presente edital, ficam a advogada V.P.C. (VISLENE PEREIRA CASTRO - OAB/SP 233.628) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

25.0886.2023.003553-9 - Pelo presente edital, fica a advogada SABRINA NUNES DE CASTRO BUENO - OAB/SP 338.768, notificada a tomar ciência de processo de seu interesse, por meio do link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.003553-9 - Pelo presente edital, ficam a advogada K.R.A. (KARINA RODRIGUES DE ANDRADE - OAB/SP 340.443) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.003662-4 - Pelo presente edital, ficam a advogada D.B.S. (DAYANE BONFANTE DA SILVA OAB/SP 437.851) e a defensora TATIANI REGINA ORTIZ XAVIER - OAB/SP 301.478, notificadas de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.008186-1 - Pelo presente edital, ficam a advogada M.F.S. (MAYARA FAGUNDES DOS SANTOS -OAB/SP 435.537) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

25.0886.2024.001439-0 - Pelo presente edital, ficam os patronos TIAGO CAMPOS FERREIRA - OAB/SP 331.165 e FLAVIO BELLUSSI - OAB/SP 336.462, notificados a tomar ciência de processo de seus interesses, por meio do link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.001439-0 - Pelo presente edital, ficam o advogado A.G.F. (ARTUR GOMES FERREIRA - OAB/SP 125.373) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.003362-8 - Pelo presente edital, ficam o advogado E.S. (EDSON DA SILVA - OAB/SP 93.496) e o defensor PLINIO KENTARO DE BRITTO COSTA HIGASI - OAB/SP 302.684, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.015353-2 - Pelo presente edital, ficam o advogado W.A. (WAGNER ALBUQUERQUE - OAB/SP 211.708) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.013433-7 - Pelo presente edital, ficam o advogado R.R. (RENAN ROCHA - OAB/SP 327.350) e a defensora ISABELA PONTES GUIMARÃES - OAB/SP 518.228-B, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.017784-3 - Pelo presente edital, ficam o advogado R.D.S. (RUBENS DONISETE DE SOUZA - OAB/SP 125.818) e a defensora TATIANI REGINA ORTIZ XAVIER - OAB/SP 301.478, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.000669-6 - Pelo presente edital, ficam o advogado R.G.M. (REINALDO GONÇALVES MACEDO - OAB/SP 386.033) e a defensora FLÁVIA ROGÉRIA MARIANO - OAB/SP 407.570, cientificados do arquivamento do processo de seus interesses.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.008446-1 - Pelo presente edital, ficam o advogado W.V.M. - OAB/SP 112.637 o advogado D.V.M. - OAB/SP 90.130, a patrona NAYARA CRISTINA RODRIGUES RIBEIRO - OAB/SP 133.555 e o defensor GLAUTON GLEIBE MORAES – OAB/SP 298.666, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.000778-0 - Pelo presente edital, ficam a advogada M.C.E. (MARCIA CRISTINA ELIAS - OAB/SP 124.839) e a defensora PALLOMA PAROLA DEL BONI RAMOS - OAB/SP 359.552, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.008108-3 - Pelo presente edital, ficam a advogada F.R.C. (FERNANDA ROMÃO

CARDOSO - OAB/SP 217.555) e o defensor ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR - OAB/SP 132.270, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.004943-9 - Pelo presente edital, ficam o advogado A.I.N.P. - OAB/SP 253.818 o patrono EDIRLEU XIMENES DE AMORIM JUNIOR - OAB/SP 196646 e o defensor HENRIQUE VON ANCKEN ERDMANN AMOROSO - OAB/SP 259.553, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.008350-5 - Pelo presente edital, fica a advogada A.R.G. (AUDREY RANGEL DE GOUVÊA - OAB/SP 368.806), notificada de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.001766-2 - Pelo presente edital, fica a patrona DEBORA CAROLINE VARGAS DE ABREU - OAB/SP 431.468, notificada a tomar ciência de processo de seu interesse, por meio do link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.001766-2 - Pelo presente edital, ficam o advogado F.S.G. (FABIO DA SILVA GUATURA - OAB/SP 339.051) e o defensor LEONARDO CAMPOS DOS SANTOS – OAB/SP 408.000, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.007144-6 - Pelo presente edital, ficam o advogado E.F.S. – OAB/SP 172.838-A e os patronos MÁRIO LORENO CECHET – OAB/RS 31.390 e SÂMIA EL HAWAT DALL`AGNOL – OAB/RS 30.768, notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, querendo, interpor recurso.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.001455-0 - Pelo presente edital, fica o advogado C.T.O. (CLAYTON TORRES DE

OLIVEIRA - OAB/SP 217.134), cientificado do arquivamento do processo de seu interesse.

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2025.004239-3 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) T.M.M. (THAIS MANZIONE MONTEIRO - OAB/SP 168.096) e o advogado P.R.P.M. (PAULO ROBERTO PINTO MONTEIRO - OAB/SP 20.670) e sua patrona GRAZIELA CRISTINA MAROTTI OAB/SP 189.800, notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2025.001130-2 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) V.R.A.L. (VLADIMIR RENATO DE AQUINO LOPES - OAB/SP 94.932) e seus patronos EDUARDO LEVY PICCHETTO OAB/SP 299.384 e OAB/RJ 173.729, e ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS OAB/SP 231.536, notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.”

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2024.025633-0 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) P.A.P. (PAULO ANTONIO PAPINI - OAB/SP 161.782) e seus patronos IGOR ANDRÉ ARENAS CONDE MENECHELLI OAB/SP 177.084, e MARIO ANTONIO PAPINI NETO OAB/SP 461.322, notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.”

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2024.022802-6 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) D.B.A. (DAIANE BELMUD ARNAUD - OAB/SP 347.991), notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.”

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2024.010438-1 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) E.M.S. (ELANE MARIA SILVA - OAB/SP 147.244), notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar."

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2023.000508-9 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) L.F. (LEVI FERNANDES - OAB/SP 128.405), notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar."

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2024.010385-3 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) A.A.D.S. (ANTONIO ALEXANDRE DANTAS DE SOUZA - OAB/SP 318.509), notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar."

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

Edital de Chamamento – 7ª Turma Disciplinar São Bernardo do Campo

25.0886.2025.005378-0 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) S.M.V.M. (STEPHANIE MELO VIEIRA MACRUZ - OAB/SP 143.075), notificado(a) a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado via sistema SGD, por meio do peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: “https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.”

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma de EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina.sbc@oabsp.org.br

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.004375-0 - Pelo presente edital, fica o advogado J.A.C. de P. (JOÃO AUGUSTO CORRAINI DE PAIVA – OAB/SP 374.878), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.002586.8 - Pelo presente edital, fica a advogada A.M. da P.R.L. (ANA MARIA DA PIEDADE RODRIGUES LEME – OAB/SP 411.561), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

25.0886.2024.012331-9 - Pelo presente edital, ficam os advogados K.P.L. (KLAUS PHILIPP LODOLI – OAB/SP 333.47), G.C.S. de O. (GUSTAVO CAROPRESO SOARES DE OLIVEIRA – OAB/SP 328.186), R.R.V. (RENATO ROSIN VIDAL – OAB/SP 269.955) e A.L.F.B. (ANGELO LUIZ FEIJÓ BAZO – OAB/SP 248.039), notificados a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.016526-0 - Pelo presente edital, fica a advogada G.V.B. (GABRIELA VACILOTO BERNARDO – OAB/SP 399.770), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.005054-0 - Pelo presente edital, fica a advogada I.V.F. (ISABELLA VICTORIA FELONI – OAB/SP 457.181), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.004814-2 - Pelo presente edital, fica o advogado F.E.Z.V. (FABRICIO ENRIQUE ZOEGA VERGARA – OAB/SP 233.719), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.024194-4 - Pelo presente edital, fica o advogado T.H. dos S.G. (TIAGO HENRIQUE DOS SANTOS GOIS – OAB/SP 419.534), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.020118-2 - Pelo presente edital, fica o advogado P.M.F.A. (PEDRO MARQUES FERREIRA ASSAD – OAB/SP 469.100), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.015520-9 - Pelo presente edital, fica a advogada C.V.C. (CIBELE VOUTSINAS CACHARO – OAB/SP 268.886), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.020236-7 - Pelo presente edital, fica o advogado E.A.L. (ELCIO ANTONIO LORENSSETE – OAB/SP 319.235), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.021494-9 - Pelo presente edital, fica o advogado E.M.A. (EDUARDO MAIMONE AGUILLAR – OAB/SP 170.728), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.019144-0 - Pelo presente edital, fica o advogado W.J. de O. (WELINTON JOSUE DE OLIVEIRA – OAB/SP 480.417), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.020287-8 - Pelo presente edital, fica a advogada L.V. da S. (LISONETE VIEIRA DA SILVA – OAB/SP 400.506), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.020266-7 - Pelo presente edital, fica o advogado C.E.C. (CESAR EDUARDO CUNHA – OAB/SP 81.851), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.020749-5 - Pelo presente edital, fica a advogada A.C.M. (ANDREA COSTA MERLO – OAB/SP 354.322), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.021256-5 - Pelo presente edital, fica a advogada D.V.P. (DAIANE VIZICATTO PINTO – OAB/SP 376.586), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA TERCEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.021278-4 - Pelo presente edital, fica o advogado J.B.C.G.J. (JOAO BOSCO CASTRO GOMES JUNIOR – OAB/SP 299.650), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2025.003797-1 – Pelo presente edital, fica o advogado L.F.G.L. (LUIS FELIPE GARCIA LEANDRO - OAB/SP 481.776) e o REPRESENTANTE GABRIEL LEVINO PALHARES RIBEIRO – OAB/SP 53.223 notificados de que o processo acima informado foi arquivado, ficando V. Senhorias, ainda,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

cientes do prazo de 15 (quinze) dias para caso queiram terem vista dos autos.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link "https://peticionamento.oab.org.br/consulta/processos".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2024.025559-3 - Pelo presente edital, fica o advogado E.W.M.F. (ERNST WALTER MOSBACHER FILHO - OAB/SP 360.983), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link "https://peticionamento.oab.org.br/consulta/processos".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2024.024890-0 – Pelo presente edital, fica o advogado R.F.C. (RICARDO FERREIRA CASSILHAS - OAB/SP 265.483); e os patronos da Representante JULIANA MOREIRA DA SILVA FARIA RAMOS BORGES OAB/SP 377.338 e LUCAS RAMOS BORGES OAB/SP 281.590, cientificadas de que A VIGÉSIMA SEXTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL –SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 11 de julho de 2025, às 09:30h, ficando os advogados acima mencionados, notificados em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP. Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no §4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá vossa senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso à audiência virtual).

Em até 24h antes da audiência virtual, o(a) advogado(a) acima notificado(a), poderá, sob pena de preclusão, manifestar interesse em participar do ato designado. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação estará disponibilizado nos autos do processo eletrônico.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma, por e-mail (etica.disciplina.franca@oabsp.org.br) ou pelo telefone (16) 3711-6931.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2024.024254-3 – Pelo presente edital, fica o advogado R.A.A. (RENATO ALEXANDRE DE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ANDRADE - OAB/SP 303.798) cientificado de que A VIGÉSIMA SEXTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL –SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 21 de julho de 2025, às 09:00h, ficando os advogados acima mencionados, notificados em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP. Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no §4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá vossa senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso à audiência virtual).

Em até 24h antes da audiência virtual, o(a) advogado(a) acima notificado(a), poderá, sob pena de preclusão, manifestar interesse em participar do ato designado. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação estará disponibilizado nos autos do processo eletrônico.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma, por e-mail (etica.disciplina.franca@oabsp.org.br) ou pelo telefone (16) 3711-6931.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2024.016118-7 - Comunicamos o(a) advogado(a) F.M.P. (FLAVIA MARA PERILLO - OAB/SP 123.164) o CANCELAMENTO do julgamento do processo citado na Sessão De Julgamento Híbrida da 26ª Turma do TED Franca, no dia 27 de junho de 2025, a partir das 09:15 horas.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link “https://peticionamento.oab.org.br/consulta/processos”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA SEXTA TURMA TED FRANCA

25.0886.2025.006735-8 - Pelo presente edital, fica o advogado B.C.J.B. (BETANIA CRISTINA JACULI BORGES - OAB/SP 371.614), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link “https://peticionamento.oab.org.br/consulta/processos”.

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.013369-8 - Pelo presente edital, fica o advogado H.A.C.S. (HORLEY ALBERTO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CAVALCANTI SENNA - OAB/SP 204.049), cientificado de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 09h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.000210-8 - Pelo presente edital, ficam os advogados C.T.M. (CRISTIANE TAVARES MOREIRA - OAB/SP 254.750), P.V.S. (PAULA VANIQUE DA SILVA - OAB/SP 287.656), B.D.P. (BERNARD DUBOIS PAGH - OAB/SP 71.037) e T.M.S.B. (TITO MAGNO DE SERPA BRANDÃO - OAB/SC 47.673), cientificados de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 10h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.011219-0 - Pelo presente edital, fica o advogado M.M. (MAYCO MARTINEZ - OAB/SP 323.579), cientificado de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 11h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.007300-7 - Pelo presente edital, ficam os advogados G.L. (GESLER LEITÃO - OAB/SP 201.023), P.A.T. (PEDRO ADABO TESSEROLLI - OAB/SP 320.052) e B.B.M. (BRUNO BARROS MIRANDA - OAB/SP 263.337), cientificados de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 13h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.014110-4 - Pelo presente edital, ficam os advogados J.P.A. (JESSICA PALHARES AVERSA - OAB/SP 308.832) e M.B.N. (MAURÍCIO BETITO NETO - OAB/SP 160.835), cientificados de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 14h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SÉTIMA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.007923-0 - Pelo presente edital, ficam as advogadas A.C.R.W. (ANA CRISTINA RIBEIRO WRIGHT - OAB/SP 180.368), A.C.A. (ADRIANA CRISTINA ANTUNES - OAB/SP 366779 e o patrono MARCELO RIGONATO OAB/SP 351.948, cientificados de que A DÉCIMA SÉTIMA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL a ser realizada no dia 22 de JULHO de 2024, às 15h00, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no § 4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá Vossa Senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso a audiência virtual).

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação será disponibilizado no processo eletrônico.

A consulta do processo deverá ser via Sistema Eletrônico (SGD) sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar). Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone 19- 3734 1162.

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2025.004923-8 - Pelo presente edital, ficam os advogados abaixo relacionados, cientificados de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

julgamento.

L. P. OAB/SP 268.965

Donizete Aparecido Bianchi OAB/SP 413.627 – Patrono

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.024373-2 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

K. I. OAB/SP 109.791

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.018096-8 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

S. R. R. de L. OAB/SP 91.091

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.014018-1 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

V. G. OAB/SP 118.346

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.012722-3 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

W. C. B. OAB/SP 339.806

Dra. Aline Cristina Rechi OAB/SP 264.836 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.012712-6 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

M. de J. S. OAB/SP 225.809

Dra. Aline Cristina Rechi OAB/SP 264.836 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.008783-4 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

A. M. R. OAB/SP 432.133

Dra. Aline Cristina Rechi OAB/SP 264.836 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.008504-5 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

M. O. A. de S. C. OAB/SP 342.224

Dr. Orias Alves de Souza Filho OAB/SP 87.520 – Patrono

Dra. Suzana Helena Quintana OAB/SP 87.024 – Patrona

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.008501-0 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

C. A. P. OAB/SP 337.561

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.007330-0 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dra. Aline Cristina Rechi OAB/SP 264.836 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.008307-7 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. S. R. de A. C. OAB/SP 266.087

Dra. M. T. OAB/SP 361.218

Dra. Marisa Balboa Regos Marchiori OAB/SP 146.786 – Patrona

Dr. Marco Aurélio Marchiori OAB/SP 199.440 – Patrono

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.009124-3 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. P. A. P. OAB/SP 131.921

Dra. Suzane Karen Verro Giacometo OAB/SP 325.947 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.009020-4 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. C. J. B. OAB/SP 190.176

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.008256-9 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. A. de O. V. OAB/SP 389.081

Dr. Roberto Crunfli Mendes OAB/SP 261.792 – Patrono

Dra. Wandete Cecilia Lins de Oliveira OAB/SP 165.130 - Patrono

Dra. Roberta Fabiana Zugaib Kyriakopouluo OAB/SP 166.795 - Patrono

Dr. Eduardo Oliveira Fortunato OAB/SP 484.041 - Patrono

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.005975-0 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. A. F. M. OAB/SP 202.712

Dra. Polyana da Silva Faria OAB/SP 244.005 – Defensora Dativa

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2023.008195-0 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. A. A. N. e S. OAB/SP 294.335

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2024.004434-4 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Dr. H. V. N. OAB/SP 327.807

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2023.002455-3 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. L. A. C. OAB/SP 160.980

EDITAL DE CHAMAMENTO – 11ª TURMA DO TED – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

25.0886.2023.002087-6 - Pelo presente edital, fica o advogado abaixo relacionado, cientificado de que foi designado julgamento para o dia 25 de julho de 2025, às 9h00m, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5853 – São José do Rio Preto/SP. Para acesso aos autos, será necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento,oab.org.br/cadastrar) e após o cadastramento entrar no site https://peticionamento.oab.org.br/. Pretendendo sustentar oralmente deverá manifestar sua pretensão, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação no processo de seu interesse no site. Informo ainda que, as notificações continuarão sendo enviadas nos termos do art. 43, do Regimento Interno do TED, bem como as demais publicações no curso do processo seguirão que determina o artigo 44, do mesmo diploma legal.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Dr. K. C. P. OAB/SP 372.085

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SEXTA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.003940-1 – Pelo presente edital, ficam os(as) advogados(as) C.R.C. OAB/SP 243.182 (Adv. Claudia Rodrigues Costa - OAB/SP 243.182), E.C.G.S. OAB/SP 161.285 (Adv. Evelyn Cristine Guida Santos - OAB/SP 161.285), E.R.F.P.R. OAB/SP 383.714 (Adv. Eduardo Rafael Fernandes Pereira Da Rocha - OAB/SP 383.714); A.C.G. OAB/SP 344.395 e os procuradores Dr. Rodrigo Nascimento Dall´Acqua OAB/SP 174.378, Dra. Ana Carolina De Oliveira Piovesana OAB/SP 234.928, Dr. Jose Luis Mendes De Oliveira Lima OAB/SP 107.106, Dr. Gustavo De Castro Turbiani OAB/SP 315.587, Dra. Fernanda Melo Bueno Bassitt OAB/SP 329.214, Dr. Rogério Costa Teixeira Da Silva OAB/SP 419.467, Dra. Millena Oliveira Galdiano Faleiros OAB/SP 440.904, Dr. Bruno Dallari Oliveira Lima OAB/SP 459.171, Dra. Mabel De Albuquerque Cavalcanti Cordani OAB/SP 4821.08 cientificados(as) a manifestar-se em assunto de seus interesses, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O acesso e protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Eventuais dúvidas poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail etica.disciplina.sjc@oabsp.org.br ou pelo WhatsApp 12 3921-3447.

EDITAL DE CHAMAMENTO – DÉCIMA SEXTA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.013276-4 – Pelo presente edital, ficam os advogados A.L.F.B. (Dr. Angelo Luiz Feijó Bazo OAB/SP 248.039), R.R.V. (Dr. Renato Rosin Vidal OAB/SP 269.955), K.P.L. (Dr. Klaus Philipp Lodoli OAB/SP 333.457) e G.C.S.D.O. (Dr. Gustavo Caropreso Soares De Oliveira OAB/SP 328.186), cientificados de que A DÉCIMA SEXTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL designou audiência de instrução em assunto de seu interesse, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE VIRTUAL a ser realizada no dia 06 de agosto de 2025, às 09h15, ficando o advogado acima mencionado, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP. Outrossim, comunico-lhe que de acordo com o disposto no §4º, do artigo 59, do Código de Ética e Disciplina da OAB e artigo 61, do Regimento Interno do TED da OAB/SP, deverá vossa senhoria incumbir-se do comparecimento de suas testemunhas arroladas (providenciar aparato necessário para que as mesmas tenham acesso à audiência virtual).

Em até 24h antes da audiência virtual, o advogado acima notificado, poderá, sob pena de preclusão, manifestar interesse em participar do ato designado. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar.

A audiência será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação estará disponibilizado nos autos do processo eletrônico.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma, por e-mail (etica.disciplina.sjc@oabsp.org.br) ou pelo telefone (12) 3921-3447.

EDITAL DE CHAMAMENTO – 3ª Turma Disciplinar do TED

25.0886.2025.006977-0 - Pelo presente edital, fica a advogada S.C.B. (SORAYA CASSEB BAHR OAB/SP 62.676), notificada a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina3@oabsp.org.br ou pelos telefones (11) 3349-7512, 7502, 7511, 7513, 7515 e 7574.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – 3ª Turma Disciplinar do TED

25.0886.2025.006943-0 - Pelo presente edital, fica a advogada C.S.O. (CELIDALVA SANTANA DE OLIVEIRA OAB/SP 362.766), notificada a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina3@oabsp.org.br ou pelos telefones (11) 3349-7512, 7502, 7511, 7513, 7515 e 7574.

EDITAL DE CHAMAMENTO – 3ª Turma Disciplinar do TED

25.0886.2025.006915-4 - Pelo presente edital, fica o advogado D.O. (DANIEL ONEZIO OAB/SP 187.100), notificado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina3@oabsp.org.br ou pelos telefones (11) 3349-7512, 7502, 7511, 7513, 7515 e 7574.

EDITAL DE CHAMAMENTO – 3ª Turma Disciplinar do TED

25.0886.2025.007125-1 - Pelo presente edital, fica o advogado A.A.D.S. (ANTONIO ALEXANDRE DANTAS DE SOUZA OAB/SP 318.509), notificado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina3@oabsp.org.br ou pelos telefones (11) 3349-7512, 7502, 7511, 7513, 7515 e 7574.

EDITAL DE CHAMAMENTO – 3ª Turma Disciplinar do TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

25.0886.2025.007044-1 - Pelo presente edital, fica o advogado H.F.B. (HASIEL FARIAS BENIGNO OAB/SP 382.765), notificado a manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir desta publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Para esclarecer eventuais dúvidas sobre o funcionamento, entre em contato previamente pelo e-mail etica.disciplina3@oabsp.org.br ou pelos telefones (11) 3349-7512, 7502, 7511, 7513, 7515 e 7574.

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.003640-5 Pelo presente edital, fica o advogado JUAN CARLO DE SIQUEIRA - OAB/SP 392962 notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.000195-6 Pelo presente edital, ficam os advogados DANILO MAIATO GOMES BUTTER - OAB/RJ 233102, ROBERTO DUARTE BUTTER - OAB/RJ 066955 e GABRIEL GOUVEA NENO REIFF - OAB/RJ 214803 notificados a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.004437-8 Pelo presente edital, fica o advogado MAYCON MIGUEL DE OLIVEIRA - OAB/SP 360380 notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2025.007099-5 Pelo presente edital, fica o advogado ELIZEU SILVA ALMEIDA - OAB/SP 389894 notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.002339-7 Pelo presente edital, fica o advogado GRACIELY CUENETE SILVA DE MELO - OAB/SP 351871 notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento- DÉCIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2023.002031-6 Pelo presente edital, fica o advogado M. O. M. - OAB/SP 360.640 e o Procurador ADEMIR BARRETO JUNIOR OAB/SP 366.273 notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15(quinze) dias, a partir desta publicação.

A falta de comparecimento acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2024.011557-6 Pelo presente edital, fica o advogado VALTER KAZUO MAKINO - OAB/SP 250.903 cientificado de que A DECIMA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em sessão ordinária, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL, para julgamento do processo acima especificado, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, às 9h00min. ficando os advogados acima mencionados, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Em até 05 dias, a pessoa acima notificada poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I – Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Ficará disponível o acesso na íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação em processo de seu interesse.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PD 25.0886.2024.023352-8 Pelo presente edital, ficam os advogados I. A. A. - IVAN ALVES DE ANDRADE - OAB/SP 194.399 e o procurador ROGÉRIO LUÍS MARQUES DE MELLO OAB/SP 491.237 cientificado de que A DECIMA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em sessão ordinária, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL, para julgamento do processo acima especificado, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, às 9h00min, Ficando os advogados acima mencionados, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Em até 05 dias, a pessoa acima notificada poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I – Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Ficará disponível o acesso na íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação em processo de seu interesse.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2024.015265-0 Pelo presente edital, ficam os advogados M. R. L. S. C. - OAB/SP 163.384 e os procuradores FRANCISLAINE DE ALMEIDA COIMBRA STRASSER OAB/SP 286.151, RANGEL STRASSER FILHO OAB/SP 309.164 cientificado de que A DECIMA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em sessão ordinária, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL, para julgamento do processo acima especificado, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, às 9h00min, Ficando os advogados acima mencionados, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Em até 05 dias, a pessoa acima notificada poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I – Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Ficará disponível o acesso na íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação em processo de seu interesse.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2023.002620-5 Pelo presente edital, ficam os advogados G. S. - GERSON DA SILVA - OAB/PR 24.197 e F. A. G. S. - FELIPE AUGUSTO GANDOLFO DA SILVA - OAB/PR 87547 cientificados de que A DECIMA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em sessão ordinária, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL para julgamento do processo acima especificado, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, às 9h00min, Ficando os advogados acima mencionados, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Em até 05 dias, a pessoa acima notificada poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I – Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Ficará disponível o acesso na íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação em processo de seu interesse.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2024.016062-8 Pelo presente edital, ficam os advogados R. C. G. - RAFAEL DE CASTRO GUEDES - OAB/SP 279.382, J. P. S. L. - JOÃO PAULO SIMÃO LISBOA - OAB/SP 303.743 e a procuradora VALDIRENE MARIA DA SILVA OAB/SP 413.793 cientificados de que A DECIMA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em sessão ordinária, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE TELEPRESENCIAL, para julgamento do processo acima especificado, a ser realizada no dia 18 de julho de 2025, às 9h00min, Ficando os advogados acima mencionados, notificado em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP.

Em até 05 dias, a pessoa acima notificada poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I – Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Ficará disponível o acesso na íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, sendo necessário o cadastro das partes e seus procuradores no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação em processo de seu interesse.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra não obstará o julgamento.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail ou pelo telefone whatsapp18 3916-1620.

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2024.000071-3 Pelo presente edital, fica o advogado AGMAR LOPES JÚNIOR - OAB/GO 35.252 notificado de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, se manifestar em processo do seu interesse. A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´. Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.pprudente@oabsp.org.br).

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2023.002417-2 Pelo presente edital, fica o advogado DENISE RODRIGUES MARTINS - OAB/SP 268.228 notificado de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, se manifestar em processo do seu interesse.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´.

Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.pprudente@oabsp.org.br).

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2024.013626-3 Pelo presente edital, fica o advogado E. R. - ESTEFANO RINALDI - OAB/SP 227.453 e o procurador HELLEN CRISTINA CRUZ DE SOUZA OAB/SP 460.337 notificado de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, se manifestar em processo do seu interesse.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´.

Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.pprudente@oabsp.org.br).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Edital de Chamamento – DECIMA SEGUNDA TURMA DISCIPLINAR DO TED

PD 25.0886.2023.005098-6 Pelo presente edital, fica o advogado R. A. R. - OAB/SP 170.780, S. S. - OAB/SP 351.680, S. M. R. - OAB/SP 337.344 e os procuradores JOÃO HENRIQUE DA SILVA ECHEVERRIA OAB/SP 322.442 e ANGELO JOSE CORRÊA FRASCA OAB/SP 172.138 notificados de que tem o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para, se manifestar em processo do seu interesse.

A manifestação deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link ``https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar´´.

Onde também ficará disponível a íntegra dos autos administrativos às partes e a seus procuradores, em meio eletrônico, com assunção do compromisso de sigilo.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.pprudente@oabsp.org.br).

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.001042-8 - Pelo presente edital, fica o advogado D.F.N. (Daniel Fernando Nardon - OAB/SP 489.411-A), notificado a tomar ciência em assunto de seu interesse. O acesso aos autos deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.001043-6 - Pelo presente edital, fica o advogado D.F.N. (Daniel Fernando Nardon- OAB/SP 489.411-A), notificado a tomar ciência em assunto de seu interesse. O acesso aos autos deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.001044-4 - Pelo presente edital, fica o advogado D.F.N. (Daniel Fernando Nardon - OAB/SP 489.411-A), notificado a tomar ciência em assunto de seu interesse. O acesso aos autos deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.000955-4 - Pelo presente edital, fica o advogado D.F.N. (Daniel Fernando Nardon - OAB/SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

489.411-A), notificado a tomar ciência em assunto de seu interesse. O acesso aos autos deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.006216-3- Pelo presente edital, fica o advogado E.E.F. (Elton Euclides Fernandes - OAB/SP 258.692), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.025809-6 - Pelo presente edital, fica o advogado A.C.S. (Anderson Correia dos Santos - OAB/SP 423.760), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.022456-0 - Pelo presente edital, fica a advogada T.B.M.T. (Thais Branco Marchini Tenalia - OAB/SP 280.123), cientificada do arquivamento do processo de seu interesse.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2023.002912-1 - Pelo presente edital, ficam os advogados L.F.R.S. (Luiz Felipe Rodrigues Santos - OAB/SP 338.038) e J.P.G.L. (João Pedro Golz Lozano - OAB/SP 479.076), notificados a manifestarem-se em assuntos de seus interesses, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.005395-0 - Pelo presente edital, fica a advogada J.R.C.R.A. (Julia Roberta de Castro Rocha Almeida - OAB/SP 425.293), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2023.002193-9 - Pelo presente edital, ficam os advogados A.P.F. (Antonio de Padua Faria - OAB/SP 71.162), A.P.F.J. (Antonio de Padua Faria Junior - OAB/SP 314.561) e D.G.S. (Daniel Gadelha dos Santos - OAB/SP 403.121), notificados a manifestarem-se em assuntos de seus interesses, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2025.002075-4 - Pelo presente edital, ficam a advogada M.S.M. (Maraise Silva Marucci - OAB/SP 423.981), e o advogado J.C.S. (Julio Cesar dos Santos - OAB/SP 344.263), notificados a manifestarem-se em assuntos de seus interesses, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2023.000822-3 - Pelo presente edital, fica a advogada M.P.S.N. (Maria Paloma Sa das Neves - OAB/SP 416.115), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

11.0000.2023.012467-4 - Pelo presente edital, fica o advogado L.P.A. (Lanning Pires Amaral - OAB/SP 458.662), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.004528-2 - Pelo presente edital, ficam os advogados F.H.P.F. (Flávia Helena Pereira Fidalgo - OAB/SP 218.729), N.E.K.B. (Nida Esper Kallas Beeby - OAB/SP 334.673), L.O.A. (Luiza Oliveira de Albuquerque - OAB/DF 73.963), V.S.M.M. (Victor Silva Martins Mangaravite - OAB/ES 16.932), H.C.A.B.M. (Hannah Carolina Anijar Bibas Maradei - OAB/PA 20.262), G.P.S. (Gustavo de Paiva Sousa - OAB/SP 448.777), G.E.S.J. (Glicério Edwiges da Silva Junior - OAB/SP 11.240), F.T.S.L. (Francine Tosi Schmidt Lemos - OAB/RS 98.462), T.C.S.T. (Thiago Cardoso Silva Torres - OAB/SP 373.604), M.A.C. (Marcelo Antonio da Cruz - OAB/SP 244.529), F.P.G. (Felipe Pompeu Guimarães - OAB/SP 405.875), R.L.C.P.F. (Rui Licinio de Castro Paixão Filho - OAB/SP 408.855-A), E.M.T. (Edgar Meles Teixeira - OAB/SP 488.465), notificados a manifestarem-se em assuntos de seus interesses, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2023.006271-2 - Pelo presente edital, ficam os advogados R.A.C.V. (Rogéria Andriete Coimbra Vicente - OAB/SP 280.373), C.A.M.F. (Cyro Alexandre Martins Freitas - OAB/SP 226.525), D.N.Q. (Douglas Newton Queiroz - OAB/SP 390.166), I.T.B. (Ivan Terra Bento - OAB/SP 221.848), F.O.N. (Fabio de Oliveira Nunes - OAB/SP 420.907), T.L.R.T. (Tiago Luiz Risi Taraboreli – OAB/SP 275.804), U.C.S. (Uelton Campos Silva - OAB/SP 408.448), T.V.S.S. (Thiago Vicente Sampaio da Silva - OAB/SP 357.487), T.A.R. (Thais Alvarenga Rabello - OAB/SP 225.141), B.T.R. (Bruno Teixeira Ribeiro - OAB/MG 185.521) e L.F.P. (Luis Felipe Pusch - OAB/PR 80.185), notificados a tomarem ciências em assuntos de seus interesses, a partir desta publicação. O acesso aos autos deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.023694-9 - Pelo presente edital, fica a advogada S.V.M. (Sonia Valério Mantovani - OAB/SP 437.467), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.012255-8 - Pelo presente edital, fica o advogado M.H.B.P. (Mario Henrique Bernardes Pereira - OAB/SP 296.866), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.010670-9 - Pelo presente edital, fica o advogado S.B.R.L. (Sidnei Benedito Rossi Leopoldino - OAB/SP 460.949), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2023.001794-8 - Pelo presente edital, fica o advogado L.A.F. (Leandro Alves Fernandes - OAB/SP 278.947), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.014182-8 - Pelo presente edital, fica a advogada B.F.M.V. (Beatriz Feliciano Mendes Veloso - OAB/SP 298.861-B), notificada a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – VIGÉSIMA OITAVA TURMA DISCIPLINAR ESPECIALIZADA DO TED

25.0886.2024.014604-8 - Pelo presente edital, fica o advogado L.A.N.O. (Leonardo Augusto Nogueira de Oliveira - OAB/SP 293.580), notificado a manifestar-se em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação. O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO – QUARTA TURMA DISCIPLINAR DO TED

25.0886.2024.017791-6 - Pelo presente edital, fica o advogado L. H. D. - OAB/SP 204.637 e seu patrono ORESTES DOMINGUES - OAB/SP 106.195, cientificados de que A QUARTA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE VIRTUAL, a ser realizada no dia 29 de julho de 2025, a partir das 09h30min, para julgamento do processo acima especificado, ficando os advogados acima mencionados, notificados em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

A sessão de julgamento será realizada por videoconferência, com a utilização da plataforma Zoom Meetings, sendo que o link para participação estará disponível nos autos do processo. Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina4@oabsp.org.br) ou pelos telefones (011) 3349-7678/7679/7681.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

25.0886.2023.003864-6 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) M. R. A. P. (Marcia Regina Araujo Paiva) - OAB/SP 134.910, notificado(a) a manifestar em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2025.002239-4 - Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) F. R. A. (Fabio Ricardo Ambrosio) - OAB/SP 302.049, notificado(a) a manifestar em assunto de seu interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação.

O protocolo deverá ser realizado por meio de peticionamento eletrônico, mediante cadastro prévio a ser efetuado pelo link: "https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar".

A falta de manifestação acarretará o transcurso do prazo que se inicia com o presente edital, na forma do EAOAB e RGOAB.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2025.004970-6 – Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) J. S. F. – OAB/SP 217.326 e seu (sua) Procurador (a) Annelissa da Silva Freitas – OAB/SP 274.548, cientificados(as) de que A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.004285-1 (21078R0000102021) – Pelo presente edital, ficam os(as) advogados(as) R. J. B. (Roberta Juliana Baldo) – OAB/SP 347.084 e P. L. O. (Priscila Luana Oshiro) – OAB/SP 425.447, cientificados(as) de que **A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H** do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.004285-1 (21078R0000102021) – Pelo presente edital, ficam os(as) Procuradores(as), Reinaldo Daniel Rigobelli – OAB/SP 283.124, Junia Barbosa Francisco de Souza – OAB/SP 426.281, Thainá Carmello de Castro – OAB/SP 479.800 e David Lucas Silva Daniel Rigobelli – OAB/SP 503.925, cientificados(as) de que **A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H** do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado (a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.005387-8 (21R0000742022) – Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) F. Z. J. – OAB/SP 286.137 e seu (sua) Procurador (a) Caio Eduardo Tadeu da Silva – OAB/SP 426.115, cientificados(as) de que A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.005387-8 (21R0000742022) – Pelo presente edital, fica o(a) Procurador(a) Diego da Silva Gama – OAB/SP 440.723, cientificado(a) de que **A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H** do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.002761-7 (21R0000122023) – Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) J. L. S. S. (João Luís dos Santos Silva)– OAB/SP 350.782, cientificado(a) de que **A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H** do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.003328-7 (21R0000042022) – Pelo presente edital, ficam os(as) advogados(as) M. R. G. C. N. G. (Miguel Ricardo Gatti Calmon Nogueira da Gama) – OAB/SP 68.383, M. F. G. C. N. G. (Miguel Fernando Gatti Calmon Nogueira da Gama) – OAB/SP 157.705, M. N. C. (Marcelo Nogueira Cruvinel) – OAB/SP 146.690 e E. C. S. S. (Elaine Cristina Silveira Santos) – OAB/SP 222.850, cientificados(as) de que A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.001224-2 – Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) M. E. J. (Maria Eduarda de Jesus) – OAB/SP 491.101, cientificado(a) de que A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á

em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

EDITAL DE CHAMAMENTO - VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DISCIPLINAR DO TED OAB/SP.

25.0886.2023.001224-2 – Pelo presente edital, fica o(a) advogado(a) G. S. B. K. (Gabriela Souza Bertozzi Kitadani) – OAB/SP 376.639, cientificado(a) de que A VIGÉSIMA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DE SÃO PAULO reunir-se-á em SESSÃO ORDINÁRIA, QUE SE DARÁ EM AMBIENTE PRESENCIAL a ser realizada no dia 25 DE JULHO DE 2025, A PARTIR DAS 09:00H do processo acima especificado, ficando o(a) advogado(a) acima mencionado(a), notificado(a) em conformidade com o art. 44 do RITED/OAB-SP:

Em até 24h antes da sessão, o(a) advogado(a) acima notificado(a) poderá, sob pena de preclusão, manifestar:

I - Interesse em participar da sessão de julgamento;

II – Pretensão em realizar sustentação oral.

Pretendendo sustentar oralmente, deverá manifestar sua pretensão nos autos, em 05 (cinco) dias, a partir desta publicação.

Fica ainda, vossa Senhoria cientificado(a) de que a partir desta data será necessário o cadastro no site peticionamento eletrônico (https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar) para acesso e manifestação nos autos do processo em referência.

A presença das partes não é obrigatória, eventual falta de comparecimento na data supra, não obstará o julgamento.

Eventuais dúvidas acerca do funcionamento poderão ser previamente sanadas na Secretaria da Turma por e-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

mail (etica.disciplina.aracatuba@oabsp.org.br) ou pelo telefone (018) 3622-0000.

CONSELHO SECCIONAL - SERGIPE

Sergipe, data da disponibilização: 26/06/2025

SECRETARIA GERAL

EDITAL DE INSCRIÇÃO

EDITAL.

De ordem do Sr. Presidente da OAB/SE, Danniel Alves Costa, faço público que os bacharéis MARIA CLAUDIA SANTANA DE JESUS E OSCAR MACIEL LIMA requereram Inscrição Originária e os advogados LUCILADY SILVA FERREIRA E MONIQUE ROCHA SANTANA requereram Inscrição Suplementar, juntando os documentos exigidos em Lei.

Aracaju (SE), 26 de junho de 2025.

ANDREA LEITE DE SOUZA

Secretária-Geral – OAB/SE

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 26.0000.2017.006127-2 | ARQUIVAMENTO

ADVOGADO(S) INTERESSADO(S): WALTER FERNANDES JUNIOR - OAB/BA 31462

Pelo presente, fica(m) o(a/s) advogado(a/s) interessado(a/s) acima identificado(a/s) **NOTIFICADO(A/S) DO ARQUIVAMENTO** do processo referenciado, no qual figura(m) como parte(s) e/ou procurador(es)/defensor(es), conforme despacho disponível nos autos.

O acesso aos autos se dá através do PETICIONAMENTO ELETRÔNICO: **https://peticionamento.oab.org.br/**.

Caso NÃO tenha cadastro acesse o link**: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar**.

Caso encontre alguma dificuldade, favor nos contactar através dos telefones (79) 3301-9111/9112 ou do e-mail **ted@oabsergipe.org.br**

Aracaju, 25 de junho de 2025

Danniel Alves Costa

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Presidente da OAB/SE

RETIFICAÇÃO

SESSÃO PLENÁRIA DO TED – DIA 10/07/2025

O TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CONSELHO SECCIONAL DE SERGIPE, reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia **10 DE JULHO DE 2025 (QUINTA-FEIRA), A PARTIR DAS 14H30, DE FORMA PRESENCIAL**, na sede da OAB/SE, sito avenida Ivo do Prado, nº 1072, Bairro São José, Nesta Capital, no 2º piso, na Sala do TED, portanto **FICAM NOTIFICADOS** os Membros integrantes do Pleno: José Lucas Vilanova Nascimento (Vice-Presidente do TED), Jademir de Andrade Camara da Fonseca (Secretário-Geral o TED), Aline Souza Prado, Anselmo Barbosa Oliveira, Benedito do Espirito Santos Neto, Franciso Teles de Mendonça Neto, Frances Wanderley Hora Aragão, Glaucia Conceição Borges Santos Guerra, Isabele Bomfim Figueiredo Cabral, Ivis Melo de Souza, João Sobral Garcez Sobrinho Neto, Leila Hora Dantas de Brito Fontes, Marcelo Sampaio de Figueiredo e Rosane da Silva Ferreira, quando serão apreciados as consultas e/ou requerimentos sob os protocolos abaixo especificados:

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.003342-0. Relator(a): Glaucia Conceição Borges Santos Guerra;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.005637-0. Relator(a): Leila Hora Dantas de Brito Fontes;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.005702-5. Relator(a): Jademir de Andrade Camara da Fonseca;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.007941-4. Relator(a): José Lucas Vilanova Nascimento;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.008059-7. Relator(a): Isabele Bomfim Figueiredo Cabral;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2024.009167-0. Relator(a): Marcelo Sampaio de Figueiredo;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2025.001310-5. Relator(a): Aline Souza Prado;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2025.001618-6. Relator(a): Ivis Melo de Souza;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2025.003773-2. Relator(a): Rosane da Silva Ferreira;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2025.003790-2. Relator(a): Anselmo Barbosa Oliveira;

PROTOCOLO Nº 26.0000.2025.002429-4. Relator(a): Benedito do Espirito Santo Neto.

OBS1: Os processos que não forem julgados na referida Sessão serão automaticamente incluídos na pauta da Sessão do Pleno subseqüente.

Aracaju/SE, 25 de junho de 2025

Andrea Licia Oliveira Theodoro

Presidente do TED

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CARTÓRIO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO 26.0000.2023.003514-6 – INTERESSE EM PRODUZIR PROVAS

ADVOGADO(S) INTERESSADO(S): ELIANA BARRETO AZEVEDO - OAB/SE 7414 e RÔMULO JOSÉ LINS DE FIGUEIREDO - OAB/SE 15420

Pelo presente, fica(m) NOTIFICADO(S) O(S) ADVOGADO(S) INTERESSADO(S) ACIMA IDENTIFICADO(S), no qual figura(m) como parte(s) e/ou procurador(es)/defensor(es) nos autos do processo acima referenciado, **conforme despacho de fls. 98/100**, da manutenção da audiência de instrução designada para o dia **17/07/2025, às 16h**. Outrossim, na mesma oportunidade dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação deste, informar se tem interesse em produzir **NOVAS PROVAS OU COMPLEMENTÁ-LAS**, dentre elas a prova testemunhal, salientando que as partes deverão se incumbir do comparecimento de suas testemunhas, em conformidade com o despacho de fl. 38.

O acesso aos autos se dá através do PETICIONAMENTO ELETRÔNICO: **peticionamento.oab.org.br**.

Caso NÃO tenha cadastro acesse o link**: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar**.

Havendo dificuldade, favor nos contactar através dos telefones (79) 3301-9111/9112 ou do e-mail **cartório@oabsergipe.org.br.**

Aracaju (SE), 25 de junho de 2025

GENISSON ARAUJO DOS SANTOS

Relator

PROCESSO 26.0000.2024.002710-1 | REABERTURA DO PRAZO PARA DEFESA PRÉVIA

ADVOGADO(S) INTERESSADO(S): ALEXANDRE PINHEIRO SAMPAIO - OAB/SE 4051, ANDRESSA BARROSO DE OLIVEIRA - OAB/SE 7740 e SAULO HENRIQUE SILVA CALDAS - OAB/SE 5413 e OAB/SP 464775

Pelo presente, fica(m) NOTIFICADO(S) O(S) ADVOGADO(S) ACIMA, no qual figura(m) como parte(s) e/ou procurador(es)/defensor(es) nos autos do processo acima referenciado, do deferimento do pedido (fls. 1284/1285) de **reabertura do prazo para apresentar defesa prévia**, conforme despacho **ID#11702048 (fl. 1300)**.

O acesso aos autos se dá através do PETICIONAMENTO ELETRÔNICO: **peticionamento.oab.org.br**.

Caso NÃO tenha cadastro acesse o link**: https://peticionamento.oab.org.br/cadastrar**.

Havendo dificuldade, favor nos contactar através dos telefones (79) 3301-9111/9112 ou do e-mail **cartorio@oabsergipe.org.br**.

Aracaju, 25 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CINTIA DE OLIVEIRA SANTOS

Relatora

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil